

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Viviane Teresinha Biacchi Brust

**O “SERTÃO” QUARTA COLÔNIA:  
TRAVESSIAS PELAS SUBJETIVAÇÕES DO SUJEITO ÍTALO-  
BRASILEIRO**

Santa Maria, RS  
2017



**Viviane Teresinha Biacchi Brust**

**O “SERTÃO” QUARTA COLÔNIA:  
TRAVESSIAS PELAS SUBJETIVAÇÕES DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Brust, Viviane Teresinha Biacchi  
O "SERTÃO" QUARTA COLÔNIA: TRAVESSIAS PELAS SUBJETIVAÇÕES DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO / Viviane Teresinha Biacchi  
Brust.- 2017.  
364 p.; 30 cm

Orientador: Verli Fátima Petri da Silveira  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017


1. Discurso 2. Língua 3. Sujeito 4. Imigração 5. Memória  
I. Silveira, Verli Fátima Petri da II. Título.

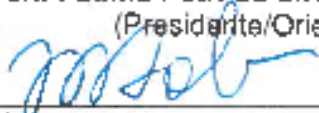
Viviane Teresinha Biacchi Brust


**O "SERTÃO" QUARTA COLÔNIA:  
TRAVESSIAS PELAS SUBJETIVAÇÕES DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO**


Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

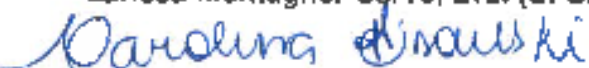
Aprovado em 23 de fevereiro de 2017:

  
\_\_\_\_\_  
Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
José Simão da Silva Sobrinho, Dr. (UFU) - Videoconferência

  
\_\_\_\_\_  
Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)

  
\_\_\_\_\_  
Larissa Montagner Cervo, Dra. (UFSM)

  
\_\_\_\_\_  
Carolina Saibego Lisowski, Dra. (FADISMA)

Santa Maria, RS  
2017



## DEDICATÓRIA

*Ao Rique, companheiro, e à Ana Carolina, filha,  
meus amados:*

*por serem porto – de partida e de chegada.*





## AGRADECIMENTOS

Para agradecer, tomo pela mão uma poesia de Ferreira Gullar<sup>1</sup>, porque fala de algo que, se não é o próprio da língua, o traduzir, é o tão próprio dela, que é o traduzir-se.

Assim, enquanto deixo à deriva a outra parte, aquela que é ninguém, fundo sem fundo, que é estranheza e solidão, trago à baila esse “todo mundo”, essa “multidão”, que é e que faz parte de mim, a quem agradeço pelas pontes que fizeram, tirando o sonho do sonho, ajudando a transformá-lo em realidade pulsante e desafiante.

**Institucionalmente**, à UFSM, ao PPGL, à linha de pesquisa Língua, Sujeito e História, ao Laboratório Corpus pelo espaço acadêmico de estudo, de pesquisa e de participação; à CAPES, pelos 48 meses de bolsa concedida: fundamentais para a transposição de um profissional da educação fundamental de escola pública, professor de língua portuguesa para pesquisador sobre a língua e o discurso.

### ***A partir do institucionalmente posto, mas transpondo essas fronteiras:***

- à prof. Dr<sup>a</sup> Verli Petri da Silveira, minha orientadora de mestrado e de doutorado e também professora, a quem respeito e admiro pelo lugar que ocupa nesta instituição pública, no ensino, na pesquisa e na extensão: pelo conhecimento compartilhado, pelo acompanhamento dispensado, pela incansável parceria, pelas instigantes colocações, pelos lançados desafios; pela sensibilidade do ver e do conhecer meus funcionamentos, textuais e pessoais, “bem antes de”; pela inteligente e perspicaz cumplicidade: *parte que pesa e pondera, mas que, principalmente, [junto] delira...*

- à prof. Dra Amanda Scherer, minha professora, pela coragem e pela colagem da sua história, como docente, à minha história, como discente, dentro das Letras da UFSM: das lutas pelo fim da ditadura, nos idos de 1980, materializadas em significativas vitórias, às construções e às conquistas dos subseqüentes anos; pelo companheirismo daquela *parte que almoça e janta, mas, principalmente, daquela que se espanta...*

- aos docentes do PPGL, professoras Graziela Lucci de Angelo, Eliana Sturza, Anderson Magalhães e Ana Zandwais (UFRGS), pelo conhecimento, pelos estudos, pelas discussões empreendidas, pelo que mexeram com aquilo que estava sedimentado: tradução em forma de desafios, pela *parte de transformar o permanente àquilo que se sabe, de repente...*

- aos professores que compuseram a banca de qualificação: pelas contribuições, pelos questionamentos, pelas leituras que fizeram e pelo disponibilizarem-se a esta avaliação, trazendo a cada linha lida o seu percurso de vida e de estudo, *pela compreensão do processo da vertigem à linguagem;*

- à prof. Marcia Correia, pelas entrevistas que foram cedidas a mim e ao Laboratório Corpus: pela gentileza e grandiosidade do gesto;

---

1 Do poema “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar, da obra Na Vertigem do Dia (1975-1980).

- às colegas de curso, de laboratório Corpus e de trabalho, na Fragmentum, no Celsul, na Escola de Altos Estudos, que de parcerias, viraram significativas amizades: Daiane Siveris, Maria Iraci, meus primeiros contatos; Caroline Schneiders, Simone Oliveira, Zelia Viana Paim, Daiane Delevatti, Luiza Greff, Bruna Cielo, Denise Machado, Ieda Link, Graciele Denardi, Camilla Baldicera Biazussi, entre outras; em especial, mas muito em especial, à Kelly Guasso, à Liana Giachini e à Márcia Ione Surdi: pelos trabalhos, viagens e empreitadas divididas;

- às colegas da EEBDAR que acompanharam essa jornada, pelo incentivo, pelas substituições, pela torcida, pela alegria ao saber de etapas vencidas;

- ao Sr. José Itaquí, coordenador do CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia -: pelas portas sempre abertas, pelo material disponibilizado para pesquisa, pelos diálogos, pelo incentivo, pelos instigantes questionamentos;

- aos moradores da Quarta Colônia que me ajudaram a traduzir da língua talian para o português, que me emprestaram ou doaram livros de memórias, aos que já tinham me oferecido suas palavras, seus depoimentos, aos que me indicaram monumentos e deles me contaram, aos autores dos livros ou aos descendentes desses autores; em especial, à Vera Lúcia Chelotti (Santos Anjos) assim como a André e Lisiane Pozzobon (Arroio Grande) pelo acesso às fotografias originais; às bibliotecas municipais, da EEBDAR e da Società Cultural Italiana de Faxinal do Soturno, ao Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, pelos livros; enfim, a todos que contribuíram, de alguma forma, com a construção dessas redes de memória: pela disponibilidade, abertura e acessibilidade aos materiais...

... a vocês, obrigada pelos braços que se abriram para poder sair do campo *da estranheza e da solidão*.

### ***Ao antes, ao durante e ao depois, traduzindo o intraduzível***

- ao meu pai, Nery Biacchi, e à minha mãe, Vivina Maria Brugnara Biacchi (*in memoriam*), pelo amor, pela vida, pela nossa intensa convivência; à minha irmã Elaine, também doutoranda, pelas parcerias e pelos diálogos que misturaram adubos e imigrantes, solos com língua, discurso com nitrogênio;

- ao Carlos Henrique Brust, o Rique, companheiro de todas as horas, por esses tempos todos, pelas nossas histórias e pelas nossas geografias (do corpo e da alma), pelos maiakowskys e pelos brechts, pelos trabalhos e enfrentamentos; pelas conquistas divididas e multiplicadas, pela lucidez e calma, pelo incentivo para sair, pela paciência e pelo sabor ao chegar - entre pizzas, vinho, pães e abraço.

- à Ana Carolina, filha querida, minha pequena camponesa cheia de graça enlaçada à bióloga mestre em paleontologia: pela compreensão dos meus silêncios ou de minhas palavras apressadas em surtos de tagarelice conselheira, das ausências e das fragilidades e falhas em meu papel (sem ensaio) de mãe; pela suas manifestações de carinho e de amor;

Obrigada por ajudarem-me, a traduzir uma parte na outra parte, que é uma questão de vida e vida dividida: será a língua? será a Língua?



*Eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente.  
Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo mundo...  
Eu quase que nada não sei.  
Mas desconfio de muita coisa.  
(ROSA, 1984, p. 14)*

*Entenda meu figurado. (...) Aquilo, era uma gente.  
Ali eu estava no entremeio deles, esse negócio.  
(ROSA, 1984, p. 173)*

*Pois nenhum daqueles homens estava ali por amor-de-deus,  
mas ajeitando seu meio de viver  
(ROSA, 1984, p. 123).*

*O senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões...  
O sertão está em toda parte.  
(ROSA, 1984, p. 8)*

*Sertão: estes seus vazios.  
(ROSA, 1984, p. 29)*

*(Do ROSA, do Grande sertão: veredas)*



## RESUMO

### O “SERTÃO” QUARTA COLÔNIA: TRAVESSIAS PELAS SUBJETIVAÇÕES DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO

AUTORA: Viviane Teresinha Biacchi Brust  
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira

Esta tese intitulada *O “sertão” Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro* inscreve-se no campo dos estudos discursivos, mais precisamente, da Análise de Discurso francesa desenvolvida no Brasil a qual comporta além do discurso, a língua, a história e o sujeito. Neste estudo, analisamos as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia de Imigração do estado do Rio Grande do Sul, interrogando-nos como funcionam as discursividades produzidas neste espaço no que concerne às construções imaginárias. Nesse contexto, nós consideramos o espaço de imigração e o território que o sujeito passa a ocupar, assim como o sujeito em relação à língua, e o sujeito na/pela língua. Para tanto, percorremos distintas condições sócio-históricas: desde os primeiros anos da imigração no sul do Brasil, no final do século XIX, até a atualidade, passando pelos anos 1930, quando a política linguística empreendida durante o Estado Novo (1937-1945) interdita as línguas dos imigrantes. Assim, analisamos como esse sujeito se constitui em relação ao Estado no que diz respeito aos processos que implicam sua territorialização, urbanização e discursivização. Nós recolhemos diferentes materialidades discursivas a fim de abarcar o processo discursivo e a construção de um imaginário. Nosso arquivo comporta discursos escritos (livros de memória), em imagens (monumentos) e em vozes (arquivos de entrevistas), de onde selecionamos recortes discursivos e os estudamos em suas especificidades. Nossas análises demonstraram que o discurso do sujeito ítalo-brasileiro apresenta um movimento entre o construir/possuir e desconstruir certos imaginários. Esse aspecto evoca um “desentendimento” ao modo de Rancière ([1995] 1996), no tocante à relação entre o território (as utopias mudam), o sujeito (a unidade imaginária passa a se desconstruir) e a língua (a busca por um espaço revela uma tensão entre estar e não estar na.s língua.s). Não obstante, o Estado empreende uma política de reparação e de busca de consenso que se efetiva na realidade em um “efeito de”. Ao término de nossas análises, sustentamos que o sujeito ítalo-brasileiro está fortemente constituído em sua subjetividade no entre-lugar: quer em relação à língua, quer em relação ao território, quer em relação a si mesmo.

**Palavras-chave:** Discurso. Língua. Sujeito. Imigração. Memória.





## RÉSUMÉ

### **Le «sertão» Quatrième Colonie : traversées par les subjectivations du sujet italo-brésilien**

AUTEUR: Viviane Teresinha Biacchi Brust  
DIRECTRICE DE THÈSE: Verli Fátima Petri da Silveira

Cette thèse intitulée Le «sertão» Quatrième Colonie : traversées par les subjectivités du sujet italo-brésilien s'inscrit dans le champ des études discursives, plus précisément dans l'analyse du discours française développée au Brésil, laquelle prend en compte en plus du discours, la langue, l'histoire et le sujet. Dans cette étude nous avons analysé les constructions imaginaires du sujet italo-brésilien de la Quatrième colonie d'immigration de l'état du Rio Grande do Sul en nous interrogeant comment fonctionnent les discursivités issues de cet espace en ce qui relève des constructions imaginaires. Dans ce cadre, nous tenons compte de l'espace d'immigration et du territoire lequel le sujet passe à occuper, ainsi que du sujet lui-même en relation avec la langue, et du sujet dans et par langue. Pour ce faire, nous traversons différentes conditions socio-historiques : dès les premières années de l'immigration au sud du Brésil, à la fin du XIX siècle à nos jours, passant par les années 1930, lorsque la politique linguistique menée par l'Estado Novo (1937-1945) interdit les langues issues d'immigration. Ainsi, nous analysons comment ce sujet se constitue par rapport à l'Etat, à l'égard des processus impliquant sa territorialisation, urbanisation et discursivisation. Nous avons recueilli différentes matérialités discursives afin de tenir compte à la fois du processus discursif et de la construction d'un imaginaire. Notre archive comporte des discours écrits (livres de mémoire), imagétiques (monuments) et oraux (des entretiens), à partir desquels nous avons sélectionné et analysé des exemples selon leurs spécificités. Nos analyses ont démontré que le discours du sujet italo-brésilien présente un mouvement entre construire/posséder et déconstruire certains imaginaires. Ceci révèle une « méésentente », au sens de Rancière ([1995] 1996), concernant la relation entre le territoire (les utopies changent), le sujet lui-même (l'unité imaginaire passe à se déconstruire), et la langue (la recherche d'un espace montre une tension entre être et ne pas être dans la.les langue.s). Cependant, dans ce contexte, l'Etat mène une politique de réparation et de recherche de consensus, dont un « effet de » peut être attesté. Au terme des l'analyses, nous considérons que la subjectivité du sujet italo-brésilien est constituée dans d'un entre-lieu : soit par rapport à la langue ou le territoire, soit par rapport à lui-même.

**Mots-clés:** Discours. Langue. Sujet. Immigration. Mémoire.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Monumento construído na RST 287, em 1995. Homenagem aos 118 anos da chegada dos imigrantes italianos à Quarta Colônia e aos 120 anos de chegada ao Brasil. Sinaliza o acesso a Silveira Martins (berço da Quarta Colônia). .....	38
Imagem 2 – Reprodução de letra da música Canto degli imigranti em página de livreto de cantos .....	74
Imagem 3 – Reprodução de capa do livreto dos cantos “Centi canti italiani” – Pe. Clementino Marcuzzo (Org.) .....	74
Imagem 4 – Reprodução de notícia: Jornal regional “Cidades do Vale” (9 mar. 2014) .....	110
Imagem 5 – Da obra de André Magritte: “A traição das imagens” (1926) .....	154
Imagem 6 – Da obra de André Magritte: “Os dois mistérios” (1966) .....	154
Imagem 7 – Reprodução do painel (onde se encontra a fotografia que estamos mencionando) do Museu Municipal de Dona Francisca.....	171
Imagem 8 – Reprodução do monumento ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia - Santos Anjos, Faxinal do Soturno, RS .....	172
Imagem 9 – Reprodução de monumento com cruz (em substituição ao referido na imagem anterior) .....	173
Imagem 10 – Detalhe da cruz .....	173
Imagem 11 – Reprodução do Monumento em homenagem ao imigrante italiano (Comunidade de São Marcos, Arroio Grande, Santa Maria).....	175
Imagem 12 – Reprodução do Monumento em homenagem aos antepassados (Praça Vicente Palotti, Faxinal do Soturno, RS).....	176
Imagem 13 – Reprodução do painel do Monumento ao Imigrante Italiano. Val de Buia, Silveira Martins, RS.....	186
Imagem 14 – Monumento pela fotografia (I) – Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia – Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno – RS .....	292
Imagem 15 – Monumento pela fotografia (II) .....	293
Imagem 16 – Monumento com uma cruz, em substituição à imagem do imigrante italiano retirada (cfme.monumento anterior). Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno - RS.....	294
Imagem 17 – Monumento pela fotografia (III): em homenagem aos heróis italianos tombados na Guerra contra a Líbia, construído em 27 de julho de 1913. Dizeres: “Ai probi che sui campi libici diedero la vita per la grandezza dela Patria, la colônia, áuspice, la Societá Duca degli Abruzzi posero.” São Marcos, Município de Santa Maria, RS” ..	298
Imagem 18 – Fotografia pelo monumento (I): Monumento em homenagem ao imigrante italiano, construído pela Associação Italiana de Santa Maria em 24 de maio de 1998, em São Marcos, Município de Santa Maria, RS.....	300
Imagem 19 – Detalhes das placas .....	301

Imagem 20 – Fotografia pelo monumento (II): Monumento em homenagem ao imigrante italiano, pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Localizado em Val de Buia, Município de Silveira Martins, “berço” da imigração italiana da Quarta Colônia. Primeira década do séc. XXI .....	303
Imagem 21 – Fotografia pelo monumento (III): detalhes .....	304
Imagem 22 – Fotografia pelo monumento (IV). Monumento em homenagem à imigração italiana na Quarta Colônia, em função do seu centenário. Final dos anos 1970 do século XX. Praça Vicente Palotti de Faxinal do Soturno. Execução: Prefeitura Municipal de faxinal do Soturno – RS.....	307
Imagem 23 – Fotografia pelo monumento (V): Monumento ao Imigrante, localizado em Arroio Grande, Mun. de Santa maria (Estrada Municipal Norberto José Kiper com Rua Luís Colpo). Projeto de Juan Amoretti. Execução: Prefeitura Municipal de Santa Maria – RS.....	308

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nomes e sentidos.....	120
Quadro 2 – Sequência parafrástica/efeito metafórico .....	126
Quadro 3 – Reprodução por escrito de discursos “em vozes”.....	174
Quadro 4 – Reprodução por escrito de discursos “em vozes”.....	174
Quadro 5 – Lista das obras consultadas e informações I.....	183
Quadro 6 – Lista de obras consultadas e informações II .....	187
Quadro 7 – Lista de obras consultadas e informações II (continuação).....	190
Quadro 8 – Lista de obras consultadas e informações II (continuação).....	191
Quadro 9 – Recortes discursivos sobre o tema “território” (I).....	195
Quadro 10 – Relação de palavras-chave presentes nos recortes discursivos do Quadro 9 .....	205
Quadro 11 – Recortes discursivos sobre o tema território – em <i>talian</i> e movimentos de sentido .....	209
Quadro 12 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RD18).....	213
Quadro 13 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RD38).....	215
Quadro 14 – Recortes discursivos e movimento de sentidos.....	218
Quadro 15 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RDs 3, 4, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 17 e 21).....	220
Quadro 16 – Recortes discursivos e movimentos de sentido.....	225
Quadro 17 – Recortes discursivos e movimentos de sentido.....	228
Quadro 18 – Recortes discursivos e movimentos de sentidos a partir do 15.....	230
Quadro 19 – Recortes discursivos e movimentos de sentidos a partir do 15.....	232
Quadro 20 – Recortes discursivos sobre o tema sujeito .....	235
Quadro 21 – Recortes discursivos a partir do quadro 20: sobre o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo, em primeira pessoa .....	241
Quadro 22 – Recortes discursivos sobre o sujeito ele-mesmo, a partir do quadro 20: imaginário de sujeito por ele mesmo, em terceira pessoa, sob a designação “colono” .....	249
Quadro 23 – Recortes discursivos e movimento de sentidos.....	251
Quadro 24 – Recortes discursivos e movimento dos sentidos imaginário do sujeito por ele mesmo sob outras designações .....	257
Quadro 25 – Recortes discursivos e movimento dos sentidos.....	263
Quadro 26 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo- brasileiro (Grupo 1) .....	272
Quadro 27 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo- brasileiro (Grupo 2) .....	277
Quadro 28 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo- brasileiro (Grupo 3) .....	282
Quadro 29 – Recorte Discursivo sobre imagem 14 (voz 1).....	295
Quadro 30 – Recorte Discursivo sobre imagem 14 (voz 2).....	296
Quadro 31 – Movimentos de sentido.....	296
Quadro 32 – Recortes Discursivos: PS1 (entrevistas) .....	314
Quadro 33 – Recortes Discursivos: PS2 (entrevistas) .....	320
Quadro 34 – Recortes Discursivos: PS3 (entrevistas) .....	321

Quadro 35 – Recortes Discursivos: PS4 (entrevistas) .....	326
Quadro 36 – Recortes Discursivos: PS5 (entrevistas) .....	327
Quadro 37 – Recortes Discursivo: PS6 (arquivo de vozes) .....	328
Quadro 38 – Recortes Discursivo: PS7 (arquivo de vozes) .....	328
Quadro 39 – Recortes Discursivo: PS8 (arquivo de vozes) .....	329

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
2	<b>DAS UTOPIAS, DAS ILUSÕES E DOS IMAGINÁRIOS: LUGARES DE SUJEITOS E DE SENTIDOS</b> .....	40
1.1	DAS UTOPIAS: PARA UM DIZER DE TEORIAS E DE PRÁTICAS.....	43
1.2	DAS ILUSÕES E DOS IMAGINÁRIOS: PARA DIZER DO SUJEITO.....	63
1.2.1	<b>De língua e de um sujeito na língua</b> .....	83
1.2.2	<b>De história e de memória e de um sujeito na história e na/pela memória</b> .....	99
3	<b>DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: DE SEU TERRITORIALIZAR-SE, DE SEU DISCURSIVIZAR-SE</b> .....	114
3.1	DE UM SUJEITO: UM SEU NOME E UMA(?) SUA LÍNGUA.....	116
3.2	DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “TERRITORIALIZAR-SE” .....	137
3.3	DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “URBANIZAR-SE” .....	146
3.4	DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “DISCURSIVIZAR-SE” .....	151
4	<b>DO LUGAR DO SUJEITO PESQUISADOR: ESCOLHAS E ITINERÁRIOS</b> .....	164
4.1	<b>A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS, DA DESCRIÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO: LINHAS A SEGUIR</b> .....	168
4.1.1	<b>Uma caminhada... Mas havia uma pedra no meio do caminho</b> .....	170
4.2	<b>DA COMPREENSÃO DAS REDES E TRAJETOS: A TRAMA EM SEUS EFEITOS</b> .....	180
4.2.1	<b>Primeira paragem: ler escritos</b> .....	180
4.2.1.1	Sobre território.....	195
4.2.1.2	Sobre o sujeito ítalo-brasileiro: ele mesmo.....	234
4.2.1.3	Sobre a língua .....	271
4.2.2	<b>Segunda paragem: discursos em imagens</b> .....	288
4.2.2	<b>Terceira paragem: discursos em vozes</b> .....	311
5	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	332
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	340
	<b>ANEXO A – Mapa Quarta Colônia</b> .....	354
	<b>APÊNDICE A – De uma colônia de imigração: a Quarta</b> .....	356
	<b>APÊNDICE B – De uma língua: o talian</b> .....	360





## 1 INTRODUÇÃO

(Considerando ser esta uma das outras tantas possíveis)

Este é um descomeço, porque simplesmente (des)continuamos, por linhas nunca retas e nunca pela indicação das setas outras; não ao acaso, avessa ao acordo; no desconexo do nexos: dizem-me uns olhos doces para onde devo ir, mas eu não vou por ali<sup>2</sup>. E nesse desassossego de não querer/poder retornar – afinal, não há mais como –, a bagagem mais importante se faz de músicas, de histórias, de cantatas, de ladainhas, de falas, de rezas, de discursos, de sermões, de fotografias, de retratos, de monumentos – lugares esses vividos ou imaginados – que ora precisam ser enlaçados/amarrados, para segurar, reter, fazer, dizer, constituir o seu/o sem sentido, ora precisam ceder à tensão, para, descompor, desconstruir, desestabilizar, desabrigar, desintegrar o que deles e neles se sedimenta... Trilhas, também sonoras. Pistas, rastros, melodias ao longe.

Continuamos, assim como continuamos a ser o personagem de nossa própria história, ficção. Não mais agora identificado com o personagem machadiano que queria atar as duas pontas da vida, porque viu, experimentou, e o círculo, forma perfeita, não se cumpriu. Mas que se identifica com um outro, que vê, no menino, o pai do homem. E é isso, seta que se despede de seu lugar inicial e que cumpre a sina, determinada já ao lançar-se.

Há uma cena perdida da infância, que se confunde, que se embaralha, como outras tantas, porém, que pede para ser escolhida, que me captura... Tarde quente, mormaço, ar parado. De longe vinha “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo/ meu coração é *verdeamarelobrancoazuldeanil...*” As praias eram ensolaradas, falava-se em esplendor e que se tinha muito mais amor! Ao mesmo tempo, perto do olhar, via-se um adesivo, num carro, novo, “de fora”, escrito: “Ame-o ou deixe-o.”, em faixa verde-amarela. Cena que se fixa, imortal, que não se significa, ainda. Em outras tardes, quentes, as TVs, raras, de péssima imagem e de quase ininteligível som, deixavam apenas sair o grito de goooool... que também poderia vir do radinho de pilha: campeões do mundo. O homem chegava à lua, e Leila Diniz morria em um acidente de avião (quem era Leila Diniz? Mulher ousada, mostraria a revista). Cai

---

<sup>2</sup> Referência ao poema Cântico Negro do escritor português José Régio (1901-1969).

Nixon, lia, juntando sílabas, na manchete de “O correio do povo”. O tio-avô que fumava cachimbo, admirado ritual, vinha vestido de urbano, ensaiava o seu italiano com os homens daí de fora, porque iria para a Itália, visitar a terra dos que vieram e encontrar/conhecer a família da parte dos que ficaram. Junto com meu avô, seu irmão, tocavam e cantavam – o primeiro, gaita-ponto vinda da Itália de seu pai, e o segundo, violão comprado aqui; antigas melodias d’além mar e canções graves de Vicente Celestino, enquanto o cheiro de vinho tinto feito por eles, por suas mãos e por seus pés, também embriagava. E as brincadeiras eram de ser professora: ditado, caligrafia, composição. Certo e errado, castigo, aprovação. Molecagem e bolitas, chicletes e sorvetes, havaianas e vermelhidões. Felicidades clandestinas.

Primeira comunhão, primeiro acontecimento, protagonismo. Rezar ave-marias de cor, ato de contrição, pedir perdão dos pecados (!), comungar de coração limpo e puro. Vestido novo, meia-calça de renda, cabelos com cachinhos e torta decorada com rosas de chocolate, guaraná de garrafa. Os domingos nunca mais seriam iguais: primeiros bancos na missa, acompanhar o sermão, comungar, cantar. Amém.

Repentinamente, corta-se essa sequência de presumível felicidade eterna: outra cena se atravessa. Descrevo-a: está como em suspenso, porque há, nela, encontros e não sabidos. O mormaço, o ar parado, que se forma, não é da tarde, arde ainda em meu peito. É assim: é dia, não sei se manhã, um ônibus de uma cidade de interior anda por chão batido até encontrar a estrada principal, asfaltada, rumo à cidade grande, aquela do tio-avô, onde, depois, eu ficaria para fazer o vestibular para Letras. Nada incomum, em meio ao pó e ao calor, e ao som do rádio. Mas emerge, em meio a tantos ruídos, uma canção. Uma canção que vai cortando o prosaico cotidiano: fala de pai e de cálice, mas não é o Pai e nem o cálice do “Ele tomou o cálice em suas mãos e deu aos seus discípulos dizendo tomai e comei”... É da paixão, tardiamente sabida, de sexta-feira da paixão. Mas de outras sextas-feiras e de outras paixões. E dizia “Pai, afasta de mim este cálice...”, repetia, pedindo ao pai que afastasse de si aquele cálice, e pela terceira vez, num tom mais alto que calava mais fundo, implorava: “Pai, afasta de mim este cálice – de vinho tinto de sangue”. Nós. E sua sequência misturava bebida amarga, dor, bêbados, noite, dano, grito, silêncios que não se escutam... Explosão. Era algo que irrompia por/de/... um silêncio, silêncio que ainda não se percebia, silenciamento à deriva, querendo instaurar um (não) seu lugar, porque era também um silêncio de memória.

Pela voz de Chico e de Milton, as coisas: nunca mais as mesmas.

Por que afastar de si/de mim esses cálices? Por que perguntar/dizer da impossibilidade de beber dessa bebida amarga? (Meu avô ensinava a apreciar o gosto do vinho desde que éramos crianças, colocando uma colher do artesanal líquido mais que vermelho em nossa sopa!) Por que era melhor ser filho “da outra” e não ser filho da santa? Onde tanta mentira e tanta força bruta?

O que resgataria, afinal, “Esse silêncio todo me atordoa/ Atordoados eu permaneço atento/ Na arquibancada pra a qualquer momento/ Ver emergir o monstro da lagoa”, enquanto “*sueño com serpientes, com serpientes de mar, com certo mar, ai, de serpientes sueño yo*<sup>3</sup>”:

- as contradições apagadas, que não se supunham, mas que saltariam?
- as lembranças do que não podia ser dito, mas daquilo que ficava latente, pulsando?
- as referências a coisas que se podia falar, com voz normal, para qualquer um, e a coisas que só deveriam ser sussurradas ao padre, no confessionário, ou entre cúmplices, nos cantos do dia?
- as explicações para cartas escritas em italiano, queimadas juntamente com um relógio de parede que parara no/o tempo, enferrujado em suas engrenagens, findando um tempo que não terminaria nunca enquanto em contínuo ressoar na memória?
- as justificativas para atitudes de um avô, contraditoriamente lúcido e louco, que não aguentara a necessidade de viver e, em vez de continuar, tomou o que julgou ser a melhor saída: a de saltar, numa madrugada, fora da ponte e da vida<sup>4</sup>?
- os momentos em que não se falava em português, mas em uma outra língua, porque aquele dito não era para crianças entenderem?
- uma possível (e, paradoxalmente, futura) tomada de consciência política de uma ditadura militar instaurada em 1964 que teimava em se apoderar da história?
- ou todas essas possibilidades, enredadas entre si, clamando por um espaço de voz?

Pela voz de Chico e de Milton: uma língua, um sujeito, uma história.

O vinho tinto de sangue dizia mais do que aquilo que os cálices sagrados continham. Era preciso entender o que não estava sendo dito. Era preciso decifrar

<sup>3</sup> Da canção “Sueño com serpientes”, de Silvio Rodrigues, cantor e compositor da “Nueva canción cubana”.

<sup>4</sup> Lembrando “Morte e vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto.

enigmas para entender que não se podia comprar “O Pasquim” nas bancas sendo menor de idade; era preciso entender o porquê de senhores trajando terno e gravata muito, muito, pretos em sol de verão venderem, na cidade interiorana onde vivia um padre comunista, um livro intitulado: “Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?”; era preciso ler o Galeano de “As veias abertas da América Latina” tomado às escondidas na biblioteca da escola; era preciso saber quem era o sujeito aquele, anistiado, que retornava e ocupava o horário nobre da TV e da fala do general-presidente, num chamado horário político, de acordo com a Lei tal, que encantava com seu carisma, falando em educação, em crianças com turno integral e merenda de gente rica e em povo brasileiro; era preciso entender por que não se tinha História do Brasil e se tinha Organização Social e Política Brasileira; era preciso *amar* um certo João, era preciso desfilar em 7 de setembro, era preciso arranjar desculpas para não mais ir às festas de igreja; era necessário passar na livraria Globo, do Calçadão, para comprar livros, “O que é isso, companheiro?<sup>5</sup>”; era necessário acompanhar Gil cantando *no, woman no cry*, comprar discos de Mercedes e Violeta, traduzir as letras de Victor Jara e Silvio Rodrigues, saber que língua era aquela cantada por Elomar Figueira de Melo; era necessário saber o que é mesmo que diziam aqueles que passaram a aparecer no horário político da TV, saber que passeatas eram aquelas noticiadas pelos jornais. Era preciso fazer vestibular... era necessário sobreviver, mesmo sem saber que língua era volapuque e esperanto. Mas era imprescindível o pensar a língua, pois ela... por ela... tanto desconhecimento, *tanta mentira, tanta força bruta*, tantos mistérios, tantos enigmas: era preciso começar a decifrá-la, antes que.

O resto da história não é preciso detalhar: era o pensar e o estudar a língua que poderiam me dar respostas, ajudar-me a respirar, a sobreviver. Movida pelas palavras e pela busca de seus sentidos; os encontros com a literatura e os seus subterfúgios: Clarice era a tarde; Cecília era o sábado; Drummond, um inverno atravessado; Lorca era louca madrugada. Os embates com as propostas e o embuste com as realidades. *Não queres ser dentista? Psicóloga? Estudar Oceanografia em Rio Grande?* Ser professora, professora de português e professora de escola pública, trouxe-me prazeres inenarráveis, pela criatividade dos pequenos, pelos questionamentos dos maiores um pouco, pelo acreditar na possibilidade da

---

<sup>5</sup> Livro de autoria de Fernando Gabeira, publicado em 1979, quando retorna do exílio.

igualdade de direitos, do acesso a todos às possibilidades da língua – que não se fechava, antes gerava explosão de/em si. No entanto, nas entrelinhas, nas sublinhas, nos espaços em branco do fazer pedagógico, lacunas que não se fechavam. Incompletudes que buscavam entender por que o que me fazia melhor era o agir avesso às expectativas, era ir além das propostas, era “desafinar o coro dos contentes<sup>6</sup>”. Mas era preciso *não fazer da escola as minhas grades*. Foi preciso lutar contra aquilo que estava, o tempo todo, sendo posto, apostado, sendo por mim a mim (im)posto. Repito, de outras escritas, que voltar a contatar a universidade foi dolorido.

Desse momento, agradecimentos são exigências da alma: à professora Amanda Scherer, que riu, como só ela sabe fazê-lo, quando falei em terceira idade a fazer mestrado, e à sua apresentação do Programa de Pós-Graduação em Letras, quando falou da linha de pesquisa língua, sujeito e história; à professora Verli Petri, que respondeu à minha mensagem – cujo prazo eu “me” dera de um mês para esperá-la – poucas horas depois, estabelecendo propostas de diálogos que não findaram nunca mais. Reencontro e encontro que constroem as pontes imprescindíveis para o continuar.

Por um mestrado no qual adentro questões da Análise de Discurso, em que se oportunizam singulares e, então, instigantes diálogos com a língua que estava latente e sempre pulsante, a língua que se fez da política e do político, do inconsciente e do ideológico. Finalmente um espaço em que se fez possível pensar a língua constituída também pela contradição, pelo silenciamento que lhe é constitutivo, pelo que se diz pelo dito e pelo não dito, em sua possibilidade de apagamentos, por suas falhas, suas faltas, sua opacidade – refletindo as/respondendo às indagações de um tempo mítico – e justificando, agora sim, o louco amor pela língua “[...] inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma a forma de um amor da língua-mãe ou da língua materna”, em palavras de Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 45)<sup>7</sup>. Finalmente, um espaço para pensar que há um sujeito e um sujeito não dono e origem de seu dizer. E, por esse finalmente, o entender que “o sertão é do tamanho do mundo”, e meu

---

<sup>6</sup> Da canção “Pose” (anos 1990), de autoria de Humberto Gessinger (banda Engenheiros do Hawaii).

<sup>7</sup> Usaremos este formato para obras estrangeiras: a primeira data referindo-se ao ano da primeira edição; a segunda, à edição que estamos em consulta. Para obras brasileiras, usaremos apenas o ano da edição que estamos utilizando.

sertão é a Quarta Colônia de Imigração Italiana<sup>8</sup>, com seus *personagens*, suas *histórias*, ou, seu *sujeito* com suas *memórias*, perfeitas, esburacadas, fragmentadas ou lacunares, embasadas por um real da história ou desestruturadas por esse mesmo real, acompanhada por seus anjos e demônios, suas esquerdas e suas direitas, sua precisão em/no falar, sua reiteração de um mesmo contar, sua diáfana explicação, seu silenciar. Meu sertão é feito de falares estranhos, é feito de línguas mestiças, é dito em/de inúmeras formas, gosta de rituais. Meu sertão, identificado como sendo um outro lugar somente quando pronuncio “ressu[r]reição” para outros de outros lugares, coloca-se como algo a ser pensado. Identidade-Alteridade. De fora para dentro. Essa a proposta. Meu sertão “me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca...” (ROSA, 1984, p. 546).

Emergindo das faltas que me justificam e das completudes que me renovam, é hora de se dizer efetivamente a que se veio. Os tempos se/nos organizam, enquanto os espaços continuam a ser palco de lutas diárias com a língua(gem). Pensemo-la, pois, assim como saio da Quarta Colônia investida de um “eu” tomado por um viver/vivenciar, retorno a ela travestida de sujeito pesquisador, em cuja bagagem pulsa um constructo teórico para pensar seu/s sujeito/s e, em palavras outras, de um mesmo escrevinhador, recito/repito: “A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro [...]” (ROSA, 1984, p. 260).

Assim, ao propor um projeto de tese, objectivei dar continuidade ao estudo que materializei em minha dissertação de mestrado, quando tomada fui/sou por esse espaço<sup>9</sup> e pelos sujeitos que nele se circundam por uma linha imaginária que determina onde começa e onde termina essa colônia: fronteiras, de memórias e de histórias. No entanto, se, naquele momento, referia-me ao sujeito como sujeito imigrante e seus descendentes, neste, referir-me-ei como sujeito ítalo-brasileiro. Justifico pelos sentidos assim pensados:

1 estabelece o elo sócio-político-cultural e histórico entre diferentes tomadas de posição-sujeito;

---

<sup>8</sup> Sobre a formação da Quarta Colônia, ver APÊNDICE A.

<sup>9</sup> Usaremos a noção de espaço – quando em relação à Quarta Colônia – compreendida a partir de Orlandi (2011), em face à territorialidade, ou seja, “espaço material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação [...]” e território como “espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado. Que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado politicamente [...]” (p. 20).

2 funciona como movimento: do sair e do chegar, atestando uma travessia, um processo, de saída (da Itália) e de chegada (ao Brasil); de “abrasileiramento”, sem apagar a relação com a Itália, construindo sentimento de italianidade<sup>10</sup>;

3 consegue dar conta de uma unidade dentro de uma multiplicidade, pois é ítalo-brasileiro tanto o imigrante, aquele que era cidadão italiano e veio para o Brasil no final do século XIX – pois estabelece esse vínculo -, quanto aquele que viveu no tempo de Vargas e, sob o discurso do Estado brasileiro, teve que silenciar na/pela sua voz a língua dos imigrantes, como também aquele que vive hoje e estabelece um vínculo identitário, quer pelo lugar – no caso, a Quarta Colônia, mas Rio Grande do Sul e Brasil – quer com a cultura – seus bens/objetos simbólicos<sup>11</sup> –, como por exemplo, a língua ou a memória que por ela se efetiva. Ou seja, perpassam esse sentido questões sócio-históricas, culturais e ideológicas.

Neste trabalho, investigo as construções imaginárias que foram constituindo/estão a constituir, ao longo do tempo, o sujeito ítalo-brasileiro<sup>12</sup>, permeadas por algo – penso – que está indicando a presença do dano e do desentendimento, – conforme o dizer de Rancière<sup>13</sup> –, da ruptura, lugar este que talvez não vai lhe confirmar o sonho, ou, pelo menos, vai fazer com que não seja mais o mesmo. O que registram/dizem/trazem suas memórias? Como se significa, em (seus) monumentos, erigidos/erguidos/construídos nas encruzilhadas das estradas ou nas praças centrais do lugar a que diz pertencer/desenvolver? O que traduzem de sua subjetividade as palavras ditas nas entrevistas sobre o seu palpitar? Que história constroem seus percursos de escritura advindos de constructos de outras gerações? Que memórias ressoam e chegam até mim, que faço parte disso, e que me instigam, quando também já sou outra? Essas são as questões que norteiam este estudo, e dessas materialidades discursivas – consideradas enquanto nível de existência sócio-histórica, com base em Orlandi (2012, p. 44) – é que elegemos/selecionamos/montamos nosso arquivo, mesmo sendo difícil e árdua a tarefa, pois são “objetos” que, muitas vezes, não se encontram cadastrados, registrados, expostos pela/à sistematicidade dos arquivos

---

<sup>10</sup> Conforme Zanini (2006).

<sup>11</sup> A essa questão, ver Zanini (2006), que pontua ser o sentimento de italianidade uma construção em que “descendentes de italianos, no contexto de um encontro interétnico, apropriam-se de determinados símbolos como seus e lhe atribuem valor e significação” (p. 17).

<sup>12</sup> No decorrer deste estudo, voltaremos a questão do como nos referir a esse sujeito, tendo em vista processos sócio-históricos ao qual está submetido.

<sup>13</sup> RANCIERE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

“oficiais”. Foi preciso sair à rua para encontrá-los, pois muitos estavam/estão à deriva, fadados ao esquecimento e à mortalidade de suportes que perecem no tempo; outros estão postos como pedras de/em um caminho, estáticas, mudas, despercebidas pelos passantes ou, quiçá, fazendo sentido sempre. Se nelas se constituíram sentidos, eles são da ordem da evidência, de uma direção de sentidos proposta pelo discurso dominante de outro momento sócio-histórico: era/é preciso vê-los, lê-los e interpretá-los de um diverso lugar. Era preciso propor trajetos outros de leitura.

Diante disso, como constituímos nosso arquivo? Os desafios foram muitos, principalmente porque nosso trabalho se abria a diferentes materialidades discursivas, em seus distintos materiais<sup>14</sup> e, conseqüentemente, distintos modos de tomá-los analiticamente. Os critérios que elencamos para as escolhas tocavam/tocam a questão: o que tem feito (e efeito de) sentido hoje? Que discursos têm circulado na atualidade? Ou, que discursos servem de ancoragem para o que hoje circula? O que diz e o que sustenta esse “mundo semanticamente normal” – conforme o explicitado por Pêcheux ([1983] 2008) –, assentado no logicamente estabilizado e no pouco suscetível a outra possível interpretação? Assim, elegemos livros de memórias familiares, monumentos, com base em Brust (2013)<sup>15</sup>, cuja temática seja “imigrantes”; entrevistas, em diferentes, porém atuais, momentos, por diferentes sujeitos pesquisadores, alguns mais, outros menos acadêmicos. Desse arquivo, fizemos alguns recortes – considerados, conforme Orlandi (1984, p. 14), como unidade discursiva: “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”; “um fragmento de situação discursiva”, com vistas a entender como se processam as relações do sujeito, do discurso, dos sentidos onde vamos buscar respostas para

---

<sup>14</sup> Segundo Orlandi (2011, p. 19), “são **materiais** de reflexão para todo analista de discurso: os escritos, as imagens, os ditos, as novas tecnologias, fotos, o silêncio e muitos outros, cada qual com suas especificidades, seus dispositivos analíticos e sua contribuição para a compreensão dos processos de significação”; “**materialidade discursiva**” quando tais materiais encontram-se em processo de análise, quando em nível de existência sócio-histórica. Por “**materialidade significativa**”, ainda segundo a autora (Ibidem, p. 45), compreende-se “o espaço contraditório de desdobramento das discursividades”, espaço que tem a língua como real específico (os destaques são nossos). Em Nota introdutória à edição brasileira da obra *Materialidades discursivas* (2016), de Pêcheux et al. (Org.), Orlandi (2016) afirma que a referida noção tem tido seu uso banalizado, sendo confundido com o que já está categorizado nas disciplinas da linguagem, em geral, como “corpus”, como “dados” ou como “objetos de análise”. Para compreendê-la, é preciso saber que se está embasada no campo teórico do materialismo e é por ele o percurso de tal entendimento; em outras palavras, ainda, “processo em movimento, matéria (substância suscetível de receber uma forma)” (ORLANDI, 2016, p. 13).

<sup>15</sup> Brust (2013), em Dissertação de Mestrado, que trabalha com discursos do sujeito imigrante italiano no perpassar do tempo – especificamente, monumentos –, em que a memória das suas construções e de suas desconstruções circula no trânsito entre a saturação e o apagamento.



nossa questão de pesquisa, tarefa em que a Análise de Discurso sustenta, acompanha-nos e dá-nos instrumentos para proceder às análises. Nossa metodologia, quando iniciamos esse percurso, não estava pronta, apta a uma aplicação – sendo que esse não é o nosso lugar –; mas foi se construindo, conforme a demanda do que nos foi dado a interpretar - o que é próprio dessa disciplina, que se embasa em questões do materialismo histórico e dialético. Seguimos o dito latino *cum mente et malleo*, o qual remete à ausência da divisão do trabalho (do teórico ao analítico) e ao qual (nos) associamos através do texto de Michel Pêcheux, “Ler o arquivo hoje” ([1984] 2010, p. 49), no qual nos referenciamos e que nos dá como epígrafe a instigante colocação de Michel de Certeau: “A história dos rastros do homem através de seus próprios textos permanece em grande parte desconhecida”, sendo que esse homem (esse sujeito) não é a referência dos grandes nomes da história, mas é o referente de si mesmo, instituindo-se e constituindo-se enquanto tais, ao se fazerem pertencentes a ela, àquela história que não mais se restringirá aos grandes. (Há o sertão, o grande, e há o sertão, o das veredas).

Ao nos determos na leitura e na interpretação destes objetos, promovemos movimentos teóricos não só para atender as inquietações iniciais, mas também para acolher aquelas que ficaram em suspenso, decorrentes do nosso envolvimento com estudos realizados durante a elaboração da dissertação de mestrado – já citada –, em que trabalhamos, fundamentalmente, com a questão da memória. Analisar as produções discursivas do sujeito ítalo-brasileiro da/na e sobre a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul que levem ao campo das possíveis respostas para a nossa questão de tese, a saber: **como se dá o funcionamento das discursividades<sup>16</sup> produzidas na Quarta Colônia que remetem às construções imaginárias desse sujeito, em relação ao espaço de imigração, em relação a si mesmo e em relação ao outro e em relação à língua na/pela língua?** – eis o eixo condutor desta pesquisa. Neste percurso, teoria e análise discursiva se montam e se constroem, por meio de questões que vão se interpondo - pelo que pode advir do próprio objeto, do sujeito-pesquisador, da própria teoria, elementos

---

<sup>16</sup> Compreendida como estrutura e acontecimento: discurso inscrito em redes de memória e nos trajetos sociais nos quais irrompe, o que não invalida a questão de que só por sua existência já marca a possibilidade de uma desestruturação ou uma reestruturação dessas redes e trajetos, conforme pontua Pêcheux ([2008] 1983).

que não se fecham em si mesmos. Na sequência, passamos a descrever a estrutura com a qual daremos forma a este trabalho de tese.

O título é “O ‘sertão’ Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro” e deve/precisa ser explorado a partir da com-junção de dois sujeitos, unidos por um imaginário comum: o do sujeito pesquisador e o do sujeito-objeto pesquisado, ambos em relação à Quarta Colônia de Imigração Italiana. O primeiro se autoriza a fazer do espaço vivido o espaço – e o sujeito desse espaço – a ser pensado em sua tese de doutorado e tem forjada sua identidade<sup>17</sup> no corte de ser brasileiro e falar português, atravessado por uma memória de não ter no Brasil o passado dos seus e ouvir/não falar a língua de seus avós, aliada ao fato de que, nesse dito espaço, experimentara “das astúcias da língua”. O segundo é aquele autorizado pelo primeiro a entrar no fio do discurso como uma terceira pessoa, objeto deste estudo: o sujeito que se delimita, que se constitui na fronteira de estar dentro de uma colônia de imigrantes, a qual, ainda que não mais esteja cercada, continua a ter tal inscrição – pela memória que nela, e ao redor dela, habita. Assim, é na travessia (pelo discurso) de ambos, que vai se ver como se formam os imaginários: travessia pelo teórico e pelo analítico de um, pelo tempo e pelo espaço do outro.

Na primeira parte, abordamos elementos relacionados a utopias, imaginários e ilusões. Para isso, traçamos um breve percurso por sentidos que se produzem em torno de utopia e, por eles, buscamos tocar em questões pertinentes à imigração italiana no sul do Brasil, especificamente à Quarta Colônia. Na sequência, ainda na primeira parte, posicionamo-nos em relação ao constructo teórico que nos orienta, a Análise de Discurso de fundação francesa, que tomamos como todo um movimento, de prática e de teoria, de inscrição da/na história, de diálogos e de questionamentos dentro de uma ciência em relação àquilo que a constitui, um movimento em busca de saber dos saberes da Linguística e pensar/elaborar constructos outros pautados por olhares outros, distintos, diferentes, distantes do lugar até então “habitado”. Ainda em referência a utopias, entraremos na especificidade da questão da língua e da história, já, então, dentro das questões tratadas por Michel Pêcheux, a saber: a relação entre as grandes revoluções da Idade Moderna e a questão das línguas e

---

<sup>17</sup> Tomamos a noção de “identidade” em Orlandi (2007, p. 76): “[...], a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido”.

das políticas empreendidas, além da ressignificação da história nos estudos da linguagem. Dando continuidade à nossa proposta, trataremos dos imaginários e das ilusões, dando sustentação à noção de sujeito, basilar neste estudo.

Na segunda parte, incursionaremos acerca do sujeito sobre o qual se desenvolve este trabalho, começando com reflexões a respeito de como nomeá-lo, passando por formas com as quais ele próprio se designa e pela questão da(s) língua(s) que o constitui/constituem, pela qual/pelas quais ele se identifica, subjetiva-se, memorializa-se e “recorta” seu imaginário de pertencimento<sup>18</sup>(s). Refletiremos, ainda, sobre o processo de territorialização e de urbanização desse sujeito - quando lançamos um outro olhar sobre a “colônia”, ou seja, colônia-sertão-cidade como um espaço de inscrição do sujeito ítalo-brasileiro num espaço maior, dando-se a ver – sendo que finalizaremos com o seu discursivizar-se, **o que se dá sob diferentes materialidades discursivas**, nas quais, como já referimos, rastreamos, nas análises, as questões imaginárias e ideológicas que lhes são pertinentes.

Na terceira parte, trataremos, inicialmente, das reflexões que a própria Análise de Discurso faz sobre a construção de sua metodologia de análise. Precisamos trazer isso porque é por esse constructo teórico que temos o suporte para enfrentar, questionar e desconstruir as evidências e as estabilizações imperativas que dizem para onde devemos nos dirigir. Na sequência, como nosso objeto de análise é o discurso, lançaremos um olhar para pensar o discurso – constituído em/por diferentes materialidades discursivas – nos processos discursivos que entram em jogo, visando, com isso, a compreender como os processos imaginários (e ideológicos) do sujeito ítalo-brasileiro materializam-se e relacionam-se entre si. Ainda neste momento, incursionaremos pela forma como instituímos/estamos instituindo o corpus, descrevendo-o. Explicitaremos que livros selecionamos, que monumentos elegemos e quais entrevistas escolhemos, detalhando as condições de produção desses discursos e os critérios adotados para que estes tenham sido selecionados. Neste momento, a partir dos recortes discursivos que relacionamos, juntamente com sua descrição, teceremos considerações, empreenderemos análises, relacionaremos (pelo seguir de um dos

---

<sup>18</sup> Com base em Orlandi (2011) em que o sujeito, já individuado, afetado pela língua e pela ideologia, inscreve-se em uma formação discursiva e projeta-se numa posição-sujeito, na sociedade, representando-se como parte do grupo a que “pertence”; a partir disso, na perspectiva discursiva, há o efeito de pertencer: “uma das ilusões que o liga a suas condições sociais de existência”, sendo que, “mais do que símbolos comuns, é o imaginário que solda o grupo” (p. 23).

fios da imbricada teia de fios do discurso) pontos em comum, ancoragens de sujeitos e de sentidos em seus processos discursivos, nos quais habitam imaginários, passando pelas diferentes materialidades em que se constrói esse discurso.

Esse procedimento – já o observamos – tem se constituído em árdua e, paradoxalmente, prazerosa tarefa, pois há que se fazer o trajeto do distanciamento de vivências que compõem nossa (minha) infância. Em cada linha que lemos, em cada voz que ouvimos, em cada monumento que observamos está presente a memória pessoal, da criança que conheceu aquelas pessoas, que escutou - ou que não pôde escutar - suas histórias, que brincou à sombra daquelas corriqueiras construções, porque viveu na Quarta Colônia dos anos 1960, 1970, 1980... – convive ainda – e que reviveu a Quarta Colônia dos anos 1940 e dos anos 1920 pelas lembranças dos seus (nossos), narrativas essas que continuam a ressoar e que agora transitam sob uma outra superfície.

Por fim, procederemos à discussão dos resultados, em que discutimos como se processam as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro, relacionadas às que faz dele mesmo, sobre o território/o lugar que passa a ocupar/pertencer, às que tem do outro para quem se dirige e às de sua própria história; depois disso, pensamos nas desconstruções desse imaginário, ou seja, quando suas utopias vão deixando de existir, transformando-se apenas em memória de uma esperança passada num futuro. Afinal, “há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo um Y” (RANCIÈRE, [1995] 1996, p. 12). Esse sujeito “sabe” disso? – se isso acontece, como se processa, quando e como se dão essas rupturas, ou, em outras palavras, em que construções imaginárias e ideológicas se efetiva o dano? Além disso, reconhece(-se) na imagem por/para ele construídas - predominantemente a de homem trabalhador e honrado, merecedor de homenagens – o lugar daqueles que falam, o lugar que lhe é atribuído, por obra e graça da política? Para tais considerações, assentar-nos-emos no que Rancière desenvolve na obra *O desentendimento* ([1995] 1996); uma vez que pensamos haver o que chamamos esforço para a reparação e busca de consenso<sup>19</sup> e é para

---

<sup>19</sup> Por consenso, consideramos Orlandi (2010c): para a autora, o consenso é “fabricado”, e tal processo, apoiado na prática da opinião pública, forja um ideal para “solucionar satisfatoriamente” conflitos sociais ao instituir um “nós” coletivo (e homogêneo) sobre o qual incidem políticas públicas que atendam a aspirações e sentimentos compartilhados por uma maioria; no entanto, considerando que as relações sociais são dissimétricas, a produção do consenso estaria sustentada em uma concepção de vínculo social que produz a segregação (não mais a exclusão); em outras palavras, há,

esses recortes que vamos dirigir nossa atenção, pois pensamos que há, na contemporaneidade, uma busca pela dissolução das zonas de litígio, pela presença do político na política que pensa os sujeitos: pelos discursos sustentados em/por diferentes materialidades discursivas, não estaria aí, nesse processo simbólico de subjetivação, a efetivação de imaginários (e efeitos) de unidade, identificação e pertencimento? Com isso analisado, pensamos em estabelecer paralelos entre os discursos baseados no critério diferentes materialidades, pois questionamo-nos: repetem-se, aproximam-se ou distanciam-se? Além disso, se há uma rede de saberes, de sentidos entrelaçados, como ela se dá: há faltas, esburacamentos, saturações? Que regularidades nos apresentam, discursivamente, de seus imaginários? A esse movimento de compreensão da rede de sentidos, estabelecemos respostas a algumas questões para nos servirem de guia. Ou seja, na construção do imaginário, como funcionam as subjetividades do sujeito ítalo-brasileiro: estaria aí um sujeito dividido?; ocorreria a desconstrução desse imaginário, em que signifique se dar conta de “desentendimentos” e de “danos”, havendo hoje formas de reparação e consenso? Nossas considerações finais sobre o estudo desenvolvido apontam o reconhecimento de que esse sujeito busca reinscrever-se em outros lugares.



Imagem 1 – Monumento construído na RST 287, em 1995. Homenagem aos 118 anos da chegada dos imigrantes italianos à Quarta Colônia e aos 120 anos de chegada ao Brasil. Sinaliza o acesso a Silveira Martins (berço da Quarta Colônia).



Fonte: Arquivo pessoal da autora.





## 2 DAS UTOPIAS, DAS ILUSÕES E DOS IMAGINÁRIOS: LUGARES DE SUJEITOS E DE SENTIDOS

*Vi uma estrela tão alta, vi uma estrela tão fria...  
(Manuel Bandeira)*

*Se as coisas são inatingíveis?  
Ora, não há motivo para não querê-las.  
(Mário Quintana)*

*[...] Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma  
mais forte do que o poder do lugar [...].  
(ROSA, 1984, p. 24)*

*No fundo de cada utopia não há somente um sonho; há também um protesto  
(Oswald de Andrade, A marcha das utopias)*

Como sujeitos pesquisadores que precisam sustentar-se numa “máquina de equilíbrio” que, em reflexões de Petri (2013), se materializa na imagem e no funcionamento do pêndulo, explicamos nossos momentos de desequilíbrio e captura, de deslize e de necessidade de contenção dos sentidos. O título desta tese nos toma nesse espaço sempre aberto da linguagem, que escapa. Fragilidades e incompletudes. Ao dizermos “sertão” Quarta Colônia, assentados já estamos nesse mecanismo de projeção de que nos fala Pêcheux ([1969] 2010) – porque também sujeitos. Dizemos assim porque (imaginariamente) inscritos no discurso de que “a metáfora merece que se lute por ela”, entendemos a Quarta Colônia e seu sujeito no mesmo posto/dis-posto do sertão e do seu sujeito nas relações que estabelecem com o espaço – espaço social e espaço de significação, espaço de subjetividade e espaço de inter-subjetividade: é assim que queremos dizê-la, é assim que a vemos, é assim que puxamos, dispomos, tecemos também o fio do nosso discurso, projetando – e construindo – imaginários teóricos e analíticos que são nossas sustentações, nossos pontos de ancoragem. Além disso, ao dizermos, depois dos dois pontos, “travessias” pelo imaginário de um sujeito, submetemo-nos ao seu imaginário, percorrendo seus discursos, caminhos, ruas, ruelas, veredas, chão batido e calçamentos, becos de linguagem, oscilantes entre claros e escuros, ditos e não ditos, opacidades e transparências, cuidando para não nos darmos aos percalços do equívoco e aos enleios da contradição.

Das leituras sobre o discurso, nosso objeto teórico, que vão nos tomando ao longo deste percurso acadêmico, uma questão, posta pelo filósofo e analista de

discurso Michel Pêcheux, enlaça a proposta de nosso estudo: “Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como essa questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano”? ([1982] 1990, p. 8). Tal questão invade o sujeito pelo que lhe constitui, linguagem e igualmente inconsciente e ideologia, e pelo que o toma/captura/afeta: o real – “pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’”; aquele com o qual “a gente se depara [...], dá de encontro [...], o encontra” [...], conforme Pêcheux ([1983] 2008, p. 29). Postula o autor (Ibidem), colocando entre parênteses, a ressignificar: “(O real é o impossível... que seja de outro modo)”. Querer dizer, querer dizer-se, nas suas formas de resistir ao real, lutando por um lugar: seria esse o ponto de (des)encontro do sujeito que investigamos, com a história que lhe determina errante-navegante-e/imigrante, cujo “outro modo” é tangido/tingido pela força de um imaginário de utopia, designada pelo paradoxo sonho-protesto como consta em uma das epígrafes desta escritura? Materializado em linguagem, por seus arranjos, seus subterfúgios, seus recursos, seus deslizos, seus efeitos, em suas posições, em seus sentidos, o sujeito – em seus processos e ilusões - constitui-se.

Movimentamos este estudo pautados pela noção de formações imaginárias, uma vez que o sujeito, para constituir-se “deve-se submeter à língua, ao simbólico”, e “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”, segundo Orlandi (1999, s.p.). Nosso objetivo é pensar, pelo discurso, como a questão do imaginário funciona na constituição dos sujeitos e dos sentidos, especificamente, como o sujeito ítalo-brasileiro se movimenta “dentro” ou a partir das suas formações imaginárias. Destacamos que o pensar dos lugares que “A” e “B” atribuem a si e ao outro traz a questão da exterioridade como lhe sendo constitutiva, uma vez que, interpelado pela ideologia, submete-se à língua, significando e significando-se, pelo simbólico, na história.

É nessa medida, ou por esse parâmetro, que vamos nos guiar. Isso porque, quando pensamos, inicialmente, na discursividade do sujeito ítalo-brasileiro em seus processos de subjetivação na e pela língua em terras brasileiras, na busca por/no (possível) encontro de um “lugar melhor”: sócio, econômico, histórica e ideologicamente constituído, somos instigados a pensar no confronto entre o real e o imaginário – o que se materializa na língua. Perguntamo-nos, então, esse seria o lugar (onde poderiam estar materializados seus constructos) de/da utopia? É o

buscar entender os sentidos/resgatar alguns sentidos para utopia que vai fazer com que pensemos também o espaço: o “espaço Quarta Colônia<sup>20</sup>” – o lugar onde esse sujeito veio parar-ficar e onde fez e fez-se história, língua e discurso - como o sertão roseano<sup>21</sup> – com seus personagens, suas reflexões, seus diálogos, suas caminhadas, seus embates, suas peleias/pelejas, suas solidões, suas relações, alteridades, identidade – a ser passível de uma travessia – cujos objetos “dados a ver” vão, temporal e espacialmente, entrar nos limites de nossos olhares. Um olhar, atravessando o discurso da/atravesado para o discurso na cidade, discurso de um sujeito que se significa, a partir de um processo de territorialização, o qual, segundo Orlandi (2011a, p. 25), “permite ao indivíduo que se desloca em novos espaços – cidade, país, nação – refazer seu território, nós diríamos, restabelecer, reelaborar sua relação ‘solo e sangue’, trabalhar sua relação com os processos de identificação metaforizar-se”.

Este é o nosso percurso: entender como esse sujeito (que vai se dividindo, que vai se subjetivando no plural) discursiviza-se, sendo que, para isso, é preciso sair do campo da naturalização dos sentidos, sair do que determina o poder e o poder do lugar. É também entender os efeitos da ideologia, uma vez que “a ideologia funciona mesmo e, sobretudo, quando parece não estar funcionando” (PETRI, 2010a, p. 33). É com o adentrar a Análise de Discurso desenvolvida por teóricos franceses e brasileiros que visamos a explorar e a entender os processos discursivos em que se constroem sentidos para **utopia**. Afinal,

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147).

Além disso, também com base em Pêcheux ([1983] 2008, p. 53): “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Utopias que formam e transformam, que se formam e se transformam, nos movimentos de

---

<sup>20</sup> Referência a “Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul”, a ser detalhada no APÊNDICE A desta tese.

<sup>21</sup> Referência ao romance do escritor modernista brasileiro, João Guimarães Rosa (1908-1967), *Grande sertão: veredas* (1956).

traslados, de deslocamentos, de buscas: teóricas que podem ser sociais, sociais que se embasam teoricamente, as quais são sempre práticas políticas, visto que, para Pêcheux, conforme Henry ([1969] 2010, p. 24). “o instrumento da prática política é o *discurso*, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Assim, tomando como ponto de ancoragem essas *palavras* – noções – estruturamos esta primeira parte do estudo; por elas, estamos tratando do sujeito e, por ele, de como se processam os sentidos. Incursionaremos também, nesta primeira parte, por questões que tocam/formam o imaginário do sujeito e, também, como se alicerçam suas ilusões, entrando em especificidades de nosso estudo. Considerando, portanto, a metáfora do movimento pendular em sua complexidade, tal como propõe Petri (2013), para tratar da relação entre analista, objeto de pesquisa e teoria discursiva na busca pelos sentidos, observamos que é tempo de instalarmo-nos dentro desse processo. É tempo de, questionados pela e questionando a teoria do discurso, instigados pelas questões propostas pelo nosso objeto, assegurando-nos num dado conhecimento teórico, incorrer na travessia das fronteiras, dos limites: sair do que se põe como unidade e do que se tem como estabilizado, para o encontro de sentidos outros, os quais não estão em estado transparente de linguagem.

## 1.1 DAS UTOPIAS: PARA UM DIZER DE TEORIAS E DE PRÁTICAS

Tratar das utopias da perspectiva teórica na qual nos inscrevemos implica que consideremos a memória discursiva, aquela cujo saber “torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”, paralelamente ao interdiscurso, como aquele que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, noções essas com base em Orlandi (2009a, p. 31).

Assim, ao colocarmo-nos no fio do discurso e assegurarmo-nos nas ilusões constitutivas de todo o sujeito - de estar na origem do dizer e de posse dos sentidos das palavras, conforme Pêcheux ([1975] 2009) –, buscamos, com base naquilo que temos como utopia, sentidos já disponibilizados e materializados em discursos outros. Assevera-nos o autor que o trabalho da ideologia fornece evidências no fato de que todo mundo sabe o que algo quer dizer; no entanto, por esse funcionamento,

há um mascaramento, por uma pretensa “transparência de linguagem”, do “caráter material do sentido”. No entanto, se consideramos que o sentido é determinado, “escolhido” pelas posições ideológicas que estão em jogo nos processos sócio-históricos em que as palavras, as expressões, as proposições são produzidas – relacionados, então, a formações ideológicas e discursivas a que pertence o “dono do seu dizer”, entendemos que toda a possibilidade de sentido está no jogo (“jogo” dos processos discursivos, das posições de sujeito, das formações ideológicas e discursivas) entre o já dito, o dito, o não-dito e o a se dizer, seja repetindo, seja refutando ou seja em/por outra forma ainda. Só temos sentido para utopia porque há um significante que atravessa o tempo, porque constituído/instituído de significados vários. Embasando-nos na memória essa que nos disponibiliza saberes – “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentente’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 149, grifos do autor) ou como o lugar onde também ecoa “uma voz sem nome” (COURTINE, 1999, p. 19) –, selecionamos alguns dos sentidos atribuídos para utopia porque consideramos que ela atravessa as condições de produção do discurso do sujeito deste estudo, bem como as condições de produção de uma disciplina de interpretação que considera, a despeito de elaboração de um outro constructo, o sujeito na língua e a língua na história.

Assim podemos elencar alguns ditos – em seus sentidos – para utopia: é o lugar em que habitam sonhos, desejos, ideais; o inalcançável e distante de Manuel Bandeira ou o inatingível, mas sempre desejável, de Quintana<sup>22</sup>, necessário, determinado ou decorrente do que põe a história por e para sujeitos. Para Houaiss (2009), com quem vamos rastrear sentidos já estabilizados, há três acepções possíveis: (1) lugar ou estado ideal, de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos; (2) qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade; (3) Derivação: por extensão de sentido: projeto de natureza irrealizável; quimera, fantasia.

Para este fazer teórico, trazemos também como epígrafe algumas palavras de Riobaldo, de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e o que delas interpretamos, já que é por esse mesmo gesto que se dá a justificativa de tal

---

<sup>22</sup> De acordo com as duas primeiras epígrafes desta parte.

escolha. “*Ter o pensamento mais forte que o poder do lugar*”<sup>23</sup>, que pode ser entendido na/estendido para a concepção de que os limites determinados por um espaço (social, econômico, identitário, ideológico) podem ser transpostos/suplantados pelo sujeito que nele habita. E isso se dá pelas relações que estabelece (com outro sujeito, com outro lugar, consigo mesmo enquanto sujeito constitutivo de seu discurso) com base nas formações imaginárias, entendidas como “o lugar que A e B atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”, conforme Pêcheux (2010 [1969], p. 81); também conforme o autor, o ponto de vista de A e de B sobre determinado referente, existente em todo processo discursivo.

É aqui que reside/transita o sujeito nosso objeto e sobre o qual versa nosso estudo, o sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia. Tal sujeito que, submetido a condições histórico-político-econômicas desfavoráveis em seu país, é remetido/determinado a um processo de emigração-imigração, no final do século XIX, entregue a situações peculiares de chegada, assentamento, sobrevivência, e, instigado a movimentos de pertencer identitariamente e de crescer economicamente, no século subsequente, projeta-se, lança-se para esse outro lugar, para esse outro modo, nesse outro tempo – possível ou impossível de (se) compor na ordem social e pelas relações por ela determinadas, diante de um real que pode ser interpretável, mas que é sempre indizível, e tende a ser, sempre, simbolizado.

Discursivamente, no entanto, pode ser assim dito: assujeitado, tomado ideologicamente por um discurso dominante, singulariza-se, ao tomar uma sua posição sujeito diante do que o Estado, por/em seu aparelhamento ideológico<sup>24</sup>, impõe, diante do qual aceita, rejeita ou resiste, escrevendo, assim, a sua história, registrando em palavras, imagens e sons a sua memória, que é sua, mas que é desse coletivo, desse sujeito que diz(-se) ser Um. Essa, uma (sua) utopia social.

Nosso trajeto é partir do “ler”, mas, é, essencialmente, determo-nos no *entender como* esse sujeito discursiviza-se – em resposta a sua(s) utopia(s); portanto, é (buscar) sair do campo da naturalização dos sentidos, sair do que determina o poder e o poder do lugar, é visar a compreender os efeitos da ideologia, o modo como esta se materializa no discurso – é entrar no “absurdo de um *círculo*

---

<sup>23</sup> Nosso discurso de tese vai estar entremeado pelas falas e pelas reflexões de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, da obra *Grande sertão: veredas*, as quais se atravessam para se/nos dizer: inspiração maior. Para essas inserções, marcando-as, usaremos sempre itálico e aspas.

<sup>24</sup> Com base em Althusser, “Aparelhos Ideológicos do Estado” (1983).

pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos, ao modo do Barão de Münchhausen” para dizer diferente do que diz a evidência, que “as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos”, conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 32). Ao opor base linguística a processos discursivos – “língua é a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (Ibidem, p. 81) –, somos instigados a observar que há uma divisão discursiva por detrás de sua unidade e uma autonomia relativa frente a todo o sistema linguístico, e que isso encontra justificativas: “*todo processo discursivo se inscreve numa luta ideológica de classes*” (Ibidem, p. 84). Nessa língua em funcionamento, por e para sujeitos: aí reside o trabalho do analista, compreender a materialidade dos sentidos.

Entendemos que, ao se organizar um estudo, antes mesmo de ser escrita a primeira palavra, analista, arquivo e teoria já estão circunscritos um ao outro, constituindo aquilo a que Petri (2013, p. 42) refere, sob a metáfora do movimento pendular, como sendo o ponto de partida, a inércia, a qual funciona como “um ponto de referência, lugar de sentidos estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria [...] o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria [...]”. Entendemos, por esse viés, que a teoria, assim, vai perpassando o tempo todo o trabalho a que nos propomos. Ou seja, é ela que nos desacomoda, desconforta, instiga, que faz com que sua escolha já seja uma tomada de posição. No entanto, embora estejamos chegando agora a ela, essa teoria, a Análise de Discurso, com sua historicidade, aloca-se em um momento no campo do saber linguístico, e esse momento, na complexidade do continuar e do romper, também significa – por isso, precisa ser exposta/explicitada em algum lugar neste estudo. E esse lugar está relacionado a uma outra utopia, uma utopia teórica.

Assim, questionando haver distâncias possíveis e imagináveis entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador, um por ser o objeto visto, outro por ser o sujeito que olha, dizemos de suas aproximações: as utopias que os regem, as quais vão constituindo a cada um, em seu modo e lugar.

Quando pensamos em discorrer sobre **utopias sociais**, pensamos que estamos diante de constructos sociais, os quais não estão à deriva no tempo, uma vez que ligados a determinadas condições de produção – entendidas, de acordo com Orlandi (2009a), em sentido estrito, a circunstância da enunciação, o contexto imediato e, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. Diante disso,

cumprir referir que, quando pensamos “utopias sociais”, estamos abarcando sujeito, língua, relações imaginárias, prática social, assim como se entrelaçam outras noções ainda do campo teórico em que nos inserimos. Acrescentamos, no entanto, que, ao lado de constructos de utopia, coexistem, em silêncio ou como ruído, formas de sua denegação: contrapostos, rupturas, danos com aquilo que se elege, e (de)movência, deslocamento para outros portos/aportes.

É preciso se dar ao texto, o qual, na perspectiva discursiva, de acordo com Orlandi (1983, p. 204-205), “é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”. Para isso, para nos inserirmos no fio do discurso, tomamos, como ponto de partida, More ([1516] 2004)<sup>25</sup>, que, na obra “Utopia”, reflete sobre uma sociedade imaginária, considerada ideal, com base na comunhão de bens, na justiça e na igualdade. Pontuamos que a relação que estabelecemos entre a leitura que realizamos dessa obra de ficção, cujos originais datam do início do século XVI, e o estudo que fazemos sobre o discurso do sujeito ítalo-brasileiro, em condições dadas pela realidade social do final do século XIX, seguindo-se pelo século XX, é a da insatisfação com a realidade presente e circundante aliada à busca/ao encontro – ou ao desencontro – do sonho de uma outra possibilidade de vida, seja ela de caráter comunitário, baseada em princípios socialistas, ou de caráter individual, alicerçada na propriedade privada ou em possibilidades outras, ainda – projetada em algum lugar, mas sempre em outro lugar.

Assim, o que funda o sujeito sobre cujos processos discursivos nos debruçamos é o fenômeno migratório que movimentou, no fim do século XIX e início do século XX, milhares de europeus em direção à América, em decorrência da expansão do capitalismo e das novas formas de produção então adotadas (IOTTI, 2010). Dadas as determinações históricas, para o sujeito que se tornou imigrante – advindo de camadas populares, camponeses, pequenos artesãos, por exemplo –, emigrar era fugir da fome, fugir da exploração, fugir do serviço militar, fugir da guerra, era sair de, era ir em direção ação a. A emigração dos italianos, a emigração dos italianos para o Brasil, o sul do Brasil, as colônias, da primeira à Quarta, consiste em ser utopia: “não somente o sonho de *far l’America*, mas também uma forma de resistência às difíceis condições de vida impostas pelo desenvolvimento do

---

<sup>25</sup> Referência à obra *Utopia*, de Thomas More (1478-1535), publicada em 1516, em Basileia (Suíça), por Erasmo.



capitalismo”, tanto no aspecto econômico, quanto em relação a mudanças de valores e de credos, conforme Zanini (2006, p. 41, grifos da autora). Utopias essas que não necessariamente se realizam e que, certamente, não permanecem as mesmas para o sujeito que se assenta, permanece, marca o solo, constitui(-se com o) território e atravessa o século XX.

Embora as condições de produção em muito estejam distanciadas, além de estarem em campos de saberes diferentes – uma é da ficção literária, outra faz parte da história – outra questão os relaciona: são eles narradores/sujeitos, que, pela língua/pelo simbólico, transmutam o ideologicamente constituído em materialidades passíveis de serem interpretadas. Ao primeiro, porém, a importância da obra, dos seus personagens e do seu enredo, resumidos em seu título: “Utopia”<sup>26</sup>, ilha imaginária/imaginada, um não-lugar ou lugar que não existe, texto-base para reflexões advindas das ciências sociais. Ao segundo, neste momento, nosso estudo e nossas reflexões.

Tratamos das redes de memória, dos trajetos sociais dos quais um discurso irrompe, compreendendo, de Pêcheux ([1993] 2008, p. 56), que “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”. Discuti-los é, portanto, discutir o lugar do sujeito na história. Considerar que “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146, grifos do autor) é poder compreender a materialidade do discurso. Buscamos também compreender o limiar [comum] pelo qual autores adentram essa questão, dando lugar à falha, à falta, à incompletude do sujeito em relação a si, na sua relação com seu lugar determinado sócio e historicamente. Como adentrar/com que instrumentos (re)colher os discursos de um sujeito que, ao chegar em território estranho/estrangeiro, admira-se, encanta-se, frustra-se, revolta-se, aceita, sucumbe, espanta-se, vê-se em (im)possibilidade de existir? Ou, de um sujeito que, já respondendo a outra língua, a outro processo de assujeitamento, busca/encontra, na memória social, coletiva, rastros de um encantamento que tanto pode ter se dado ao dano quanto pode ter se transmutado em novos modos de sonhar?

---

<sup>26</sup> Não nos deteremos nas especificidades da narrativa, nem nos indicativos de reflexões abertos por essa obra; salientamos, porém, que apresenta uma sociedade-modelo, passível de assim servir, ainda hoje, a discursos que acreditam numa forma mais justa e equilibrada de justiça, a contemplar não só o individual humano, mas também o social como o espaço da possibilidade de realização, de felicidade; mas, também, não deixa de suscitar críticas em relação ao modelo que apresenta.

Foucault ([1984] 2013)<sup>27</sup> trata dessa questão tomando como ponto de partida aquilo que considera o contrário de utopia, o próprio corpo. Definindo-o, inicialmente, como o lugar sem recurso ao qual se está condenado, afirma que é contra ele que nascem as utopias, sustentando que “a utopia é um lugar fora de todos os lugares” (Ibidem, p. 8), podendo ela ser tanto um lugar onde se poderia ter um corpo “sem corpo”, transfigurado, um corpo incorporal, tal como o país das fadas, dos duendes, dos mágicos – em seus poderes –, quanto o lugar feito para apagar os corpos, sendo este o país dos mortos, as cidades utópicas deixadas pela civilização egípcia – por suas múmias, a utopia do corpo negado e transfigurado, que persiste no tempo; por suas máscaras de ouro sobre os rostos dos reis defuntos, a utopia dos corpos gloriosos –, ou pelo mito da alma, seja em seu contraste com o corpo por sua pureza, seja em oposição ao corpo por sua eternidade. A par das considerações anteriores, porém, o autor diz que se enganara ao colocar as utopias contra o corpo ou o apagando, porquanto elas dele nascem, podendo a ele e contra ele retornarem. O corpo humano é o ator, ainda, de todas as utopias, quando se trata de máscaras, da maquiagem e da tatuagem, porque depositam no corpo toda uma linguagem – enigmática, cifrada, secreta, sagrada –, que se relaciona a um deus, ao sagrado, ao desejo. Dessa forma, “o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado num espaço outro” (p. 12); “é ponto zero do mundo”, “é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (FOUCAULT, [1984] 2013, p. 14).

Tais reflexões abrem ao nosso livre-pensar sobre como o sujeito ítalo-brasileiro pode dar a ver o atravessamento, a clivagem dessa utopia em “seu corpo” (como Um, como coletivo), para o qual, antes de darmos respostas, lançamos perguntas: o que/quem é esse que é arrancado de seu espaço próprio e projetado num espaço outro, ou num corpo outro? Nas autoimagens, quantas vezes um corpo franzino e sofrido se transfigura em robustez e fortidão? De quantas e de quais máscaras e maquiagens se utiliza para se dizer vitorioso? Em que sentido é - a que busca de sentidos se lança - a linguagem da qual se veste/despe, esse seu corpo dado/lançado/estilhaçado a uma determinada utopia?

---

<sup>27</sup> Conforme consta na edição que tomamos como referência, esses textos são duas conferências radiofônicas proferidas pelo autor, em dezembro de 1966 no France-Culture; somente uma versão reduzida de “As heterotopias”, aprovada pelo autor, fora publicada em 1994, sendo que as duas foram objetos de edição em áudio em 2004. Nesse caso, citamos inicialmente o ano da edição (em português) com a qual trabalhamos e entre colchetes o ano do proferimento das conferências.

No entanto, além de considerar o corpo como um lugar de utopia, Foucault ([1984] 2013) dá-nos a compreender mais duas questões, as quais também tocam sobremaneira este estudo: lugares que não pertencem efetivamente a espaço algum, nascidos na cabeça dos homens – “no interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar dos seus sonhos” (p. 19) – e lugares de utopias que vão garantir um lugar preciso, real, possível de situar no mapa, de marcar no calendário: lugares utópicos, momentos ucrônicos, referirá o autor. Refere-se aos contraespaços, não às regiões de passagem, como ruas, cafés, moradias, mas a espaços outros, conhecidos das crianças, herdado dos adultos, a eles novamente remetidos e por eles, na condição de sociedade, novamente organizados – jardins, cemitérios, asilos, prisões, colônias de férias, entre outros. Ao sonhar com uma ciência que tivesse por objeto esses outros lugares, “contestações míticas e reais do espaço em que vivemos” (p. 20-21), sonha-a como “*heterotopias*<sup>28</sup>”, espaços outros, comuns a todas as sociedades, mas passíveis de serem alterados, mudados. Refere-se às heterotopias do tempo, como os museus e as bibliotecas, próprios ao nosso tempo, assim como, em outras instâncias, o teatro, as escolas, as casernas e as prisões também cumprem esse papel.

Diante do pensar desse filósofo francês, que nos conduz por entre trajetos de sentido para que possamos compreender um pouco mais sobre utopias e heterotopias – pois é em alguns desses lugares que se assentam as construções imaginárias do sujeito em questão –, é preciso destacar, sobre essa última, conforme está em Foucault (2013 [1984]), que estas, as heterotopias, são a contestação de todos os outros espaços. Tais contestações podem se dar de duas maneiras – uma, que cria uma ilusão a qual denuncia todo o resto da realidade como ilusão; outra, interessante a esta reflexão, que cria outro espaço real proporcionalmente tão perfeito quanto desarranjado é aquele no qual efetivamente se vive. Para situá-la, o autor discorre sobre as colônias, fundadas na América, nos séculos XVII e XVIII, entre outras, assim como destaca o projeto da Companhia de Jesus, que criara/fundara, no Paraguai, “uma colônia maravilhosa onde a vida por inteiro era regulamentada, onde reinava o regime mais perfeito do comunismo, pois as terras e os rebanhos pertenciam a todos” (p. 29), considerada, então, exemplo de sociedade fechada sobre si mesma, pouco – ou quase nada – atrelada ao resto do

---

<sup>28</sup> Termo e grifos cunhado pelo autor, de obra e página referidos anteriormente.

mundo. Compreendemos, ao estabelecermos um paralelo entre tais considerações e o objeto aqui em suspenso – forçoso interstício de tempo, de espaço e de sujeito –, que as colônias de imigração visariam a dar conta de cumprir esse papel, embora, se comparadas ao exemplo dado pelo autor, ideologicamente, em quase nada se assemelham, uma vez que a utopia que move o sujeito de nosso estudo para um espaço outro (uma sua heterotopia, uma sua forma de contestação, marcando-a com o movimento do seu corpo, a lançar-se a) alicerça-se na ideia de propriedade privada e de questões intrínsecas a ela – ainda que, paradoxalmente, para sobreviver, era necessário amparar-se na coletividade.

Schaller (2002), ao avaliar o período de meados do século XIX até os anos 1950, considera que aquela sociedade pensada e estruturada em cima de uma totalidade, coerente e congruente com a revolução industrial e a formação dos Estados-nação democráticos modernos – organizada via estrutura das relações de classe, sistema de instituições e empreendimento da cultura – está, diante dos fatos, das críticas e de novas teorias, fendida, esfacelada. Para o autor, houve diminuição do trabalho industrial, novas estratificações profissionais, instabilidade de emprego, precarização dos assalariados, o que embaralhou antigas fronteiras e referências. Com base nisso, o movimento operário não é mais o motor de uma possível mudança social, e a análise em termos de classe não dá conta de explicar sozinho a organização da sociedade e seus conflitos. Em sua constatação, estão sendo geradas novas desigualdades e novas formas de dominação, deslocando as linhas de clivagem, e estariam tanto os inseridos quanto os excluídos do sistema produtivo engajados numa “luta por lugares”, não mais uma luta de classes, conforme o autor (2002, p. 149). Além disso, ao lado de um processo profundo de “desinstitucionalização”, desenvolve-se uma “cultura heroica do sujeito”, que remete a cada um a responsabilidade de seu próprio destino, em que desempenho e merecimento, no trabalho, na universidade, são os sentidos indicados, suplantando a questão de que recursos e oportunidades não são iguais. Estariam, na dinâmica dos movimentos sociais, nas cenas midiáticas do espaço público e no jogo democrático da vida pública, a redefinição e a reafirmação desse conjunto de tensões, sendo que se coloca, portanto, a questão sobre em que sociedade se quer viver. Considerando que se saiu de uma sociedade de discriminação para uma sociedade de segregação - processo esse que engloba também uma abordagem integrativa –, de uma sociedade industrial à pós-industrial, em que a produção é

substituída pelo consumo, para pertencer à sociedade é preciso *estar dentro*. Assim, a partir do campo de ação dos sociólogos, propõe que as práticas de intervenção tentem “balizar a construção de modelos inovadores e até acompanhar as transformações sociais atuais e restituir aos atores – populações marginalizadas e profissionais do local – suas respectivas capacidades de ação, em direção à construção de um novo viver junto em uma democracia renovada” (SCHALLER, 2002, p. 152), no que chama de luta contra a marginalização e pela solidariedade. Discutindo as diversas noções de democracia, retém que:

[...] uma democracia não é uma simples participação política. Ela não é tolerância pura, nem afirmação de uma cidadania separada das relações sociais desiguais na sociedade. A democracia é a política do sujeito [...]; é o conjunto de instituições que permitem o mais alto nível possível de reconhecimento do outro (SCHALLER, 2002, p. 154).

Portanto, podemos refletir junto a esse percurso que fazemos sobre utopias sociais que estas se caracterizam por estarem estruturadas/pautadas em diferentes modos de viver em sociedade. Quer pensemos as utopias como a busca por outros lugares (MORE, [1516] 2004), lugares outros para os mesmos corpos ou mesmos lugares para outros corpos e às suas infindas possibilidades de resistir/suplantar a si (FOUCAULT, [1984] 2013), pela devolução da capacidade de ação ao sujeito, pela política do sujeito, pelo caminho da solidariedade, uma democracia renovada (Schaller, 2002), ou por outras tantas outras vias, elas medeiam a vida em sociedade, como mito, como máscara, como metáfora, como deslize em/pela linguagem e ação (real) a ser também discursivizada. Esses são alguns recortes que fazemos, os quais consideramos pertinente serem associados às práticas sociais dos sujeitos que tiveram uma história de emigração/imigração e que buscam se ressignificar e, principalmente, reconhecer-se por/em seus discursos, por/em suas memórias. A questão que anda em paralelo é: que utopias sociais vão dando conta do sujeito que, assim identificado, está presente em tantos outros presentes, no decorrer dos distintos tempos?

Continuaremos nos remetendo a utopias, acrescentando questões relativas a rupturas e (de)movências dentro desse constructo. Compreendemos – dentro das utopias que vão se movimentando junto aos processos sócio-históricos – que a luta por lugares referida e refletida por Schaller (2002) vai ao encontro do tratado por Rancière ([1995] 1996), no sentido de que a luta por um lugar só se torna imperativa

àqueles que viveram o dano. É por haver esse reconhecimento de si que nos remetemos a este autor – Rancière ([1995] 1996) –, teórico que discute a questão do lugar, do reconhecimento, da participação do sujeito por meio da política - entendida como “a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais?” (Ibidem, p. 12) – e o que ela implica. Reconhece o autor, no entanto, que é preciso, para que a reflexão surta efeito, encontrar seu ponto de desentendimento<sup>29</sup>, do conflito, quando interlocutores falam igual, mas entendem diferentemente, questão que incide sobre os falantes também. A par disso, tomando como base os conceitos aristotélicos implicados nas formas de organização da pólis ateniense, o filósofo vai se referir a um “erro fundamental na contagem” (p. 22), em relação à liberdade e à igualdade do povo.

A liberdade, qualidade daqueles que não têm nenhuma outra, é contada como virtude comum e, por ela, há identificação dos que não tomavam parte em nada (a parcela dos sem parcela) com o todo da comunidade, insituindo, a si, uma impossível igualdade. Esse é o dano fundamental, apropriar-se de uma qualidade comum como sua qualidade própria; e é assim, dessa forma, que se instala o litígio, momento mesmo em que se institui a política.

Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. É a política [...] que faz os pobres existirem enquanto entidade. [...] A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida por uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política [...] baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem na dominação ou desordem na revolta (RANCIÈRE, [1995] 1996, p. 28-29).

Rancière ([1995] 1996, p. 28-29), por um efeito parafrástico, desliza de “povo” > “pobres” > “reino da ausência de qualidade, a efetiva disjunção primeira que porta o nome vazio de liberdade, a propriedade imprópria, o título do litígio”. Esses uns, esses sem parcelas, conforme o tempo, segundo o autor, ganham ainda outras designações: subordinados, em contraposição a chefes; pessoas do nada, em oposição às pessoas de bem; multidões, em contraponto a elites; ignorantes como contrário a peritos. Hoje, segundo o autor, a proposta se enuncia diferentemente,

<sup>29</sup> Tal conceito será explicitado e discutido na página 82.

enfocando-se as “partes” da sociedade, maiorias e minorias sociais, categorias sócio-profissionais, grupos de interesses, comunidades; então, se há partes, é preciso se fazerem parceiros, sendo que observa que a proposta permanece a mesma, não haver parcela dos sem parcelas, só há a parcela das partes, o que tem, então, desde a Atenas do século V, algo em comum, o partido dos ricos, na negação da política, dizendo que não há parcela dos sem parcela. Assim, “o dano, pelo qual existe política não é nenhum erro pedindo reparação. É a introdução do incomensurável no seio da distribuição dos corpos falantes” (RANCIÈRE [1995] 1996, p. 33). “Povo” será o nome, a forma de subjetivação pela qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes, jogando-os ao silêncio ou restringindo sua voz a um barulho animal que exprime apenas satisfação ou sofrimento. Dessa forma, institui-se outra ordem, junto à outra divisão do sensível, ou seja, descobrem-se “ao modo da transgressão, como seres falantes, dotados de uma palavra que não exprime simplesmente a necessidade, o sofrimento e o furor, mas manifesta a inteligência” (Ibidem, p. 38), ou seja: busca-se estabelecer um lugar, numa ordem simbólica da comunidade dos seres falantes. Assim, o litígio está no próprio reconhecimento das partes, e a política (que não é feita de relações de poder, mas de relações de mundos, segundo o autor), reside no conflito em torno da existência de uma cena comum; o dano, o próprio enfrentamento e as contradições de dois mundos alojados num só. Assim, há o desejo de contar-se e considerar-se como parte da *civitas* a parcela dos sem-parcelas e fazer-se ouvir (sair do legado do silêncio), mas fazer-se ouvir enquanto voz, não só de ruídos, mas de inteligência, tomar lugar na/da *partilha do sensível*, conforme Rancière ([2000] 2005). Embora tais “reivindicações” sigam diferentes lógicas, uma ligada à política e outra ligada à polícia<sup>30</sup>, a política como prática segue a lógica do traço igualitário que assume a forma de tratamento de um dano; é um assunto de sujeitos, de modos de subjetivação, que nada mais é a produção de uma instância e de uma capacidade

---

<sup>30</sup> A diferença entre política e polícia está em que, àquilo que geralmente se entende como política, é polícia: “o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (p. 41); é “uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa” (p. 42); política, diferenciando-se da primeira, é “a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (p. 42); “a atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar” (p. 42).

de enunciação, antes não-identificáveis; é o sair da naturalidade de um lugar, o abrir-se à contagem dos incontados; é o pressupor uma “multiplicidade de eventos de palavra, quer dizer, de experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz, em torno da divisão do sensível” (RANCIÈRE [2000] 2005, p. 48); é a ocupação de um lugar. A subjetivação política, por sua vez, recorta a experiência que confere a cada um a identidade<sup>31</sup> com sua parcela, desfazendo e recompondo as relações entre os modos de fazer, de ser e de dizer. Para De Certeau ([1990] 1998, p. 58), seriam os heróis anônimos que, historicamente, vêm de longe, os quais, nos tempos chegados da democracia, constituiriam “uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém”, situações de guerra, ao poderíamos comparar várias outras situações, de outros confrontos, que misturam sobrevivência e morte, mas principalmente anonimatos, formas também de apagamento e de esquecimento<sup>32</sup>. Esse que hoje, homem ordinário, dá-se a representar no próprio texto, no e pelo texto, “metalinguagem de si mesmos” (Ibidem, p. 61), o extravio da escrita fora do seu “lugar próprio”, em que esse “próprio” consistiria na “*vitória do lugar sobre o tempo*” (Ibidem, p. 99, grifos do autor). Nesse pensar, consideraríamos utópica a ideia de que não há mais parcela dos sem-parcela, de que todos têm vez e voz, de que hoje todos são contados – ou rememorados, como forma de apagar o dano – de que todas as instâncias da sociedade – sem distinguir o povo, o que já inscreveria uma contradição – participam de um mesmo comum, democraticamente estabelecido, possibilidades de uma forma de relação sujeito/sociedade ou Estado. Linhas móveis, a serem questionadas pelo autor.

Orlandi (2012a) avalia que, com o fim da guerra fria, nos anos 1960/1970, cria-se a ilusão do nascimento de uma “comunidade internacional”, em que “o mundo é Um” (p. 24). No século XXI, as questões que se interpõem passam pela mundialização, por seus efeitos nas políticas dos estados nacionais, pela noção de consenso, a qual é base para uma mistificação democrática. Tal discurso, neoliberal,

---

<sup>31</sup> Reiteramos que a noção de identidade aqui explorada se ancora, na Análise de Discurso, na noção de Formação Discursiva, conforme consta na nota n. 11.

<sup>32</sup> Podemos referir a isso os imigrantes que morreram no Barracão: “Devido a precárias condições de higiene e ao grande número de pessoas a dividir o espaço do Barracão, houve o florescimento de uma epidemia que, segundo relatos, teria matado 400 imigrantes” (ZANINI, 2006, p. 109).



tem se consituído num discurso dominante na atualidade, e a mundialização dá condições para a hegemonia do Texto e sua circulação. Isso tudo dentro do sistema capitalista em que se está vivendo, cuja razão está sujeita a muitas formas de contradição. Pergunta-se a autora:

O que é liberdade para este sistema? O que é democracia? O que são direitos individuais para o sistema capitalista? No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor em potencial. Não vivemos um mundo pensado pelo Iluminismo [pautado nos princípios de universalidade, individualidade, liberdade, autonomia e racionalidade] e tampouco suas ideias permanecem como então. São outras condições de existência, é outra ideologia, é outra representação do sistema de ideias que aí funcionam, o imaginário (ORLANDI, 2014, p. 31).

Assim, corroborando com as ideias de Rancière ([2000] 2005), a autora reflete sobre como se constitui esse Estado capitalista, apontando sua estrutura pela falha, produzindo efeito de falta e, por elas, a divisão e a diferença, as quais, pelo funcionamento da ideologia, em uma sociedade hierarquizada, de relações dissimétricas, de força, de poder, ideologicamente simbolizadas, produzem a segregação e/ou o preconceito. Tais divisões se materializam pela via institucional: ter ou não ter escola, ter ou não ter fluência em distintos discursos, ter ou não ter trabalho, casa, corpo sem obstáculos. Fundam-se “minorias”, busca-se o reconhecimento do Estado, pela diferença, pela singularidade, pela identidade, “sem que isso implique, na prática, em desigualdades sociais, políticas, econômicas e éticas” (ORLANDI, 2014, p. 31). Na busca pela voz ativa e pela possibilidade de intervenção nas instâncias decisórias do poder, há algo que move tais grupos: o impulso de transformação. Nesse sentido, “trata-se da entrada em consideração dos sujeitos e do simbólico, na possibilidade de ruptura e resistência. Relação dinâmica entre indivíduo (sujeito individuado) e sociedade, ou melhor, formação social não inerte, tomada na história” (p. 32), em que reivindicação de minoria confronta-se com relações de poder, em que funcionam não mais movimentos sociais, mas movimentos de sociedade, ainda conforme a analista.

Nesse sentido, poder-se-ia considerar, como situações que ilustram esse movimento, o reconhecimento, por parte do Estado, pelo IPHAN, da língua da imigração italiana, o *talian*, por meio do recebimento do título de Referência Cultural Brasileira, no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Tal reconhecimento também vai se dar em relação a línguas indígenas. Ou seja, absorvem-se e anulam-

se essas diferenças, reconhece-se: efeito de pertencimento, pela letra da Lei. Apagamento (?) da violência à materialidade simbólica da imigração, forma de “superar”, sobrepor, lidar com o dano?

Castoriadis ([1979] 1983) também se refere à possibilidade de uma nova sociedade. O autor, em avaliação referente à década de 1980, afirma que a cultura da sociedade capitalista “enquanto um conjunto de normas e de valores, enquanto formas de socialização e de vida cultural, enquanto tipo socialmente histórico de indivíduos, enquanto significação da relação da coletividade consigo mesma e com aqueles que a compõem” (p. 289), estaria para morrer. Em contrapartida, algo estaria para nascer, já há dois séculos: uma nova sociedade, pautada em um projeto de autonomia social e individual, criação política em sentido profundo, assim identificado: “revoluções democráticas, lutas operárias, movimentos de mulheres, de jovens, de minorias culturais, étnicas, regionais – tudo isto é testemunha da emergência e da vida continuada deste projeto de autonomia” (Ibidem, p. 289). Na ligação entre criação cultural, problemática social e política da atualidade, o autor questiona: tal sociedade pode querer ser autônoma para ser autônoma? Para quê? Se for para satisfazer suas necessidades, quais seriam elas? E o que é viver? Além disso, quais seriam seus valores? Nessa nova sociedade, imaginemo-la, haveria espaço para uma efetiva reparação do dano, sem efeitos de, em que haveria sujeito e sujeito?

Enquanto seguem pulsando as questões aqui levantadas, as quais nos servem de guia, de margem, ao delinear os (tortuosamente) nosso caminho, a par do que temos colocado, perpassando nossas reflexões que tocam a história daquilo que buscam os revolucionários, consideramos, também, outros sujeitos em paralela condição. Lançamos nosso olhar aos refugiados, os exilados, os retirantes (entre tantos anônimos que desejam ser vistos – contados – em um urbano que não se restringe às ruas de uma cidade, cujos passos se dão sempre no atravessar de lugares, sempre em direção a: a uma “outra realidade menos morta<sup>33</sup>”, a se distanciarem de “tanta mentira, tanta força bruta<sup>34</sup>”), e aos imigrantes, em sua história, no que temos proposto como sujeito ítalo-brasileiro. Nosso estudo recai sobre o sujeito ítalo-brasileiro: em que consiste(m)/consistia(m) sua(s) utopia(s),

---

<sup>33</sup> Da canção Cálice, de Chico Buarque e Gilberto Gil. Disponível em: <[http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=calice\\_73.htm](http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=calice_73.htm)>. Acesso em: mar. 2016.

<sup>34</sup> Idem à nota anterior.

senão tomar parte numa contagem, trazer-se à política, fazer-se sujeito político, conseguir ser contado como sujeito falante, instituinte de/em uma comunidade, em/por sua maneira de ser, de fazer e de dizer, ou seja, de se colocar num lugar de atividade política, significada como a “que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar [...] [aquela que] faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso onde ali só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÉRE, [1995] 1996, p. 42)? Junto à memória discursiva que nos disponibiliza saberes, refletimos - aliados ao que o discurso do sujeito ítalo-brasileiro tem de materializado - o quanto esse algures/alhures significa melhores condições de vida ou mesmo a sua própria condição de vida: é esse/nesse imaginário de lugar, que pertence ao/preenche o campo da falta, que o sujeito (inconsciente, ideológica e linguisticamente constituído) busca espaço: espaço para significar(-se).

Dentro desses lugares, anteriormente referidos, inserimos o espaço histórico e geográfico no qual se assenta o sujeito cujo discurso é objeto desse estudo. Para isso, relacionamos a ideia de utopia: para tomar a **Quarta Colônia**<sup>35</sup> – como poderia ter sido qualquer outra colônia, mas não o é, enquanto espaço que, discursivamente, “significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de enquadrar o acontecimento”, conforme Orlandi (2010, p. 6), ou seja, como um/o espaço imaginário para o qual se lança/no qual está tal sujeito, simbolizando a si o/um lugar de uma possível organização social mais justa, associado a uma plástica perfeita, a ser contado em territórios outros; para pensar como outros tantos lugares eternizados em escritos literários em prosa e em verso; para pensá-lo como corpo utópico/simbólico – com sua anatomia, com sua historicidade, com sua inscrição em um espaço-nação maior –, onde a linguagem se faz máscara, maquiagem, tatuagem; como o lugar outro, que nasce no espaço das/entre as palavras, nas narrativas, no lugar (sem lugar) dos sonhos.

Em vista disso, cabe explicitar que sujeito é esse, tomado pelo histórico e pelo simbólico, e trazer à discussão se o espaço transformado em território seria a projeção plena/plana de seu imaginado mundo, onde se estabeleceriam relações de identidade, de pertencimento, entre outras, amarradas nas relações discursivas em/por todos os seus mecanismos e vieses: nos mecanismos de antecipação, nas

---

<sup>35</sup> Sobre a Quarta Colônia: ver APÊNDICE A.

relações de força, nas relações de sentido – pelas formações imaginárias – , pelo assujeitamento e por atravessamentos ideológicos – pelas formações ideológicas – e pela/na formação discursiva em que se inscreve. Consideramos também “a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (PÊCHEUX, [2007] 2010, p. 52), em que pese a memória discursiva, “a condição do legível em relação ao próprio legível” (Ibidem). É, pois, dessa forma, que Pêcheux vai se referir à questão de que todos os discursos já foram ditos. Inclusive o das utopias.

As utopias não se restringem ao campo das práticas sociais, revolucionárias ou não, que tocam diretamente as lutas dos que detêm ou visam a deter o poder do Estado, dos que o pensam de outra forma ou sem forma alguma, e/ou, ainda, dos que dele fazem parte, visíveis ou não em/por suas políticas. Elas podem se dar no campo das ciências – também práticas sociais<sup>36</sup>, também em ação política – e é a uma dessas utopias que vamos nos remeter e, com ela, adentrar o território da Análise de Discurso – tocando em algumas das suas questões epistemológicas e conceituais –, delineado quando de uma França marcada pelas manifestações de maio de 1968 e de um Brasil fadado, mas ainda resistente, às marchas iniciadas em 1964. De acordo com Orlandi (2012a, p. 16), “se na Europa a crise das esquerdas é sentida onde se vive o estado de direito, no Brasil vivemos em plena ditadura militar. Desse modo, a questão política central, para nós, está na relação das esquerdas com a ditadura” – e sujeitos de/das ciências estão na ciência e estão na história/nas Histórias e na história da própria ciência<sup>37</sup>.

A Análise de Discurso surge, segundo Gadet ([1990] 2010), em meados dos anos 1960, tempo de crises sociais e políticas na Europa ocidental, sob uma conjuntura intelectual e acadêmica dominada pelo estruturalismo, em que pesará, principalmente, o fato de que vai se apoiar no político, questionando a Linguística e

---

<sup>36</sup> Em relação essa questão, Guasso e Petri (2016, p. 16), em estudo sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux, observam que, para o referido autor, quando trata de ideologias teóricas e de ideologias práticas, não há um fio do discurso levando-se em conta um discurso de ciência em relação a outro discurso de ciência: “as questões teóricas não estão isoladas de questões práticas, mais especificamente das práticas sociais”. Isso, ainda para as autoras, incide sobre o que significa identificar o sujeito da ciência, uma vez que este intervém em reflexões sobre o que significa produzir conhecimento na área de Estudos Linguísticos e sobre como isso intervém no fazer cotidiano.

<sup>37</sup> Conforme Pêcheux (2009 [1975], p. 173, destaques do autor): “[...] as ideologias teóricas e as diferentes formas de ‘filosofia espontânea’ que as acompanham – não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem ‘compartimentos’ especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomização variáveis”.

a ilusão de que esta estaria oferecendo um instrumento objetivo de abordagem da língua, “sonho de uma hipotética neutralidade da gramática” (GADET, [1990] 2010, p. 9). Para a autora, a forma acabada é a que se desenvolve na França, ancorada no constructo de Michel Pêcheux, elaborado juntamente com outros pensadores, sobre uma teoria do discurso, sendo que esta se torna impensável sem uma teoria do sujeito, o que vai se construir naquele momento e em sua continuidade.

Para Malidier ([1989] 2003, p. 21), com relação ao percurso de Michel Pêcheux, é preciso destacar o artigo do número 24 da revista *Languages*, de 1971, escrito em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry: “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, sua entrada (estrondosa, segundo a autora), no campo da Linguística. Nele, fez intervenções de forma central em torno de Saussure e contra a semântica, desembocando em uma questão fundamental: o que pode a linguística quando se trata do sentido? De acordo com a autora, está inaugurada uma reflexão sobre Linguística, a qual percorrerá toda a obra até esta se tornar mais autônoma, ou seja, estabelecer as relações entre linguagem e a ideologia e valer-se de instrumentos, de um dispositivo teórico-analítico para isso. Pêcheux, conforme Henry ([1969] 2010, p. 36), voltou sua atenção para problemas que fora encontrando em seu caminho: “o da ligação entre o objeto de análise e da teoria do discurso e o objeto da linguística”.

Pêcheux, ao lado de Gadet (2011a)<sup>38</sup>, sobre a relação entre história, ideologia e discursividade, bem como em relação à questão da língua, mencionam três conjuntos de ideias dominantes no começo dos anos 1960 – a saber: os resquícios de um espiritualismo filosófico associado a uma concepção religiosa de leitura, em que se via estar estabelecida uma relação entre uma origem e um fim, em que “Deus” seria o Autor e o fim o sujeito-consciência, por meio do Texto; às formas mais cotidianas de tais leituras, proeminentes nas diversas modalidades de análise de conteúdo das comunicações, inscritas nas figuras do emissor/receptor; a um pretendido objetivismo científico objetivado pela Teoria da Informação –, reconhece a relevância de o estruturalismo filosófico da década de 1960 ter declarado guerra a tais formas de leitura, com base em nomes como Marx, Nietzsche, Freud e Saussure. Salientando os objetivos da linguística estrutural, os quais perpassam “analisar o discurso inconsciente de ideologias”, destaca o que se pensou: “ser

---

<sup>38</sup> Entrevista traduzida e publicada em *Análise de Discurso: Michel Pêcheux* (Textos escolhidos por Eni Orlandi), em 2011; nas referências, Orlandi (2011a). Os autores falam separadamente.

possível construir traços de suas estruturas invariantes (o sistema de suas funções), dentro da série combinatória de suas variações empíricas e superficiais – e assim chegar à estrutura presente na série de seus efeitos” (PÊCHEUX, 2011a, p. 95). Ainda se referindo à contribuição de Althusser (*Aparelhos Ideológicos do Estado*), ao movimento que faz a sua participação e à sua contribuição no pensar as questões que tocam os efeitos ideológicos e enfatizando descobertas de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, afirma o papel da análise de discurso (assim, em letras minúsculas, conforme o autor), o de ser “uma questão de exploração desse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas do movimento” (Ibidem, p. 98), o que implica “uma certa percepção da relação entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito” (Ibidem, p. 98). Na base desse percurso, está o mestre genebrino referido no texto, também de Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 55), “Dois Saussure?”, para quem “qualquer apresentação da teoria saussureana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade e da linguística” (p. 56). Nessa referência, consideram a tese do valor, ligando-se o trabalho sobre os Anagramas à reflexão do Curso de Linguística Geral. Embora, a princípio, o poético seja considerado um deslizamento a toda a linguagem, sua obra dá abertura “à formulação da questão da língua sem que o horizonte da alíngua<sup>39</sup> seja imediatamente foracluído” (Ibidem, p. 59).

Isso nos leva, considerando-se todo um percurso teórico de discussões, afirmações e retomadas, ao conceito de língua para Pêcheux ([1975] 2009, p. 81), “base comum para processos discursivos diferenciados”, retomado parafrasticamente por Gadet (2011a, p. 102): “as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas”, e à questão de que é preciso entender o funcionamento da linguagem, pelo discurso, tomando-se o sujeito como categoria de análise, imbricado no funcionamento do imaginário, do simbólico e do “real da língua”. Como refere Courtine, “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo” (1999, p. 18). Se nele temos uma língua-sistema, que funciona em suas estrutura sintática e semântica, por onde circulam linguistas, é por seus caminhos e descaminhos que é preciso buscar outra rota, visto que se

---

<sup>39</sup> “alíngua”:

inflexiona o sujeito e é preciso rastreá-lo em sua aventura: aventura de dizer-se, mesmo sem querer, de dar/doar seu testemunho, sem saber que está aí, de portar sentidos, mesmo que não os capture, de trair-se, apesar de comprometer-se leal, de escapar-se, por mais que se amarre à sua superfície, de considerar-se origem, quando nada mais é que fragmentos dispersos de um fio que também se imagina linear. Como afirma Petri (2005):

A superfície do discurso é também o lugar das aparências e as aparências não têm compromisso algum com uma verdade qualquer; pelo contrário, as aparências têm o poder de deslocar as verdades e desmontar qualquer teor intencional que possa estar “no fundo das aparências”. Essas aparências nos conduzem a uma saborosa aventura num “mar de significações” e é ao sabor das ondas (ideológicas e inconscientes) que oscilamos entre o sentido e o não-sentido (PETRI, 2005, p. 268).

Além disso, na busca pelo sujeito do/no discurso, é preciso compreender o que teria sido fundamental para Pêcheux, segundo Henry ([1969] 2010, p. 24), quanto ao entendimento da relação sujeito-discurso: que “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Isso nos explicita, sobre outras tantas reflexões de Pêcheux, que é na forma geral do discurso que estariam amarradas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção e que, por isso, escolheu o discurso como um lugar de intervenção teórica e prática, construindo então um dispositivo experimental – estando este sempre aberto a voltar a si mesmo e a suas reflexões, a rever-se e a repensá-las. Salientamos, ainda, conforme esse interlocutor e contemporâneo de Pêcheux, que a preocupação principal desse teórico “referia-se à ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia” (HENRY, [1969] 2010, p. 30), o que vai justificar o embasamento de Pêcheux em Althusser para pensar a linguagem, em um lugar: o lugar do sujeito, sujeito como sujeito da linguagem e como sujeito da ideologia.

Henry ([1969] 2010) destaca que o objetivo de Pêcheux, escrevendo sob o pseudônimo de Thomas Herbert, era abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, apoiando-se no materialismo histórico, a partir da interpretação que seu mestre Louis Althusser faz de Karl Marx; na psicanálise, considerando a releitura que Jacques Lacan faz de Sigmund Freud; bem como de questões postas pelo próprio estruturalismo, em relação ao que considerava uma atitude não

reducionista no que se refere à linguagem. Assim, visava a uma transformação da prática nas ciências sociais, uma vez que estaria no “prolongamento direto das ideologias que se desenvolveram em contato estreito com a prática política” (HENRY, [1969] 2010, p. 24). O que Pêcheux esperava de seu dispositivo, em suma, parte da consideração de que “os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões” (HENRY, [1969] 2010, p. 38), posição teórica essa que continua nos instigando a pensar a construção da linguagem, as faces da ideologia e as posições do sujeito no tenso/denso campo do discurso.

Michel Pêcheux, que nos legou uma teoria para constantemente pensar e repensar o discurso, conforme nos apresenta Henry ([1969] 2010), era filósofo de formação, e um filósofo fascinado pelas máquinas, pelos instrumentos, pelas ferramentas e pelas técnicas, convencido também de que as práticas científicas jamais poderiam ser exercidas distantes de uma prática filosófica. Queria ele definir, debatendo tanto com filósofos quanto com especialistas das ciências sociais, a partir de suas críticas à própria ciência social, um novo instrumento científico, que fizesse a ligação desta com o político. Fez isso, colocando-nos que o instrumento de tal prática é o discurso. Segundo Orlandi (2011b), com Michel Pêcheux, processou-se um deslocamento no quadro das ciências humanas e sociais, colocando-as em sua relação com a linguagem; mas não só com ela, também com o sujeito e com os sentidos, alargando-se o escopo da reflexão inaugurada pela Linguística. Pela leitura que fazemos do que o referido autor diz sobre a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, o sujeito e o mundo, temos um método – método sempre a ir-se construindo, no dialético movimento entre a teoria e as práticas, analíticas e sociais, permeado pela história de seus sujeitos.

## 1.2 DAS ILUSÕES E DOS IMAGINÁRIOS: PARA DIZER DO SUJEITO

*Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusõzinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade*  
(ROSA, 1984, p. 116)

Tomamos para o estudo do discurso do sujeito ítalo-brasileiro as formações imaginárias, as quais regulam os processos de produção de discursos, a partir não só dos lugares determinados na estrutura e na formação social, mas dos processos



ideológicos aí imbricados. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: são dizeres que ressoam o tempo todo. No discurso, há o sujeito, e, no sujeito, ilusões que lhes são constitutivas. Tratem-se delas, inspirados nas travessias do Rosa (1984), em que personagem-sujeito diz, na sua interlocução com o outro, “entrar no que imaginou”, numa “ilusãozinha” de estar tudo resolvido, situações essas em que esse sujeito se representa. Em nosso olhar discursivo, o entrar no que imaginara já é atestar fazer parte desse jogo de projeções em que se sustenta esse “eu” para poder falar de determinada maneira e não de outra e ver estabelecer/participar do estabelecimento de as projeções todas na/da cadeia de discurso; além disso, a referida ilusãozinha, ilusão de que, para tal estaria assim tudo resolvido, ligamos às ilusões constitutivas do sujeito, essas mesmas que parecem deixar mesmo tudo resolvido: pelos esquecimentos (n. 2 e n. 1), assentarem-se em credos: ser a origem de todo o seu dizer e ter a dominância dos sentidos de tudo o que diz. Estranhezas, dos campos da ideologia e do inconsciente, em que “rezar” e “trabalhar” parecem ser escolhas do sujeito ítalo-brasileiro.

Tais questões nos levam a discorrer sobre as estruturas-funcionamento que constituem o sujeito: ideologia e inconsciente, que dissimulam sua existência no interior do próprio funcionamento, produzindo “um tecido de evidências ‘subjetivas’”, segundo fórmula Pêcheux ([1975] 2009, p. 139, grifos do autor). Ainda de acordo com autor ([1975] 2009), esse é o ponto em que surge a necessidade da elaboração de uma teoria materialista do discurso – pela evidência da existência espontânea do sujeito, como origem e causa de si, e pela evidência de sentido (presentificada em toda filosofia idealista da linguagem) –, quando a constituição do sentido se junta à constituição do sujeito, explicitada na figura da interpelação. Ideologia e inconsciente realizam um trabalho de mascaramento, de dissimulação, no interior do próprio sujeito, e, ao pensarmos o trabalho do analista de discurso, citamos Malidier ([1989] 2003, p. 50), para quem “pensar o sujeito no discurso é ‘evitar repetir sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’”.

Para entender a materialidade do discurso e do sentido – já que há um mascaramento por uma ilusória/aparente transparência ou opacidade da linguagem –, cumpre referir que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147, grifos do autor). E é nesse espaço, o da formação discursiva –

“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Ibidem, grifos do autor), também o que não pode e não deve ser dito – compreendido como um espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária do sujeito. Diante disso, o autor vai definir os esquecimentos inerentes ao discurso e necessários ao sujeito para conseguir “se enunciar”.

Assim, ao se colocar no discurso, ideologicamente já inscrito, há um eu imaginário que funciona, alicerçado em suas duas formas de esquecimento: o esquecimento n. 2, da ordem da enunciação, e o esquecimento n. 1, da ordem do inconsciente – por tais esquecimentos, justificam-se as ilusões constitutivas do sujeito no discurso. Em relação ao funcionamento dessas ilusões no espaço da reformulação-paráfrase – “intersubjetividade falante”, segundo o autor – que caracteriza uma formação discursiva, assim se pronuncia Pêcheux ([1975] 2009, p. 161, grifos do autor): “eu digo àquilo que um outro pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer”. Tomada de posição, determinação do interdiscurso, efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo, em palavras do autor.

Pêcheux ([1975] 2009) assim explicita os esquecimentos: pelo esquecimento n. 2, temos que o sujeito-falante vai selecionar, no interior da formação discursiva que o domina (porque outras podem se atravessar) – ou com a qual se identifica prioritariamente –, num sistema de enunciados, formas e sequências que nela encontram uma relação de paráfrase, não saindo do que está disposto nesse espaço interdiscursivo; o sujeito enuncia dentro daquilo a que (livremente) se submete; já, pelo esquecimento n. 1, temos que o sujeito-falante não pode se encontrar/não consegue/não se “vê” no exterior da formação discursiva que o domina (embora seu exterior determine a formação discursiva em questão), ou seja, por esse esquecimento, tem uma ilusão de autonomia de pensamento: num processo inconsciente, os sentidos restringem-se ao limite do sentido que “ele” dá/tem/determina – esquece-se de que o sentido não se restringe a (imaginário de) seus domínios. Nesses esquecimentos, entendemos que se emaranham o que é constitutivo do sujeito e o que é da ordem da exterioridade do sujeito, fazendo com que (inconscientemente) acredite na própria representação.

É preciso considerar que há uma determinação histórica constituindo tanto os sujeitos quanto os sentidos. Nesse processo, da interpelação do indivíduo em sujeito resulta uma forma-sujeito-histórica, condição mesma do funcionamento da ideologia. De acordo com Haroche ([1984] 1992), a interpelação dos sujeitos pela ideologia se dá por elemento religioso ou jurídico, formas essas que se diferenciam no curso da história, indicando que o modo de produção da vida social se transforma. Na primeira, há uma determinação do sujeito pela ordem religiosa, o que corresponde ao período do Estado Absolutista; na segunda, pelo aparelho jurídico, e aí a noção de sujeito de direito, tendência de assujeitamento marcado a partir do século XVIII por uma relação de amor e dever em relação ao Estado, então Liberal, quando prevalece a ideia de um sujeito livre, um sujeito moderno que se desenvolveu juntamente com o capitalismo e que é, ao mesmo tempo, livre e submisso, pode tudo dizer, e tudo fazer, mas precisa submeter-se à língua para dizê-lo. Nessa “passagem” (termo nosso), a situação pode ser assim resumida:

[...] como Deus não governa mais totalmente a conduta humana, vai ser preciso substituir-lhe um poder que estará à sua altura, a fim de não deixar essa conduta exposta a ela mesma face à incerteza, isto é, exposta à possibilidade de reflexão e da distância crítica (HAROCHE, [1984] 1992, p. 182).

Nessa nova forma de controle do sujeito, pelas leis, com direitos e deveres, a subordinação se dá de maneira menos explícita, mais naturalizada em relação àquela como se dava o processo de assujeitamento na Idade Média, é menos visível e, nas palavras da autora, “mais insidiosa, pois insiste precisamente na ideia de um sujeito livre e não determinado quanto a suas escolhas” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 183). No entanto, explicita-nos a referida autora que se pode pensar na relação do sujeito com o Estado de outro modo, não sob uma forma de relação de subordinação, de opressão e de disciplinarização da subjetividade.

Esse outro modo estaria no entrelaçamento das duas formas limites de assujeitamento do sujeito ao Estado – a censura, a interdição de se exprimir, assim como a exigência de dizer tudo –, o que se daria sob a forma de “efeitos combinados da religião e do sistema jurídico-político no sujeito” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 190). Em diálogo com estudos de Legendre<sup>40</sup>, a autora destaca que há uma

---

<sup>40</sup> Pierre Legendre est un historien du droit et psychanalyste français né le 15 juin 1930 en Normandie, directeur d'études à l'École pratique des hautes études (Ve section, sciences religieuses). Il a fondé et

tendência em se tratar da política da forma como se dão as relações com a religião, sendo que, pelo que essa pressupõe em relação à força (de ordem social e econômica) e ao sagrado, “a política ora tende a fazer do sujeito um sujeito religioso, submisso, um sujeito que se cala e que tem medo; ora a fazer dele (em aparência ao menos) um sujeito que fala, repete, e, para dizermos tudo, recita” (Ibidem, p. 190). Além disso, em formas outras de assujeitamento pelo Estado, “a crença aparece, portanto, como um elemento indispensável à passividade, ela torna o sujeito seguro, tirando-lhe toda incerteza” (Ibidem, p. 191).

Em nossa compreensão, em relação ao que nos toma no estudo que fazemos sobre o sujeito ítalo-brasileiro e suas construções imaginárias, podemos considerar que, nos diferentes processos sócio-históricos em que se materializa seu discurso, ideologicamente, ele não está apenas subordinado ao sistema jurídico-político capitalista, mas está, também, constituído/atravessado por uma sobrevivente/remanescente/ressurgente ideologia religiosa – observáveis em seus discursos (e em suas práticas) pelos saberes advindos da FD católica. E isso pode ser explicado pela influente presença da Igreja, não só para “ajudar” no processo emigração-imigração, mas também nos processos de assentamento e de permanência. Imigrantes tomaram a iniciativa de permitir a instalação da Pia Sociedade das Missões – cujo programa educacional empreendido se ancorava no lema beneditino *ora et labora*<sup>41</sup> – o que se deu em 1886, de acordo com Zanini (2006). Essa sociedade de padres palotinos “estava sintonizada com o projeto reformador da Igreja Católica, e sua fixação em Vale Vêneto significou um passo inicial para transformar o catolicismo na região central do Rio Grande do Sul” conforme Vendrame (2007, p. 65), associado ao interesse pelo desenvolvimento econômico da referida região – e seu também. Isso vai ser determinante, pois há toda uma prática social que diz da relação do imigrante com a fé, principalmente, relacionada à religião católica – e a fé, em seu mistério, interessa à experiência cristã, dirá Eliade ([1951] 1991). Se importante era para essa congregação expandir os seus domínios, importante se fazia, para cada uma das comunidades, construir a “sua” igreja (antes mesmo das escolas), ter o seu santo padroeiro, poder contar com

---

il dirige le Laboratoire européen pour l'étude de la filiation. Il est actuellement professeur émérite à l'Université de Paris I et directeur d'études honoraire à l'École Pratique des Hautes Études (section des sciences religieuses). Disponível em: <[https://fr.wikipedia.org/wiki/Pierre\\_Legendre\\_\(juriste\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Pierre_Legendre_(juriste))>. Acesso em dez. 2016.

<sup>41</sup> “Reze e trabalhe”.

um padre e, com isso, poder acompanhar missas, ter quem sepultasse seus mortos, alguém que perdoasse seus pecados, entre outros, além de construir os seus capitéis e, mesmo, destinar um dos seus filhos e/ou filhas à vida religiosa. Há toda uma simbologia – imagens, rituais – atestando isso, ligando a fé ao sagrado e o sagrado ao catolicismo: as cruzes, as hóstias, as velas, os incensos, as procissões, as cantorias. O sujeito ítalo-brasileiro é, o tempo todo, interpelado por essa ideologia: é preciso o batismo, a crisma, o casamento religioso, rezar o terço, fazer promessas, rezar pais-nossos e aves-marias, pedir perdão dos pecados – e saber quais são esses pecados e sua classificação. Mesmo que já tenha se passado mais de um centenário desde o início do processo imigratório, dentro da memória da imigração, uma voz dirigida a esse sujeito não cansa de, pelos relatos, dizer a que se destinava: orar e trabalhar! Tal era a condição de merecer o paraíso, se não aqui na terra, se não nesta vida, em outro lugar. Como refere Orlandi (1987), sem objetivar reduzir a complexidade da religião à linguagem, mas considerando o discurso religioso como territorialização da espiritualidade do homem e algumas formas do cristianismo como manifestações/paradigmas preponderantes em nossa civilização/cultura, constituinte do homem moderno, não deixa de salientar que se reencontram (também) nos poderes instituídos alguns de seus valores: “o ascetismo, a superação, a ênfase no sofrimento, o sacrifício, a humildade, a salvação etc...” (Ibidem, p. 9). Como então não observar no discurso do sujeito ítalo-brasileiro o atravessamento desse discurso, até porque “na ordem do discurso religioso, o sujeito se marca pela *submissão*, [e] isto propicia múltiplas espécies de manipulação” (ORLANDI, 1987, p. 15). Trabalho e oração configuram-se como uma dessas ordens, imperativamente dita.

Conforme Brust (2013), há três posições-sujeito do sujeito imigrante italiano (e do sujeito ítalo-brasileiro, conforme nos referimos neste estudo) na Quarta Colônia, decorrentes de distintas condições sócio-históricas: a terceira posição-sujeito é a posição-sujeito política – relativa aos últimos anos do século XX aos iniciais do século XXI –; a segunda posição sujeito é a posição-sujeito clivagem – concernente ao período do Estado Novo (1937-1945); e a posição-sujeito utopia é a primeira, relacionada aos primeiros 50 anos da imigração no sul do Brasil. É assim denominada, no duplo processo de assujeitamento do indivíduo/individuação do sujeito pelo Estado, porque o sujeito imigrante concretiza o sonho de chegar à terra prometida, sendo que, nela/por ela, “está conseguindo realizar seu projeto

econômico, que está progredindo economicamente”. Além disso, “naquele momento, não silencia sobre o imaginário que tem de si e do próprio Estado, ao contrário, ocupa espaços, diz-se, metaforiza-se” (BRUST, 2013, p. 135). A utopia representa um outro mundo – uma versão terrena da visão teológica do paraíso, quem sabe a perda da sua transcendência. De toda forma, “para alcançá-la, para merecê-la, é preciso passar pelo sofrimento, por privações” diz uma voz (com nome, identificável em seus mandamentos), e eis que ele passa por isso, sendo que seu merecimento será o céu – e também será a prosperidade/propriedade. Compreendemos isso como a forma-sujeito histórica medieval fazendo ressoar, na constituição dos sentidos e do sujeito de outro processo histórico de assujeitamento, sua ideologia. As utopias, porém, não são estanques, e o sujeito não é singular e indivisível.

No processo de emigração-imigração da Itália para o Brasil, Estado e poder religiosos atuaram conjuntamente, determinando os lugares, as crenças e os imaginários que poderiam ser ocupados ou não. Assujeitado ao Estado, às leis, também a Deus, à fé, haveria a possibilidade de outros espaços de subjetivação, como o de resistência, por exemplo? Em nosso olhar, para dar conta do que consideramos como resistência, cabe o questionamento de Orlandi (2007a, p. 13): “pode o sujeito, ao resistir aos processos de sua individualização, afetar a forma-histórica do sujeito e por aí chegar até mesmo a atingir seu modo de interpelação?”.

Quando olhamos para os discursos do sujeito ítalo-brasileiro, em suas diferentes materialidades discursivas, observamos algumas construções que parafrasticamente se repetem: em suas formações imaginárias, sedimentado está que o imigrante é trabalhador, o imigrante é destemido, o imigrante é corajoso, o imigrante enfrentou dificuldades, o imigrante é um vencedor. É assim que ele se diz ou que diz dos seus. Em monumentos ou em relatos, orais e escritos, não há lugar para “vadios”, para ateus, para anarquistas, para perdedores. Há, por parte de quem enuncia, de quem discursiviza, essa necessidade de contenção de sentidos, como se fosse um discurso em uníssono, como se assim fosse sua formação discursiva (FD), sem atravessamentos outros, uma máquina fechada em si mesma, e, ainda, funcionando, sem “possibilidades de contra-identificações”. “Blasfemar”, mesmo que pareça ir contra parte da ideologia que a constitui, é um atestado de que a ideologia religiosa está aí, funcionando mesmo.

É preciso considerar, porém, que a, noção de formação discursiva (FD) não se sustenta como uma máquina estrutural fechada na medida em que o seu

dispositivo está em relação paradoxal com seu 'exterior', ou seja, uma FD é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que nela se repetem, fornecendo-lhe evidências discursivas dessa ordem. Orlandi (2009a, p. 43) explicita que as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, e este, por sua vez, é quem disponibiliza os dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. Assim, os sentidos não são predeterminados por propriedades da língua, ao contrário, dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Além disso, a autora pontua que as formações discursivas "são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente" (ORLANDI, 2009a, p. 44); diante disso, não podemos entendê-las como blocos homogêneos, que funcionam automaticamente; conforme Petri (2004, p. 43), "as fronteiras de uma FD se deslocam em função dos movimentos da luta ideológica". É preciso considerar, ainda, que "uma única formação ideológica comporta saberes de diferentes formações discursivas, já que a FD é concebida como heterogênea a si mesma, funcionando como um lugar de materialização da ideologia" (ORLANDI, 2009a, p. 43). E isso nos ajuda a pensar a constituição do sujeito em estudo, uma vez que os discursos (e as ideologias que aí se materializam) são sempre espaços de linguagem em que o sujeito se coloca como transparente e claro em linguagem, mas sabemos: dá-se à falha, ao deslize, à contradição.

Relacionamos a isso as reflexões de Rancière ([1995] 1996) acerca de questões ligadas à política, quando afirma que, ao encontro do pensamento político com o pensamento filosófico, seria necessário um "ponto de desentendimento", sendo o desentendimento compreendido como:

um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, [1995] 1996, p. 11).

São muitos e dispersos os pontos de desentendimento: desde a situação de palavra: quem diz e o que diz? Quando quem diz é o imigrante, "imigrante" é

unidade, mas também é dispersão, assim como “italiano”, de que “italiano” se está tratando? Quando se quer “fazer a América” também poderia constituir um desses pontos, uma vez que a pretensa unidade de sentido do dizer de um grupo - além de fazer parte das ilusões do sujeito na questão do sentido -, a própria partilha dessa “unidade” no ponto em comum da interlocução, como um ponto comum entre A e B, constitui-se como “desentendimento”. Hoje, quando se comemora, quando se buscam as “origens”, há ponto comum de ancoragem, ou a dispersão compactua com a divisão/multiplicidade do sujeito? Há questões de sentido na língua, que só podem ser resolvidas pensando-se o caráter material do sentido, caminhos para os quais essa reflexão de Rancière nos lança, tendo em vista que tudo passa pela palavra, pela situação de palavra, pelos sentidos de que se ocupam, pelo lugar do qual a profere esse ou aquele sujeito.

Conforme o desenvolvido por Pêcheux ([1975] 2009, p. 83-84), todos os processos discursivos “se inscrevem numa relação ideológica de classes”, de onde advêm as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua. Diante disso, pontuamos que nos instiga entender como a paráfrase e a polissemia contraditoriamente se tocam, sobrepõem-se ou se negam, anulam-se, deixam entrever suas brechas; interessa-nos pensar de que modo ou por quais materialidades podemos observar quando se inicia o deslize, o desencaixe. Afinal, poderíamos nós observar a forma da falha ou da falta, com que os rituais (no caso, linguísticos/ideológicos) se estilhaçam nos inconscientes/vazados lapsos?

Assim, quando nos voltamos ao sujeito ítalo-brasileiro, somos tomados por algumas inquietações em relação ao seu discurso. Submetido à língua de vento e à língua de madeira - referidas por Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 24) como sendo, a primeira, a que “permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente”, e a segunda, a que representa “na língua, a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem” – atende o apelo e a sua necessidade de emigrar; assim: o que é emigrar e imigrar para um e para outro? Quais são os lugares determinados na estrutura e formação social “dados”? Em contrapartida, que lugares, sociais e ideológicos, desejará ocupar e quais vai, historicamente, ocupar? Como se articulam suas faltas e desejos na história do assentamento/da chegada, da ocupação/colonização e também – por que não? – do “desenvolvimento”, da territorialização da Quarta Colônia? Ilusões de/para pertencimento.



As utopias vão sendo construídas pelo sujeito ítalo-brasileiro; suas utopias, heterotopias – ou suas distopias – vão sendo substituídas por outras, por conta de diferentes condições sócio-históricas incidindo/constituindo tal sujeito (também espaços de “desentendimento”, conforme nos referimos anteriormente). É necessário frisar, também, que suas formações ideológicas dão subsídios a isto: há a utopia do poder econômico, da posse da terra, do exercício do religioso, do uso da língua, da manutenção de uma identidade. Assim, entendemos que é pelo estabelecimento de construções imaginárias que seu fazer histórico, social, linguístico, religioso, econômico, seus fazeres políticos, enfim, vão se pautando. Enquanto isso, os embates efetivam-se: desconstruções, rupturas, danos.

Considerando que são as práticas sociais - estas compreendidas, de acordo com Petri (2010), como o que não está na ordem do domesticável, como o que não se submete ao que o discurso oficial impõe, também como aquilo que se caracteriza como o consolidado e o dado como próprio a determinado grupo social – que fornecem um dado estatuto a uma dada discursividade, tomamos como um discurso de referência uma canção – em talian – dentre tantas outras, cuja autoria é atribuída a Ângelo Giusti, intitulada “La Mèrica”, ou “Mèrica, Mèrica”, ou, ainda, “Canto degli imigranti”, por muitos motivos. Porém, antes de enumerá-los, observamos que essa música é uma escolha dentre muitas canções recitadas: se é um hino, não necessariamente o seja para todos, mas faz parte de um imaginário que funciona, de uma construção que se alicerça, que se referencia e que atravessa e ganha seu espaço nesta pesquisa também pelas vivências do sujeito pesquisador na Quarta Colônia, que a apresenta em detrimento de outras tantas possíveis. A primeira razão para tal escolha é que essa canção era, foi e é repetida em todo e qualquer encontro de grupos sociais unidos pela/ligados à memória da imigração italiana, ou seja, é ponto de encontro, é referência, é elo identitário – afinal, como arrazoa Anderson ([1983] 1991, p. 203), “as línguas se mostram mais enraizadas do que praticamente qualquer outra coisa nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, é o que mais nos liga afetivamente aos mortos”, sendo, ainda, que “apenas a língua é capaz de sugerir – sobretudo na forma de poemas e canções [...]” e “nada nos liga, a não ser o som imaginado” (ANDERSON [1983] 1991, p. 203). O segundo motivo, porque vai ganhando outros espaços, na necessidade de reconhecer/rememorar/comemorar: tal canção foi proposta, discutida, votada, aprovada e, por fim, instituída como hino oficial da Imigração Italiana no Rio Grande

do Sul, pela **Lei Estadual n. 12.411**, sancionada no dia 22 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de dezembro de 2005, a partir de projeto de lei do deputado José Sperotto; nesse movimento, em 2007, também o Estado de Santa Catarina a oficializa como tema dos 130 anos da sua imigração italiana, a partir de projeto do deputado Clésio Salvaro. Dada a singularidade do espaço que ocupa, a melodia também se tornou trilha sonora do filme *O Quatrilho* - filme brasileiro indicado ao Oscar, dirigido por Fábio Barreto e lançado em 1995, baseado no livro homônimo *O Quatrilho*, de José Clemente Pozzenato -, na voz de Caetano Veloso, o que lhe conferiu certa visibilidade, para além dos grupos em que circula(va)<sup>42</sup>.

Por esse viés, é preciso que lancemos um olhar para a questão da rememoração e da comemoração, nas quais também se dá o funcionamento do imaginário, pois, de acordo com VENTURINI (2009),

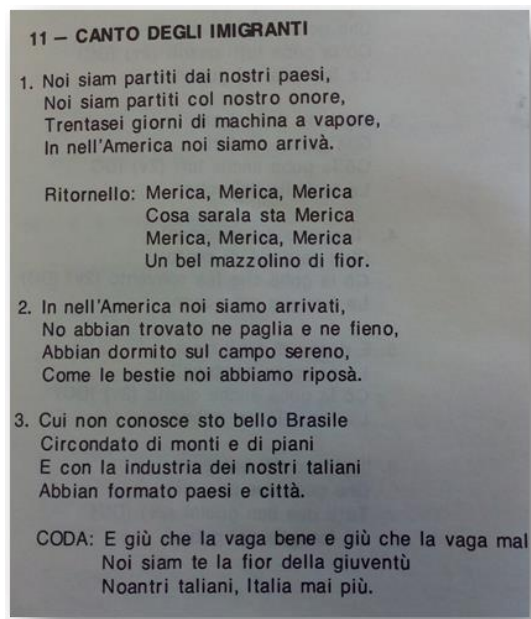
Os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente. Sua função é instaurar e sustentar o discurso da comemoração. Nesse movimento se conjugam representação-interpretação e o devir num funcionamento que é, ao mesmo tempo, gesto de recordação, de atualização e de prospecção (VENTURINI, 2009, p. 50).

De toda forma, é por essa língua, por esses versos que temos a voz do sujeito imigrante italiano, cuja narrativa se inicia em alto mar. Imaginário e memória de um sujeito que repetidamente atualiza esse discurso. Um sujeito que não está mais lá, na pátria de origem, e marca o estar entre-lugares. Poderíamos vê-lo como uma mercadoria, dadas as condições daquele mo(vi)mento; mas vemo-lo, nesse momento, como um expatriado, um sujeito que canta e conta a sua história, por meio de uma primeira pessoa plural em que todos os indivíduos e grupos de imigrantes se alocam, indistintamente, e estabelecem um elo identitário, uma marca de pertença:

---

<sup>42</sup>Essas questões aqui mencionadas, observamos serem todas elas práticas sociais que corroboram ao processo de construção de uma história-memória, e isso é o que sustenta este estudo.

Imagem 2 – Reprodução de letra da música Canto degli imigranti em página de livreto de cantos



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 3 – Reprodução de capa do livreto dos cantos “Centi canti taliani” – Pe. Clementino Marcuzzo (Org.)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Recitar de onde parte e acentuar que “Siam partiti com nostro onore” coloca-nos já em contato com a rede das formações imaginárias desse sujeito: a relação com a pátria: partir – não havia escolha –, e partir com honra, pois, embora vinculado ao descarte de excedente populacional, expulso do processo produtivo em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção e configurando uma imigração subvencionada, com o objetivo de suprir a mão de obra das lavouras de café, inicialmente, e também de colonizar (IOTTI, 2010), não estavam na condição de escravos. Eram “trabalhadores livres”, configurariam um modelo outro de senzala, e, se nada tinham na bagagem, com poder de barganha, era preciso se inventar, diferenciar-se, dar “um valor” a si, possuir algo: então, a honra. “Merica, Merica, Merica/Cossa sarala sta Mérica?” lança, a todos os possíveis interlocutores e a si mesmo, a pergunta: América: onde será esta América? Como falar desse objeto: uma Ilha de Utopia? Essa é, em nossa abordagem, a pergunta que fará com que busquemos não as suas respostas, mas o como se discursivizam tais sujeitos diante de suas expectativas: “um bel mazzolino di fior<sup>43</sup>” é a imagem dessa pretensa utopia para uma massa que ainda interessava a um Estado, mas como mercadoria a ser exportada, para serem, em outro lugar, agentes de produção que a outro Estado serviria – que lhe existiria? Imagem essa que também vai se resignificando, porque o sujeito em questão passa por diferentes situações sócio-históricas e ideológicas – “como le bestie noi abbiamo riposà” – e seu dizer está em relação com essa exterioridade: discursos que movimentam sentidos, sentidos que retornam.

Pautamo-nos pela noção pensada por Pêcheux ([1983] 2008, p. 28), “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas” em relação a um fato histórico: a travessia do sujeito imigrante, saído da Europa a entra(nha)r pelas Américas. É aí que se inaugura um novo estatuto: o de um sujeito, não mais um europeu, um italiano, um lombardo ou um vêneto, mas aquele que está em alto mar, flecha despedida a chegar num, tanto determinado quanto imaginário, lugar – e que aí se fixa, faz história e memória, significa-se na/pela língua. É dele o poder da palavra, do discurso sobre a travessia, sobre suas outras tantas travessias. E é em vista disso que buscamos explicitar que sujeito é esse, o sujeito cujos discursos nos propomos

---

<sup>43</sup> Tradução nossa: “um belo ramalhete de flores”. Verso da música homônima, presente no cancionário popular *talian*.

a ler, a descrever e a interpretar, no sentido que Pêcheux ([1982] 1990) empresta a esses verbos.

Tratemos, pois, de imaginários: tanto ponto de ancoragem e de sustentação do sujeito no discurso, quanto ponto de desafio ao analista, como refere Riobaldo, de Grande Sertão: Veredas, quando reflete, perguntando-se: “se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão. Ali era bonito, sim, senhor. Não se tinha perigos em vista, não se carecia de fazer nada” (ROSA, 1984, p. 267-268) – evidência de sentidos, eficácia da ideologia. Mas, se “O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado [...]”, conforme as palavras do seo Ornelas (Ibidem, p. 423), tratemos de encontrar o que se perdeu pelas evidências e pelas eficácias, compreendendo funcionamentos.

Para entendermos o funcionamento discursivo e a produção dos sentidos do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia de Imigração – submetido às formas de individuação pelo Estado – ancoramo-nos no funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, ou seja, na relação do sujeito com aquilo que o representa, interpretável pela teoria da identificação e da eficácia material do imaginário, conforme Pêcheux ([1975] 2009). Consideramos que esse sujeito traz em si “uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação sócio-histórica absolutamente desfavorável” porque “é um sujeito sócio-histórico e simbólico” (ORLANDI, 2012, p. 154), e a linguagem é essa prática simbólica, exercendo a sua ação (qualquer que seja) enquanto mediação entre sujeito e realidade. Além disso, sabemos, o sujeito é sempre afetado pelo real da história e imbricado em seu processo de subjetivação e significação, que se dá “na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos, os sujeitos experimentam o mundo e a linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 1999, s.p.). Linguagem, discurso e sentidos que não se prendem, mas que, por sua materialidade, podem ser apreendidos e compreendidos na/pela sua opacidade.

Assim, esse sujeito, constituído de linguagem, ideologia e inconsciente, fala a partir de um espaço (social, político) que está fortemente regido pela simbolização nas/das relações de poder, sendo, portanto, o lugar a partir do qual o sujeito fala, constitutivo do que ele diz. Junto a isso, consideramos que o imaginário faz, necessariamente, parte do funcionamento da linguagem e é eficaz na produção dos

sentidos, na medida em que se assenta no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são então regidas por tais relações (ORLANDI, 2009a).

Para isso, precisamos buscar sustentação na noção postulada por Pêcheux ([1969] 2010, p. 82), ao afirmar que “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”, uma vez que elas também fazem parte das condições de produção de um discurso, já que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia; aliás, discurso é “acontecimento que se realiza na/pela eficácia da ideologia” (ORLANDI, 2009a, p. 96). Entendemos, ainda, que os sujeitos aí implicados, colocados em jogo, “designam “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81). Tais lugares, determinados na estrutura de uma formação social, encontram-se nos processos discursivos, mas se encontram representados, presentes e transformados, pois “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 81).

Portanto, olhar para essa questão é matéria importante para este estudo – vamos discuti-la por essas reflexões, pois não há como tratar do sujeito ítalo-brasileiro sem considerar as condições de produção de seu discurso, uma vez que elas – múltiplas, distintas e singulares como são – estão na constituição de todo o sujeito e no en(tre)laçamento dos sentidos a serem (ilusoriamente) determinados. Precisamos pensar no tecido e na tessitura dessas evidências para estabelecermos escutas outras, “fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência”, conforme Orlandi (2009a, p. 59) pontua, questionando-nos sobre como isso pode/deve ser feito.

Há um imaginário que rege/domina (ideologicamente) o sujeito, tanto na matéria sobre a qual versa quanto sobre o lugar tomado por si/a si mesmo e o lugar desses sujeitos outros com os quais divide as condições históricas reais de existência. Com isso posto, podemos explicitar/elencar as perguntas para as quais não buscaremos respostas, mas teceremos considerações analíticas a partir de como se constroem, discursivamente, os lugares que esses sujeitos ocupam em distintas práticas sociais. Pensamos, portanto, considerando as condições de produção dos discursos, que este estudo se pauta pelas seguintes questões:

- a) que imaginários constrói sobre o território que vai/passa a ocupar/pertencer?
- b) que imaginários tem o sujeito ítalo-brasileiro dele mesmo?
- c) que imaginários tem do outro para o qual fala/escreve/edifica?
- d) que imaginários tem de sua própria história?
- e) o que imagina que o outro brasileiro vai pensar dele?
- f) como o sujeito ítalo-brasileiro constrói seu discurso tendo em vista o imaginário que tem do outro a quem fala?
- g) que imaginários tem em relação à(s) língua(s)?
- h) que processos discursivos estão imbricados em seus discursos?

Destacamos que tais questões nos servirão de guia para o percurso proposto e que algumas vão aparecer respondidas, outras, por sua vez, suscitam novas pesquisas. Cabe considerar ainda que, na elaboração dessas perguntas, usamos o plural *imaginários* e não o seu singular. Escolhemos essa forma uma vez que consideramos que o sujeito é múltiplo – pois é “materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à” (ORLANDI, 2009a, p. 49) – e que a ideologia é um ritual com falhas – porque “há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora” (ORLANDI, 2009a, p. 55). Conjeturamos, a partir disso, que o sujeito ítalo-brasileiro não necessariamente tenha um imaginário único, unitário, uniforme para qualquer dos objetos explicitados, e o plural, portanto, abre a possibilidade para ver/observar/analisar construções imaginárias plurais, múltiplas, divergentes, pertencentes a um ou a outro lugar ideológico, ou a diversos, porque também há lugar/es para a contradição. Afinal, ao lado da ilusão necessária do sujeito em seu texto – em diferentes materialidades – “trabalhar” com a ideia de ser a origem do seu dizer e conter o sentido do seu dito e de formalizá-lo em uma unidade que implica coerência e não-contradição, conforme Orlandi (2009a, p. 75), sabemos que a língua pode falhar – pois “não há ritual sem falhas”, dirá Pêcheux ([1975] 2009, p. 277) – em suas relações com filiações históricas, em sua organização – ou desorganização – da memória, nas rupturas ou reafirmações das relações sociais, das redes – bem amarradas ou fragmentadas, frouxas - de significantes e de significados. Modos de dizer e de significar, atestando que “a ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo”

(ORLANDI, 2009a, p. 59). Língua: nela e por ela os discursos de um sujeito; pelo discurso, o sujeito, suas formações imaginárias, suas subjetivações.

Discursivamente, no entanto, é preciso pontuar que o sujeito que transita pelas questões de imaginado e imaginário é um sujeito constituído pela língua, pela ideologia e pelo inconsciente, cujas relações são mediadas pelas formações imaginárias, ideológicas e discursivas. Assim, tal sujeito estabelece suas relações dentro de uma “comunidade imaginada”, que pode ser considerada como sendo um lugar dentro de um Estado outro, instância da superestrutura que o assujeita e o individua, em que o ideológico intervém, tomando-o a si (e que ele pode aceitar ou resistir). Ao pensarmos “imaginário”, entendemo-lo como o depositário de valores dominantes de/em uma sociedade, em seus laços e suas relações, projeções, em que se instaura o estatuto de simbólico, também tomado pelo ideológico e assentado no inconsciente.

Nessa questão, então, em que o simbólico toca o imaginário, consideramos algumas reflexões feitas por Castoriadis ([1975] 1982), o qual transita por noções de imaginário e de simbólico, associadas a questões que envolvem o social e o histórico. Para o referido autor, tudo aquilo que se nos apresenta está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico, embora não se esgote nele; mesmo quando não constituem diretamente símbolos, são impossíveis fora de uma rede simbólica – e dá a linguagem como o primeiro. Referindo-se às instituições, afirma que elas não se reduzem ao simbólico, mas é só aí que podem existir, sendo impossíveis fora dele, e constituem, cada qual, uma dessas redes. Exemplos disso são um sistema de direito, um poder instituído, uma religião, os quais consistem em ligar a símbolos – a significantes – significados – representações, ordens, injunções – ou fazê-los valer como tais: nas palavras de Castoriadis ([1975] 1982, p. 142), “tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado”. Assim, simbólicos são os títulos de propriedade privada, a folha de pagamento, o próprio trabalho, as decisões da economia, as sentenças dos tribunais – práticas sociais essas que vemos como naturalizadas, verdadeiras ou neutras – que raramente reconhecem sua importância – e reconhecidas como lógicas devido ao fato de seu simbolismo estar inserido numa ordem racional por impor suas consequências. Diante disso, cabem reflexões acerca, por exemplo, dos títulos de propriedade de terras para os sujeitos imigrantes – em paralelo às cartas de alforria para os escravizados –, assim como certidões de batismo e de casamento,



atestados de boa conduta e de bons cidadãos – e bons cristãos, afirmamos –, considerando que a ideologia religiosa atravessa a constituição desse sujeito. Como refere Orlandi (1987, p. 15, grifos da autora), esse discurso tem uma presença irrecusável em nossa cultura e, por ele, “o sujeito se marca pela submissão, isto propicia muitas espécies de manipulação” e “como bem atesta Gramsci (1966), [...] a religião pode ter uma duplicidade: ser útil ou ser ‘o ópio do povo’, dependendo do momento histórico”. Assim, pertencer a uma determinada comunidade, que constrói uma igreja, que se reúne para montar ou achar lugar para o funcionamento de uma escola, “orar e trabalhar”, falar uma língua e não outra se constituem como atos simbólicos na comunidade imaginada da Quarta Colônia de Imigração. A propósito, “Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS” traz um corte que, pela língua, anula o passado desse espaço, como se não existissem ou não tivessem existido indígenas, negros, russos, brasileiros.

Seguindo as reflexões de Castoriadis ([1975] 1982), podemos dizer que, ao mesmo tempo em que a sociedade constitui o seu simbolismo, o simbolismo acaba por determinar aspectos da vida em sociedade. Entretanto, a relação do sujeito com o simbólico pode ser de deixar-se dominar por ele ou de fazer uso dele de forma lúcida ou refletida. O autor ilustra isso com o que tange à linguagem, uma vez que “não podemos jamais sair da linguagem, mas nossa mobilidade na linguagem não tem limites e nos permite tudo questionar, inclusive a própria linguagem e a nossa relação com ela” (Ibidem, p. 153). Tal relação também se dá quanto ao simbolismo institucional, ou seja, nada que pertence ao simbólico impõe um domínio de um simbolismo autonomizado das instituições sobre a vida social, ao mesmo tempo em que nada do simbolismo institucional exclui seu uso lúcido pela sociedade.

Dentro disso, Castoriadis ([1975] 1982, p. 154) estabelece uma relação entre o simbólico e o imaginário: “é o componente imaginário de todo símbolo e de todo simbolismo, em qualquer nível que se situem”. Com base nisso, define imaginário como algo que se refere a coisas inventadas, sejam elas invenções absolutas – uma história em todas as suas partes – ou a um deslizamento ou deslocamento de sentidos, “onde os símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não as suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’”. Nesses dois casos, observa, o imaginário se desprende do real. Além disso, pontua que, assim como o imaginário deve utilizar o simbólico quer para exprimir-se (no caso, a linguagem), quer para existir, para passar do virtual a qualquer coisa a mais - sendo que isso é

feito por imagens, as quais, por sua vez, possuem função simbólica –, o simbolismo também pressupõe capacidade imaginária, capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é.

Entendemos que essas reflexões poderão nos ajudar a pensar o sujeito objeto deste estudo: não é ele atravessado pelo simbólico título de proprietário de terras, por certidões de batismo (desejados) e pela contraditória necessidade de conseguir o “passaporte” de um saber para adentrar a comunidade falante de uma língua nacional? Significâncias.

Assim, considerando que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (ORLANDI, 2009a, p. 39), visamos também a ler e a interpretar que imaginários têm/carregam em si, tanto esse sujeito quanto sujeitos outros com os quais ele está em relação, que antecipações fazem, que pré-construídos trazem, quando se dão a nomear e a designar (1) esse sujeito. Para tanto, consideramos as noções de nomeação e designação propostas por Guimarães (2005), sendo que a primeira consiste em ser “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2005, p. 9), e a segunda, o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação como algo próprio das relações de linguagem, mas no sentido de uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Para Orlandi (2014a), “o gesto de nomear dá existência simbólica ao ‘referente’ no processo de significação, processo determinado historicamente (linguagem/exterioridade) pela memória estruturada pelo esquecimento”. Se os nomes identificam os objetos, dando-lhes existência simbólica, conforme os autores referidos, que sentidos estão sendo mobilizados? Lançamo-nos, portanto, à reflexão sobre como é nomeado e como é designado o sujeito em questão, porque observamos, muitas vezes, que, em alguns discursos, são tomadas numa relação sinonímica as palavras “imigrante”, “colono”, “descendente”, “italiano”, entre outros. Com base nos processos parafrásticos e polissêmicos, no entanto, podemos pensar nos limites entre o mesmo e o diferente – entendido, o primeiro como aquele que se refere ao fato de que, em todo o dizer, há algo que se mantém, que está em relação com o que se encontra na instância da memória. Segundo Zoppi-Fontana (1997, p. 1166), “cada série de designações recorta a memória discursiva de maneira diferente”, o que vai produzir, conforme a autora (Ibidem), “gestos de captura”

opostos, ou, quanto ao que nos referimos, podemos acrescentar, ao menos, distintos, o que pode mostrar outras relações entre elas, podendo estar no mesmo campo, complementando-se, por exemplo (como no caso de descendente e antepassado); o segundo como o que está no espaço do deslocamento, da ruptura, dos processos de significação, como o que joga com o equívoco, de acordo com Orlandi (2009a), o que pode ser pensado quando o brasileiro (que tem, entre seus antepassados, imigrantes italianos) diz-se italiano. Isso porque há nesse movimento entre o nomear e o designar não só uma indicação de referência – “particularização de algo na e pela enunciação”, conforme Guimarães (2005, p. 9) –, que afirma que aí também está uma questão simbólica, pois, ao se dizer algo, fala-se das coisas: questão de lógica. (Além disso, há outro ponto que toca nossas reflexões, que é quando não se pode ou não se quer nomear e se busca, na designação, ancoradouro para sentidos a serem ditos ou sentidos que esbarram em interditos?) Nesse processo, “imigrante” vem de “imigrar” e “imigrar” é, segundo Houaiss (2009), (1) estabelecer-se em país estrangeiro, em geral definitivamente; (2) entrar e fixar residência em cidade, estado ou região de seu próprio país, que não a sua origem, diferente de emigrante, por exemplo, de “emigrar”, que tem, no mesmo instrumento linguístico, sentidos de (1) sair de um país para ir viver em outro; (2) mudar periodicamente de região (certos animais). Contudo, por que, dadas outras condições de produção, o sujeito que não é mais imigrante italiano, assim se nomeia ou se designa, ou a esses precisa referir-se, de algum modo, como forma de se identificar, de dizer de si?

Com base nesses fatos da língua no discurso, que queremos ver passíveis de serem observados, remetemo-nos a Pêcheux ([1975] 2009), quando esse autor se refere ao funcionamento das representações e do “pensamento” nos processos discursivos, em que uma teoria não subjetivista do sujeito e da linguagem vai tratar da relação do sujeito com aquilo que o representa, “uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (Ibidem, p. 115), e que o sujeito é o centro e este é o ponto (certo/cego) do sentido. Quando se dá uma alteração da designação, “haveria a instauração de outro nível de opacidade, tanto na língua quanto na imagem, enquanto prática social, e a sonhada transparência de sentidos continuaria como ilusão necessária ao sujeito que se constitui no e pelo discurso”, refere Petri (2010, p. 76) - o que cabe às distintas formas de designar o sujeito assim como aos lugares

em seu processo de territorialização<sup>44</sup>. Assim, tem-se o efeito da forma sujeito no discurso – mascaramentos – que vão constituir o imaginário linguístico, pautado pelas ilusões do sujeito, em sua forma-sujeito, no discurso.

### 1.2.1 De língua e de um sujeito na língua

- Mãe, a Páscoa é a Ressurreição de Cristo?  
 - Ressurreição, Viviane. Aprende a falar direito!  
 [...]
   
- Seu Antoninho, não é “tera”... é: “TeRRa”!  
 - Mas tu entendeu ou não entendeu?  
 - Entendi, claro!  
 - Então, por que fica me corrigindo!

As utopias (pro)movem mudanças, (trans)formações sociais; também interferem, definem práticas sociais. A algumas delas, Michel Pêcheux ([1982] 1990) faz referência a partir de uma interpretação alicerçada no materialismo histórico. Em suas reflexões, aborda, pelas revoluções, questões históricas e questões linguísticas. Quanto à primeira, afirma que as revoluções estabelecem o contato, por diversas vias, entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, entre o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência, situações essas, enfim, em que o real afronta o imaginário. (É para esse “real que afronta o imaginário” – simbolicamente refletido – que lançaremos nosso olhar de analistas de discurso). Quanto à segunda, questiona-se se a questão histórica das revoluções não especificaria a existência do simbólico para o animal humano, uma vez que a existência do visível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas – da negação, do hipotético, do que expressa desejo, pelo jogo das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, entre outras situações. A essa questão relacionamos os processos linguísticos nos quais se materializam/por onde deslizam os constructos a que nos referimos. Destacamos, então, que:

Toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 8).

<sup>44</sup> Conforme o que consta na parte 3.2.

Dessas considerações – as quais não se fecham na interpretação que ora fazemos – queremos distinguir que, se há um impossível para a história (o inenarrável) e um impossível para a língua (o indizível), que “escapa” ao fio do discurso, há algo que pulsa: o real tocando o imaginário e o imaginário tocando o simbólico, desalinhando fronteiras, mexendo com/em seus limites, ultrapassando-os. Nesse ponto, retomamos as revoluções citadas por Pêcheux ([1982], 1990), entendendo que, por elas, transitam utopias, ao mesmo tempo em que instauram, por seus movimentos, pela sua complexidade, a contradição – se há algo que se busca, o que efetivamente se vive e se realiza?; se há algo que se diz, como pensá-lo, se esse dizer está também constituído por aquilo que silencia, que se interdita, ou por aquilo que se torna saturado ou se faz lacunar? – Momentos de análise dos discursos em que, conforme Orlandi (2009a, p. 78), torna-se fundamental o trabalho da interpretação, em que, partindo das paráfrases, das sinonímias, da relação do dizer com o não-dizer, entre outros processos, passa-se a compreender o sujeito em suas formações e os sentidos em suas inscrições.

É nesse espaço, no espaço revolucionário, que se tem a passagem de um mundo ao outro, quando a relação com o invisível se coloca, inevitavelmente, “do mesmo modo como nas formas históricas da contrarrevolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história”, expõe-nos Pêcheux ([1982] 1990, p. 9). Assim, a partir da abordagem dos diferentes espaços históricos, Pêcheux ([1982] 1990) vai tratar das consequências políticas e teóricas de tais revoluções, “os efeitos da trama”, segundo suas palavras, a explicitar: a Revolução Francesa de 1789, a questão da revolução socialista a partir do século XIX e as revoluções do século XX. Tais considerações interessam-nos, tocam nosso estudo, porque, por elas, temos uma “linha móvel” que articula a política e o político, pela língua, na língua e pela história, na história – o que vai estar presente, mas não visível/transparente, nas questões que envolvem movimento de massas, como o de imigrantes que aportam nas Américas do século XIX e XX.

Para Pêcheux ([1982] 1990), tem-se, a partir disso, uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas, não mais dois mundos, mas um só, no terreno de uma só língua, tendencialmente “Una e Indivisível, como a República”<sup>45</sup> (Ibidem, p.

---

<sup>45</sup> Segundo a nota 10 do texto que aqui tomamos como referência, há um jogo nesse “una e indivisível”, uma vez que, à classe dominante, era-lhe oferecido o ensino “completo” de língua

11). Na efetivação das condições para o exercício de seu poder – ao que compreendemos ser a realização de uma utopia – a burguesia estabelece uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura da uma unidade formal fundada no Direito. Conforme Pêcheux ([1982] 1990), a burguesia proclama o ideal de igualdade frente à língua, pela liberdade dos cidadãos, embora organize uma desigualdade real, pela divisão do ensino dessa língua.

Expõe-nos Pêcheux questões outras, mas que avaliamos serem pertinentes a essa divisão social que é empreendida pela/na língua. Trata-se da discussão relacionada à leitura de arquivo, o qual pode ser entendido “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (PÊCHEUX [1982] 2010 p. 51). O autor discorre com relação à pesquisa em Linguística, embora tais questões se abram para pensar a historicidade dos modos de leitura, embasados que estão, desde a Era Clássica, entre duas culturas – que se contrapõem - designadas, pela tradição escolar-universitária francesa como a “literária” e a “científica”. Tradicionalmente, os profissionais dessa leitura são os literatos, considerados, enquanto tais, os historiadores, os filósofos, as pessoas das letras, com o hábito de praticarem a própria leitura, tratando-se de uma leitura que não se ancora em nenhuma teoria do texto ou teoria da própria leitura, sendo que sua decodificação repousaria sobre o postulado da evidência e da transparência de sentido. Numa outra vertente de leitura de arquivo, estaria o trabalho anônimo, por meio do qual os aparelhos de poder das nossas sociedades geriram/gerem a memória coletiva. Divisão que se inicia no meio dos clérigos, na Idade Média, quando alguns eram autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes, com propriedade, enquanto ao conjunto de todos os outros eram destinados os trabalhos de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação, entre outros. Para Pêcheux ([1994] 2010), esse trabalho também constitui uma leitura, porém uma leitura em que ao sujeito-leitor impõem-se apagamentos, um apagamento de si, renúncia a pretensões de originalidade, atrás de uma instituição que o emprega, consagrada aos serviços de Igreja, rei, Estado ou empresa. Para esse serviço, foi preciso desenvolver socialmente métodos de tratamento em massa de arquivo textual, cujos fins estão em serem facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis. No quesito “objetividade”, estaria uma das causas de a referência à

---

francesa, com base no modelo do latim, reservando-lhe a experiência do bilinguismo; à massa, a simplificação da língua, uma língua pautada nas frases simples.

“ciência” se impor como evidência – destaque dado à criação das línguas artificiais. De todo modo, a questão é ideológica, pois, sobre o divórcio cultural entre o literário e o científico a respeito da leitura de arquivo, afirma Pêcheux ([1994] 2010) que:

não é um simples acidente: [...] recobre (mascarando essa leitura de arquivo) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações” [...] (PÊCHEUX, [1994] 2010, p. 52, grifos do autor).

O autor sustenta que essa divisão social do trabalho de leitura passa por reorganizações e, em última instância, as consequências disso irão repercutir sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica. Tomamos-lhe a citação:

Nesta medida, o risco é simplesmente o de um *policiamento dos enunciados*, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica: “quando se quer liquidar os povos”, escreve Milan Kundera, “se começa a lhes roubar a memória” (PÊCHEUX, [1994] 2010, p. 55, grifos do autor).

A par dessa discussão, interpõem-se questões para/do nosso estudo, o qual pensa o discurso do sujeito ítalo-brasileiro, uma vez que, ao lado do/sob o discurso/dos discursos dele mesmo, há o discurso/os discursos sobre ele – de outra formação discursiva, a do Estado, quer de um poder constituído – democraticamente – quer de poder instituído - autoritariamente. Discursos sobre os quais incidem as questões: quem pode dizer e o que pode dizer? Quem pode lembrar – e como lembrar? E mais: o que é preciso esquecer – e a que ordem isso se filia? Pertencentes à superestrutura, ou reproduzindo seu discurso, as explicações e as justificativas econômicas e sociais para o fluxo migratório garantem um posicionamento ideológico, em que se apagam as vozes múltiplas de outros – em que significam as palavras de Pêcheux ([1975] 2009, p. 281): “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja [...]”. Onde fica/está, portanto, a leitura do sujeito imigrante que se outorga o poder/o direito de dizer, determinada pelas condições históricas adversas e diversas de que fazem parte, mesmo que não necessariamente formem um discurso homogêneo, linear, sem contradições,

pertencentes à infraestrutura? Reiteramos as palavras de Pêcheux ([1975] 2009, p. 281, grifos nossos) já citadas, porém, acrescidas das que lhes dão continuidade, explicitando, assim, que há possibilidades outras de/do dizer: “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja [...] *é preciso suportar o que venha a ser pensado*, isto é, ‘ousar pensar por si mesmo’”.

Além disso, da superestrutura, a certeza da institucionalização do seu discurso, a constituição do arquivo, o escrever da história; da infraestrutura, incertezas. Como afirma Rancière ([1992] 1994):

distanciar-se dos sujeitos tradicionais da história e dos meios de verificação ligados a sua visibilidade é penetrar no terreno em que se turvam o próprio sentido do que é um sujeito ou um acontecimento e a maneira pela qual se pode fazer referência ao primeiro ou fazer inferência ao segundo (RANCIÈRE, [1992] 1994, p. 10).

Tais observações tocam aspectos outros a serem considerados. Um deles está relacionado a onde estão inscritos os discursos *de* e *sobre*, pois, mesmo que tenhamos os discursos desse sujeito inscrito em dada formação discursiva – em que se instaura “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147), garantindo a “eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 8), este saber pode estar atravessado por outros saberes. Assim, esse sujeito, por tal discurso, (1) pode estar reafirmando/refletindo/ecoando um óbvio, um discurso advindo das superestruturas – e esse óbvio consente/permite a si mesmo “preencher todas as lacunas”, suturando toda a possibilidade de falhas num discurso onde a reiteração nada cede ao novo, constituindo assim um discurso saturado, engessado em pré-contruídos, em que nada se abre a outro interpretar; (2) pode estar deslocando esse óbvio, o que se dá quando pequenos movimentos, deslizos, instauram a não repetição, esse atravessamento esteja monitorado/limitado por um efeito de dominação ideológica; (3) pode estar inaugurando o contraponto ou a negação do que se tem como referência, criando um novo olhar para o objeto, independente do já-dito, do já-instituído como sendo o discurso de x. Essas poderiam então ser diferentes posições-sujeito, possíveis/passíveis de serem identificadas no discurso dos sujeitos em estudo, em que a memória, memória que



se efetiva na/pela língua, toma distintas configurações: saturada e/ou lacunar, com base em Courtine (1999).

Ao refletir sobre a memória, Robin ([2003] 2016, p. 31) afirma-nos que “o passado não é livre”, é ele regido, gerido, preservado, explicado, comemorado ou odiado e, em função disso, celebrado ou ocultado, tratando-se de questão do presente. Nele, apagamentos, esquecimentos, reescrituras, invenções: afinal, há traumas e é preciso saber lidar com isso, trabalho do luto. “Esquecemos, recalamos, mantemos longe, ou no mais profundo o que incomoda; preenchemos os baús da história de cadáveres, esperando abri-los e reencontrá-los sem reconhecê-los” (ROBIN, [2003] 2016, p. 38). Quando se fracassa, inscrevem-se novas configurações, rearranjo das narrativas sobre as sociedades ou das/pelas sociedades que as contam. De toda forma, para a autora (Ibidem), não há memória justa, tampouco reconciliação total com o passado. Nesse sentido, compreendemos que, tanto nas sobreposições do tecido de uma memória saturada, como nos vãos e desvãos de uma memória lacunar, na memória do sujeito ítalo-brasileiro, funcionam mecanismos do imaginário: se se narram aventuras, compensam-se amarguras e sofrimentos com pequenas vitórias e corajosos feitos; substituem-se carnes fracas com efeitos de palavras; a grande desventura por conquistas a serem socialmente reconhecidas. Nesse jogo, domina a ideologia capitalista, em que o que vale é ser sempre o vencedor.

No que tange à “divisão social do trabalho de leitura”, conforme referido anteriormente, cumpre realizar escutas ao que grita ao nosso próprio estudo: temos de considerar que há uma *divisão social relacionada ao que é dado a ler*, ao que associamos a quem tem o poder da língua, de usá-la, de significá-la, de contorná-la”, à frente dos quem não têm essa possibilidade, ou seja – refletimos – haveria uma divisão social do trabalho de escritura? – Atrás do belo da identidade de sujeitos imigrantes, há o esquisito; distante daquele que incorpora o herói, há o ogro; longe das Amélias<sup>46</sup>, escondem-se as Genis<sup>47</sup>; entre as Amélias e as Genis, outras tantas posições sujeito, atestando a heterogeneidade da constituição do sujeito. No contorno do espaço cênico, iluminado, em suspenso, estão as coxias, dadas à necessária penumbra. Ou ao teatro das aparências, conforme refere Pêcheux que,

---

<sup>46</sup> Referência à composição de Ataulfo Alves e Mário Lago intitulada “Ai, que saudades da Amélia” (1942); Amélia é a dona de casa resignada, dócil, sem vaidade, “exemplar”.

<sup>47</sup> Referência à composição de Chico Buarque intitulada Geni e o Zepelim (1978); Geni é prostituta.

ao comentário que faz sobre a manipulação ideológica, com base na teoria de G. Klaus<sup>48</sup> de que “*as massas estão prisioneiras na caverna capitalista*” Pêcheux ([1975] 2009, p. 258), acrescentando que faltaria reconhecer que, em parte, são as suas próprias ilusões que mantêm esse povo encantado (de onde avalia ser a ideologia uma força material). Com base nisso, podemos pensar que, ao lado de uma memória histórica ou de uma história que se pauta pela oficialidade dos registros e dos testemunhos dos grandes nomes – e mesmo dos pequenos, atravessados pela ideologia dominante –, coexistem a voz, a imagem e a letra, tanto dos que podem/puderam se manifestar/registrar suas manifestações quanto dos que passaram e deixaram “suas coisas” à deriva.

Na questão da leitura – e da escritura em pedra, em letra e em voz –, coloca-se também a questão da língua, que é a italiana, e que é a portuguesa, e que é igualmente a brasileira, podendo também não ser nenhuma delas em seu estado imaginário<sup>49</sup>, podendo ser cada uma delas atravessada uma pela outra – e que poderá também ser o *talian* – o qual ganhará aqui um espaço específico de estudo e reflexão. De certa forma, não “saber” português garante um dado lugar (ou um não-lugar) na efetivação do processo social do trabalho de leitura; “sabê-lo” instaura o lugar de poder dizer (HAROCHE, [1984] 1992). E, dentro disso, o que é dado a ler? A quem se faz possível dizer?

Nos espaços ocupados pelo sujeito ítalo-brasileiro, há um movimento/um movimentar-se dentro de uma língua e entre línguas: referimo-nos à questão de limites, de fronteiras, o que pode ser assim explicitado: como o sujeito que apreende o italiano em casa apreende o português na escola? Em seu “retorno” ao espaço doméstico, como se dá o funcionamento – convivência, entrelaçamento, escolha? – do falar as línguas? Além disso, e os que - consciente ou inconscientemente – se negam a fazê-lo/dizê-lo, na mesma ou na outra língua, como se colocam/são colocados como sujeitos em relação à língua/às línguas? Muitos preferiram o silêncio e resistiram à língua portuguesa; outros se confortaram na satisfação de tê-la aprendido, e outros se desconfortaram por não estar mais na primeira, na língua materna, e reincidiram em desconforto por estarem incompletos na língua da outra pátria. Por quais imaginários de sujeito na língua circulam tais sujeitos? Scherer

---

<sup>48</sup> Filósofo e lógico marxista, cuja obra é comentada por Pêcheux (2009 [1975]), no texto I dos Anexos: “Uma teoria científica da propaganda?” (p. 257-262).

<sup>49</sup> Em referência às noções de língua fluida e língua imaginária, conforme Orlandi e Souza (1998).

(2006, p. 20) afirma que “escutando a voz do outro, eu percebo que falar é uma atividade singular de linguagem, uma forma de existir. Marca de singularidade, designação de uma sociedade e invenção de uma utopia à la Babel”. Importantes reflexões com relação à constituição do sujeito na língua, em movimento e inscrição pela voz, pois as fronteiras entre essas línguas também se materializam na oralidade, na forma como tomam o sujeito.

Por esse viés, entendemos serem relevantes duas afirmações, as quais contribuem sobremaneira para o nosso pensar. A primeira é o que nos expõe Orlandi (2007a), em relação à Gramática, que não é em seu conteúdo, mas no modo como se estrutura seu discurso em função de um sujeito de conhecimento que se encontra a marca da interpelação, a de um sujeito que deve se relacionar com o saber da língua, uma vez que ela, em seu processo de produção, faz muito mais do que ser um lugar onde está o conhecimento sobre a língua, a norma que conduz os seus “usuários”:

Ela é a forma da relação da língua com a sociedade na história. [...] É esse sujeito, é esta posição-sujeito que somos convidados (aprendemos) a ocupar quando aprendemos a língua. Ora, esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma (ORLANDI, 2007a, p. 14-15).

A segunda é o dizer de Haroche ([1984] 1992, p. 14):

o irreduzível ponto de liberdade e do querer-dizer do sujeito: uma vontade de resistência que subtrai o sujeito à transparência e à linearidade do enunciado, que rompe o laço sintático – propósito lacunar, inacabado, ou, ao inverso, adunção, digressão [...] (HAROCHÉ, [1984] 1992, p. 14).

Com base nisso, entendemos serem possíveis dois lugares para o sujeito ítalo-brasileiro, com base na relação de assujeitamento: (1) o querer estar dentro da norma de uma língua e não conseguir estar; (2) o não querer estar, instaurando aí um lugar de resistência, quando tudo isso pode falhar, o que caracterizaria, ao lado da injunção ao dizer, a negação ao dizer: zonas de litígio, dano. Diante disso, quando se pensa o discurso, a resistência precisa ser compreendida na relação do sujeito com a interpelação ideológica. No entanto, na apreensão da interpelação ideológica como ritual, “supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso’ [...]” (PÊCHEUX, [1975]

2009, p. 277). É a palavra que falta, encontrada na língua outra; é a que escapa, quando se vai incidir sobre o proibido; é a sintaxe que teima em “ser diferente”, é a reiteração de pronomes, as frases-ditados que entram para serem o ponto final das narrativas; são as palavras aportuguesadas, é a necessidade da “correção” do texto escrito, na busca por uma “higienização” na língua da nova pátria. E o que fazer com os sons zês por gês, dos -ãos por -ons, dos -ons por -ãos, e com a fraqueza dos erres? E com a musicalidade acompanhada de gestos largos? Constituem-se memória da uma língua na outra língua e também formas de resistência desse sujeito à sua inscrição na subjetividade da língua do outro. Ou seja, tais marcas/memórias não se reduzem a uma questão fonética, marcam a identidade de um sujeito que está na língua, mas também fora dela e para além dela.

Em nossa epígrafe, trazemos recortes (vivos, recuperados) que atestam a convivência/o confronto entre uma língua que se reconhece em circulação, ganhando diferentes contornos, nuances de tom, som e sentido, uma língua que Orlandi e Souza (1988, p. 34) nomeiam como “língua fluida”, a qual, segundo as autoras, “pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidade (significativas) de produção” e outra, que é circunscrita com a marca do que deve ser, deve-se perseguir, buscar, alcançar, atingir, a “língua imaginária”, línguas que, segundo as autoras referidas (Ibidem, p. 28), “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias”. Condições de existência de uma língua em que o simbólico e o político retiram da opacidade o conflito imanente das línguas e expõem a contradição que atravessa o sujeito.

Observamos ser a questão da língua aquilo que toca o sujeito ítalo-brasileiro, porque não há como negar que é a língua que se constitui em uma de suas barreiras sociais. Vale referir que, na constituição dos Estados nacionais, empreende-se um projeto político que coloca na ordem do dia da revolução burguesa a constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal de uma língua nacional, sendo que os sujeitos, para se tornarem cidadãos, deveriam “se liberar dos particularismos históricos que os entravavam”, principalmente de sua língua materna, conforme Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 37, grifos dos autores). Assim, proclamando o ideal de igualdade diante da língua como condição de liberdade dos cidadãos, a burguesia estabelece uma aliança popular, enquanto

organiza uma desigualdade real, reproduzida estruturalmente por uma divisão política no ensino da gramática.

Tais considerações acerca da língua, tocando, mais especificamente, as políticas linguísticas empreendidas pelo Estado burguês ou Estado nacional, cabem para o estudo que fazemos<sup>50</sup>, sendo que pode ser observado o seguinte percurso na relação sujeito ítalo-brasileiro/língua, uma vez que refletem essa visão. Primeiramente, referimos Iotti (2010): a autora aborda que a unificação do Estado italiano era fato recente quando da emigração, e o processo de formação da nação italiana – via Unificação (1859-1861) – e da consciência nacional fora lento, observando-se que, fazendo parte desse processo, havia populações diferentes que falavam diversas e distintas línguas. Diante disso, os emigrantes/imigrantes, por manterem seus costumes regionais e “dialetos” próprios não representavam um grupo homogêneo; seu sentimento era, antes, regional: “não se consideravam italianos, mas sim vênéticos, trentinos, lombardos, friulanos, etc.” (IOTTI, 2010, p. 30), sendo que, somente mais tarde, já no Brasil, o sentimento de italianidade<sup>51</sup> surgiu. É esse “mosaico de falares<sup>52</sup>” – ou, como refere Orlandi (1996 apud PAYER, 2006), uma mistura de línguas em relação a uma materialidade linguística terceira, que atesta a presença da memória discursiva de outra língua que devia ser apagada. Para um segundo momento, tomamos como fato a convivência desses grupos, com suas línguas e a formação de uma outra língua, o *talian*, assim designado pelos próprios imigrantes – como a própria palavra já deixa entrever, é/seria subtraído de “italiano”, um italiano incompleto, imperfeito, não oficial, formado/constituído por um sujeito de entre-lugares, saído de, lançado a, assentado em terras brasileiras.

No que se refere a um terceiro, esse passa pela interdição dessa língua dos imigrantes e pela obrigatoriedade da apreensão e alfabetização em língua portuguesa (passo para a cidadania): interdita, mas que se atravessa o tempo todo, que escapa do circunscrito, foge do determinado, fazendo-se presença na língua portuguesa, constituindo a memória de uma na outra. E há, também, um quarto momento: quando se tem três práticas sociais distintas: a do apagamento da

<sup>50</sup> Especificaremos, no decorrer deste estudo (parte 3.1), o que significou e tem significado ainda hoje a política linguística de Vargas e o reconhecimento do *talian* como patrimônio histórico nacional. Mais informações sobre a língua *talian* encontram-se no APÊNDICE B.

<sup>51</sup> Para compreender “sentimento de italianidade”, tomamos Zanini (2006, p. 137): “A identidade de italiano genérico se processou com maior força em terra hospedeira, pois necessitavam [os imigrantes] de elementos que os fortalecessem enquanto grupo e os diferenciasses da sociedade envolvente”.

<sup>52</sup> Expressão tomada de Pêcheux ([1982] 1990, p. 10).

língua anterior, falando-se/exigindo-se um português “correto”, sem acentos, sem marcações, higienizado, padrão; a do enaltecimento e da revitalização do *talian*, falado e cantado em festas, encontros, dando espaço para a rememoração e também para a comemoração dos fatos e feitos da imigração; a do aprendizado de um outro italiano, a língua oficial da Itália atual, que financia as Sociedades Culturais Italianas e ensina a língua e a cultura italianas.

É pensando nessas barreiras sociais que retomamos as reflexões de Pêcheux ([1982] 1990) – as quais se entrelaçam ao que colocamos anteriormente –, quando este afirma que o proletariado, em contrapartida a essa unidade formal fundada no Direito instituída pela burguesia no poder, vai experimentar, progressivamente, o que tem pelo irrealizado do movimento popular – necessidade vital para aquela: “uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 11, grifos do autor). Tal barreira atravessaria a sociedade como uma linha móvel, invisível, mas sensível à relação de forças - uma estratégia da diferença sob a unidade formal do Direito, constituindo uma nova língua de madeira da época moderna: divisão em dois mundos, estratégia da diferença que, sob uma única língua, faz com que as mesmas palavras, expressões e enunciados não tenham o mesmo sentido; estratégia que faz com que a ideologia jurídica possa conduzir a luta de classes sob aparência de paz social; espaço no qual se articulam, nos mesmos moldes, os aparelhos ideológicos do Estado. Ainda para o autor, isso permite compreender as formações ideológicas e as formações discursivas<sup>53</sup>, ou seja, o caráter regional e o de classe que dividem a sociedade.

A questão da língua, afirma-nos Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 37), “é uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas”, ou que deveriam ser reconhecidas, pelo menos, como lutas, sendo que a alteridade constitutiva da sociedade burguesa deve ser transformada politicamente. Nesse sentido, Orlandi (2007b) reflete acerca do que considera “Política Linguística” enquanto “Política de Línguas”, avaliando que não há língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político: ela é esse corpo “social simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica” (ORLANDI,

---

<sup>53</sup> Formação ideológica – Formação discursiva.

2007b, p. 8); pelas políticas de línguas passam as “formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político e de seus sentidos” (p. 8). Já Zandwais (2011, p. 130) considera a questão da língua nacional sob distintos ângulos: ou como razões do Estado, em que unidade e dominação são valores indispensáveis à organização das superestruturas, ou como razões da infraestrutura, em que, nas políticas linguísticas, a diversidade seja tratada como valor ético indispensável à democracia na sociedade civil, posições essas distintas, desiguais, em constante correlação de forças.

Com base nessas reflexões, cumpre, ainda, salientar o posicionamento de Zandwais (2011), de que não se pode excluir a manutenção do princípio da unidade, uma vez que esse princípio parece funcionar como um regulador das funções imaginárias e discursivas que alicerçam diferentes concepções de nação, ao mesmo tempo em que é necessário que se considere os diferentes processos identitários e a diversidade linguística, os quais estão na base de uma nação e perpassam a questão de pertencimento, sendo que a língua, de forma alguma significa fator de menor violência simbólica quando segregada.

É possível observar, portanto, nas práticas sociais do sujeito ítalo-brasileiro, como tais questões incidem, senão determinam, a sua vida em sociedade – no Brasil, da ausência de escolas às primeiras “aulas” tocadas por aqueles que se habilitassem à tarefa, em italiano, num claro preenchimento de um espaço em que a ausência do Estado é percebida, passando pelas aulas subvencionadas pelo Estado, às primeiras escolas até as campanhas de alfabetização que chegaram às colônias, culminando pelas políticas empreendidas pelo governo Vargas (1937-1945) –, fazendo-o circular/andar por diferentes processos de inscrição na(s) língua(s)<sup>54</sup>.

Todavia, em que sentido podemos pensar a língua como elo identitário a subjetivar os cidadãos? A língua, segundo Zandwais (2011):

---

<sup>54</sup> Do discurso do sujeito ítalo-brasileiro, referem-se a essa questão os textos escritos de Andrea Pozzobon e de Antônio Ceretta (ambos professores) e da Prof<sup>a</sup>. Rita Guarienti, de quem temos depoimento oral. Faremos referência a eles, com maior especificidade, *a posteriori*.

adquire papel vital para o preenchimento de um espaço imaginário “universal” e “catalisador”, na medida em que é ela que dá ao Estado a resposta de maior expressão simbólica para que se promova a construção de um imaginário social de “identidade nacional” entre o povo, suplantando dessa forma, as categorias de território e de etnia, cujas funcionalidades, ao longo da história, têm nos mostrado, poderem estar a serviço, de modo mais explícito, de práticas totalitárias tais como o colonialismo, as segregações entre os povos, as exclusões, a discriminação racial e até mesmo a “faxina étnica” (ZANDWAIS, 2011, p. 130).

Assim, consideramos que é pelas diferentes formas de governo e pelos distintos empreendimentos que fazem das políticas de línguas que se pode observar o real da história e o simbólico da língua funcionando juntos, determinando ideologicamente lugares para o sujeito. É por esse viés que nos detemos no discurso da língua empreendido por Getúlio Vargas, presidente, no autoritário e nada democrático período do Estado Novo (1937-1945), uma vez que esse período foi caro ao sujeito ítalo-brasileiro: na função da relação necessária entre linguagem/língua e mundo, a ideologia interpela-o: que lugar ocupar, com que se identificar, como subjetivar-se? É esse/este o interstício no qual situamos a língua, em que se defrontam saberes de diferentes formações discursivas. Na (desigual) correlação de forças, há a língua como um dos símbolos da unidade nacional, questão crucial à política de Estado durante o Estado Novo: uma utopia (às avessas), em que, para se projetar o “Um”, busca-se apagar a diversidade; e há, também, a língua/as línguas do sujeito não-brasileiro, na imagem do sujeito-estrangeiro, na presença do sujeito-imigrante, uma língua-materna/maternal/mãe, que atesta sua identidade/subjetividade, e uma língua-outra, que vai se formando de porto em porto, de paragens em paragens, de barracões em barracões, nas colônias-ilhas, paradoxalmente dentro de vastos/novos/densos/outros territórios.

Campos (2006), sobre a emergência da língua em sua relação ao nacionalismo no Brasil, refere-se à percepção dos modos como a língua foi se colocando – foi sendo colocada – no pensamento político brasileiro e como se tornou uma questão de Estado: para Vargas, tornou-se uma questão estratégica nos anos 1930 e 1940. Ter o controle significava, para o Estado, ter a garantia de unidade e homogeneidade; anulando-se as diferenças, o Estado firmava-se diante da sociedade. Dentro disso, o Decreto-Lei n. 1545 de 25 de agosto de 1939, acontecimento discursivo, conforme Zandwais (2007), que inscreve a língua na história – aliás, inscreve duplamente a língua na história: como documento e como documento que também trata da língua –, dispõe sobre a adaptação ao meio



nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. E como isso se efetiva: retomemos que se trata de um decreto-lei, de um poder ditatorial, cujo presidente, Getúlio Vargas, chegara ao poder por um golpe de Estado. Tal decreto envolve as seguintes instâncias: Conselho de Segurança Nacional, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério da Educação e Saúde, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Guerra (Estado Maior do Exército), Conselho de Imigração e Colonização, Interventores Federais. (Remetemo-nos à imagem descrita por Euclides da Cunha em *Os sertões*, metaforizando a relação de forças como as cenas daquela guerra, guerra de Estado contra (seu) povo errante: “quatro apenas”, diante dos quais “rugiam raivosamente cinco mil soldados”).

Consideramos que uma lei possa estar à mercê de diferentes leituras; no entanto, não é possível distanciarmo-nos de um efeito de sentido que perpassa o referido documento: há um caráter de violência simbólica, o que pode ser observado pelas ações sinalizadas pela materialidade da língua. O objetivo da lei já refere à “adaptação” ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros: adaptar-se, conforme Houaiss (2009) implica (1) ajustar(-se), acomodar(-se) ou encaixar(-se) [uma coisa a outra]; (2) modificar (algo) para que se acomode, se ajuste ou se adeque (a uma nova situação, um determinado fim, um meio de comunicação etc.); em outras palavras, há um apagamento do que esse outro traz diante de uma nova situação. O artigo 4º, dirigido ao Ministério da Educação e saúde, visa a promover a criação de escolas, porém “confiadas a professores capazes de servir os [sic] fins dessa lei”, ao que destacamos o “confiadas”, numa relação de aparelhamento do Estado, delimitando/restringindo a função da Escola aos fins da lei e ao que nos perguntamos: o que seriam exatamente serem professores capazes senão serem subservientes; “subvencionar” escolas primárias criadas por sua iniciativa e “favorecer” as fundadas por brasileiros: processo claro de exclusão das iniciativas tomadas pelos sujeito ítalo-brasileiro diante da ausência até então do Estado brasileiro, mas novamente a distinção entre o que é próprio da nação e o que não o é, com depreciação desse último. Criação de organizações patrióticas, de bibliotecas dirigidas ao “interesse nacional” e visando à promoção de comemorações cívicas, entre outros. No entanto, destacamos, principalmente, dos artigos que se seguem: a que órgão se destinam as competências e a linguagem utilizada para dizer disso. Assim, ainda dentro do Ministério da Educação e saúde,

recortamos o “exercer vigilância<sup>55</sup>” sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil; ao Ministério do trabalho, “fiscalizar” a execução da referida lei e das correlatas; “exigir” percentagem legal de brasileiros nas atividades. Ao Ministério das Relações Exteriores, no Artigo 6º, “informar” o Conselho de Segurança Nacional. No Artigo 7º. Dirigido ao Estado maior do Exército, entre outros, destacamos “centralizar informações sobre”; “proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros [...]”. No Artigo 8º, “evitar aglomeração de imigrantes”, “fiscalizar as zonas de colonização estrangeira [...] efetuando [...] inspeções secretas; novamente “exercer vigilância”. No Artigo 9º, dirigido aos Interventores Federais, distinguimos o remeter estatística de entrada e localização de estrangeiros, o promover manifestações patrióticas e o escolher “com especial cuidado” os funcionários do Estado. No Artigo 15, “é proibido o uso das línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”. No Artigo 19, “nomear inspetores para fiscalizar execução desta lei”. Tais expressões advêm de uma Formação Discursiva militar, de guerra, em que se tem aliados e se tem inimigos. Tem-se hierarquia, tem-se ordens a cumprir. “Em nome da língua nacional, podia-se exercer forte repressão linguística. O estrangeiro não era um cidadão. E era a sua língua o documento desse repúdio” (ORLANDI, 2009b, p. 117).

Tais reflexões, neste momento empreendidas, dão sustentação às análises que apresentaremos, baseadas em recortes discursivos do discurso do sujeito ítalo-brasileiro que reportam a cenas/memórias de vigilâncias, de perseguições, de prisões e de torturas em função da língua por eles falada. Por essa leitura, compreendemos, relacionamos e identificamos essas práticas ao que Rancière ([1995] 1996) define como *polícia*, distinto de *política*<sup>56</sup>, conforme já referido.

Com base nisso, se “a *política* encontra em toda parte a *polícia*” (Ibidem, p. 44), num encontro dos heterogêneos, talvez seja esse um “ponto de encontro” interessante para se pensar porque as questões tanto da interdição (do italiano) quanto da obrigatoriedade (do português), ou seja, língua materna *versus* língua nacional<sup>57</sup> (da nova nação), sejam conflituosas na memória do sujeito ítalo-brasileiro:

---

<sup>55</sup> Grifos nossos.

<sup>56</sup> Cabe referir que, a esse processo, Campos (2006, p. 127) vai chamar de “fascismo molecular”.

<sup>57</sup> Com base ao que conceitua Guimarães (2003, p. 48) sobre língua materna: “língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nasce a praticar” e sobre língua nacional: “é a língua de um

pois, ao mesmo tempo em que tem (por parte do imigrante) a necessidade de estabelecer um elo com a nova pátria – embora, nas primeiras décadas, ainda chamassem de pátria a Itália, enaltecendo seus heróis e mitos<sup>58</sup> – tem-se, na manutenção da língua-mãe (e da língua-filha, pois a que vai se formar, na confluência e na convivência dos imigrantes, é, ainda, uma outra), certa resistência, numa afirmação de sua cultura (que se ancora, muito fortemente, também nas questões religiosas, católicas), um elo entre os que se identificavam como iguais – sempre considerado, por nós, como processos imaginários e também ideológicos.

Cabe ainda ressaltar que a relação do sujeito ítalo-brasileiro com a língua portuguesa e com a sua/as suas línguas não se mantém única, singular, homogênea: são processos que se constituem pela história – mediados pelo jogo de imagens que cada um dos interlocutores fazem de si e do objeto de seu discurso, conforme Pêcheux ([1969] 2010). Entendemos que a posição-sujeito do sujeito que esteve sob a égide do acontecimento histórico-discursivo do Decreto-Lei n.1545/1939, das suas aplicações, que teve que responder à injunção de uma política linguística marcada pela interdição, é distinta e distanciada da do sujeito que não participou desse período histórico. No entanto, tal processo precisa ser considerado como determinante, pois se trata de, ao lado de querer instituir um lugar a uma parcela dos sem-parcela, simbolicamente, destituí-la do lugar a que pertence, na e pela língua, ao lhe conferir “um outro lugar”: o de não mais poder falar a/na sua língua, o de silenciar-se ou o de causar estranhamento diante de. Nesse entre-lugar (o de não falar português/o de não pertencer mais a, o de ainda não...), estabeleceu-se uma zona de litígio, um dano, dano esse que ressoa, entre o saturado e o lacunar, na memória e pela história desses sujeitos.

Portanto, é assim que vemos a língua discursivamente, tanto em sua questão constitutiva, em sua definição, quanto nas situações em que é tomada como constituinte de um discurso: do sistema língua, como base comum para processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81); língua em seu real, que é o impossível (MILNER, 2012); aquela cujo todo “só existe sobre a forma não finita do ‘não-todo’” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 58); aquela que, por meio de

---

povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”.

<sup>58</sup> Há dois monumentos na Quarta Colônia que atestam isso: um, construído em 1913, em homenagem aos heróis italianos tombados na Guerra contra a Líbia, demolido por ordem do governo durante a II Guerra, em São Marcos, Arroio Grande, e outro, construído em 1919, em homenagem a Garibaldi, na Praça central de Silveira Martins.

estruturas que lhe são próprias, está necessariamente em relação com um seu não estar, quer seja com um não está mais, com um ainda não estar, com um nunca estará do imediato a ser percebido, mas, por essas formas, a inscrição da eficácia omni-histórica da ideologia (essa como o incontornável, a representar origens, fins, o alhures, o além e o invisível), conforme Pêcheux ([1992] 1990); língua como um corpo simbólico, desde sempre afetada pela ideologia; língua como unidade, com uma ordem própria, não sendo um sistema perfeito, tampouco unidade fechada, sujeita a falhas, afetada pela incompletude (ORLANDI, 2009a); aquela que não é Una, pois as línguas se transformam, aparecem e desaparecem (ORLANDI, 2014); língua: materialidade específica do discurso, que é a materialidade específica da ideologia (ORLANDI, 2009a); lugar em que a história se presentifica, quando “as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis [...] em processos como paráfrase, metáfora sinonímia” (ORLANDI, 2009a, p. 67); como condição e possibilidade do discurso (ORLANDI, 2009a); lugar da metáfora: “característica comum a todas as línguas, mais especificamente a característica própria do sistema linguístico de permitir deslizamentos históricos dentro do campo de formulações possíveis” (GADET; PÊCHEUX, [1991] 2011a, p. 100); enfim, língua que se abre e se transmuta em muitas faces – nenhuma neutra – e se coloca como um espaço para se pensar o sujeito. Assim é que queremos entendê-la discursivamente. Essa utopia é nossa.

### 1.2.2 De história e de memória e de um sujeito na história e na/pela memória

*Escrever a história e escrever histórias  
pertencem ao mesmo regime de verdade.  
(Jacques Rancière)<sup>59</sup>*

História e memória são constitutivas do sujeito ao mesmo tempo em que são constituídas nele e por ele. Sujeito esse em cujo discurso articulam-se e atravessam-se funcionamentos da língua, inconsciente e ideologia, ao que cumpre lembrar Henry ([1984] 2010) em relação ao lugar da história. Para o autor, há uma tendência nas ciências de negar a existência de uma dimensão que seja própria à história,

---

<sup>59</sup> RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2 ed. São Paulo: EXO experimental org.; 34, 2000 [2009]; referimos que o termo “verdade”, aqui, segundo o autor, “não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas” (p. 58).

reforçando-se a ideia de que ela não representaria mais do que o lugar ou o espaço da combinação, da articulação ou da complementariedade de processos ou mecanismos a-históricos; a história não teria, ainda, conteúdos que lhe seriam específicos; representaria, outrossim, o ponto de vista de uma totalidade e da complementariedade do que estudam as ciências humanas e sociais: representaria, então, o “contexto”. Então, seja por ser destinada como um objeto à parte pelas outras ciências, seja por não ter um objeto que lhe seja próprio e, por isso, recusar-se a si mesma como ciência, a sua situação torna-se paradoxal. Diante disso, o referido autor posiciona-se pela tendência de vê-la cientificamente, avaliando que a questão da história é exceder a simples descrição empírica dos fatos e dos acontecimentos passados, assim como suas sucessões. Concordando com Foucault<sup>60</sup>, Henry reforça que a história não tem lugar em meio às ciências humanas, tampouco ao lado delas; teria, então, com todas elas, uma relação de vizinhança em um espaço comum. Essa história, segundo o autor, é uma história que não existe. A que existe e que faz sentido é aquela que se constrói junto ao homem, e esse homem fala; sendo assim, “podem lhe dar o sentido que quiserem sob a reserva de que eles se coloquem de acordo entre si e deem conta das realidades” (HENRY, [1984] 2010, p. 46), além da questão de que todo fato ou evento histórico é dado à interpretação, a diferentes construções de sentido em relação a ele, a busca de suas causas e consequências. Nesse sentido, a história, para os estudos do discurso, consiste “nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História” (Ibidem, p, 47).

Corroborando com a teoria discursiva, Rancière ([1992] 1994, p. 9) traz também essa discussão ao afirmar que “a revolução da ciência histórica quis justamente revogar o primado dos acontecimentos e dos nomes próprios em proveito das longas durações e da vida dos anônimos” e relativiza a importância da concepção de outrora, da velha história, acrescentando que era necessário abandonar os acontecimentos, suas sucessões insignificantes ou suas causalidades ao acaso; substituir-lhes os fatos. Ao trabalhar com a simbologia do “rei morto”, traz com ela os novos rumos ao dizer que “os reis estão mortos como centros de força da história” (Ibidem, p. 20). O autor propõe que se considere, como base a compor uma

---

<sup>60</sup> Referindo-se à obra *Les mots les choses*.

nova história, uma poética – a “poética do saber” em lugar de uma retórica, por meio de um novo paradigma. Esse “modelo” não se estruturaria simplesmente recebendo da morte dos reis seu objeto novo, tampouco trazendo à cena um ser vivo que fala muito, que fala demais, fora do lugar e fora da verdade, sujeito que não tem qualidade para garantir a referência do que diz. Sua organização considera “a entrada dos anônimos do povo no universo dos seres falantes” (p. 53); nesse processo, o historiador não se apaga, mas vem para a frente da cena, atestando o singular ato que fez/faz: “abriu o armário dos tesouros e leu esses testemunhos que dormiam esquecidos” (Ibidem, p. 53). Tais testemunhos configuram nova espécie de documento, documento que se monumentaliza, conforme Foucault ([1969] 2000), sobre o que sustenta uma nova posição da história na contemporaneidade.

Nesse sentido, buscamos compreender Davallon (1983 [2010], p. 26), para quem “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória”, pois esta é frágil e nada garante sua permanência. Destacamos, no entanto, a importância dada aos escritos, pois, para o autor (Ibidem, p. 101), “os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem”. Por esse viés, podemos pensar o quanto se tornam relevantes aos grupos o registro dos fatos ou dos eventos vivenciados, pois cumprem o papel de amalgamar testemunhos de vários lugares em função de um espaço de identidade comum, dado à tarefa de agregar, a ser dividido e compartilhado. Ainda do ponto de vista discursivo, considera-se que a história interessa não pelo acúmulo de informações que consegue armazenar, mas, conforme Petri (2006, p. 4), “pelo efeito de sentido que os acontecimentos revelados produzem num determinado espaço sócio-cultural e numa determinada época”.

É por essa tomada, política, buscando apreender os vestígios da memória, no âmbito das histórias de vida, capturados oralmente, que nos remetemos a Pollack (1992). Para o autor, que associa memória (não só individual, mas como fenômeno coletivo, na esteira de Halbwachs<sup>61</sup>) e identidade social, há elementos que constituem essa memória, há *acontecimentos*: acontecimentos vividos pessoalmente, acontecimentos vividos por tabela (acontecimentos da/na coletividade, dos quais, pela relevância que adquirem, torna-se quase impossível

---

<sup>61</sup> Halbwachs ([1968] 2009), ao estabelecer paralelos entre história e memória, traz-nos as noções de memória histórica e memória coletiva. À primeira, refere-se como uma “sequência de eventos cuja lembrança a história conserva” (p. 99); à segunda, diferenciando-a de história, seria “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (p. 102).

saber se participou ou não – uma memória herdada, portanto, segundo o autor); há pessoas e/ou personagens, realmente encontradas, transformadas em quase que conhecidas e, ainda, as que não pertenceram necessariamente ao mesmo espaço-tempo; além desses, há os lugares de memória, desde aqueles das lembranças pessoais aos lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração, os monumentos, por exemplo. Esses três critérios podem pertencerem ao campo do conhecimento, direta ou indiretamente, e podem, também, aí estar por transferência ou projeção.

Outra questão que deve ser considerada é que “a memória é seletiva”, segundo Pollak (1992, p. 204), pois nem tudo fica gravado, tampouco registrado. Em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, e a memória herdada se liga ao sentimento de identidade, tomado como a imagem de si, para si e para os outros. Assim, “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*” (Ibidem, p. 204), podendo ser fenômenos negociados e também valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

Não só isso nos interessa. Pollak (1989, p. 5) faz referência a uma memória em disputa, situações em que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”. O silêncio mostra as dificuldades de o sujeito se integrar, na esteira de superar sentimento de exclusão e de ver reestabelecidas a verdade e a justiça – diante de uma memória coletiva da nação.

Nesse processo, o autor fará referência às fronteiras entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, o que vai, de certa maneira, separar uma “memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p. 8). Le Goff (1996, p. 29) coloca a memória coletiva como “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o presente e o passado”, cabendo à história a tarefa de ajudá-la “a retificar seus erros”. Ao mesmo tempo, há aí um jogo de poder, pois “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Ibidem, p. 29).

No entanto, não nos referimos aqui a memórias consideradas marginais, mas a memórias que se colocam como insipientes frente a essa memória coletiva organizada, oficial ou nacional, a que aí está pelo discurso dominante. Podemos nos colocar a questão de como significam esses livros de memória familiar ou de grupo, advindos de/em distintas condições de produção? Que lugar o sujeito atribui a si e ao seu outro? Se, para Pollak (1989, p. 10), “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”, para nós, o que está em jogo é como funcionam as diferentes posições-sujeito dentro da memória do sujeito ítalo-brasileiro, permeadas não por identidades, mas por processos de identificação. Há sentidos de formações discursivas que funcionam com uma dominante: interpelado, o sujeito não desloca, apenas estabiliza sentidos já postos. O que não quer dizer que o reverso também não possa se dar.

Para Nora (1993 [1984]), historiador, vivemos, na contemporaneidade, o fim do equilíbrio entre história e memória por um processo de aceleração da história – desencadeado por fenômenos como o da mundialização, democratização, massificação e mediatização. Em função disso, segundo o autor ([1984] 1993, p. 7), tem-se substituído “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” e, por não mais habitarmos nossa memória, precisamos estabelecer lugares consagrados a essa memória, o que o autor denomina de “lugares de memória”. E quais seriam eles? Dentro do estudo que fazemos, os lugares de memória do sujeito ítalo-brasileiro são seus livros de memória - não como gênero narrativo –, são seus monumentos, por suas imagens; é a sua língua, por seus escritos e por sua voz<sup>62</sup>. Enfim, todos os discursos em que se significa, simboliza e se metaforiza.

É nessa instância que se pode pensar a ordem do discurso – quando os sujeitos estão submetidos à linguagem - que seria, segundo Orlandi (1999), a ordem da língua e a da história, em sua articulação. Ao considerar a história de acordo com a proposta de Henry ([1984] 2010) – a que nos referimos anteriormente – em que a história é a história porque os fatos reclamam sentidos e o fazem em face de um sujeito que está condenado a interpretar; entendemos que, “na relação contínua

---

<sup>62</sup> Tomamos “voz” ou “vozes” como discursos advindos da oralidade, uma vez que estes constituem nosso arquivo, assim como monumentos, discursos em imagens e livros, em escritos.



entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 1999, s.p.).

Consideramos também que história e memória se recobrem. Pêcheux ([1983] 2010, p. 56) avalia que existe um “outro interno em toda memória”, o qual se constitui em ser “a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que *nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior*<sup>63</sup>”, ou seja, uma não existe sem a outra. Com isso, também é necessário pensar, com base em Zandwais (2012) que:

[...] se a memória evoca a história, essa somente se concretiza a partir das lembranças que são preservadas na consciência dos indivíduos, do modo como são simbolizadas e, por fim, “discursivizadas”, tonando-se objetos de diferentes leituras, de múltiplas narrativas e até mesmo de interpretações controversas (ZANDWAIS, 2012, p. 47).

Essa reflexão inside sobre as diferentes formações discursivas, regionalizações do interdiscurso, pois o que permanece ou não, o que se repete ou se apaga, encontra-se vinculado àquilo que pode e deve ser dito – e àquilo que não pode e não deve ser dito. A diferença, a multiplicidade e a controvérsia relacionam-se aos diferentes posicionamentos ideológicos, e é esse filtro que faz com que os discursos funcionem dentro de certas regularidades, atestando um princípio de organização, sendo que é dentro desse princípio que se avalia quando é deslize, quando é ruptura, quando é resistência.

De acordo com Orlandi (1990), o discurso histórico tem o trabalho de estabilizar a memória, mesmo que essa nem sempre possa ser retida e domesticada, cuja construção do arquivo não cansa de se deparar com diferentes práticas, quer sejam elas silenciamentos, apagamentos, recobrimentos, saturações ou faltas. Fedatto (2013, p. 30) considera arquivo como “um material simbólico produzido em condições históricas específicas que disponibiliza maneiras de ler os sentidos em jogo sobre uma questão”, em que o político entra como marca da disputa entre os sentidos que concorrem para a sua construção, confrontando-se, complementando-se, harmonizando-se também ou contradizendo-se. Assim, tanto ao ler um arquivo já disponibilizado quanto ao montar um arquivo para o propósito

---

<sup>63</sup> Grifos nossos.

de um estudo – o que, quando instado à interpretação, já está mesmo, enquanto objeto de recorte, sob uma leitura e interpretação –, em que se tem a memória e história funcionando juntos, é preciso que se possa, segundo Pêcheux ([1983] 2008, p. 57), “detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados”.

Dentro dessa questão, em que trabalhamos com memória, história e arquivo, torna-se relevante considerar Foucault ([1969] 2000) quando este afirma que a história é o que transforma os documentos – rastros deixados pelos homens - em monumentos, elementos a serem isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Ainda nesse sentido, para Le Goff ([1988] 1996, p. 535), “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”, e o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelos que detêm a força – o poder de – quer pelos historiadores. Define, então, o autor que “estes materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (Ibidem), sendo que esse debruçar-se sobre a memória, a coletiva, e pela história implica interesse pelos homens todos.

É nessa articulação que pensamos então a memória. É um dos pontos que achamos relevante nessa questão é o que nos apresenta Courtine (1999), de que a memória se efetiva na língua, ao que acrescentaríamos, pela língua, quando passamos a considerar que há discursos em outras materialidades. É na e pela memória na língua que temos a memória do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia, que se articula em discursos vários. Em diferentes materialidades significantes, ou porque estamos nela ou porque dela necessitamos para fazermos um trajeto de leitura.

Courtine (1999), na análise que faz do estatuto da memória no campo do discurso político, a partir do uso da metáfora de “O chapéu de Clementis”, traz-nos importantes contribuições. Enumeremo-las, com base em nosso recorte de leitura: primeiramente, coloca a possibilidade (para não dizer, efetivamente, a prática) do apagamento da memória histórica, (constituindo-se, então, numa memória lacunar, ao que vai contrapor com memória cheia, saturada), o que pode (vai) interessar a alguma língua de Estado, para o que refere outras metáforas, utilizadas por Régis

Debray, a saber, língua de pano, língua de vento, língua de ferro, entre outras; depois, o que consideramos uma das colocações mais interessantes de quem teoriza e pratica a Análise de Discurso: “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo” (COURTINE, 1999, p. 18), em que entra a noção de ideologia como constitutiva do sujeito e do discurso; também a definição que o autor nos dá de interdiscurso: em que “o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio da memória somente uma *voz sem nome*” (COURTINE, 1999, p. 19, grifos do autor), em que ressoar pode ser entendido como repetir e transformar; por fim, associa interdiscurso a domínio de memória. Interessante assinalar que, embora o autor se embase na teoria enunciativa (nível da enunciação e nível de enunciado), traz-nos os processos pelos quais a memória se efetiva na língua: pelo “discurso relatado”, em que aparece a relação e a citação ao texto primeiro, e, em relação a estes, interpõem-se anulações e/ou transformações desse discurso; e pelas “formulações de origem”, pois nesses processos é que aparecem memória e esquecimento. Assim, define a citação, a recitação e a formulação do pré-construído como formas de estabilização daquilo que disponibiliza o domínio da memória e associa a memória e o esquecimento como indissociáveis na enunciação do político – até que o reverso possa acontecer, e por reverso podemos entender as resistências, as falhas, as incompletudes, entre outros recursos para subverter/submeter uma ordem.

Pêcheux ([1983] 2010, p. 50), por sua vez, define o que pode e deve ser entendido como memória no campo da Análise de Discurso: “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Além disso, em discussão sobre o papel da memória, lança-nos a pensar na seguinte abordagem: “as condições (mecanismos, processos) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”, embora haja, segundo o autor, um espaço de tensão, em que pode haver um “acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido” (Ibidem, p. 50). Esses são limites com os quais certamente nos depararemos, uma vez que fragmentos de memória do sujeito ítalo-brasileiro fogem

a inscrições na língua escrita, esvaem-se na língua falada e se esburacam em imagens.

Com base nessas reflexões, situamo-nos diante de alguns impasses: se há funcionamentos discursivos que atestam a presença da memória e da história em construções linguísticas – e isso podemos observar, no sentido de ver suas regularidades, questionamos: como ver isso em imagens? Pêcheux ([1983] 2010) aponta-nos que existem especificidades para o que é da ordem do linguístico, para o que é da ordem do discursivo e para o que é da ordem do icônico, sendo que é “fato incontornável da eficácia simbólica ou ‘significante’ da imagem e sua relação com os fatos de discurso enquanto inscrição material em uma memória discursiva” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 51). Essa memória, para o autor, poderia colocar em jogo “uma passagem do *visível* ao *nomeado*, no qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura [...]” (Ibidem, p. 51, grifos do autor). Nesse percurso, *do visível ao nomeado*, tomamos de Barthes ([1978] 2015<sup>64</sup>, p. 19), o prescindir da língua – fascista, segundo o autor, não porque impede, mas porque obriga o dizer –, subvertida em Literatura – onde estão as forças da liberdade desse dizer –, na árdua tarefa de representação (impossível) do real: “não se pode fazer coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem)” (Ibidem, p. 23). Esse pode ser o jogo a que se refere Pêcheux. Deslizando um tanto dos sentidos, poderíamos também dizer dessa complexidade quando visamos a sintagmatizar o que está em uma imagem: há espessuras que não coincidem; embora trabalhemos com a incompletude, há recursos sobre os quais podemos sustentar nossa posição: ler, descrever e interpretar.

Para Davallon ([1983] 2010), que toma inicialmente as reflexões de Halbwachs e sua posição de opor a memória coletiva à história, poder-se-ia compreender a importância da possibilidade de casar história e memória coletiva, no sentido de “entrecruzar, de aliar a resistência ao tempo que caracteriza uma e o poder de impressão – vivacidade – da outra” (p. 26): quando um acontecimento representado pode ser documento histórico e monumento de recordação, sem caracterizar, necessariamente, antagonismo, mas conjunção, síntese entre as duas instâncias.

---

<sup>64</sup> Data da publicação de “Aula”: Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária no Colégio de França, pronunciada por Roland Barthes em 7 de janeiro de 1977.

Nessa esteira, consideramos, ainda, outra contribuição de Davallon ([1983] 2010), para quem objetos culturais poderiam também abrir a possibilidade de um controle da memória social (o que se pode ou não pensar sobre). E aí entram suas reflexões sobre imagem, uma vez que ela representaria a realidade e, também, pode conservar a força das relações sociais. Assim, o que interessa em uma imagem não é o que ela pode representar ou o que ela oferece de informações ou o modo como o faz; mas sim “prestar atenção à maneira como certa imagem concreta é uma produção cultural – quer dizer, a levar em consideração sua eficácia simbólica” (DAVALLON, [1983] 2010, p. 28). E, mais, interessa entender que aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação que, por sua vez, não é transmitida ou entregue pronta; haveria, outrossim, uma liberdade relativa, uma vez que uma imagem comporta um programa de leitura. Nesse processo, há um lugar ao espectador, o que vai permitir criar um acordo de olhares (pontos de vista semelhantes) e, por isso, teria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança, o que seria o registro da relação intersubjetiva e social. Por fim, “a imagem intervém concretamente no estabelecimento de uma forma de memória societal própria à nossa época e à nossa sociedade”, além da relação existente entre memória interna (dos membros de um grupo) e memória externa (a dos objetos culturais).

Tais reflexões fundamentam a leitura que fazemos das materialidades discursivas pela qual se mostra o sujeito ítalo-brasileiro, uma vez que a história instaura-lhe um real, determina-o a movimentos que nos levam a uma nova inscrição. Compõe-lhe, sujeito que é, a história e também uma memória: memória histórica, memória coletiva, memória social, memória discursiva da qual recorta aquilo que – ideológica e inconscientemente – confere-lhe efeitos: efeitos de sentidos, efeitos de pertencimento, efeitos de/por processos de identificação. Dessa forma, para produzir uma imagem de si, certos acontecimentos, como a travessia, as dificuldades iniciais e a interdição da língua, são fatos históricos que atravessam o sujeito que estamos estudando.

Já a memória, ou as memórias, tomamo-la(s) conforme Petri e Scherer (2016, p. 27), como algo que “funciona também como um instrumento político, próprio às coletividades, mas ela não é só isso, ela transborda, inunda, ressignifica as práticas sociais”. Também concordamos com as autoras (Ibidem) quando defendem a ideia de que “é pela escrita e reescrita que o sujeito se reinventa sempre”, ao que

acrescentamos, pelo seu dizer e redizer, pelo projetar(-se) em imagens, sejam elas em duas ou três dimensões, pelas vozes do contar, (impossíveis aos limites de um livro ou de um monumento, por exemplo).

Considerando, em consonância com Orlandi (1999), que, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar e, do outro, o mundo exerce sua força inexorável, entendemos, pela Análise de Discurso, que o sujeito, para se constituir, deve se submeter à língua, ao simbólico, isto é, ao jogo da língua na história. Assim, na história e na memória da imigração em seu recobrimento, não há como não observar que, na Quarta Colônia, a memória da imigração italiana perpassa o mais frágil e prosaico cotidiano, seja por uma palavra na “*língua-mãe*”<sup>65</sup> – que insiste em atestar/denunciar/anunciar um pertencimento – preenchendo lacunas em que o sentido do a ser dito só está lá, naquela palavra, naquela língua, que irrompe numa rua qualquer, seja pelo frequente apelo dos sinos que chamam para a próxima missa, seja pelos ditos populares que surgem como consenso no encerramento dos diálogos, seja por uma história contada no tradicional restaurante frequentado nos vales, dos vênets. Afinal, batem e ressoam como sinos as frases ditas e os populares feitos.

Para nos referirmos às condições da imigração, presentificamos uma situação de memória, em sua função de amalgamar o sujeito, a história, a língua: é o *discurso de*, a princípio, o discurso desse sujeito, imbricado/implicado em práticas sociais, o qual conta o/busca dar conta do seu real sócio-histórico. Para ilustrar como tal questão se atualiza – a memória e a história, andando juntas, coladas uma a outra –, reproduzimos uma notícia (na imagem a seguir) veiculada pelo jornal regional “Cidades do Vale”, do dia 09 de maio de 2014:

---

<sup>65</sup> Referência à língua reconhecida pelo IPHAN (2014) como “talian”.

## Imagem 4 – Reprodução de notícia: Jornal regional “Cidades do Vale” (9 mar. 2014)

Cidades do Vale - O Jornal da Quarta Colônia REGIÃO

SILVEIRA MARTINS Sexta-feira, 09 de maio de 2014 **17**

## Monumento do Imigrante: revitalizado e cheio de histórias

**U**m dos pontos altos do I Festival Cultural Italiano será a entrega da obra de revitalização do Monumento do Imigrante, que ocorre na próxima sexta-feira, dia 16, às 18h. Para o ato, foram convidados todos os prefeitos da Quarta Colônia, onde cada município terá sua bandeira representada no local, a banda da aeronáutica, e lideranças do município.

A colocação de concreto armado de alta resistência, nova iluminação, e pintura, foram algumas das melhorias realizadas no local. O monumento possui uma forma de semicírculo, com uma cruz de 15 metros de altura. Já o conjunto de quatro elementos de concreto, indicam o 4º núcleo de colonização italiana no Estado. Foi investido na revitalização um valor de R\$ 52.751,00, oriundo da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), com uma contrapartida da Prefeitura.

Inaugurado no dia 29 de outubro, de 1977, ano do centenário da imigração italiana em Silveira Martins, o Monumento do Imigrante, recebeu inúmeras melhorias. Localizado em Val de Buia, onde instalaram-se os primeiros imigrantes da Quarta Colônia, o monumento representa a fé e a religiosidade dos italianos.

A iniciativa de construir o monumento partiu dos integrantes da comissão do centenário da imigração italiana. O agricultor aposentado, Valentim Aita, de 83 anos, que mora há poucos metros do local, além de ser membro da comissão, foi quem doou o terreno para construção do monumento. Ele estava presente em 1977, e já confirmou presença na solenidade do dia 16.

“Ficou muito bonita esta revitalização, fico feliz por participar destes dois momentos tão importantes para o nosso município”, disse Aita.

Abaixo, confira o que disseram algumas autoridades e lideranças no ato de inauguração, entre elas o governador, Sinval Guazzelli.

**Depoimentos do ato de inauguração**

“Estou muito feliz em visitar hoje essa magnífica localidade de Silveira Martins para presidir os atos de inauguração do Monumento dessa comunidade em homenagem ao imigrante que há 100 anos subiu essas colinas para oferecer a sua participação, o seu trabalho, a sua dedicação, os seus ideais, em favor do progresso do nosso Rio Grande. É uma festa do Rio Grande do Sul, que muito se deve ao trabalho construtivo do imigrante italiano.” Governador, **Sinval Guazzelli**

“É com muita emoção que estamos todos aqui, no pé do morro de Silveira Martins, para realizarmos as merecidas homenagens, àqueles que há 100 anos atrás, aqui acamparam, os primeiros imigrantes italianos.” Deputado Federal, **Nelson Marchezan**

“Queremos invocar a bondade de Deus sobre todos nós, essa mesma bondade de Deus que acompanhou os imigrantes italianos durante os 100 anos que hoje se comemoram. Esta é uma festa da fé.” Bispo Diocesano de Santa Maria **Dom Ivo Lorscheiter**

“Logo aqui abaixo, há 150 metros, estava construído o primeiro barracão que abrigou os imigrantes. No segundo semestre de 1877, morreram mais de 200 imigrantes por uma forte pneumonia. Aqui foi escolhido por ser esse lugar histórico e não pela beleza do vale. Esta cruz representa e simboliza a fé do nosso imigrante italiano.” Presidente da comissão do centenário da imigração italiana, **Nilton Guerino**




*Valentim Aita foi quem doou o terreno para a construção*

Fonte: Jornal regional “Cidades do Vale” – 09 de maio de 2014 (Arquivo pessoal da autora).

Esse recorte do cotidiano permite-nos a reflexão sobre esse sujeito e a relação que mantém com o território-destino, realizando ou não o sonho marcadamente regido pela utopia.

A par do que Venturini (2009) discute sobre discurso de rememoração/comemoração, conforme já referido, entendemos que esse monumento, Monumento ao Imigrante<sup>66</sup>, marca as *comemorações* do centenário da imigração italiana: construído em 1977, na localidade de Val de Buia, outrora Barracão<sup>67</sup> de Val de Buia, local onde os imigrantes permaneciam enquanto da espera do seu destino: a terra que lhe fora prometida pelo então Governo Imperial, que passou a lhe pertencer e que, no referido momento, pode doar e doa. Como relata a notícia, num processo de *rememoração*, recursos dos poderes públicos estadual e municipal são empregados para a revitalização do monumento, monumento que tem como referência principal uma cruz, símbolo cristão, marco da/de uma religiosidade desse grupo. História revisitada, revivida, *rememorada*; memória alimentada, reverenciada, *comemorada*, reinscrita parafrasticamente, pautada por construções imaginárias de luta, persistência, sofrimento, martírio, merecimento. Podemos também dizer que a essa questão podemos enlaçar as noções discursivas de territorialidade e de cidade – espaços ocupados, constituídos, significados por/para sujeitos.

Recorremos a Rancière ([2000] 2009, p. 58-60) para explicitar o que consideramos rastros a serem perseguidos pelas veredas, veredas essas desse sertão, a saber, “da relação entre o comum da língua e a distribuição sensível dos espaços e ocupações”. Destacamos nosso ato de deslocar o narrativo do seu lugar empírico e atribuir-lhe o seu lugar histórico e político, considerando por história tanto a referida por Henry ([1984] 2010, p. 47) - aquela que não existe na acepção habitual a ela dada, mas naquela que faz com que todo “fato” ou “evento” histórico reclame sentidos, peça interpretação, mesmo que esses sejam divergentes, e naquilo que “vale tanto para a história pessoal, assim como para a outra, a grande História” - quanto a explicitada por Rancière ([2000] 2009, p. 59), a saber, que “não se trata, pois, de dizer que a ‘História’ é feita apenas das histórias que nós

---

<sup>66</sup> O referido monumento também tomará parte em nossas análises.

<sup>67</sup> Local precário onde eram alojados os imigrantes, antes de serem destinados aos seus lotes, submetidos a péssimas condições de sobrevivência e expostos a doenças. Assim o descreve Lorenzoni (1975, p. 49 e 50): “[...] Tinha mais de quarenta metros de comprimento e seis de largura. A cobertura era de folhas de zinco e internamente havia três ordens de estrados de madeira onde cada família se instalava, ficando com dois, três e até quatro metros [...]. Mais tarde, improvisaram a construção de barracas e cabanas de todos os tamanhos, cobertos de folhas de palmeiras [...]. [...] aquele povo todo isolado entre quatro morros, mal alojado, sem estradas, sem médico, sem remédios, e privado de todo recurso. [...] o Governo mandara construir [...] outro grande barracão; poucos dias depois, víamos chegar outros mil imigrantes. [...] Por incrível que pareça, entre adultos e crianças, foram cerca de quatrocentos que tiveram tão mísero fim”.



contamos, mas simplesmente que a 'razão das histórias' e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas.



### 3 DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: DE SEU TERRITORIALIZAR-SE, DE SEU DISCURSIVIZAR-SE

- O meu nome é Severino,  
 como não tenho outro de pia.  
 Como há muitos Severinos,  
 que é santo de romaria,  
 deram então de me chamar  
 Severino de Maria;  
 como há muitos Severinos  
 com mães chamadas Maria,  
 fiquei sendo o da Maria  
 do finado Zacarias.  
 Mas isso ainda diz pouco:  
 há muitos na freguesia,  
 por causa de um coronel  
 que se chamou Zacarias  
 e que foi o mais antigo  
 senhor desta sesmaria.  
 Como então dizer quem fala  
 ora a Vossas Senhorias?

(João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina*)<sup>68</sup>

Iniciamos este capítulo assentados no narrativo poema de João Cabral de Mello Neto, em que, tomando a palavra, o protagonista se apresenta: ao nomear-se, coloca em jogo a identidade de um sujeito, manifestando o funcionamento da interpelação-identificação ideológica – em sua eficácia – conforme Pêcheux ([1975] 2009); todavia, ao colocar-se em relação à alteridade no momento mesmo em que “se” pluraliza, à deriva de conseguir dizer-se efetivamente pela ilusão necessária do controle dos sentidos, entrega-se à labiríntica contradição de buscar saber quem é. Como então dizer de si? Somos conhecedores do itinerário errante, em que Severino, deixando para trás a terra seca em sua busca por águas, atravessa-a, dizendo das suas fronteiras, ao mesmo tempo em que, a cada passo-palavra presentifica a arquitetura do sujeito em seu espaço.

No entanto, queremos roubar-lhe o protagonismo, a primeira pessoa, para passarmos a falar sobre esse que designamos *sujeito que se faz discurso e que se vê também errante*, de um lugar outro. O discurso agora é *sobre* e não *discurso de*<sup>69</sup>. O nosso Severino não é o Severino retirante nordestino, o homem do sertão, é o Severino imigrante, um sujeito da colônia. Mas há muitos imigrantes e dessa primeira identidade não se pode fugir. É preciso determinar: italiano. Mas há muitos

<sup>68</sup> Disponível em: <[http://www.releituras.com/joaocabral\\_morte.asp](http://www.releituras.com/joaocabral_morte.asp)>. Acesso em: set. 2014.

<sup>69</sup> O discurso de, no caso, o discurso do sujeito em estudo será abordado na parte 4.

imigrantes italianos nessa grande brasileira freguesia, por causa de outros motivos, também relacionados a bocas, mãos, pés e utopias. Há levas que ficaram no estado de São Paulo, levas que vieram para o Rio Grande do Sul, no centro, a saber de colônias, ferramentas, em antigas sesmarias. Chegaram a um lugar que era Imperial<sup>70</sup>, fizeram um lugar de seu, em limitadas cercanias; suas colônias eram ínfimas, seus nomes – Cesare ou Luigi, Benevenuto ou Domênico, Francesco ou Adelino, vindos de diversos lugares, chegados na mesma sorte – mostravam, pela língua, outra etnia; hoje, chamam-se César, Luís, Francisco, atestando brasileira a cidadania.

Assim, identificar esse sujeito no interior de um discurso implica compreender as práticas sociais que fazem dele o que ele é e as condições de produção desse seu discurso. Nosso estudo quer o discurso do imigrante e daqueles que se identificam na/pela sua história e memória, sendo que entendemos ser necessário saber sobre como vai sendo constituído, pois

Consideramos que os “discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos *do* discurso *do* samba, *do* cinema etc. O mesmo se passa com o discurso *sobre* o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz (ORLANDI, 1990, p. 37, em nota de rodapé).

Não logramos prescindir do discurso do historiador, do estudo do antropólogo, das análises do sociólogo, das questões do psicanalista. “Tudo é matéria aos olhos de Capitu”<sup>71</sup>, atravessa-se. E nesse atravessamento, a presença do sujeito pesquisador que vê, na imagem de um olhar oblíquo e dissimulado, primeiro: o desejo de atravessar a transparência da linguagem, fugir do olhar reto/direto das evidências, das objetividades e, depois, a necessidade de disfarçar o poder de atração e encanto que tem a si o seu próprio objeto, nos (des)limites da força de uma ressaca. Uma força que busca atravessar o sertão-colônia-cidade e enxergar o sujeito e/em sua língua em seu fazer história, ao se territorializar, e o sujeito e/em

---

<sup>70</sup> Referência à quarta das colônias de imigração italiana na Província de Rio Grande de São Pedro, criada em 1888 como Colônia Silveira Martins; emancipada em 1822, passa a ser nomeada Ex-Colônia Silveira Martins; a partir da década de 1990, por iniciativa de políticas públicas dos municípios da região, com projetos que abarcam a ideia de identidade e desenvolvimento regional, passa-se a usar a nomeação “Quarta Colônia”, segundo Bolzan (2011).

<sup>71</sup> Da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

sua língua em seu significar a memória, ao “urbanizar-se”. Desses lugares – no discurso, seu discursivizar-se –, em processos discursivos e formações imaginárias, tratamos na sequência que vamos desenvolver nesta parte do estudo, dando conta de noções teóricas e adentrando nossa metodologia.

### 3.1 DE UM SUJEITO: UM SEU NOME E UMA(?) SUA LÍNGUA

*O sertão tudo não aceita?*  
(ROSA, 1984, p. 455)

*O sertão aceita todos os nomes:  
aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.*  
(ROSA, 1984, p. 458)

Lugares, sujeito, um lugar de sentido circunscrito pelos nomeares e designares desse sujeito. Assim como o sertão do Rosa aceita todos os nomes, num movimento dentro de um espaço que se (des)limita entre o perto e o longe, entre o que se pode ver e o que não se consegue alcançar, questionamo-nos sobre implicações ao sujeito junto ao qual temos transitado pelos sertões da Quarta Colônia: como nomeá-lo e/ou designá-lo? Também entendemos que há nesse processo sócio-histórico e ideológico um movimento (talvez) de proximidade e distanciamento no tempo, em que não só as condições de produção do discurso definem escolhas, como as pertenças e as resistências jogam com sentidos. Referimo-nos à questão de que existe um discurso hegemônico que apregoa que nada provoca o incômodo, nenhum caminho leva ao desarranjo: harmonizam-se paisagem e homem, soam em uníssono as vozes memoriais, contornam-se suaves os corpos em monumentos, andam em linha reta as letras por entre os espaços. Tudo é belo. Há um arranjo de sinonímias, em que se vislumbram apenas paráfrases que não se torcem aos deslizes. Evidências a serem desconstruídas por discursivas visadas, porque danos não se (re)cobrem, não se apagam.

Com base em Orlandi (2009a), compreendemos a incompletude da linguagem e sua não transparência. Assim, questionamo-nos como estão funcionando tais designações, uma vez que há já-ditos que sustentam esse nosso dizer e estabelecem, relacionam filiações de sentido, ideologicamente marcadas, pelos sentidos que comportam. Mas não só isso: existem outros já-ditos que sustentam possibilidades outras de/do dizer. Assim, é necessário que observemos o que nos

disponibiliza o interdiscurso e a memória discursiva, sendo que (1) estamos fazendo escolhas (formulando nosso dizer), (2) remetendo-nos a usos presentes nos discursos sobre e (3) precisamos pensar as designações que aparecem nos discursos e que rede de sentidos estabelecem quando estaremos pensando os discursos de.

Estamos nos referindo ao sujeito de nosso estudo. Há que considerar, no entanto, diferentes posições. Uma delas diz das distintas designações que o próprio sujeito outorga a si; a outra implica uma escolha dentro da língua no espaço de limites e não completudes que é uma pesquisa em/por seus caminhos metodológicos, ou seja, ver de que forma prosseguir no que tange ao como estamos/continuaremos a designar o sujeito em estudo. E, dentro disso, em recobrimentos atestados por uma primeira pessoa no discurso, o lugar que este “eu” pode/consegue se atribuir em função de seu processo de identificação.

Assim, do lugar do sujeito pesquisador, estamos nos referindo ao sujeito em estudo como *sujeito ítalo-brasileiro*. E tal designação visa a cumprir, metodologicamente, o papel de abarcar as designações todas do sujeito em questão, ou seja, as que comparecem desde o tempo mesmo do momento da imigração e do que dele decorre – compreendendo que há lacunas, pois o sujeito descendente acaba sendo um sujeito do entre-lugar –, tendo a ver também com o que a memória constrói sobre esse sujeito, até o presente. Ao tratarmos de sujeito ítalo-brasileiro, entramos, com o “ítalo” e com o “brasileiro” na seara que remete à formação dos estados nacionais – a ser constituído exatamente por território, língua e povo –, em que o sujeito é interpelado por essa ideologia, burguesa, e, contraditoriamente, à relação força (para a construção de uma “unidade”) *versus* resistência (pelos seus particularismos históricos) de tal chamamento, toma-lhe a necessidade de ter uma relação de pertencimento, em que é livre para se submeter. Além disso, há falhas: a Itália não era unificada, está nesse processo, e essa noção de ser “italiano” passa por uma construção de memória, desenvolvida não lá, mas aqui, como um elo identitário pelo qual – friulanos, vênnetos etc. – passavam a ter algo (uma história, uma memória) em comum, assim como ser brasileiro não cabe num espaço de homogeneidade. Esse, portanto, um incontornável encontro com um impossível na/da língua, pois não temos como escapar da “eficácia omni-histórica da ideologia” (PÊCHEUX [1982] 1990, p. 8), porquanto nossa busca por aquilo que não

consegue estar na língua, ou seja, que designação contemplaria a heterogeneidade desse sujeito, dando um efeito de completude?

Nesse limite, assim o tomamos: sujeito imigrante italiano no Brasil (1): aquele que tem em sua constituição histórica e linguística uma Itália que busca Unificação – mas que não está assim constituída; que parte de uma tirana (pelo político) e impiedosa (pelo religioso) Europa em direção a uma maternal (pelo político e pelo religioso) América, não sabendo exatamente onde irá parar, mas que vai ser destinado a uma das colônias de imigrantes italianos no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, a Quarta Colônia Imperial; sujeito ítalo-brasileiro (2): aquele que tem no/mantém pelo sujeito imigrante italiano o seu elo identitário, e, por ele, a sua inscrição numa história, numa memória, numa língua; (3) brasileiro, porque inscrito no processo de cidadania brasileira. Sujeito tomado por um Estado que não é ingênuo em sua função. Tal sujeito está nessa Quarta Colônia, mas uma Quarta Colônia que pode ser também alheia ao espaço territorial, certamente circunscrita em um espaço de memória(s) – referimo-nos às produções discursivas não produzidas no espaço geográfico da Quarta Colônia, mas nela inscritos/ a ela relacionados. Sujeito ítalo-brasileiro: brasileiro, porque dá conta desse lugar onde está/ao qual pertence; ítalo-, pela rememoração de suas histórias, que atravessam gerações. Diante disso, pontuamos nosso pensar: sujeito ítalo-brasileiro, como significa e como se significa linguisticamente e discursivamente?

Do lugar do sujeito pesquisador – em constante construção, tendo em vista o percurso a que nos referimos - em que se atravessa o sujeito pesquisado – irrompe uma questão: em qual lugar posso estar/estou<sup>72</sup>? Há lugares em que penso minha inscrição: torna-se difícil o conviver com um permanente ressoar que diz de ser italiana, ser descendente de italianos, ter sangue italiano. Ser descendente atesta uma certa historicidade, mas gera o desconforto de um não protagonismo como sujeito histórico, como se a história aí se esgotasse, assim como dizer ítalo-brasileira, uma vez que a Itália entra apenas pela memória, pelos relatos, é o desconhecido e o distante, utopia para alguns contemporâneos, somente o “apenas uma fotografia na parede” de casas do passado: sentidos que se esvaneceram, mesmo que usados por muitos de meus contemporâneos e conterrâneos. Ser colono/colona é um dizer sobre meus avós – quando os vejo de dentro da Quarta

---

<sup>72</sup> Conforme está na nota 85, há, em algumas situações, o uso da primeira pessoa como uma escolha do pesquisador.

Colônia, mas é também um dizer de mim, quando em contato com pessoas de outros lugares, porque carrego marcas na língua, nos gestos, nos costumes, em vivências; ser brasileira, por sua vez, traz a comodidade de pertencer a uma nação, mas quando tomada no sentido de que não tenho a história de meus antepassados apagada, negada, que é uma história lutas pela sobrevivência, assim como é a de muitos outros, sem heróis, feita de/por homens comuns; quando consigo trazer que a história que muitas vezes se desenha é uma história que precisa ser revisitada sob outros olhares, os quais precisam contrapor-se à memória aquela engessada, imobilizada. Não sinto o estar fora de, mas percebo um estar sempre em movimento entre um não pertencer mais, um não querer pertencer a, um estar pertencendo (mesmo que) e um desajuste entre o querer/não querer negar um vínculo, o qual só se acomoda/resolve quando a memória recupera afetos e vivências por cenas, gestos e palavras (en)cantadas.

Do lugar do sujeito pesquisado, entendemos que o sujeito em questão não marca, não assinala um único lugar definido e estanque, são diferentes construções subjetivas – constituídas por distintas relações com a ideologia do estado nacional: é um sujeito que atravessa a história e marca um “entre-lugar”, ou vários entre-lugares – espaços de assentamentos e suspensões, que se ligam à problemática do pertencimento (SCHERER, 2013) – e também de dispersões, acrescentamos. Dizer “lugares”, neste momento, portanto, é pensar (1) o seu lugar social, na história; (2) o lugar que ocupa territorialmente; (3) o lugar que ocupa/de que se ocupa no simbólico; (4) o lugar de que seu imaginário se ocupa: casas miticamente comuns, em termos de Scherer (2013). Ou, também, como nos acrescenta Fucks (2016)<sup>73</sup>, que, falando sobre a situação do exilado, se refere também à do imigrante, em pontos de convergência, ou seja, da situação de um não-lugar, de um não pertencimento a lugar algum.

Para melhor explicitarmos nosso percurso por essas designações, elaboramos um quadro de exposição de termos e seus possíveis sentidos, verbetes pesquisados em dicionários, em contribuições com discussões acadêmicas, entre outros, em que buscamos sentidos estabilizados e sentidos possíveis a designações que podem ser situadas como diferentes posições-sujeito do sujeito ítalo-brasileiro –

---

<sup>73</sup> Julian Fucks, prêmio Jabuti 2016 na categoria Ficção do Ano com a obra “A Resistência” (2015), em entrevista à revista Cult. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/11/o-brasil-e-incapaz-de-refletir-sobre-seu-passado-diz-julian-fuks/>>. Acesso em: dez. 2016.



ou seja, desdobramentos e descentramento do sujeito - lugares imaginários dentro do processo discursivo –, também variantes dentro de um mesma formação discursiva e ideológica em que este se inscreve, conforme Pêcheux ([1975] 2009).

A seguir, a representação desse percurso, sendo que, na primeira coluna, se encontra a escolha lexical (o verbete); na segunda, a acepção encontrada em dicionário (no caso: HOUAISS, 2009).

Quadro 1 – Nomes e sentidos

	Seleção lexical	Sentidos
	Nomes	Sentidos
1	imigrante	pessoa que imigra ou imigrou; que ou quem se estabeleceu em país estrangeiro
2	colono	1 aquele que habita uma colônia; membro de uma colônia 2 aquele que emigra para povoar e/ou explorar uma terra estranha 3 lavrador que trabalha em terra de outrem por um salário
3	descendente de	1 que ou o que descende de uma família ou de um indivíduo 2 que ou aquele que possui uma determinada origem
4	antepassado de	1 ascendente, esp. o que é anterior aos avós 2 antecessor, precursor
5	Ítalo-brasileiro	(ítalo) diz-se de ou indivíduo natural ou habitante da Itália antiga ou atual + (brasileiro) relativo ou pertencente à República Federativa do Brasil ou que é seu natural ou habitante

6	Ítalo-sul-brasileiro	(idem ao anterior) e Sul: relativo ao sul do país
7	estrangeiro	<p>1 que ou o que é de outro país, que ou o que é proveniente, característico de outra nação Exs.: cidadão e. o e. já retornou a sua casa</p> <p>2 Derivação: sentido figurado. Estatística: pouco usado. que ou o que não pertence ou que se considera como não pertencente a uma região, classe ou meio; forasteiro, ádvana, estranho</p> <p>3 indivíduo de nacionalidade diversa daquela do país onde se encontra ou vive</p>
8	gringo	<p>1 Regionalismo: Brasil. Uso: informal, pejorativo. indivíduo estrangeiro, residente em ou de passagem pelo país</p> <p>2 Regionalismo: Nordeste do Brasil. Uso: informal. mercador ambulante de outra nacionalidade</p> <p>*na região: sujeito de origem italiana, de cor branca ou “corado”, de língua atrapalhada, fanfarrão, que faz fiasco, exagerado, espalhafatoso; (derivado: gringuice); não é o de origem alemã</p>

Fonte: Autora.

Todas as formas citadas estão presentes no discurso em análise e, portanto, podem ser consideradas palavras/expressões que têm como referência o sujeito ítalo-brasileiro. Ele pode ser designado (por si ou por outro) por qualquer uma delas: comportam, no entanto, ou nuances ou discrepâncias ou congruências de sentido

das palavras entre si. Buscamos apreender e relacionar alguns desses sentidos, tendo em vista que, dentro do “ítnalo-brasileiro”, podemos ter o **imigrante** (que se refere ao processo hist3rico-pol3tico-social do passado da hist3ria brasileira e italiana), assim como o **colono** (em todos os sentidos: tanto aquele que coloniza – trabalha na, planta em, produz em – as terras brasileiras, aquele que substitui a m3o-de-obra escrava, aquele que vai colonizar/civilizar – infundindo-lhes a f3 crist3 via catolicismo –, aquele que vai ajudar no “caldeamento” das raças – em seu branqueamento –, mas, tamb3m, aquele que n3o vai se adaptar 3 vida urbana, que n3o 3 escolarizado, que 3 tosco, tacanho, grosseiro, sendo que, por esse sentido, ser chamado de “colono” equivale a uma forma de agress3o, enxotamento e exclus3o social); podemos ter o **descendente de**, o que, de certa forma, se relaciona com um discurso de origem e, portanto, religioso, b3blico, bem como o **antepassado de**, o que estabelece uma relaça3o dicot3mica com o descendente – predecessor e sucessor –, valendo a este as mesmas consideraça3es do anterior; poder3amos considerar tamb3m a designaça3o **ítnalo-sul-brasileiro**, em que se considera estar presente essa mem3ria hist3rica j3 referida (ítnalo e brasileiro), mas traz tamb3m a particularidade de uma outra mem3ria hist3rica ao ter marcada uma sua localizaça3o (dentre outras, considerando-se que tivemos imigrantes em outras regi3es do pa3s), de s3-la no sul do pa3s, em que imagin3rios de bravura, coragem e ousadia para o homem que a3 habita n3o podem ser desconsiderados.

Ainda: **estrangeiro** e **gringo**. Para estrangeiro, adjetivo e substantivo masculino, que ou o que 3 de outro pa3s, que ou o que 3 proveniente, caracter3stico de outra naça3o; que ou o que n3o pertence ou que se considera como n3o pertencente a uma regi3o, classe ou meio; forasteiro, 3dvena, estranho; como substantivo masculino, ainda, indiv3duo de nacionalidade diversa daquela do pa3s onde se encontra ou vive. Mas estrangeiro n3o designa somente o italiano: qualquer sujeito que se enquadra nessas especificidades, pode ser assim nomeado; mas essa denominaça3o vai ganhar contornos outros, principalmente na d3cada de 1940. Para gringo, por fim, indiv3duo estrangeiro, residente em ou de passagem pelo pa3s; mercador ambulante de outra nacionalidade – express3o que, segundo Houaiss (2009), pode ter um car3ter pejorativo. Ou n3o, podemos afirmar, pois travestido do que poderia ser ofensa, junta a si um tom elogioso. Al3m disso, remete a italiano sim, mas quando em uso no sul do pa3s, o que n3o necessariamente se efetiva em outras de suas regi3es. Outras designaça3es, ainda, podem se apresentar, tais como

agricultor e “tchó”: a primeira não necessariamente específica de quem se trata; a segunda, ocorrência que se dá dentre os moradores, em suas práticas sociais, quando em vocativo, querer chamar alguém cujo nome não sabe, usa “tchó”. Ou seja, o sujeito ítalo-brasileiro assim “chama” o outro – atestando lacunas e preenchimentos na língua – mas vai passar a ser assim designado, o que também adquire sentidos que remetem à ofensa. Em enunciados como: “Mas é um ‘tchó’ mesmo!”, “tchó” significa atrasado, faltoso, lerdo, demorado, lento para o entendimento das situações, ao que refletimos sobre o quanto caracterizar um interiorano cuja história se faz dentro de um contexto de imigração e colonização adquire um caráter que leva a uma não aceitação social.

Com isso, adentramos já em algumas questões que irão ressoar em nossas análises, ou seja, é preciso também entender como o político e o simbólico se relacionam na constituição dos sujeitos e dos sentidos, ideologicamente assinalados, remetendo a que condições de produção de discurso o sujeito ítalo-brasileiro<sup>74</sup>) “referem-se a si”: todas essas formas encontram-se no fio do seu discurso. Dentro disso, passamos a observar quando – em que situações discursivas – se coloca como “imigrante”, quando se diz “italiano”, quando se identifica como “colono”, quando se refere a “antepassado”, quando se define “brasileiro” e/ou outras? Que memórias discursivas trazem tais designações? Ou, por que, em determinadas condições de produção, passados mais de um século da imigração, ainda tal sujeito se coloca como um “italiano”? Além disso, é preciso que consideremos situações em que não se pode ou não se quer nomear: como o designar funciona nesse espaço, o que se apaga ou que efeito se busca? – Se o sujeito do discurso é constituído pelo sujeito da ideologia, pelo sujeito da psicanálise, recobertos pela linguagem, o sujeito no discurso (o sujeito ítalo-brasileiro em seu discurso) vai refletir isso em seus efeitos no funcionamento de suas representações e do “pensamento” nos processos discursivos, no que tange à eficácia material do imaginário (conforme nos explicita Pêcheux ([1975] 2009)): é dividido, descentrado, fragmentado, cindido, inscrito (em formas diversas de identificação) nas designações que se/lhe atribui.

Seguindo nossas reflexões, há pontos a considerar, que tocam a não transparência da linguagem e se abrem para outros sentidos possíveis na/da língua

---

<sup>74</sup> Forma única que passaremos a usar a partir deste momento da tese.

e na/da história: se há o quando se diz, há também o quando é que se pode dizer, o quando não pode e, ainda, o quando precisa se dizer como pode fazê-lo, tendo em vista momentos em que se dão interdições e silenciamentos. Para ilustrar, há discursos em que são utilizadas as formas “nós” e “eles” (como grupos separados, que conflitam entre si: de um lado, os imigrantes; de outro, os brasileiros), ou, outra ilustração, “um habitante daquela zona” (em que se silencia ou se apaga qualquer referência a suas questões)<sup>75</sup>. Quais os limites do mesmo e do diferente – uma relação de sentido, ou melhor, de efeitos de sentido, é dizer-se imigrante em 1925, outra em 1940; outra, ainda, em 2000 –, que redes se estabelecem e que processos discursivos se desenvolvem?

Assim, dando atenção ao que mais nos instiga neste pensar: em que momento e de que forma se dá o deslize, onde está este “limite”, como se estabelecem essas fronteiras? Entendemos que aí estão em confronto as relações de sentido, relações que são dissimétricas, entre os sujeitos (as distintas posições-sujeito, as diferentes formações discursivas) que estão imbricados/implicados nas relações sociais, institucionais ou não, regidas ideologicamente pelos lugares ocupados por cada um, apesar de o uso desses termos levar a certa homogeneização, pelo sentido, do sujeito e suas relações com a alteridade, sendo essa, o/um outro sujeito, um/o outro país. A tensão está posta – “a ideologia é mesmo que não esteja na ordem da evidência, ela não se apaga [...] as leis não homogeneizam os discursos”, afirma Petri (2010b), em questionamento sobre se alterar um nome é alterar a designação e se alterar um nome é alterar sentidos, sustenta, com base nas noções desenvolvidas por Guimarães (s.d.), que há sim esse movimento, uma vez que os sentidos estão circunscritos, ligados a diferentes formações discursivas e essas a distintas formações ideológicas. Porém, principalmente, a autora sustenta que, quando há a substituição oficial de um nome por outro, abre-se uma brecha, esburaca-se a memória, podendo instalar-se ou instalando-se mesmo o espaço do “politicamente correto”, quando não se pode dizer “x”.

No entanto, quanto ao sujeito nosso objeto, há uma “dança de nomes”, em formas naturalizadas – e/ou conflituosas – de convívio social, presentes tanto na memória social quanto nas produções culturais do grupo – as quais nem sempre

---

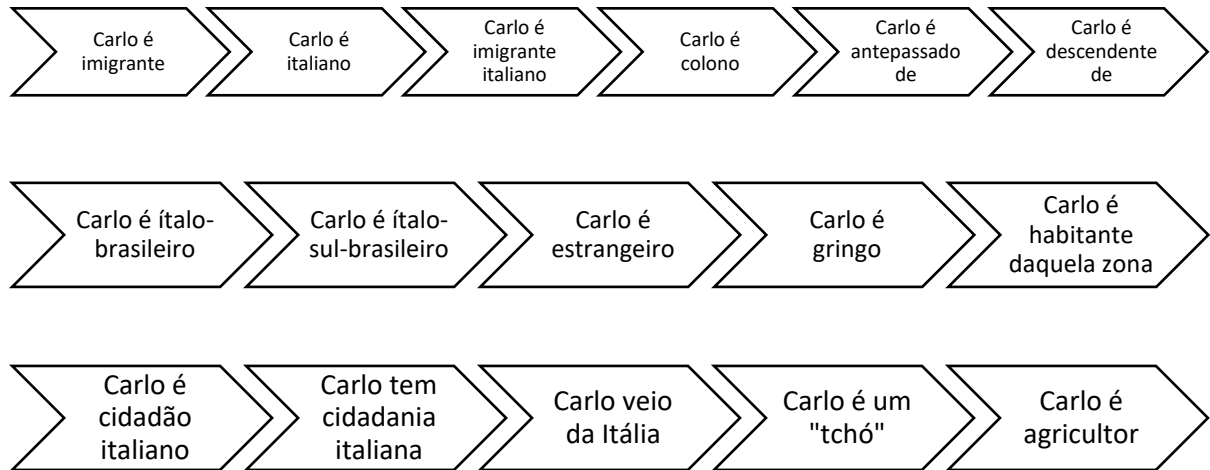
<sup>75</sup> Trataremos das análises discursivas *a posteriori*.

configuram antagonismos –, que atestam a ideia de que a memória e a história andam mesmo coladas uma à outra, conforme Davallon ([1983] 2010). Seguindo a metáfora do autor, poderíamos acrescentar: uma colagem a várias mãos, onde se tem, de um lado, o que estabelece a história, de outro, o que constrói uma memória coletiva em/pela sua força coercitiva, selecionando o que nela entra. Ainda é preciso considerar o que vem/consegue vir das memórias subterrâneas, aquelas que não entram em nenhum dos espaços anteriores. São diferentes lugares de fala, e isso precisa ser escutado – também em seus silêncios e suas resistências, pois significa.

Por esse viés, há duas distintas situações. A primeira se refere ao uso de um mesmo nome, mas esse nome vai ter o sentido alterado quando se altera a posição sujeito. Embora coexistam na língua, há um sentido para “colono” em “Eu tenho orgulho de ser colono”, e outro em “o que quer esse colono que não sabe nem falar?” Esse uso atesta as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, levando a diferentes efeitos de sentido; conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 146, grifos do autor), “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que o empregam*”.

Com base em Orlandi (2009a; 2007c), montamos uma família parafrástica, com o objetivo de relacionar o dito com o não-dito e, ainda, com o que poderia ser dito, assinalando, porém, que, aqui, a formação discursiva é sempre a do sujeito ítalo-brasileiro, o que, entendemos, não descarta jogos de sentidos, tampouco posições ideológicas distintas. De toda forma, ao lado desse mecanismo parafrástico, visamos, no desenvolvimento deste estudo, a observar os efeitos metafóricos, – metáfora aqui “não vista como desvio mas como transferência” (ORLANDI, 2009a, p. 79) –, com base em Pêcheux ([1969] 2010), que considera assim a variação da superfície do texto tendo um ponto de ancoragem semântica -, o que permite analisar os sentidos, inscritos em uma ou em outra formação discursiva.

## Quadro 2 – Sequência parafrástica/efeito metafórico



Fonte: Autora.

Nessa representação, em suas substituições, observamos os movimentos de sentidos: manutenção, deslizamento, complementação, anulação, esvaziamento, sentidos que andam próximos ou distantes, presentes ou também em suspenso (na situação de não ser significado). No entanto, compreendemos que há um mesmo no diferente que, desde sempre afetado, dado ao efeito metafórico, encontra sustentação na história.

Com base nisso, entendemos a situação de uma palavra por outra: “sou *italiano*”; “sou *descendente*”, “sou *cidadão italiano*”<sup>76</sup>, tem relação com situações históricas distintas (a princípio), fazendo com que, como atesta Indursky (1999, p. 180), “desencadeiem sentidos discursivamente diferentes que remetem a processos discursivos igualmente diferentes que estão em co-ocorrência no espaço discursivo [...]”, ou seja, sinalizam (no nosso estudo, podem sinalizar) posições-sujeito antagônicas, apontando, na dispersão, para o confronto. No entanto, esse mesmo processo pode estabelecer uma relação parafrástica, não constituindo uma relação de oposição, já que o sentido pode ser o mesmo. Nesse caso, há uma *pretensa* relação parafrástica, que *pretende*<sup>77</sup> fazer ressoar o mesmo, mas o faz, sob

<sup>76</sup> Em referência à dupla cidadania a que cidadãos de outros Estados têm direito em função familiares antepassados serem cidadãos italianos.

<sup>77</sup> Grifos nossos. Entendemos que, para a Análise de Discurso, não há intenções/pretensões do sujeito falante; mas, pelos esquecimentos, perguntamo-nos: a questão de “conscientemente” ter uma

diferentes designações, ao que se pode referir como efeito de neutralização, o qual vai ter um efeito discursivo importante porque vai imprimir uma direção de sentido, conforme explicita Indursky (1999).

É possível que esteja aqui um dos pontos que consideramos frágeis e relevantes para a análise do discurso do sujeito ítalo-brasileiro: referem-se aos funcionamentos garantidos no discurso, ou melhor, aos funcionamentos de efeitos de sentido garantidos nos discursos. Petri (2004), quando nos coloca que, primeiramente, “o imaginário, em AD, está vinculado à constituição do sujeito (e, conseqüentemente, do sentido) e aos mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade” – acrescentamos, pela história e pela memória – define Formação Imaginária como:

aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros (PETRI, 2004, p. 120).

Esse é um dos pontos que nos instiga, quando pensamos no discurso do sujeito em questão, pois há discursos – já saturados – que dizem dos que têm o seu “funcionamento garantido”. Em outras palavras, logramos entender que há sentidos sedimentados, imobilizados por uma posição ideológica que reforça um discurso dominante, de ideologia dominante, mas que advém de outros lugares, que não os instituídos de poder econômico ou os constituídos pelo poder jurídico ou institucional. Essa força numa direção de sentidos contribui para o apagamento/esquecimento/silenciamento/distanciamento de sentidos outros e possíveis, talvez contrários/contraditórios entre si. Dizer que se é italiano, tendo já nascido no Brasil, ou que se é descendente de italianos, marcando a origem italiana, não necessariamente contribui para um apagamento do processo histórico e político que instaura um seu novo lugar, o de ser brasileiro – afinal, ele tem de ir para a escola. Nesse processo (imaginário, de identificação), há outras questões funcionando: ele, o sujeito, precisa retomar uma história passada para existir no presente e isso pode se constituir um seu reverso – histórica e ideologicamente significado.

---

intenção, não caberia ser pensada por um viés ideológico, dentro do seu imaginário de contenção/direção/dominação de/dos sentidos?



Além desses, outro aspecto merece nossas reflexões, a partir do que Pêcheux (2009 [1975]) coloca sobre o que consta no texto de Althusser, intitulado “Resposta a Jonh Lewis<sup>78</sup>”, uma explicação às consequências materialistas da noção de sujeito, a saber, um processo não-subjetivo no qual o sujeito se constitui. Dele, é destacado que *as massas não são um sujeito*<sup>79</sup> – ou seja, os milhares e milhares de imigrantes italianos<sup>80</sup> que vieram e se estabeleceram no Brasil não constituem um bloco único e homogêneo. A partir de Althusser (1978), temos que, ao “sujeito” massas – identificável pela “unidade” de sua “personalidade” –, interpõem-se problemas de identidade, de identificação, pois um sujeito seria o sujeito para o qual se pode apontar e dizer “é ele!”; mas, para o “sujeito” massas, como fazê-lo, questiona-se, opondo-se a uma concepção idealista do sujeito, este, então, como fonte e origem do seu dizer. Assim, apontamos para o fato de que o sujeito ítalo-brasileiro, mesmo estando na parcela “massas” da estrutura de produção/reprodução, não se constitui como sujeito circunscrito pela ideia de unidade, como se esse todo formasse um Um, como consta nos discursos que circulam tanto sobre a imigração e os imigrantes, quanto sobre a colonização e os colonos. Contraditoriamente, tal sujeito vai estar/ser sempre individualizado, singularizado frente ao Estado.

Campos Borges (2013) trata também disso. Ao propor a análise das diferentes denominações do imigrante nas políticas de imigração no Estado de São Paulo, sobre como tal diferença foi sendo produzida, a autora incursionou pelos sentidos institucionalizados de/sobre a imigração em diferentes materialidades discursivas: em verbetes de dicionários portugueses e brasileiros, periódicos franceses que tematizavam a imigração, relatórios produzidos por órgãos públicos responsáveis pela imigração e o acervo do Museu da Imigração/Memorial do Imigrante do Estado de São Paulo. Em sua análise sobre as projeções imaginárias para o imigrante e a imigração, observa que os sentidos para imigrante e imigração sempre deslizam, ou seja, enquanto efeito de discurso e investida do político, não referem universos semânticos logicamente estabilizados. Entre as designações pesquisadas pela autora e separadas por década, aparecem: imigrante estrangeiro,

---

<sup>78</sup> Em edição brasileira: *Resposta a Jonh Lewis*. Texto de Louis Althusser presente em: **Posições I**. Editora Graal, RJ, 1978, p. 26.

<sup>79</sup> Grifos nossos.

<sup>80</sup> Em citação de IOTTI (2010), cuja fonte é *Bollettino del Ministero degli Affari Esseri*, de Roma (s.n./s.d., p. 357), a média anual entre os anos de 1888 a 1914 vai de 242.130, no primeiro ano, a 687.695, no último.

trabalhador nacional, imigrante brasileiro, braços e imigrante nacional (década de 1920); estrangeiro, braço nacional, estrangeiro imigrante, elementos nocivos e passageiros de 3ª classe (década de 1930); colonos, alienígenas nacionais, trabalhadores estrangeiros e emigrantes (década de 1940); imigrante estrangeiro, trabalhador nacional e imigrante trabalhador nacional (década de 1950).

Com base nisso, a referida autora constata as complexas relações entre sujeito, língua e espaço na história, quando alguns sentidos se instauram e outros não, alguns se tornam apagados e outros, dizíveis. Refere-se aos espaços de memória, dizendo que eles estão aí para garantir alguns funcionamentos, em que “se (re)produzem sentidos [...] em processos discursivos no qual jogam ideologias de colonização e descolonização” (BORGES, 2013, p. 96), o que leva a repensar o papel do Estado Nacional nas diferentes situações em que esteve diante da questão. Embora nosso estudo não esteja incidindo sobre discursos institucionalizados, tais questões nos interessam, porque são imaginários sobre o sujeito que se entrelaçam na rede dos sentidos.

Portanto, considerando que precisávamos (1) definir uma maneira de designar o sujeito de nosso estudo para a ele nos referirmos coerentemente com nossa inscrição como analistas de discurso<sup>81</sup>; (2) atentar para a questão de que o próprio sujeito “se” designa de várias formas e que isso atesta a sua inscrição em uma dada formação discursiva e ideológica; (3) compreender que no mesmo e no diferente modos de designar estabelecem-se fronteiras de sentido e que essas trabalham parafrasticamente, produzindo efeitos metafóricos, podemos considerar que nosso sujeito é dividido, e essa divisão, essa multiplicidade de faces (fases?) provavelmente vai aparecer em seus discursos, em distintas materialidades significantes.

Todavia, afetado desde sempre pelo ideológico e pelo simbólico que o constitui – é preciso, por conta disso, suporta-se/sustentar-se na/pela sua história e na/pela sua memória, no/do seu lugar na língua. O sujeito ítalo-brasileiro também se refere a si como /talián/, o que compreende a similaridade com uma sua língua, o talian, atestando o elo identitário que se ratifica pela memória discursiva em que um sujeito português fala o português. É preciso, portanto, tratar dessa “língua-mãe” do sujeito ítalo-brasileiro, língua essa que, se nem sempre é falada, está em

---

<sup>81</sup> Procedimento a que nos submetemos e escolhas que justificamos ainda na Introdução desta tese.

permanente funcionamento em sua memória, quer dando conta de um passado, recortando e atualizando-o, quer em suas práticas sociais, presentificando uma história, reinterpretando-a.

Passo<sup>82</sup> a refletir, portanto, a partir do espaço deste parágrafo, sobre a fronteira (imaginária, instituída) que se estabelece entre o sujeito pesquisador/sujeito pesquisado, tal como o já sinalizado na introdução desta tese. Metaforicamente, atravesso-a para que possa assim dizer: há, na constituição deste sujeito, que se outorga/se permite usar o pronome “eu<sup>83</sup>”, um lugar na/pela língua pela qual se encanta com o mundo, pelo amor ao utópico corpo da mãe, seio, alimento, ninho, útero, também em/por sua voz, sua letra, forma, em que a língua da mãe também é a língua-mãe, pela qual recebo um nome, nome significado. Pela qual me chamam, me ensinam, me pedem, me dizem, me contam, me cantam, me encantam por canções em soprano; pela qual rabiscam papéis, em forminhas redondas e emendadas, com pinguinhos, estilosas, femininas, suaves e contínuas, que significam; na qual me suporto (e me suporto!) para dizer de contornos outros em que, ao interpretar, me sustento em linguagem. No descender, de feminino e de masculino, a formulação do eu-ego, do eu-imaginário, do eu no simbólico e no ideológico: intersecções, divisões, entremeios.

E há um outro lugar, numa outra língua, também atravessada na constituição desse sujeito, sujeito que tem sua memória na memória dos imigrantes italianos, antepassados e conterrâneos, que falavam uma língua que não compreendia, nem era para compreender, pela qual se narravam histórias, dialogavam, contavam seus segredos, falavam de assuntos proibidos, faziam seus comentários, pediam para seus santos, lastimavam as suas e as alheias desgraças. Língua da qual pegavam emprestadas palavras quando lhes faltavam as de brasileiro<sup>84</sup>. Língua que não usavam só: estava acompanhada de gestos largos, de tom alto de voz e de muita musicalidade e dramaticidade. Confessamos, como quase todos os “descendentes”

---

<sup>82</sup> O uso da primeira pessoa do singular é voluntário, escolha; no sentido que (ilusoriamente) pensamos, traz os atravessamentos que tangem/tingem o sujeito pesquisador em relação àquilo que pesquisa.

<sup>83</sup> Conforme Mariani (2003, p. 70), ao “dizer ‘eu’ desse lugar imaginário e identificado à formação discursiva que o domina, o sujeito materializa sua inserção na história, mostra um percurso de sentidos na língua e, ao mesmo tempo, se coloca a mercê do jogo dos significantes” (MARIANI, 2003, p. 70); mas, o sujeito, ao pensar sobre o sujeito que diz “eu”, identificando-se/projetando-se nele, participa de um jogo e, nesse jogo, há um duplo movimento: um sujeito que busca compreender o efeito-sujeito no discurso, vendo-se “de fora” desse eu.

<sup>84</sup> Assim se referiam à língua portuguesa.

(em “linhagem” ideológica) “se confessam”: às vezes, sentíamos medo ao ouvir aquelas vozes que encenavam as aventuras pelas matas, o duelo com animais, as tragédias ou os dramas comunitários, de um passado então revivido. Língua pela qual chegavam a moral das histórias, os ensinamentos, os inquestionáveis ditados, as grandes verdades. Língua esta que – sussurrava-se – muitos pagaram por usá-la. Língua que não deveria resvalar/escorregar para aquela que estávamos aprendendo: nada de erres fracos, de zês no lugar de gês e de jotas; nela e por ela, proibido blasfêmias: não se pode rogar “Seu” santo nome em vão. Mas língua das blasfêmias sim. Língua das largas cantorias, dos tenores e dos baixos, em coro, em final de festa, cheirando a vinho. Essa, uma língua mais paterna que materna (perdoem o voluntário deslize): que antes de nos embalar, nos repreende; que, apesar de musicais harmonias, traz o descompasso das vozes fora do tom; que, mesmo sem o saber de seus significados, compõe o tabuleiro dos sentidos. É a língua que atravessa a identidade de um sujeito em/por movimentos que não são contínuos, são contraditórios, destina seus falantes a sentimentos de pertença ou de não, de orgulho ou de vergonha, de liberdade ou de coerção. A esse sujeito, essa língua aponta-lhe – no interstício da sua relação com o outro – as mais sutis, estranhas ou bárbaras distâncias.

É esta uma língua: uma das línguas de imigração, o *talian* – língua em cuja denominação se busca o consenso, já pela união de muitos em uma só. Traremos, para justificar o fato de tratarmos dessa língua, o discurso do pesquisador sobre o *talian*<sup>85</sup>, porque o sujeito que estudamos é o sujeito que nela/por ela passa por processos de identificação. É essa uma língua pela qual se constrói uma história e por meio dela é que também se efetiva uma memória, saturada ou esburacada; é por ela também que chegam os seus discursos, os discursos do próprio imigrante e nele/por ele, a sua relação com o mundo, a sua relação com a nova pátria, com a nova língua; nela, os seus processos de construção de sentidos, as suas construções: imaginárias, elas.

A relação do sujeito ítalo-brasileiro com as línguas italiana, *talian* e português é uma relação marcada desde a chegada desses estrangeiros, pelo próprio confronto pela diferença entre as línguas. Todavia, a partir do discurso sobre a língua no período Vargas, Estado Novo, de 1937 a 1945, tais confrontos serão de

---

<sup>85</sup> Sobre o “*talian*”, ver APÊNDICE B.

outra ordem. Espaço que vai se caracterizar pela opressão e pela censura, espaço em que se consolida uma guerra das identidades, em que há um poder central que legisla (observa, polícia, controla) sobre a língua e a identidade, língua e religião e língua e Estado. Espaço em que se vai falar de crime idiomático: que língua devia se falar, quando e onde. Ideologicamente, as medidas tomadas por tal governo estavam atadas a um forte nacionalismo, com base em Orlandi (2009b). Ou seja, “O estrangeiro não era um cidadão. E era sua língua o documento desse repúdio” (Ibidem, p. 117).

Na concepção dos estudos discursivos e da história das ideias linguísticas, compreende-se “a língua nacional como a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora nele, minuciosamente cultivada, portanto, e a partir da qual ele regula a presença de outras línguas em seu território” (PAYER, 2007, p. 114). Segundo a autora, o português foi cuidadosamente difundido em campanhas oficiais do Estado brasileiro nas regiões de densa migração, nos anos 30, embora, nas primeiras décadas do século XX, já tenham se dado cuidados oficiais com a nacionalização dos imigrantes. Junta-se a isso o fato de que, em tal processo, as línguas de imigrantes foram juridicamente interditas por terem sido consideradas, no contexto das duas grandes guerras, no jogo político-ideológico, como línguas nacionais de outros países presentes no território brasileiro – ameaça, portanto, à soberania nacional. No decorrer da Ditadura Vargas (1937-1945), ainda de acordo com a autora (Ibidem), houve uma injunção ao silenciamento<sup>86</sup> dessas línguas, continuado sob a forma de um silêncio constitutivo, do apagamento dessas línguas maternas e estrangeiras, “em favor do Português como língua nacional do Estado brasileiro” (Ibidem, p. 114).

Nessa questão, como se pode observar, estabeleceu-se um conflito entre tais línguas – e em tal sujeito, entre esse sujeito e o Estado –, pois “deveriam abrir mão dos seus particularismos, de seus costumes locais e de suas línguas maternas” (PAYER, 2007, p. 117); porém, mesmo que interdita, naquele momento, essa língua continua sendo praticada, como também permanece a regular/desregular relações entre sujeitos depois do tempo de censura. A autora explicita que, além de um modo mais integral de permanência dessa língua, no Brasil, “há um outro modo, mais difuso, de seu reaparecimento, através do que identificamos como traços de

---

<sup>86</sup> Conforme a teorização de Orlandi (1992), refere a autora; em nossas referências, Orlandi (2007d).

memória da língua apagada que se reapresentam na língua oficial (o português) (Ibidem, p. 115), os quais podem ser identificados em todos os aspectos linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico. Tal memória jogaria ainda “tanto com a presença (permanência) de marcas linguísticas quanto com a ausência (esquecimento) da língua” (Ibidem). Para a teórica, ainda, há outra questão relevante: o fato de que “os lugares ou estatutos de língua materna e de língua nacional não coincidem, nem empírica, nem teoricamente” (Ibidem, p. 117). Confundem-se/fundem-se essas instâncias: a língua materna para os imigrantes italianos não era a língua que se tornou oficial na Itália; mas, em solo brasileiro, os monumentos, principalmente os construídos em homenagem ao cinquentenário da imigração italiana, portavam uma placa escrita em italiano, juntando-se ao fato de que esse sujeito não se sentia brasileiro. Trataremos disso em nossas análises, quando, ainda, outras materialidades discursivas vão estabelecer um diálogo com a questão de que a língua se atravessa e significa.

Reiterando as colocações de Orlandi (2007b), uma língua é um corpo simbólico político que faz parte da relação entre sujeitos em sua vida social e histórica; são formas sociais sendo significadas por e para sujeitos simbólicos em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos – espaço esse vinculado ao institucional da língua. “Seu nome recobre uma multiplicidade de instâncias em que o seu poder e o modo de sua prática se inscrevem de formas diferentes na sociedade e na história (em) que elas (se) constituem”, explicita Orlandi (Ibidem, p. 8). Assim, sabemos-la como língua comum, língua nacional, língua materna, língua regional, instâncias em que transitam políticas, saberes e modos de sua realização, significando-a(s), quer pela diferença, quer pela diversidade, quer pela busca de uma unidade. Nesse sentido, entendemos o político como negociação de lugares. Um sujeito se constitui pela sua língua materna, e ela não pode ou não consegue ser apagada, esquecida, ou silenciada, como querem determinadas políticas linguísticas ideologicamente regidas por projetos de construção de uma identidade nacional marcada pela anulação das diferenças. O sujeito ítalo-brasileiro traz esse corpo simbólico-político atado ao seu corpo social e histórico, é assim que ele também se significa.

Essa língua passa por diferentes status: seus falantes organizam-se para a construção de instrumentos linguísticos da língua pela qual se veem representados reconhecida institucionalmente; mas não é a que fora permitida como alternativa

para o inglês e espanhol, recentemente, previstas pela nova LDB, ao lado do alemão; não é a que se ensina via associações de cultura italiana. Portanto, onde situá-la? Não é igualmente uma língua que corporificaria uma ameaça contra o Estado, em referência ao que nos coloca Guimarães (2003) sobre línguas de imigração. Mas é uma língua da política, da ideologia, do simbólico. Uma língua de e para sujeitos.

Há, portanto, movimentos a serem historicamente considerados: imigrantes italianos de regiões distintas, com suas línguas particulares a empreenderem um espaço linguístico comum; os mesmos imigrantes a se colocarem frente à língua nacional do Brasil, em suas necessidades de comunicação, de sobrevivência; depois, com o Estado Novo, a interdição, a proibição, a criminalização, a injunção à inscrição na língua desse país; na sequência, estilhaços, apagamentos e dispersão: memórias da violência pela língua, apagamentos de suas línguas maternas, dispersão, divisão, heterogeneidade do sujeito ítalo-brasileiro: falar, não falar, rememorar, atravessar, recorrer, aprender, reaprender, resgatar, reencontrar.

A língua que constitui/talha o sujeito ítalo-brasileiro, em determinadas condições sócio-históricas, é o *talian* – mesmo que depois passe a ser o português, mesmo que as duas, português e *talian*, coexistam, mesmo que o *talian* seja apenas uma língua de memória, é por ela, pela prática social que engendra, que perpassa, que chegam as construções imaginárias – constitutivas – desse sujeito. Se essa memória chega ao/pelo português, é porque houve/há um caminho conjunto, paralelo, talhado, aberto ao movimento de ir e vir entre uma língua e outra, presente na constituição do sujeito ítalo-brasileiro. Há lugares de língua nacional; há lugares de língua materna, há entre-lugares. Esses lugares e entre-lugares são marcados por fronteiras, que, em materialidades discursivas, simbólicas, podem ser observados: quando se publicam os livros ou quando não se dá visibilidade a eles, quando e como se constroem e se destroem monumentos (não-lugar?), quando é possível falar e quando se faz necessário calar, ou burlar/resistir a/suplantar o que está sob a instância da “ordem”.

Poderíamos, então, pensar no sujeito ítalo-brasileiro e na(s) língua(s) que o constitui/em, considerando o que os estudos linguísticos trazem em seu domínio de memória e, por esse viés, buscar identificar em que lugar/em que lugares ou por que lugares tal sujeito se movimenta, pois é por transitar entre línguas constituídas, é por cruzar limites de fronteiras linguísticas (e espaciais, e históricas, e políticas, e

simbólicas) que sofre/aciona processos de inscrição em determinado lugar, entendido lugar como um espaço da história.

Nisso, entendemos também, conforme Payer (2007), que, a língua falada pelo sujeito ítalo-brasileiro, no espaço brasileiro, carrega uma memória, permeada por erros, esses, por construções sintáticas outras, por um léxico que se atravessa, alinhando gerações, seja escapando aos apagamentos, seja se manifestando espontaneamente, seja, hoje<sup>87</sup>, ganhando o espaço de ser, juntamente com o Asurini do Trocará e o Guarani Mbya, uma das primeiras línguas reconhecidas como Referência Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e que agora passam a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), conforme dispõe o Decreto 7387/2010.

Nesse sentido, retomamos Brust (2013), quando assenta seu estudo na questão colocada por Courtine (1999) de que a memória se efetiva na língua – e aqui tratamos da memória do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia. A língua que passamos a nos referir considera as particularidades, o léxico, a fonologia, a sintaxe, uma diacronia e uma sincronia, mas vai além da superfície linguística; não é a língua de falantes italianos e/ou brasileiros, passível de ser compreendida em seus sons, suas palavras e frases. Essa língua implica essa rede toda de relações entre italiano, talian, português em suas inter-relações; implica o movimento político que as circunscvem; implica o discurso. Para essa língua, não há indivíduos, nem elementos, há sujeitos.

Buscamos em Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) - assim como também está em Courtine (1999) – e Orlandi (2012), a metaforização que remete ao Estado ou à presença do Estado na relação/utilização/fabricação/manipulação de sua(s) línguas e a de seu povo/nação. Nesse domínio, temos os estudos discursivos, pautados pela língua, que é, antes de tudo, via discurso, o lugar onde se observa a ideologia dos sujeitos falantes. Pensamos numa língua da política, apesar de a política e o político estarem presentes em todas elas. São as línguas ora do poder de Estado, ora da resistência a esse poder, ora a dos discursos em que se apagam as diferenças, as resistências.

---

<sup>87</sup>Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18682&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 19 nov. 2014. Agradecimentos às Prof<sup>as</sup> Verli Petri e Eliana Sturza, que nos passaram a notícia.



Embora tais metáforas tenham sido pensadas por R. Debrey, em *Modeste Contribution*<sup>88</sup>, é por Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) e por Courtine (1999) que temos acesso às reflexões do filósofo quanto à política de Estado, do estado moderno, representada na/pela língua. Língua de madeira, língua de ferro, língua de vento: as línguas da política, dos governos totalitários, da propaganda de Estado. Mas remetemo-nos a uma outra, conforme Brust (2013), a língua de areia:

aquela que diz, mas cujo dito se esvai, não permanece porque não se registra, desconfigura-se porque não possui uma estrutura interna que a mantém. Além disso, o que dela tem certa continuidade é apenas uma memória perdida no tempo - tempo esse marcado pela dispersão/divisão da areia de uma ampulheta - que não é mais reencontrada senão em grãos, grãos de areia dispersos, ou que não é retomada em discursos e, se e quando, porventura, se organiza novamente, jamais consegue se reconstruir, se erguer e voltar à forma anterior (BRUST, 2013, p. 56).

Entendemos também que essa pode ser a língua que une e desune o sujeito ítalo-brasileiro, que é o imigrante, o antepassado e o seu descendente, o colono, o estrangeiro, o gringo – entre tantas outras posições-sujeito –, enfim, o sujeito ítalo-brasileiro: pode haver memória, esta também pode estar/ser apagada; por ela pode imprimir-se a falha, mas por ela também se pode produzir uma memória saturada, conforme nos teoriza Robin (2016 [2003]). Por ela, vêm os vazios, os silenciamentos: o dizer não dizendo. Uma língua que resiste, mas uma língua pela qual, embora se faça a resistência, por contradição, também

vai estar à mercê de para onde este vento sopra, adaptando-se à sua força, deixando à deriva os sentidos, pois estes se desmoronam, se pulverizam, embora fiquem os seus sinais, mesmo que o vento desfaça seus relevos ou deixe que, fragilmente, se formem outros (BRUST, 2013, p. 56).

Em outras palavras, é a língua pela qual são construídos os monumentos, ganham sobrevivência suas histórias e estão amarradas suas narrativas – da travessia, da chegada, dos embates, das revoltas, das sobrevivências. Uma língua que vai ser naturalizada/aceita/reconhecida quando este sujeito passa a ganhar reconhecimento num Estado jurídico-capitalista, com apoio (in?)condicional do atravessamento do que sobrevive do domínio religioso. Uma língua, também tangida de opacidade, que vai trazer/fazer o discurso que desconstrói utopias e imaginários.

---

<sup>88</sup> Acessamos tal referência por Gadet e Pêcheux (2004), pela nota 6, p. 26, em edição da Maspero, de 1978.

Essa língua é tagarela, faz barulho o tempo inteiro, permanentemente desconstruindo e construindo imaginários. É um objeto simbólico pelo qual os sujeitos não só se unem: também se fazem divididos.

Enfim, não é uma língua de Estado da Itália, tampouco a língua de Estado do Brasil, mas é uma língua de memória, de que, da fragmentação e da divisão, das soltas falas e de perdidos escritos, resgata-se o sujeito ítalo-brasileiro. É por essa língua que sujeitos se identificam (mais ou menos) com a ideologia dominante – ou não. Ela existe como língua e significa. Recolhamos seus fragmentos.

### 3.2 DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “TERRITORIALIZAR-SE”

*Esse sertão, esta terra  
(ROSA, 1984, p. 300)*

*Mas o sertão está movimentante todo-tempo – salvo que o senhor não vê  
(ROSA, 1984, p. 483)*

*Com uma vontade vã de ser dono de meu chão,  
meu por posse e continuados trabalhos,  
trabalho de segurar a alma e endurecer as mãos.  
(ROSA, 1984, p. 177)*

Do Rosa, toca-nos seu narrar entremeado de refletir. Sobre um grande sertão, explica, “quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e as misérias todas” (1984, p. 537). Observam que sertão é terra; nela há. Sertão adentrado por aquele para quem “não havia mais chão, nem razão, [e] o mundo nas juntas se desgovernava” (Ibidem, p. 276) e em quem se cria o desejo de buscar onde sentar, se assentar. Estabelecer-se. Aí, o “sertão é quando menos se espera; digo. [...] Ali era bom? Sossegava” (p. 267). E há sertões assim para quem imagina sossegar-se do desatino, no destino. Mesmo que “o sertão está movimentante todo-tempo” (p. 483), há pausas para quem nele imagina se enraizar, para quem dele imagina se apropriar, sujeito em suas metonímias: a enlaçar terra, alma e mãos.

E esse sujeito de que tratamos é o sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia. Nomeá-lo, designá-lo assim, implica o estabelecimento de relações materializadas pela/marcadas na língua, em que o político e o histórico lhe são constitutivos. Referimo-nos ao sujeito ítalo-brasileiro **da Quarta Colônia**, em que, pela superfície linguística, podemos rastrear sentidos: da: de + a, em que *de* significa relação de

subordinação, expressando aquilo de que é parte, de acordo com Houaiss (2009). “Quarta” indica um lugar numa ordem, numa sequência, e é aí que se estabelecem relações, relações com outras, uma primeira, uma segunda, uma terceira; se se diz “colônia”, é porque esse fazer perpassa a questão de separação, divisão, estabelecimento de limites, de fronteiras, demarcação de espaço. Espaço “colônia” e, enquanto colônia, colônia de imigrantes, um coletivo - e, por relação metonímica, um continente por seu conteúdo, como registra a gramática do bom português e do mulato sabido<sup>89</sup>. Histórica e politicamente, já temos nos referido, no decorrer deste estudo, a como se constitui a Quarta Colônia. No entanto, essa linha imaginária da Quarta Colônia, que nos é apresentada como uma “linha” – contínua, ao se desenhar, em seu fim, tocando seu início, sem interrupções, perfazendo um tropeçado círculo nos mapas – que delimita um estar dentro e um estar fora, que lega aos sujeitos pertencer ou não pertencer a um referido espaço –, determina o que é habitá-lo, significá-lo. Espaço constituído de chão, de terra: território.

Um território dentro de outro, que está dentro de um outro outro, que, por sua vez, está sempre em relação a. Quem sabe aqui, encontremos a primeira desconstrução, pois não se trata de uma ilha, isolada, circundada por água, a garantir a sua mitificação, mas de um espaço de sujeitos e de sentidos a (se) constituírem social, política, histórica e ideologicamente, em que, entre o estabilizado já dito e o à deriva do estar se dizendo, precisa de escutas, de olhares, de leituras.

Quando nos referimos ao sujeito ítalo-brasileiro da/na “**Quarta Colônia**”, estamos nos remetendo à exterioridade que constitui as condições de produção dos discursos, compreendida, conforme Orlandi (2009a), como os sujeitos e a situação, em que se tem as circunstâncias da enunciação, em sentido estrito, e o contexto sócio-histórico, em sentido amplo. Lançamo-nos, portanto, a pensar a relação sujeito/espaço e, por ela, a relação sujeito ítalo-brasileiro/colônia, a Quarta Colônia, porque o *território* Quarta Colônia – e o que implica o territorilizar-se – inscreve-se no processo de identificação e no efeito de pertencimento do sujeito de nosso estudo, constituindo o seu discurso.

Assim, tomamos emprestado da Geografia os sentidos relacionados a território, buscando, com isso, entender como pode ser significada para a Análise de

---

<sup>89</sup> Referência ao poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade, poeta modernista brasileiro.

Discurso a relação que se estabelece entre o espaço (a significar) e o sujeito (sempre significando). Diferentemente de concepções que implicam apenas terra, Santos (2000) explicita que território, território usado, utilizado por uma população, não é resultado de superposição de sistemas diferentes, o natural e o de coisas criadas pelo homem; é, outrossim, o chão e mais a população envolvendo uma identidade, pertencimento; é também a base do trabalho e da resistência, das trocas materiais e das espirituais e da vida sobre a qual tem influência.

A questão que Santos (2000) evidencia – o que faz com que a destaquemos – é que território não pode ser pensado se por ele/nele não se considerar o uso que uma população faz dele. Esse seria então um espaço que torna possível as práticas sociais, referidas pelos termos que dizem das ações aí realizadas e significadas e dos sentimentoz de “pertencer àquilo que nos pertence”, conforme Santos (2000, p. 96). Não compreendemos ser possível pensar-se em territorialidade sem pensar em identidade, pois sabemos, pelo conjunto de práticas observáveis na contemporaneidade, como o indivíduo é talhado pelo lugar em que vive, assim como a sua presença, pela sua cultura, pelo seu trabalho, pela sua relação com, é marca indelével ao próprio espaço – que significa. Referindo-nos ao mestre que nos inspira com seu sertão, copiamos: “O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece, debaixo da gente [...]” (ROSA, 1984, p. 486).

Haesbaert (1997), considerando as diversas posições dos geógrafos no que tange ao conceito de território, agrupa as abordagens em três vertentes básicas, a saber: (i) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, sendo esse de caráter estatal; (ii) a cultural(ista), a qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é a apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; (iii) econômica ou economicista, minoritária, a qual destaca a desterritorialização<sup>90</sup> em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da

---

<sup>90</sup> O autor cita o geógrafo Claude Raffestin (1986, 1988) como um dos autores que mais se dedicou à discussão conceitual sobre território, analisando o processo que ele denominou T-D-R: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Orlandi (ano) também se apoia nesse autor.

relação capital-trabalho<sup>91</sup>. No entanto, explicita que o mais comum são as posições múltiplas, em que se realiza a interface entre o político e o econômico.

Considerando territorialização, portanto, como um processo de apropriação e controle, Haesbaert (1997) acrescenta que, por esse motivo, esta vai estar sempre inscrita num campo de poder, não só no sentido de apropriação física, material (as fronteiras jurídico-políticas), como também material e simbólica (identitária). Com base em discussões que abordam as relações aí estabelecidas (o autor também vai se referir a domínio/controle em oposição à apropriação), acrescenta que é no sistema de relações com o que é externo (com a alteridade) que a territorialidade de um grupo social vai ser definida, diante do que:

Ela está impregnada não só de um poder que se circunscreve espacialmente, mas também de laços de identidade que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial (da qual a nacionalidade/o nacionalismo pode ser considerado o exemplo “moderno” por excelência) e/ou por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Torna-se, portanto, oportuno observar, por essas questões que advém dessa outra área de saber, como poderia se dar o controle desse simbólico<sup>92</sup> através de uma “identidade territorial atribuída” e da “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos”, em expressões de Haesbaert (1997, p. 42). Por esse viés, consideramos haver uma força coercitiva, poder de uma ideologia dominante, que tenta homogeneizar laços e traços de identidade, de grupo e de território, que vai também de-limitar a fronteira definidora da alteridade, pois, mesmo o que não é igual “tem sempre um mesmo referente, partilhado por todos em algum nível” (Ibidem, p. 43). Seriam as redes e as hierarquias “internas” em funcionamento. Podemos pensar também naquilo que não denominamos de estereótipo, mas que funciona no imaginário social do que é “o indivíduo natural da Quarta Colônia”, em sua culinária, seu modo de viver, seu modo de se relacionar

---

<sup>91</sup> Os autores representativos de cada abordagem seriam, conforme Haesbaert (1997): (i) Allières (1980) e Ratzel; (ii) Guattari (1995) e, na Geografia, Tuan (1980, 1983).

<sup>92</sup> A respeito de poder simbólico, assim se manifesta Haesbaert (1997, p. 50): “Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, constituindo assim uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica”.

com o outro, sua imagem física, seu modo de vestir, seu modo de falar, sua relação com a religião, entre outros.

Haesbaert (1997) considera, ainda, no que tange à produção do espaço, haver o processo de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização, em que as dimensões sociais da des-territorialização seriam a economia e a política e a da territorialização a política e a cultural. São esses, conforme Saquet (2003),

[...] processos historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; são produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura [...] que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço (SAQUET, 2003, p. 29).

Saquet (2003), ao abordar o desenvolvimento econômico da Colônia de Silveira Martins entre os anos de 1878 e de 1950, pelos processos de desterritorialização italiana para o Brasil e a re-territorialização na Colônia de Silveira Martins, compreende-o em distintos movimentos. Segundo ele, houve um primeiro movimento desencadeado pela possibilidade da propriedade e de trabalho que condicionou a des-territorialização, “ainda mais quando ratificada pela atuação dos padres italianos e dos agentes de empresas colonizadoras e de navegação” (Saquet, 2003, p. 67) – é a língua de vento exercendo, com maestria, seu poder, trabalhando com a arte de aniquilar resistências, conforme os estudos discursivos. Num segundo movimento, aponta o autor, os colonizadores buscaram condições para garantir seu território, como a reprodução biológica e social em práticas sociais e espaciais, diariamente, mesmo que, aparentemente, tenha-se produzido “um território italiano”.

Em relação à ocupação da Quarta Colônia, alguns aspectos analisados por Saquet (2003) precisam ser evidenciados. Dentre eles, as interpretações de que a lógica que a conduzia era a capitalista, sem capitalistas, organizada pela propriedade privada familiar da terra, mediação para a expansão do capitalismo no espaço agrário. Outra ética que vai ter importante participação na construção dessa “identidade” é a ética católica, a qual vai envolver concomitantemente as lógicas do poder estatal e dessa igreja, via colégios confessionais, pois “a atuação da escola católica reforçou a lógica do capital, do esforço no trabalho e mesmo a submissão e o comodismo” (SAQUET, 2003, p. 87). Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que os migrantes acreditavam que trabalhavam para si – apagando a relação de

subordinação e de exploração -, acreditavam também que a pobreza, a luta e o sacrifício eram condição para “ganhos futuros, na Terra ou no Céu e, com isso, legitimam e fortalecem a produção de excedentes, colocando suas energias à serviço da lógica da classe hegemônica [...]”, ainda em palavras do autor. Essas são as suas territorialidades cotidianas. Não por acaso, a re-territorialização aconteceu em torno de igrejas e de capelas, desenvolvendo-se, a partir daí, as vilas e as sedes, com a presença do padre como sinônimo de progresso, revelando a íntima relação dos elementos da cultura, da política e da vida cotidiana na produção do território (SAQUET, 2003). No decorrer do tempo, em cada momento, são apresentados aspectos diferenciados de re-territorialização, via novas atividades econômicas, chegando-se ao que (re)conhecemos hoje como Quarta Colônia, considerando ainda que esses movimentos (des- e re-) são contraditórios e complementares, uma vez que a des-territorialização em um lugar significa a re-territorialização em outro, as quais promovem a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. Destacamos, por fim, de Saquet (2003), a afirmação de que são os territórios as múltiplas relações espaço-tempo. Isso porque, para o geógrafo,

[...] um território pode não ser fronteiriável e especializado tão facilmente, como na produção e circulação de mercadorias, de informações, através de redes de circulação e de comunicação mais difusas. [...] o lugar é mais do que o símbolo, do que afetividade, é mais do que identidade cultural. Um lugar é o *locus* de relações diversas, de poder, de dominação e subordinação econômica, política e cultural e admite/permite uma relativização dos limites ou fronteiras (SAQUET, 2003, p. 219, grifos do autor).

Passa por esse sentido também pensar a Quarta Colônia e o sujeito ítalo-brasileiro que nela/por ela se circunscreve/se inscreve, porque, dadas as questões que envolvem o seu des- e re-territorializar-se, podemos pensar: ela é tanto o território fronteirizado, quando incluimos uma lista de nomes de municípios que dela fizeram/fazem parte, quanto um território que “não cabe em si”, pois, o sujeito que daí sai, fazendo com que suas fronteiras (as linhas a que nos referíamos) se rompam, leva esse lugar como símbolo, como um centro para o qual convergem o imaginário de todos aqueles que têm/mantêm em relação a esse lugar o vínculo que tece sua identidade. Por isso o retorno a esse espaço – geográfico e de dizer.

Tais reflexões contribuem com nosso estudo porque nos ajudam a compreender os processos que explicam a constituição de um lugar – parte das condições de produção dos discursos – e do sujeito, que tem nessa história também a sua constituição. Mas, além disso, tal estudo traz à cena teórica em que nos inserimos as reflexões sobre o que é territorialidade – e, por ela, o que vêm a ser as identidades –, questão essa também abordada discursivamente, pois está na constituição não só do sujeito, como dos sentidos, dos discursos desse e sobre esse sujeito – que não é hegemônico, que não é um, que não pode parar/pairar em constructos homogêneos, saturados, alheios às suas divisões, contradições e heterogeneidades.

A par da discussão sobre territorialidade, retomamos o que já havíamos referido de Orlandi (2011a), em que a questão da identidade implica processos de identificação, refém, em alguns casos, de critérios de nacionalidade, do país, da cidadania, que impõem a necessidade de solo e sangue, além do que a identidade é também um movimento da história. Já territorialidade, de forma mais ampla, segundo a autora, é como condição do que faz parte do território de um Estado, ou seja, limitação da força imperativa das leis ao território do Estado que as promulga, numa relação de espaços, seres, acontecimentos e de delimitações, implicando a questão de limites. Destaca, ainda, que o lugar que ocupa não é o lugar da Geografia, explicita que pensar a territorialidade do ponto de vista discursivo é aliar cidade/sujeito/sociedade: “o enlaçamento significativo entre sujeito, espaço, linguagem e acontecimento” (ORLANDI, 2011a, p. 14). Por fim, territorialidade configura-se como espaço material, que é também:

parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que se refere a 'território', *espaço institucionalizado*, nomeado pelo poder do Estado. Que faz unidade e demanda identidade (ORLANDI, 2011a, p. 20, grifos da autora).

Diante disso, esse espaço, ainda segundo Orlandi (2011a), é um espaço significado politicamente e “*inscreve o processo de identidade no discurso institucional do Estado*” (p. 20, grifos nossos), sendo que Estado e território estão articulados na prática, têm seus aparatos e significam seus cidadãos através/com eles – estabelecem-se, portanto, relações de poder. O espaço desse entendimento (e de desentendimento, acrescentamos nós, conforme o que nos explicita Rancière



(1996 [1995]), é um espaço significado pelas relações de poder, sendo, portanto, um espaço político. Entra ainda nessa questão a ideia de pertencimento – em que pese o sistema capitalista com sua forma sujeito histórica, no qual os indivíduos são interpelados em sujeito, pela ideologia, no simbólico, para, em seguida, essa forma sujeito, já constituída, dar-se ao modo de individuação do sujeito que, inscrevendo-se em determinada formação discursiva, toma um seu lugar, quer identificando-se, quer não, marcando assim a sua posição sujeito, representando-se, no caso, como parte do grupo a que pode/a que quer/a que diz então pertencer.

No entanto, questionamo-nos sobre como pensar a ideia de pertencimento – de território e de territorialidade – discursivamente: como se dá esse “sentir-se em casa”? Para Orlandi (2011a), esse sentimento, assim como um sentimento pátrio, para não se estar numa perspectiva psicologizante, precisa ser entendido como efeito de sentido, porquanto resulta de um modo de produção de sentidos. Ou seja:

São efeitos de sentidos que resultam de complexos processos de significação em que contam o sujeito individuado, os processos de identificação, o Estado com sua articulação simbólico política, o espaço de vida e as condições de existência, pensados na sociedade tomada pela história (ORLANDI, 2011a, p. 24).

Tomamos, portanto, o espaço “Quarta Colônia<sup>93</sup>” como um espaço significado jurídica e politicamente, o qual, segundo Orlandi (2011a), inscreve o processo de identidade no discurso institucional – quando se é ainda imigrante, quando se passa a ser cidadão brasileiro – em que a língua é materialidade simbólica.

É esse o grande sertão. Espaço lançado, outrora, à utopia, “um mazzolin de fior”, em constante ressoar - no qual se inscreve o sujeito em efeitos de, mas como “sentimento de” pertencimento –, espaço imaginário, “espaço concreto que é o chão, o solo, estruturado em que ele [o sujeito] “vive”, ou tem sua existência determinada, não pensada em si, mas em sua materialidade significativa, determinando as condições de existência dos sujeitos, com base em Orlandi (2011) – Que é também esse espaço em suas veredas. Veredas, assim compreendidas: caminhos estreitos, sendas, sendeiros; caminhos secundários pelos quais se chega mais rapidamente a um lugar, atalhos; rumos, direções, caminhos; terrenos brejosos; várzeas ao longo de um rio; clareiras ou caminhos entre a vegetação rasteira – em sentidos postos

---

<sup>93</sup> Assim nomeado e designado: Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana; Quarta Colônia de Imigração Italiana; Quarta Colônia.

por Houaiss (2009). Ou, o resto, pois “o resto pequeno é *vereda*” (ROSA, 1984, p. 69, grifos do autor).

Para nós, assim tomamos as veredas do grande sertão: os caminhos abertos da quarta colônia<sup>94</sup> – em que sujeitos – não só o sujeito ítalo-brasileiro - vão atravessá-los, dividi-los, ligá-los, recortá-los, uni-los, relacioná-los, torná-los contornos do que lhe é próprio, propriedade, privado. Territorialidade “enquanto espaço que significa, logo, espaço de interpretação em que sujeitos se inscrevem” (ORLANDI, 2011a, p. 25). Para os imigrantes, a identificação com o espaço contribui para a identidade do grupo, o que permite ao sujeito “trabalhar a sua relação com os processos de identificação, metaforizar-se” (ORLANDI, 2011a, p. 25). Para outras posições que não a de imigrante, mas que podem ser quaisquer outras, o espaço também é o ponto de ancoragem para o processo de identificação como grupo, quer se esteja na Quarta Colônia, quer a ela se retorne como “terra natal”. Assim, fazem-se significar estas reflexões: “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Mas, tem horas em que me pergunto: se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão” (ROSA, 1984, p. 267).

Compreendemos que, se há o tempo em que sujeitos (re-)territorializam-se, reelaborando sua relação solo e sangue, há uma outra relação que precisa ser considerada, por nós simbolizada pelo efeito metafórico, em que o sertão é a colônia e é também a cidade, onde o sujeito vai (se) colocar “na rua” (nas veredas, nas praças, nas travessas, nas esquinas, nas linhas e nas entrelinhas) - num espaço que não é hegemônico - pelo seu discurso. Ser Quarta Colônia, ser da/na Quarta Colônia é também colocar o discurso num espaço igualmente ocupado por outras identidades, outros grupos sociais, outros sujeitos, que ali veem/têm sentidos outros.

---

94 Propositamente com iniciais minúsculas, para um efeito de sentido.

### 3.3 DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “URBANIZAR-SE”

*O acampamento da gente parecia uma cidade.*  
(ROSA, 1984, p. 86)

*Sertão: estes seus vazios.*  
(ROSA, 1984, p. 29)

*Eu, abaixava os olhos, para não reter os horizontes,  
que trancados não alteravam, circunstavam.*  
(ROSA, 1984, p. 47)

Permitimo-nos certos deslocamentos, alojando em nosso discurso um lugar para a metáfora, em que dizer do sertão é dizer da colônia e é dizer da cidade. Colônia e cidade<sup>95</sup>, ou sertão-colônia-cidade, assim, para nós, não se constituem espaços opostos (cidade e campo), são “espaço público social<sup>96</sup>”. Também um espaço urbano: “esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2004, p. 32). Espaço de sujeitos em suas práticas sociais. Não mais o espaço ao qual se jogava a utopia; agora, o espaço real, o alcançado, heterotopia(s), conforme nos referimos em termos de Foucault ([1984] 2013), denunciando o resto da realidade como ilusão e, ao mesmo tempo, criando um espaço móvel de contradições no qual efetivamente se vive – e dentro do qual o sujeito discursiviza(-se), estabelece-se e se move numa relação identidade/alteridade, constituído de ilusões, sustentado em/por imaginários.

Assim, retomamos questões que tratam da constituição dos sujeitos, quando temos dois movimentos, assujeitamento e individuação. Diante disso, tomamos o discurso do sujeito como um gesto que o individua, uma sua tomada de posição. É esse o nosso andar pelo espaço constituído e fronteirizado como Quarta Colônia, um grande sertão a ser atravessado, para encontrar as formas como se subjetiva, em suas veredas, ruelas, becos, atalhos, braços de estrada, bairros, suas “picadas”,

---

<sup>95</sup> “Quem decide esses sentidos? O político. Se assim é, não vamos discutir a diferença de sentidos já apreendidos. Vamos procurar atravessar esse imaginário, pelo político, e ouvir outros sentidos, aproximando-nos do real da cidade e dos sujeitos urbanos em seu movimento, suas rupturas, sua desordem [...]” (ORLANDI, 2004, p. 30) – inclusive pensando diferentemente do já posto o que é um discurso urbano. Será que é só o da cidade, e sendo da cidade, da cidade “grande”?

<sup>96</sup> Expressão tomada de Orlandi (2003, p. 22).

suas esquinas ou encruzilhadas, seus fins de linha<sup>97</sup>/suas encostas, suas pichações em outras paredes – seus escritos apagados, suas formas decaídas, suas vozes já roucas. Quando se materializa “a metáfora do grupo-corpo [que] acalma a angústia da cisão do sujeito” (ORLANDI, 2011a, p. 23): é aí mesmo que queremos entrar, em seus lugares, sendo esses também os “lugares de memória<sup>98</sup>”, os lugares da memória do sujeito ítalo-brasileiro a se desenhar pela Quarta Colônia território-cidade – porque, também, “cidade e território são solidários” (ORLANDI, 2004, p. 11).

Pedra, asfalto, barro, cimento e palavras, refere Fedatto (2013), explicitando assim a existência concreta dos espaços urbanos, quando a materialidade urbana é também materialidade simbólica, onde saberes inauguram e consolidam discurso oficial ao mesmo tempo mítico sobre a unidade imaginária do território. Para Fedatto (Ibidem, p. 25, grifos da autora), “as cidades configuram lugares no imaginário social que produzem uma *ambiência* talhada pelo trabalho da memória, um *lugar encarnado*: que tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles”. Há, nesse processo, uma relação constitutiva. Ao considerar que sujeitos históricos que aí habitam identificam-se e produzem sentidos, afirma a autora que esse espaço passa a atuar materialmente na formulação das práticas sociais. E são essas práticas sociais que nos interessam e fazem com que metaforizemos. Monumentos ficam em praça pública; a memória escrita é publicada, e a palavra dita, mesmo que se perca no tempo/vento, fica em suspenso, a ser retomada em discursos outros. É esse poder dizer que inscreve o sujeito ítalo-brasileiro no espaço cidade, de cidadania, de busca/encontro por um espaço público e político de mostrar-se. A cidade aqui é tal como a que nos descreve Orlandi (2011c, p. 695): é onde “sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados; Orlandi (2014, p. 82) assim também a entende: “não é a cidade empírica, é traçado do funcionamento do interdiscurso na forma como o sujeito se individua na relação com o Estado”, a ser compreendido como o deslocamento da

---

<sup>97</sup> Atestando a incompletude os instrumentos linguísticos, que os sentidos escampam aos dicionários: como linha entende-se, aqui, o povoamento dos lugares tendo como base o traçado inicial da organização/divisão do território. Assim, temos, na Quarta Colônia: Linha Um, Linha Duas, Linha Seis, entre outras que ganham outras designações, como Linha dos mantovanos (“mantuan”), por exemplo.

<sup>98</sup> Conforme Nora ([1984] 1993).

relação das políticas públicas urbanas que administram artefatos alocados por eles nesse espaço, na relação com o corpo dos sujeitos, como ruas, calçadas, muro, banco, semáforo entre outros, ao que esse “entre outros” abre-se para aquilo que nem sempre está no campo do que pode ser visto, regido e/ou domesticável. Referimo-nos aqui àquilo que pode não ser observável, mas existe em seu poder simbólico: as veredas ao lado dos grandes sertões, espaços mínimos em que sujeitos também se dizem. A propósito, “Città Nuova” é a referência que temos para a sede da Quarta Colônia, conforme consta em Lorenzoni (1975) e em Zanini (2006).

Tal reflexão também se abre a pensar sentidos para o próprio nomear o sujeito (objeto teórico) como “cidadão”. De acordo com Orlandi (2004), pensamos a cidade em sua dimensão jurídica na consideração do cidadão e na dimensão da representação sensível de suas formas, ao lado da consideração de um espaço de cidadania. Para definir o que é a cidade, a autora vai trabalhando em/com suas significações. Dentre elas, a de que o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, em que ambos se encontram atados um ao outro, em seus destinos e em suas variadas dimensões, quer seja material, cultural, econômica, histórica ou outra. Embora a autora considere que, para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda a sua força e que, com base em termos sociológicos, a cidade seja, ao mesmo tempo, resultado e pressuposto do desenvolvimento capitalista, não se pode deixar de pensar a cidade em termos de conceitos como o de política econômica, de zona urbana, de autoridade urbana, aliando-se conceitos econômicos, de mercado, a conceitos políticos. De toda forma, o que ressalta é a ideia de associação humana, considerando-a distinta de agrupamentos humanos, sendo que observar a cidade é compreender as alterações que se dão na natureza humana e na ordem social, além da riqueza que se faz visível na relação de um indivíduo com outro indivíduo: heterogeneidade e padronização, subordinação às exigências da comunidade na medida do interesse coletivo, e que, ao mesmo tempo, é dispersão e é singularidade.

No entanto, compreendemos que alguns espaços para se pensar o sentido sempre estão em aberto. Todos esses conceitos atribuídos à zona urbana não são distintos dos que concernem à “zona rural”: esta (que seria, a princípio, uma contraposição à zona urbana) não está em outro domínio se não o da mesma política econômica do país – e, hoje, das leis do mercado internacional –, das suas

autoridades, às normas todas do país. Não está isolada, assim como sempre se deu ao trabalho de buscar o outro. Por esse viés, consideramos não haver uma oposição, senão uma continuidade (no espaço) e um entrelaçamento (de sujeitos). Inspiramo-nos em De Certeau ([1990] 1998, p. 180), que assim se pronuncia: “o espaço geométrico dos urbanistas e dos arquitetos parece valer como o ‘sentido próprio’ construído pelos gramáticos e pelos linguistas visando a dispor de um nível normal e normativo ao qual se podem referir os desvios e variações do ‘figurado’”, sendo que esse próprio, ele mesmo, pode parecer mesmo ficção produzida por um uso particular, o uso metalinguístico das ciências. É dessas “errâncias”, dessas desconstruções que também nos valem para refletir sobre em que consiste o “urbanizar-se” no inscrever o discurso do sujeito ítalo-brasileiro num espaço.

Sob a ótica do que se tem como cidadania, como um extensivo de cidade, a relação cidade-cidadão, consideramos Oliveira (s.d.)<sup>99</sup>, quando trata dos sentidos mobilizados pela palavra “cidadão”. A autora explicita que, embora apareçam em relações parafrásticas no conjunto dos dicionários brasileiros do século XX, há deslocamento de sentidos para essa palavra, pois temos convivido tanto com os sentidos imbricados na relação cidadão-direitos-Estado, quanto os advindos da relação cidadão-moradia-cidade, sendo que, nesses dois casos, não se dissociam os sentidos de cidadão/cidadania. No entanto, ainda segundo a autora, somente na atualidade (segunda década do século XXI) está sendo possível observar, nos dicionários, um momento de não-coincidência entre os sentidos de cidadania e de cidadão: “a relação de cidadania com direitos e de cidadão com direitos e deveres, ou a convivência entre uma ética de Estado e uma ética supranacional na designação de cidadãos”, afirma Oliveira (s.d., p. 121), justificáveis por um processo de mudança que é parte de um movimento não só linguístico, mas também social.

Segundo Orlandi (2004), a observação se guia pela linguagem em suas formas (escrita, grafismos, oralidade – o que, em associação ao nosso estudo, desliza para: em escrita, em imagem, em voz), de como os sujeitos se significam a si mesmos e aos outros – o que é papel fundamental. O que interessa não é só a visibilidade dessa característica, mas o sentido que daí resulta, como e para quem significa. Em outras palavras, como os sujeitos interpretam essa cidade-sertão-colônia, como eles aí se interpretam – como aí são interpelados – como esse lugar

---

<sup>99</sup> Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca19/matraca19a06.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

impõe gestos de interpretação, como a interpretação habita esse espaço – em sua relação com a ideologia.

É isto que nos toma: pensar esse espaço simbólico trabalhado na e pela história, que é um espaço de sujeitos e de significantes, quaisquer que sejam suas materialidades. Interessa-nos trabalhar o imaginário constitutivo desse sujeito em relação a outros sujeitos nesse sertão-colônia-cidade, o funcionamento imaginário de quem e para quem diz, do que diz e como diz. Como afirma Orlandi, sobre o trabalhar o espaço pensando-o simbólica e politicamente, que justifica nossa posição:

significa pensá-lo não como pensa o urbanista, o arquiteto, o antropólogo urbano, breve, os profissionais do espaço. [...] nossa contribuição específica está em tratar de apreender o jogo da interpretação e seus efeitos nesse espaço em que o que é urbano e o que é social se sobrepõem (ORLANDI, 2004, p. 26)

Esse nosso espaço, portanto, tem seu corpo significativo, lugar em que o político trabalha o simbólico. Por isso sertão, colônia e cidade podem ser tomados no mesmo plano, espaço em que se dá a circulação dos discursos em seus sentidos (que sempre podem ser outros, atualizando a memória discursiva). Assim “ligando gestos e passos, abrindo rumos e direções<sup>100</sup>”, tratamos de outra geografia: de uma “geografia segunda, poética, sobre a geografia do sentido literal, proibido ou permitido”, conforme De Certeau ([1990] 1998, p. 185).

Adentramos ao entendimento da luta por lugares de dizer, por maneiras de dizer, por dizeres, lugar em que o consenso é imaginário, e o sujeito, dividido. Quanto ao funcionamento do efeito de consenso, Petri (2016b, no prelo, s/p) afirma-nos que este nos coloca no espaço de uma aparente homogeneidade: nela, “as palavras surgem como que sem história, então, lembra-se de algo em detrimento de um algo esquecido.” Sendo assim, ainda segundo a autora, muitas vezes, o trabalho do presente altera os sentidos do passado. É preciso, portanto, em vista disso, produzir sentidos para os sentidos já instalados e sedimentados.

É nesse processo que o sujeito se diz à sociedade, da luta de classes e da luta por lugares, é nesse processo, em que os dizeres “não são como se mostram” (ORLANDI, 2012), que o sujeito ítalo-brasileiro dá-se a ver, relaciona-se, coloca seu discurso na rua: urbaniza-se, discursivizando-se.

---

<sup>100</sup> Construção retirada de De Certeau ([1990] 1998, p. 185).

### 3.4 DO SUJEITO ÍTALO-BRASILEIRO: “DISCURSIVIZAR-SE”

*“Mas o senhor releve eu estar glosando assim a seco  
essas coisas de se calar no preceito devido.  
Agora: o tudo que eu conto, é porque acho sério e preciso.”  
(ROSA, 1984, p. 162)*

O tenso/denso campo do discurso: é esse o espaço em que entramos para pensar e analisar como se constroem as discursividades do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia, do Rio Grande do Sul – o que ele conta, o que ele acha sério e preciso, conforme paráfrase de Rosa (1984, p. 162) –, sabendo que tais discursos se constituem de diferentes materialidades discursivas, constitutivas hoje de nosso arquivo<sup>101</sup>, sobre o qual incidirão nossas escolhas ao fazermos nossos recortes. Expliquemos: constituem nosso arquivo (1) livros escritos pelo sujeito ítalo-brasileiro; (2) monumentos construídos na região denominada Quarta Colônia, cuja discursividade está circunscrita pelo tema “imigrante” (podendo derivar/deslizar para antepassado, descendente, colono, no movimento ao que o próprio descrever do objeto poderá/irá se voltar); (3) entrevistas coletadas em diferentes condições de produção, das quais faremos recortes seguindo a temática pertinente a esse estudo. Permeia, ainda, esses discursos a questão de serem discursos de ou discursos sobre.

O primeiro passo de nossa leitura é saber que temos diferentes materialidades discursivas que buscam significados, constituídas diferentemente: uma se constitui de palavras escritas, reproduzidas em restrita tiragem; outra, de palavras ao vento, registrada pelas maquinarias, guardada em memória metálica<sup>102</sup>, conforme Orlandi (2006); outra, de imagens contornadas em cimento, ou fixadas em papel, para sobreviver ao tempo – todas produzindo sentidos. Como tratar esse/desse arquivo? Temos algumas pistas que nos são dadas por aqueles que pensaram a língua não restrita à ordem de um sistema. Conforme Milner (1982, p.

<sup>101</sup> Tomamos como referência Pêcheux ([1982] 2010, p. 51), em que arquivo é entendido “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes sobre uma questão’” e também Guilhaumou e Maldidier ([1979] 2010, p. 162), para quem “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”, uma vez que consideram não se poder ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis quando se busca por aquilo que instala o social no interior do político.

<sup>102</sup> “Memória metálica”, para Orlandi (2006), é aquela “produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal [...], não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade”. No entanto, a memória metálica produz um efeito de filiação.



335), de ensinamentos vindos de linguistas outros, “rien ne doit être étranger au linguiste<sup>103</sup>”, Jakobson transforma-os em uma máxima, “Agir en toute rencontre de manière à n’être étranger à rien<sup>104</sup>”; mas, de seu percurso, é preciso dizer/aprender/ler mais ainda:

Ce qu’il faut lire ici, c’est le triomphe et l’accomplissement d’une passion rationnelle, on oserait dire d’un amour intellectuel du langage. Dans les dénobremes infinis en quoi consiste la poétique jakobsonienne, on reconnaîtra donc, non pas l’espoir d’une exhaustion, mais une foi raisonnée, qui se résume en deux articles:

- rien de la poésie n’est étranger à la langue;
- aucune langue ne saurait être pensée complètement, si on n’y intègre pas la possibilité de poésie (MILNER, 1982, p. 335-336)<sup>105</sup>.

Nesse sentido, é a língua que se abre, é a língua que circunda, é a língua que abraça e abarca sujeitos e sentidos, não mais em funções, senão em funcionamentos que não se esgotam. Língua aqui não é a língua que é dividida, senão uma língua que é múltipla, que dá as mãos como raparigas em flor se dão as mãos e vão cantando em torno dela, enquanto seduz dizendo “entra em mim, como em uma tela de Renoir<sup>106</sup>”, abrindo-se a desfrutes, envolvendo todos os seus sentidos. Uma língua que pede para ser usada na materialidade mágica da palavra escrita, na volátil palavra falada, no limiar da (im)possível linearização do que se (sus)pende em volume. Corpos sem fronteiras, sem estranhamentos, simbiose: a língua necessária de um sujeito desejante, louco por sua língua, em que a metáfora faz merecer que se lute por ela e merecedor dela é quem por ela luta<sup>107</sup>.

Essa reflexão de Milner (2012) também nos leva ao sujeito e ao modo de pensá-lo pela análise do discurso: pelo simbólico. É pelo simbólico que o sujeito se constrói; Orlandi (2012a), a partir das colocações de Milner, afirma: “a língua não pode ser pensada sem a possibilidade de outras formas materiais significantes”

<sup>103</sup> “nada deve ser estranho a um linguista” (tradução nossa).

<sup>104</sup> “Agir em cada encontro de modo que não seja estranho a nada.” (tradução nossa).

<sup>105</sup> O que é preciso ler aqui, é o triunfo e a realização de uma paixão racional, podemos dizer de um amor intelectual pela linguagem. Nas contagens infinitas do que consiste a poética jakobsoniana, reconhecemos, pois, não a esperança de uma exaustão, mas uma fé fundamentada, que se resume em dois artigos:

- nada da poesia é estranho à língua;
- nenhuma língua pode ser pensada completamente, se não integrarmos a possibilidade de sua poesia. (tradução nossa).

<sup>106</sup> Em livre parafrasear e deslizar de sentidos do poema “A canção da vida” de Mário Quintana, em *Esconderijos do tempo*.

<sup>107</sup> Referenciamos aqui dois textos: “Os homens loucos por sua língua” (p. 45) e “A metáfora merece que se lute por ela (p. 27) de Gadet e Pêcheux in “A língua inatingível” ([1981] 2004).

(ORLANDI, 2012a, p. 58). Ao dizê-lo, acrescenta que essa é uma das formas do reconhecimento da abertura do simbólico, também sujeitas [essas outras materialidades] à falha, também abertas ao trabalho do equívoco, na incompletude dos sujeitos e dos sentidos, ou seja, ao político.

Assim, para pensarmos as diferentes materialidades discursivas – em seu processo de constituir sentidos – tomamos emprestada a obra de Foucault “Isto não é um cachimbo” no intuito de observar que, em todos os discursos do sujeito ítalo-brasileiro, em suas construções imaginárias, não temos nunca o real da história; teremos, em diferentes tessituras, processos imaginários em funcionamento, que se ligam, perfazendo um roteiro em que diferentes materialidades podem dizer de um mesmo (e deslizar ou manter ou subverter o sentido).

Discursivizar “Isto não é o paraíso”, em desconstruções a ideias de utopias, por exemplo, estabelece uma relação parafrástica<sup>108</sup> com o título da obra de Michel Foucault, o qual, por sua vez, também mantém o mesmo tipo de relação com a obra (na verdade, duas obras, a primeira datada de 1926; a segunda, de 1966) de René Magritte (1898-1967, pintor surrealista belga), nas quais consta “Isto não é um cachimbo”<sup>109</sup>. Refletindo sobre a relação que se estabelece entre imagem e enunciado – pois, exatamente, o enunciado nega a imagem sobre a qual estaria se referindo – o autor problematiza o que seria o cachimbo, produzindo um seu desdobramento, qual seja, referente, imagem, desenho, palavra, ideia, escrita, entre outros. Com isso, explicita que os objetos de conhecimento não existem a priori, sendo eles, portanto, dependentes dos diferentes/distintos pontos de vista do sujeito que produz tal conhecimento e da abordagem então empreendida.

---

<sup>108</sup> De acordo com Orlandi (2012, p. 36), paráfrase e polissemia são duas forças que trabalham continuamente o dizer, entre o dizer o mesmo e o dizer diferente: “processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória [...] na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.” Para nós: paráfrase: reprodução; polissemia: transformação.

<sup>109</sup> Foucault não faz referência, neste texto, ao título dos quadros; porém, na página 48, do mesmo texto, explicita: “Magritte nomeia seus quadros [...] para impor respeito à dominação”.

Imagem 5 – Da obra de André Magritte: “A traição das imagens” (1926)



Fonte: Pendientedemigracion<sup>110</sup>.

Imagem 6 – Da obra de André Magritte: “Os dois mistérios” (1966)



Fonte: Pendientedemigracion<sup>111</sup>.

<sup>110</sup> Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero27/magritte.html>>. Acesso em: out. 2014.

<sup>111</sup> Idem a nota anterior.

Nesta obra, segundo Foucault, o artista “desdobra o jogo das palavras e das imagens” ([1973] 2008, p. 49), nas obras que toma como base, o próprio filósofo discorre sobre esse jogo, trabalhando o conceito de realidade e representação do real, ou seja, refere que o cachimbo, a palavra cachimbo ou a frase acerca do cachimbo não são um cachimbo, mas são suas simulações, suas representações.

Nessa discussão que empreende, o autor tece considerações acerca da relação entre a palavra, a imagem da palavra, a imagem do objeto, sendo ainda que toda esta está amarrada no interior de um determinado espaço e que há, diante de tudo isso, a voz de um mestre que indica, que aponta, que mostra, que “impõe um sistema de reenvios, tenta estabilizar um espaço único” (FOUCAULT, [1973] 2008, p. 35) ao dizer daquilo que é e que não é um cachimbo. Isso desacomoda a leitura que podemos fazer nesses/por esses “meios”, porque não só deixa em questão a evidência dos sentidos como também o ponto de vista a ser tomado na interpretação, o qual se submete ao conhecimento e à abordagem de quem o analisa, a voz do mestre<sup>112</sup> que tenta conter os sentidos.

Há uma sequência de representações e, por elas, podemos pensar que essas representações, pela palavra escrita, pela imagem, não sendo o objeto real “em si”, podem ser (e consideramo-las) discursos. Embora Foucault ([1970] 2012)<sup>113</sup> pense o discurso diferentemente de Pêcheux ([1975] 2009), destacamos, do referido autor, que há aquilo que baliza o discurso: a instituição, a colocar-lhe que está na ordem das leis, e que, em toda a sociedade, a produção do discurso não pode se dar apenas seguindo a questão do desejo do sujeito, sendo que se sabe bem “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Ibidem, p. 9), quando se tem o jogo de três tipos de interdições que se cruzam: tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, ou seja, não se pode dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância,

---

<sup>112</sup> Na teoria discursiva, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, sendo que a noção de formação discursiva compreende “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 147).

<sup>113</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. Como o título já faz referência, trata-se de um texto marcado pela oralidade.

qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Nesse sentido, há, na sociedade, procedimentos de controle e delimitação do discurso.

Destacamos, ainda, de Foucault ([1970] 2012) que o discurso, a partir da psicanálise, não é somente o que manifesta ou oculta o desejo, assim como não é somente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, porquanto é, ele mesmo, objeto de desejo, aquilo por que se luta, poder que se quer ter. Assim, é preciso considerar que nem todos conseguem o poder da palavra, ao que nos questionamos quem consegue, como consegue e por que consegue a proeza do dizer.

Entendemos, por essas considerações, certamente reduzindo-as, que o discurso está também numa outra relação, conflituosa, entre o que se quer dizer, o que se pode dizer (remetendo-nos à noção de Formação Discursiva) e o desejo de poder dizer. A partir disso, avaliamos que o discurso está ligado à ordem do político e do ideológico, como pensado pela Análise de Discurso, no discurso.

Retomando Pêcheux, para quem “o termo *discurso* [...], é ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” ([1969] 2010, p. 81, grifos do autor), sabendo que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, entendemos que qualquer uma das representações de um cachimbo pode ser pensada como um discurso que se materializa, via língua, entre A e B, “os quais designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (Ibidem, p. 81). Esses lugares são representados nos processos discursivos colocados em jogo, sendo que o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que vão designar os lugares e os imaginários dos lugares, das matérias a serem tratadas na/pela língua.

Mais uma vez, recorremos a Foucault ([1970] 2012), pois há um momento de sua análise do quadro de Magritte em que o filósofo se pronuncia e de cujas reflexões podemos pensar esses espaços imaginários, seja em relação aos sujeitos do discurso, seus espaços sociais, ou em relação à construção dos sentidos, pois esta passa, também, por construções imaginárias, decorrentes dos esquecimentos, ilusões estruturantes do sujeito discursivo:

[...] tudo está solidariamente amarrado no interior de um espaço escolar [...] não vemos o dedo indicador do mestre, mas ele reina em todos os lugares, assim como sua voz [...]. Do quadro à imagem, da imagem ao texto, do texto à voz, uma espécie de dedo indicador geral aponta, mostra, fixa, assinala, impõe um sistema de reenvios, tenta estabilizar um espaço único (FOUCAULT, [1970] 2012, p. 35).

Nesse processo, podemos inscrever a noção de sujeito constitutivo de todo o discurso, pois, ao se colocar no discurso, ideológica e inconscientemente sempre-já inscrito, há um eu imaginário que funciona, alicerçado, como já referimos, em suas duas formas de esquecimento. Neles, os sentidos estão amarrados, muitas vezes seguindo os mesmos percursos de interpretação, determinados pelo que pode e deve ser também pensado, associado à estabilização dos sentidos marcadamente projetada para a leitura de arquivos.

No entanto, metaforizando a colocação acima, desinscrevendo-nos dos seus sentidos primeiros: o interior do espaço escolar, no qual não obedecemos ao dedo de um mestre reinante, na figura da interpelação ideológica, queremos tomar posição. Ou seja, quando selecionamos o texto de Foucault, quando atravessamos com/por ele, também nos lançamos a outros destinos, que não mais da paráfrase discursiva. Tomamos nosso lugar no fio do discurso, buscando sair do estabilizado, do imbuído de transparência, para pensar o sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia em seus processos de subjetivação, em seu/seus lugar/es de relação com o simbólico, mediado por uma questão que nos é fundamental no/pelo discurso: o ideológico. Sim, nosso objeto do pensar é o sujeito ítalo-brasileiro; mas, para fazê-lo, instituímo-nos enquanto sujeito pesquisador, histórica e ideologicamente inscrito, e continuamos, pois queremos discutir, discursivamente, como se constroem as utopias do sujeito ítalo-brasileiro.

Então, como, na heterogeneidade das materialidades discursivas, tratar do seu discurso? Como selecionar o arquivo e, dele, fazer nossos recortes? Para isso, seguimos alguns passos: primeiramente, enlaçam-se todos pelo tema comum: o sujeito ítalo-brasileiro e suas construções imaginárias quanto à sua terra (a Quarta Colônia), a si mesmo, ao outro, à língua; assim, a regularidade discursiva consiste em voltar-se sempre a esse ponto. Portanto, assim procedemos, tendo como referencial os cinco pontos explicitados a seguir:

1º) considerarmos todas as distintas materialidades discursivas como discurso, pois há uma relação subjetiva entre os pontos A e B, onde se

processam os efeitos de sentido; assim, conforme Orlandi (2007c), se não há somente um sistema de signos (há muitos), são também muitos os modos de significar, em função dessa pluralidade de matérias significantes, os sentidos também se movimentam, pois:

Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá forma a ele (ORLANDI, 2007c, p. 12).

Assim, entendemos que as distintas materialidades significantes não podem ser comparadas, dadas as suas especificidades; podem, sim, conversar entre si – haveria um sistema de reenvios, haveria uma rede que interliga os fios. Ao conversarem, podem estabelecer relações parafrásticas, podem se dar a deslizes, desentendimentos, espaços de silêncio, de perdidos *non senses*; traduzir relações de poder; acomodar-se em suas opacidades, deixar-se achar nos perdidos jogos ideológicos, tendo a língua como o lugar-comum à interpretação.

2º) perguntarmo-nos, considerando sua heterogeneidade, se tais discursos são discursos autorizados ou não. O que/quem os autoriza ou por que “se” autorizam como tal? Para isso, pensamos: esse é o sujeito que não pertence à História, a grande, conforme Henry ([1984] 2010), mas pertence e faz uma (que também é sua) história, assim como as minorias, os oprimidos, os destituídos e os aniquilados das batalhas... ou, substituindo/excluindo a questão anterior, sendo c) trabalhar no limite de saber que esse sujeito ítalo-brasileiro “se” autoriza a produzir discursos, porque não é dele a história que dele se conta, mas que, no próprio processo de inserção social que tem, passa a ter o poder na/pela palavra institucionalizada (porque seus monumentos são assinados pelos poderes públicos).

3º) entender que processos discursivos estão sendo aí articulados, tomando cada materialidade singularmente;

4º) identificar regularidades na constituição dos efeitos de sentidos, ou seja, observar se existem pontos em comum, se se aproximam ou se distanciam,

se se complementam ou se colam, ou se se recobrem... ou se falham, deslizam... enfim, como funcionam? Nós nos deteremos a essas reflexões.

Para esses dois pontos, tomamos Pêcheux ([1971] 2011a), quando se refere à noção de língua, objeto da Linguística, como a base sobre a qual os processos se constroem, o que caracteriza o funcionamento da língua em relação a ela mesma, pois realidade autônoma. Reserva o autor a expressão processo discursivo como processo de produção do discurso “ao funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais” (PÊCHEUX, [1971] 2011a, p. 128). Para o autor, isso vai permitir compreender porque formações ideológicas muito diversas podem se construir sobre uma única base; além disso, segundo ele, há uma relação de articulação dos processos sobre essa base linguística, o que se torna possível porque, em seu interior, existiriam “mecanismos resumidos pelo termo *enunciação*, pela qual se efetua a tomada de posição do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte”, conforme Pêcheux ([1971] 2011a, p. 128-129, grifos do autor).

Ao nos questionarmos como, então, os discursos se constroem, em que processos se articulam, consideramos, inicialmente, o que Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010, p. 166) afirmam: que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de ‘matriz do sentido’”. Esses movimentos de sentido são compreendidos por Orlandi (2009a, p. 36) como processos parafrásticos, “aqueles em que em todo o dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, ou seja, processo pelo qual se dá o retorno ao dito, a sedimentação e a estabilização do sentido.

Em outras palavras, é o que Pêcheux ([1975] 2009) trata como sendo o pré-construído, o sempre-já-aí da interpelação ideológica, cujos efeitos de sentido podem se dar por *equivalência*, uma substituição simétrica ( $A=B$  e  $B=A$ ), ou pela *implicação*, entendida como a possibilidade de substituição orientada ( $A>B$  diferente de  $B>A$ ), ou seja, um processo que será entendido como *discurso-transverso*, o que se classificaria como metonímia (relação da parte com o todo, da causa com o efeito, entre outros). Essa forma de processo discursivo fora chamada de articulação ou processo de sustentação e se constitui como um fenômeno de “co-referência”, funcionamento do discurso com relação a si mesmo – que pode se dar por



mecanismos conscientes, sob formas da coerência lógica<sup>114</sup> (causa, por exemplo), mas também por processos inconscientes: incidência de certas oposições ou incisões – o que caracteriza uma unidade imaginária do sujeito.

Por metáfora, ou melhor, por efeito metafórico como processo discursivo, entende-se, conforme Pêcheux ([1969 2010, p. 96), “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y [...]”. Tal processo implica “deslize”, ou seja, uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]”, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 277), pois, segundo o autor, a figura da interpelação ideológica não pode ser tomada como um ritual sem falhas, pois, ‘o sentido’, produzido no ‘*non-sense*’ não desaparece sem deixar marcas no sujeito. É esse o lugar onde podem se instalar a resistência e a revolta, “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 278).

Repetição, pré-construído, discurso transversal, interdiscurso: são diferentes funcionamentos discursivos trabalhados por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso* e que remetem, de uma forma ou de outra, à questão da memória. Pêcheux ([2007] 2010, p. 50) discorre, também, sobre o ponto de encontro entre a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa – estendida em uma dialética da repetição e da regularização. Memória discursiva, para Pêcheux (Ibidem), seria, então, diante de um texto dado a ler, o que se tem como os implícitos, os quais, discursivamente, são os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, entre outros processos, sendo que a questão que se apresenta é saber onde residem tais implícitos. Porém, isso poderia ser observado face à repetição e a uma regularização desses implícitos, sob a forma de remissões, retomadas e efeitos de paráfrase.

Outra questão que nos toca é a maneira como se “organiza” o dizer da negação, para o que justificamos também as reflexões com base em Foucault ([1973] 2008), **Isto não é um cachimbo**. Indursky (2013, p. 261) nos explica que o funcionamento discursivo da negação pode se dar sob três operações: a negação

---

<sup>114</sup> Conforme nota n. 17, p. 153 da obra *Semântica e Discurso*.

externa, que incide sobre o que não pode ser dito no interior de uma FD; a negação interna, que incide sobre o que pode, mas não convém ser dito no referido domínio de saber; a negação mista, que mobiliza, então, as duas modalidades numa única operação, sendo necessário distinguir operação de negação de marcador de negação (elementos linguísticos).

Sobre a denegação, Haroche ([1984] 1992) afirma que sua finalidade era encontrar os efeitos da ideologia religiosa e da jurídica, no sujeito, delineando uma história da subjetividade. Considerando que Freud permitiu que se escapasse do dualismo negação/afirmação pela noção de denegação, explicita que a denegação é a forma de tomar conhecimento do que fica recalcado, sendo já a interrupção do recalque, mas não uma aceitação do recalcado, a autora explicita que essa construção permite ignorar a contradição sem, contudo, negá-la: “enquanto a censura e o recalque são implícitos [...], a denegação é explícita. Ela ignora a contradição, permite de algum modo contorná-la”, afirma a autora ([1984] 1992, p. 195). Na denegação, ainda, há a expressão do sujeito e de seu desejo (dizer que preferiria recalcar), “que tem necessidade para se dizer, de ‘dizer, sem dizer, dizendo” (Ibidem, p. 196). É pela língua(gem) que o sujeito se diz e, por ela, também a incompletude, a falta, a elipse, o equívoco e a contradição do sujeito.

E há formas de não dizer: “o senhor sabe o que o silêncio é? É a gente mesmo, demais.”, pergunta e resposta de Riobaldo, do Rosa (1984, p. 394). Embora já tenhamos nos referido a silenciamento, faz-se necessário convocá-lo enquanto noção significativa para a teoria discursiva. Para Orlandi (2007d), o silêncio produz sentidos, ou silêncios produzem sentido, silêncio é garantia do movimento dos sentidos. É preciso entender a materialidade simbólica específica do silêncio, o seu funcionamento. Para compreender os processos, a autora faz distinções entre o silêncio fundador, aquele “que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007d, p. 24) e a política do silêncio, subdividida em silêncio constitutivo, quando o dizer de uma palavra apaga as outras e o silêncio local, referindo-se à censura.

Ainda é preciso levar em conta que, “em face de sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007d, p. 29). Como em “aos tantos, fui abaixando os olhos – constando que

Diadorim me agarrava com o olhar, corre que um **silêncio de ferro**", no dizer sobre um dito, de Riobaldo (ROSA, 1984, p. 171).

Tais mecanismos – da língua e do discurso – interessam-nos, pois há construções (presentes no corpus que selecionamos) estruturadas que ganham possibilidades de interpretação com base nas situações anteriormente referidas. Entender o seu funcionamento trabalha o nível das evidências e a opacidade da linguagem é questão fundamental para a construção dos sentidos, que, sabemos, sempre podem ser outros.

Essas não são repostas, mas caminhos para pensar como se processam discursos em seus recursos.

5º) dar conta de que imaginários são construídos, compreendendo-os, em sua evidência, e, conforme Pêcheux ([1983] 2009, p. 277, grifos do autor), interpretando-os, na busca pelo sentido (reto ou atravessado), “apreender a interpelação ideológica como *ritual*”, mas supondo reconhecer “que não há ritual sem falhas” - enfraquecimentos e brechas, palavras umas por outras, em definição de metáfora –, sabendo-o como “o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” – pontos de resistência e de revolta, ao que colocamos em suspenso: momento em que se percebe, na contradição, pelo desentendimento, a emergência/ a presentificação do “dano” (RANCIÈRE [1992] 1994)?



#### 4 DO LUGAR DO SUJEITO PESQUISADOR: ESCOLHAS E ITINERÁRIOS

*Do que o que: o real roda e põe diante:  
- “Essas são as horas da gente. As outras, de todo tempo, são as horas de todos”  
(ROSA, 1984, p. 130).*

*Aquele dia fora meu, me pertencia. [...] Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.  
(ROSA, 1984, p. 146).*

Tomamos caminhos, fazemos escolhas para definir nossos roteiros, nossos itinerários. É assim que consideramos as reflexões que ora se seguem. Há o tempo da escritura e, dentro dela, aquilo que (d)o real roda e nos põe adiante, porque são as nossas horas. Hora de enveredar mesmo pelo sertão-colônia-cidade, como sujeito que “vem de fora” e observa, onde se efetiva o “tudo incerto, tudo certo”: porque “a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 2007d, p. 20).

Nossa linha de pesquisa está sintetizada numa tríade: língua, sujeito, história. A língua, tomamo-la pelo discurso; o sujeito, desconstruímo-lo teoricamente em sua eficácia “omni-histórica”, e a história, também colocamo-la diante de uma revisão crítica. Buscamos compreender o funcionamento da ideologia, unir os fios em si, de uma teoria não subjetiva da subjetividade aos processos discursivos, fundamentados em uma teoria materialista do discurso.

Nosso movimento, portanto, está assim sustentado: para Pêcheux ([1983] 2008, p. 49), a aproximação entre a teoria e a prática da linguagem engajaria concretamente “maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (Ibidem, p. 49), sendo que nela estariam implicadas certas exigências, a saber, de acordo com o autor: principiar com os gestos de descrição das materialidades discursivas, sendo que por ela se faria o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala, a saber, o real da língua. Em outras palavras, fazer pesquisa linguística, nesse caso, é tomar o próprio da língua pelo papel do equívoco, da elipse, da falta, entre outros, considerando o que ele chama de equivocidade, o que está implicado na ordem do simbólico. Trabalha-se, portanto, o objeto da linguística, o próprio da língua, e o que está no campo do discurso, espaço das significações estabilizadas e espaço das transformações de sentido.

O segundo ponto seria a consequência do primeiro, também o espaço em que se pretende trabalhar como analista de discurso: saber/trabalhar com a questão de que toda descrição (de objetos, de acontecimentos, ou de arranjos discursivos-textuais) pode estar exposta ao equívoco da língua, pois “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, [1988] 2008, p. 53). Nesse aspecto, é preciso considerar que descrição e interpretação não consistem em fases sucessivas, mas em alternâncias ou batimentos; é preciso compreender que há uma abertura à interpretação, mas não a qualquer interpretação: é necessário lançar-se a interpretações que sejam possíveis (PETRI, 2010).

Por último, Pêcheux ([1983] 2008) nos aponta a questão final da discursividade, como estrutura ou acontecimento: não vê-lo de forma independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas saber que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos<sup>115</sup>. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o discurso é um efeito das/nas filiações sócio-históricas de identificação, é também um trabalho de deslocamento de seu espaço, sendo que nunca haveria identificação plenamente bem-sucedida. Ao analista, seria necessário distinguir quando se está na descrição regular das montagens discursivas de quando se está na interpretação, considerados atos que surgem como tomadas de posição: questão de responsabilidade, que passa pela questão de ética e de política. Voltando ao que nos explicitou anteriormente, “as ‘coisas a saber’ coexistem, assim, com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem [...]” (PÊCHEUX, [1988] 2008, p. 55). Tal equívoco é negado pela ciência régia, tendo-se a ilusão de que sempre se pode saber do que se fala, negando o próprio ato de interpretação no momento em que se faz presente. A partir da análise que o próprio autor faz da chegada de F. Mitterrand ao poder na França, em 10 de maio de 1981, da repercussão na imprensa e das manifestações populares, apresenta-nos, então, a questão teórica que estabelece, a saber: “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando

---

<sup>115</sup> Conforme já havíamos referido na Introdução desta tese.

proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, [1988] 2008, p. 28). E a que acontecimentos nos referimos, senão ao da chegada e permanência de imigrantes italianos no centro do estado do Rio Grande do Sul e seus percursos e discursividades, não da imprensa (questões da atualidade, de um sujeito por outro), mas de si próprio?

Inserirmo-nos, portanto, nas questões colocadas pela/na disciplina de interpretação denominada Análise de Discurso de fundação francesa que elegemos e à qual nos filiamos, não somente como apoio teórico, mas como formas e maneiras de ver/ler o mundo, tratando das discursividades como instâncias em que a opacidade da linguagem se liga às concepções logicamente estabilizadas sobre ela. Para referirmo-nos ao nosso proceder diante de um constructo teórico, tendo já definido nosso objeto de análise, tomamos Pêcheux ([1988] 2008).

Mas há um espaço a ser preenchido antes desse, esse espaço é o do “acesso fecundo ao arquivo”, de acordo com Petri (2000). É preciso, a partir da definição da filiação, saber da necessidade ou não de consultar fontes outras, e, a partir daí, entrecruzar conhecimentos, estabelecendo relações com outras áreas de conhecimento, pois “um tema pode emergir aqui ou ali, pode ser caracterizado dessa ou daquela maneira, mas é nas relações que se estabelecem entre esses lugares, entre diferentes discursos, que vão surgindo os sentidos” (PETRI, 2000, p. 122). Além disso, compreendemos e concordamos com a autora quando argumenta que a leitura desse arquivo deve ser, antes de tudo, um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, pois acreditamos que emerge sempre, durante as leituras, a necessidade de confrontar conceitos, de negociar sentidos, de estabelecer diálogos entre posições que tanto podem se aproximar, se distanciar do que pensamos ou colocar em cheque o percurso que estamos construindo.

Nesses mesmos entre-espaços, estando a par de que “o que nos parecia genialmente novo e bem delimitado é da ordem do repetível, está no discurso” (PETRI, 2000, p. 122) e que temos limites, pois não temos possibilidade “de recorrer às fontes infinitamente” nem é possível “recobrir as fontes em sua extensão nem exauri-las completamente”, é necessário um diferencial: “a forma como cada pesquisador trata o *corpus* de análise e as fontes de pesquisa” (PETRI, 2000, p. 123).

Para dar conta do como proceder a partir da necessária ilusão de posse do arquivo e do domínio do constructo teórico, embasamo-nos e inspiramo-nos na metáfora do movimento pendular tal como o teorizado por Petri (2013), mas não como uma metáfora simples, descritiva do objeto material físico, mas porque “temos que entender também as especificidades desse movimento e porque ele é tão significativo quando se trata de analisar o discurso, desconstruir conceitos e produzir deslocamentos de sentidos” (PETRI, 2013, p. 41). Tal movimento, com base na autora referida, tem um ponto de partida, qual seja, a inércia, considerado um ponto de referência, um lugar onde os significados estão estabilizados na forma do já-dito, quando se tem as noções básicas que sustentam a teoria. É o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, um ponto de equilíbrio/desequilíbrio. Porém, da inércia, esse pêndulo vai para leste e para oeste, considerados, um lado, a teoria e outro, a análise. Seu movimento, comparado com o movimento do analista, vai entre esses dois pontos, iniciados em qualquer dos lados, sendo que

Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise (PETRI, 2013, p. 42).

Além disso, associando a situações em que o funcionamento desse movimento seja perfeito, avalia a autora que tal mecânica, que tal trabalho na Análise de Discurso tem um funcionamento imperfeito, pois pode sofrer resistências e entrar em atrito com seu ponto de apoio, sendo que, dessa forma, poderá contribuir para o avanço da teoria e para a implementação de novas metodologias de análise.

Por fim, a analista se propõe a pensar, a partir das artes plásticas, que, com tal objeto, o artista produz uma instalação, interferindo no seu funcionamento original, quando o público pode, então, com ele, interagir. Com isso, pode-se entender mais um pouco sobre “este funcionamento e o funcionamento do discurso, [...], pensando especialmente nas intervenções políticas que se produzem” (PETRI, 2013, p. 42).

Essas reflexões colocam-nos a par de prováveis e possíveis desafios que teremos que/estamos a enfrentar, tomando ciência ainda de que “há uma disposição inicial das posições, mas não uma garantia de chegada” e que, embora haja o uso



de instrumentos – o que não garante que a prática científica de fato ocorra – deve-se “estar sempre olhando criticamente para o próprio trabalho, retomando suas próprias questões, sendo que precisa lidar com o efeito de fim, pois, num determinado momento, deve colocar um ponto final, mesmo não acreditando na existência do fim” (PETRI, 2013, p. 47), mas avaliando-o como um texto capaz de produzir o efeito da não contradição.

Assim, não nos ancoramos numa hipótese, mas numa questão: como estão formadas/constituídas/formuladas/materializadas as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro na/da/sobre a Quarta Colônia? A isso acrescentamos, discurso é sempre uma re/presentação – re/interpretação – re/leitura – re/elaboração – re/edificação – re/produção do real.

#### 4.1 A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS, DA DESCRIÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO: LINHAS A SEGUIR

*Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção*  
(ROSA, 1984, p. 93)

Há uma relação importante entre o silêncio, a incompletude e a interpretação, afirma-nos Orlandi (2007c, p. 11). E é pelo silêncio – tanto aquele, o constitutivo de todo o dizer, na relação do dizível com o indizível, quanto um outro, aquele como “um fato produzido pela história” (ORLANDI, 2007c, p. 13) – que incursionaremos pela descrição das materialidades discursivas que se distribuem nos limites-ângulos de nosso olhar.

Considerando sempre que diferentes materialidades significam de modos distintos (ORLANDI, 2007c, p. 9), é preciso dar o primeiro passo. Para isso, tomamos a Quarta Colônia como um mapa a ser percorrido, tal como o poetiza Quintana, olhando-o como quem examina a anatomia de um corpo, do seu corpo, sentindo, antecipadamente, uma dor infinita das ruas por onde jamais se passará, assumindo, assim, a incompletude do passeio, do percurso do recorte, da análise, da interpretação. Um corpo-cidade ao modo de Guimarães Rosa (1994, p. 86), em que há um garantido funcionamento – “o acampamento da gente parecia uma cidade”. Interseccionam-se, dessa forma, o corpo do sujeito que nele habita,

enlaçado por um real ou sustentado por processos discursivos, e corpo da cidade que por eles é significada e, por isso, instaura-se um poder/querer dizer: “o que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo (ROSA, 1984, p. 166).

Rompendo, portanto, o rumo do silêncio – o qual também significa no movimento do sujeito-pesquisador - uma voz faz-se eco, trazendo na narrativa um tempo outro, tirando-lhe o pó (areia mais que fina) da memória de uma coletividade cujas fronteiras são já porosas e não mais discerníveis. Tal voz remete(-me), no presente, a um lugar na cidade-sertão-colônia então vazio. Visito-o (já lhe sou estranha). Contemplo (há um contorno de sua ausência). Busco-o (sobram restos, são seus rastros). Está vazio de seus cimentos, de seus degraus, de suas substituídas imagens. Todavia, como afirma Courtine (1999), a memória se efetiva na língua, e é na ordem do discurso que a memória histórica se materializa. O silêncio, portanto, rompe-se quando a memória discursiva, recortada, lineariza-se no fio de um discurso, trazendo à tona acontecimentos em que sujeito, língua e história estão amalgamados. Da fala desse sujeito, “palavra pegante”, não trago senão esse relato, esvaída fala no tempo, ausente dos arquivos, mas que vai fazer com que eu saia ao encontro do objeto-vestígio desse dizer.

Assim, lanço(-me) a uma rede de memória, uma rede de discursos, compreendida como o proposto por Ferreira (2003):

[...] pensemos em uma rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos por onde a falta, a falha se deixa escoar. Se não houvesse furos estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem (FERREIRA, 2003, p. 19).

Seguiremos por seus fios – encontraremos seus nós e deixaremos em suspenso seus furos. É com base nisso que traremos nossos recortes discursivos: tais recortes seguem uma trama, fios que vão se enlaçando e se amarrando por/em questões referidas, citadas, discursivizadas – mesmo que sob diferentes materialidades.

Antes, porém, nos efeitos da trama que move o pesquisador – também movido por questões inconscientes, também tangido por ideologias, também submetido à língua – imagens que, pedras, lançaram- nos a desafios que se

tornaram a nossa utopia: conseguir percorrer os rastros deixados pelo sujeito ítalo-brasileiro. E que rastros são esses se não os que constroem o laço social pelo qual o sujeito se identifica e se representa, amostras de pertença, porque “a metáfora do corpo-grupo acalma a angústia da cisão do sujeito” (ORLANDI, 2011a, p. 23). Por isso, o território: para sulcar-lhe a terra; por isso, a cidade: para dizer-se ao outro; por isso, o discursivizar-se: para fazer da palavra-letra, da palavra-imagem, da palavra-voz, a metáfora de si.

Ao trazer os recortes discursivos, com a finalidade de descrevê-los, denominaremos “paragem”: parada mais miragem. Essas paragens são regidas por materiais/materialidades significantes/materialidades discursivas compostas, primeiramente, por escritos; depois, por imagens; e, por fim, por vozes.

Cada uma das paragens nos dará indícios e nos remeterá ao passo seguinte, o qual, por sua vez, também vai nos levar a outro lugar onde algo/alguém pode ser encontrado, passando a ser outro momento de observação, outra paragem – e, assim, sucessivamente, até que se possam elaborar reflexões que compreendam os efeitos dessa trama, os processos implicados nesses discursos, os sentidos decorrentes dos imaginários do sujeito pesquisado.

#### **4.1.1 Uma caminhada... Mas havia uma pedra no meio do caminho<sup>116</sup>**

Criança pequena menina, com pés encardidos de areia, terra, pedras e sol, marcado em branco pela tira do chinelo havaianas, brincava<sup>117</sup>, brincava e brincava nas estradas, nas valetas, nos campinhos, nas hortas, nos pomares, entre correrias e calmarias daquele que lugar que era, sem dúvida, abençoado por santos e anjos. Santos Anjos. Fim de mundo para alguns, início de mundo para mim. Ao visitar, muitos e muitos anos depois, um museu numa vizinha cidade – um bairro dessa cidade maior, Quarta Colônia – surpreendo-me com uma fotografia<sup>118</sup>, num painel, que traz, em sua composição, instigante jogo em suas peças: ao fundo, uma velha

<sup>116</sup> Referência ao poema de Drummond.

<sup>117</sup> Novamente, como já referido na nota 85, é voluntário o uso da primeira pessoa do singular, marcando, assim, a subjetividade do pesquisador. Essa forma – “deslize”, para um texto acadêmico - traz a questão do sujeito para o próprio sujeito pesquisador, de que/de como ele vai se constituindo pela escrita. Há um movimento (proposital) entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural: esta então marca o sujeito pesquisador já inscrito em um campo teórico-analítico.

<sup>118</sup> Questão já mencionada em nossa Dissertação de Mestrado, conforme consta nas referências como Brust (2013).

igreja, que conheci já como a igreja velha, por onde muito havia circulado (sim, já com morcegos e ratos, milho e palhas, e restos e cheiros); à sua frente, um monumento, no espetaculoso efeito do tempo e dos recursos fotográficos de então: apagado; ao seu redor, homens e bandeiras, em poses. Preenchia ali, em verticalidade, o que viria a completar os velhos degraus que sentido algum faziam, senão um bom lugar para sentar e brincar com bonecas, panelinhas – ou com formigas.

Imagem 7 – Reprodução do painel (onde se encontra a fotografia que estamos mencionando) do Museu Municipal de Dona Francisca



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 8 – Reprodução do monumento ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia - Santos Anjos, Faxinal do Soturno, RS



Fonte: Museu do Município de Dona Francisca – RS.

Procuro, então, uma fotografia que pudesse dar conta de trazer decifrado o então mistério e desconhecimento. Encontro-a, enquanto objeto de outro museu. Em tempo colado, vozes recuperam seu desaparecimento e a aparição de uma nova metáfora sustentada pelo velho suporte que antes elevava para depois homenagear objetos... sim, objetos.

Eis a outra fotografia:

Imagem 9 – Reprodução de monumento com cruz (em substituição ao referido na imagem anterior)



Fonte: Museu Fotográfico Ir. Ademar Rocha, de Faxinal do Soturno.

Imagem 10 – Detalhe da cruz



Fonte: Fotografia gentilmente cedida por Vera Lúcia Chelotti a partir de arquivos da Comunidade de Santos Anjos, Faxinal do Soturno, RS.

Nesse entremeio, entre uma fotografia e outra, atravessam-se vozes que contam/cantam coisas/causos. Narrativas urbanas, perdidas no pó das idades, assentadas em calçadas, cadeiras de balanço, varandas. Foram muitas as vozes que se perderam no tempo; as que aqui trazemos foram captadas, gravadas e transcritas para o objetivo deste estudo.

#### Quadro 3 – Reprodução por escrito de discursos “em vozes”

*Voz 1: Do monumento... É. Eles fizeram aquele monumento e colocaram um homenzinho em cima. Representava o agricultor, não é? E, depois, então, quando veio as missão os padres deram essa ideia de tirar e botar a cruz em cima. Creio que foi. (...)* (M. C., 84 anos).

Fonte: Autora.

#### Quadro 4 – Reprodução por escrito de discursos “em vozes”

*Voz 2: Sim. Me lembro. Ele era um monumento. Em cima tinha um agricultor com a pá e embaixo tinha uma placa que... o agricultor ... um nome (não me lembro mais agora, sabe) (...)* (M. C., 92 anos).

Fonte: Autora.

“Palavras e silêncios que jamais se encontrarão”...<sup>119</sup>

Isso, no entanto, encontrou ancoragem em outra vereda da Quarta Colônia: ventos com vozes (desconhecidos, ouvidos aqui ou ali) levaram-me a saber de outro monumento:

---

<sup>119</sup> De canção de Raimundo Fagner e Zeca Baleiro.

Imagem 11 – Reprodução do Monumento em homenagem ao imigrante italiano (Comunidade de São Marcos, Arroio Grande, Santa Maria)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O monumento anteriormente reproduzido levou-me a buscar mais informações sobre, e isso me levou ao livro “Uma odisseia na América”, das memórias de Andrea Pozzobon, organizado por Zola Pozzobon. Veredas abertas às memórias.

E um outro, que foi sendo levantado “tijolo com tijolo num desenho mágico”, tendo ao fundo um outro ainda, um navio errante/errado, “pedra no meio do caminho” – de uma praça que também habitei:



Imagem 12 – Reprodução do Monumento em homenagem aos antepassados<sup>120</sup>  
(Praça Vicente Palotti, Faxinal do Soturno, RS)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Compreendo que, de uma posição empírica o sujeito ítalo-brasileiro me convida a ver, em seus “ensaios”, dizeres seus sobre si, sobre o território (a sua relação com a nova terra), sobre o outro (alteridades) e sobre a língua em enlaces com a memória. Quero saber de suas narrativas, de suas aventuras errantes sobre o passado (no passado e sobre ele, no presente), como forma de ver que sujeito é

---

<sup>120</sup> Consistia, em sua versão primeira, em ser um bebedouro, para pessoas e animais. Perdido em sua finalidade, este, reproduzido na foto, é uma nova versão, limpa, bem pintada, conservada, daquele que outrora existiu: “O bebedouro era um monumento ao centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1925). Uma lápide de mármore levava insculpidos um panorama agrícola e um texto alusivo em italiano. A cena agrícola representava um lavrador em primeiro plano, mais o sol que nascia ao fundo”, explica Pe. Dorvalino Rubin no livro “Faxinal do Soturno e os 50 anos de sua igreja” (s.e., 1989, p. 35).

esse hoje e o que nele se faz e refaz. Atravesso fronteiras e coloco-me, então como sujeito-pesquisador inscrito na Análise de Discurso.

Com base nisso, considero Petri (2013) no que tange ao necessário estabelecimento de um roteiro de leitura específico. Movimentos que nos tomam, pois é preciso pensar como isso se materializa (1) ao se escrever uma história, ao se registrar uma memória, (2) também ao se inscrever numa história, ao se inscrever numa memória (quaisquer que sejam as materialidades discursivas). E, ainda, dentro dos limites, compreender “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” e “o acontecimento que é absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido”, conforme Pêcheux ([1983] 2010, p. 50). Assim, ao lado da grande e velha história, aquela dos grandes feitos, congelados em monumentos, que perseguia a sombra dos reis, as marcas dos grandes acontecimentos, essa que sempre se deu por verbos de ação, que atravessaram o tempo e chegaram ao hoje, sempre depois da ação propriamente dita: descobriram, lutaram, venceram, dominaram, há a história – sob a qual desenvolvemos nosso estudo – que diz que os fatos reclamam sentidos, sejam eles fatos “grandiosos” ou simplesmente “grandes”, de nomes próprios o primeiro, de nomes comuns o segundo. Isso se dá pelo narrar, em letra e em voz, em que o movimento de letra após letra vão formando as palavras e as frases, em que a sequência de vogais e consoantes, remetendo a significantes, vão ganhando sentidos; isso se dá pelo registrar em imagens (em que não sabemos até onde é dar-se a um narrar ou projetar-se num descrever), em que formas ganham contornos e esses contornos emergem em espaços que passam a ser significados. E pelo silenciar, pela presença das reticências, das paradas, das lacunas, dos suspiros, dos desmontes.

Assim, se a materialização do imaginário do sujeito se dá pelo “contar”, pelo narrar, entendemos ser necessário o trabalho com as noções de narração e de narratividade. Rancière ([1992] 1994, p. 64) pensa a narração como a que “estabelece que o não-sentido não pode ser, como a que diz da imanência do sentido – de um mesmo sentido a tudo o que se diz”. Orlandi (2014, p. 79, grifos da autora) propõe pensar a narratividade “como a maneira pela qual uma memória se diz, em processos identitários, apoiados em modos de individualização do sujeito, afirmando/vinculando (seu “pertencimento”) sua existência a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas [...] narratividade enquanto processo e não como ‘gênero’ como usualmente é definida”.

Afinal, “tudo fala segundo a mesma modalidade: o deslocamento da fala sonora para a voz do testemunho mudo. O relato das pedras ou do oceano que choram dá à história sua mitologia fundadora (RANCIÈRE, [1992] 1994, p. 64); além disso, lembra-nos o autor do que a história reivindicará como seu domínio: “em lugar das cartas de embaixadores ou da papelada dos pobres, a multiplicidade das falas que não falam, das mensagens inseridas nas coisas” (Ibidem, p. 66). E, além disso:

Tudo fala, tudo tem um sentido na medida em que toda produção da fala é destinada à expressão legítima de um lugar: a terra que talha os homens, o mar em que se jogam suas mudanças, os objetos cotidianos em que são lidas suas relações, a pedra que retém a marca. [A inclusão da morte e a teoria do testemunho mudo são uma só e mesma teoria: uma teoria do lugar da fala] (RANCIÈRE, [1992] 1994, p. 73).

Esses recortes me lançaram a um percurso pela Quarta Colônia, em itinerários não retilíneos, em que recolho, em palavras e em imagens, os discursos nos quais se presentificam imaginários do sujeito ítalo-brasileiro. Passo agora a sistematizá-los, apresentando-os como partícipes e recortes que não se esgotam nestas descrições, movida pelas palavras de Orlandi (2009a, p. 15-16) que reflete sobre o lugar em que nos colocamos: trabalhar “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção dos sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”.

Nosso corpus constitui-se, portanto:

**1 de livros de memória**, em distintas condições produção, que tratam da imigração e da memória por ela produzida, assim como trazem outros momentos da vivência (ou das lembranças) da Quarta Colônia, os quais terão seus títulos, autores e outras informações relevantes descritos na sequência; por eles, percorremos distintas fases do processo de imigração;

**2 de imagens as quais reproduzem monumentos da região**: consideramos, uma vez que alguns deles já têm se constituído como o corpus de nossa dissertação de mestrado (BRUST, 2013) e, embora já nos tenham oportunizado significativos caminhos para leitura e análise, vimo-nos diante de outros/novos desafios. Tais materialidades nos interessam porque, por

elas, temos o movimento de construção, desconstrução/destruição e reconstrução (ou permanência) dos monumentos. Esse movimento está atrelado a questões da língua dos imigrantes (sua interdição, durante a Ditadura Vargas, especificamente referindo), o que desenvolveremos oportunamente, também ligado à questão que pulsa na constituição e no imaginário do sujeito imigrante italiano: a religiosidade;

3 de **entrevistas com moradores da região**, (i) já realizadas por outros pesquisadores, na década de 1990, gravadas em fitas magnéticas (e por nós passadas para CDs), as quais foram disponibilizadas para nosso trabalho; outras por nós concretizadas, nos anos 2010 a 2012, e que fazem parte de nosso arquivo pessoal. As entrevistas a que nos referimos primeiramente foram realizadas pela Prof<sup>a</sup> Dr. Márcia Cristina Corrêa (UFSM), quando realizou a pesquisa para elaboração da sua dissertação de mestrado, intitulada “Características fonético-fonológicas da língua portuguesa falada na comunidade de Vale Vêneto – RS”. Essas entrevistas foram gentilmente a nós disponibilizadas pela referida pesquisadora e passaram também a fazer parte do acervo do Laboratório Corpus. Segundo CORRÊA (1995), que desenvolveu um trabalho orientado pelos critérios da dialetologia tradicional, os entrevistados (informantes) escolhidos deveriam pertencer à segunda geração de indivíduos nascidos na região de colonização italiana, ter mais de quarenta anos, ter tido o dialeto italiano como primeira língua e o português como segunda língua, ser natural da localidade e ter sempre residido nela, com os pais também nascidos no local, sendo que cada comunidade foi representada por um informante masculino ou feminino. O instrumento utilizado foi o questionário, aplicado na forma de entrevista direta, com gravações em fitas magnéticas. No entanto, não é por este viés que as tomamos: consideramo-las, essas vozes do sujeito, modos de dizer a memória; (ii) conversas informais que vimos fazendo – e registrando – antes ainda de nosso atual empreendimento, as quais preferimos designar de “arquivos de vozes”, uma vez que não apresentamos questões específicas, apenas motivávamos os moradores, todos pessoas idosas, a falarem sobre os “velhos tempos”, constituindo-se, portanto, também modos de dizer a memória.

Entendemos que as entrevistas (i) e as conversas informais (ii) – significativas, ricas, plurais pelo que dizem/trazem – não poderiam ficar guardadas e, por isso, passam para o nosso estudo como discursos. Tais vozes, na sua relação com a ruptura do silêncio, significam também por sua oralidade e informalidade. Embora nosso estudo não se detenha nessa particularidade, é preciso ter que as vozes são também “essa cicatriz [que] carrega consigo algo como uma espécie de origem, aquilo que constitui o sujeito que somos” (SCHERER, 2006, p. 13). Referimos, ainda Orlandi (2012a, p. 173): “quem fala não precisa de legitimação da autoria. Quem escreve tem que ter autoria atestada”, o que “produz um efeito pragmático de unidade e de precisão” (Ibidem), enquanto “quem conta um conto aumenta um ponto. Ou diminui”, conforme a referida autora (Ibidem, p. 174). Procederemos, portanto, a recortes desses discursos com o objetivo de nossa pesquisa: como se constrói o imaginário desse sujeito em relação à Quarta Colônia.

## 4.2 DA COMPREENSÃO DAS REDES E TRAJETOS: A TRAMA EM SEUS EFEITOS

### 4.2.1 Primeira paragem: ler escritos

*O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo.  
(Riobaldo, em ROSA, 1984, p. 288).*

[...]

*Alguem nos perguntara: que tem a fazer a história destes dois homens,  
com a história do Polesine? E eu vos digo:  
não sabíeis que quem fazem a história do mundo, são os homens  
e não o mundo?  
(Antonio Ceretta)*

O que e como se dizem em escritos o sujeito ítalo-brasileiro? E que escritos são esses? As obras das quais recortamos e selecionamos sequências discursivas compõem-se de livros que se/nos remetem à Quarta Colônia. Esses livros são de cunho memorial – ora de memória individual do sujeito autor, ora da memória da sua comunidade de origem – sobre questões ligadas/atravessadas à imigração, tomando-a como acontecimento contemporâneo ao autor ou não. Dentro disso, há os que se referem a relatos de viagem, aqueles que dão conta de histórias de família, outros que narram pequenas aventuras quando da chegada nas novas

terras, ou, de momentos/tempos outros, relatos e aventuras que podem ser colocadas como continuidades dos relatos primeiros ou como filiadas a essas memórias. Sujeito esse que pensa e que acha (interpelado/assujeitado) e “põe enredo”: faz e faz-se sua própria ficção (modalidade que representa a “forma idealista pura da forma-sujeito” conforme Pêcheux ([1975], 2009, p. 155), elabora-se em discurso, colocando-se e projetando-se em imaginários.

Para compreender o *processo de escritura* – o que também se estende aos discursos outros aqui estudados – valemo-nos de Orlandi (2012b) sobre a constituição, a formulação e a circulação dos processos de produção do discurso.

O primeiro traz como sustentação a memória do dizer, quando intervém o contexto sócio-ideológico mais amplo; o segundo, as condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; o terceiro, o fato de que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. Todos eles nos interessam ao fazermos a descrição de nosso objeto, pois, mesmo que nos embasemos numa ordem cronológica (isso vai aparecer), queremos observar que não é esse o nosso referencial. No entanto, pode-se ver que o contexto sócio-histórico vai viabilizar certas tomadas de posição em detrimento de outras, vai viabilizar (ou não) tanto a formulação de determinados discursos quanto a sua circulação.

Consideramos também a formulação tal como nos define Orlandi (2012b), para quem é aí “que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). [...] Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo” (Ibidem, p. 9). Ainda, “formular é dar corpo aos sentidos”, refere a autora, ao explicitar tal afirmação, considerando que sujeito e sentido têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história – está repetido, confrontando-se, assim, o simbólico com o político.

É quando o sujeito se diz, considerando formações imaginárias. É “um contar por escrito, que constrói diálogos imaginários para um outro que não se sabe quem é”, sendo a escrita “refúgio de representação imaginária do(s) outro(s) ausente(s) sendo, ao mesmo tempo, forma de endereçamento ao Outro, reflete Mariani (2016, p. 26). Corpos – sujeito e linguagem – são, ainda, atravessados de discursividade, dos efeitos desse confronto, em processos da memória que têm sua forma e funciona ideologicamente. Nesse processo de escritura, “o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente” (Ibidem, p. 10).

Para selecionar tais obras, servimo-nos do acesso às bibliotecas municipais dos municípios da Quarta Colônia, das bibliotecas das escolas e em arquivos particulares, entre outros, uma vez que muitos desses livros têm limitado número de volumes – na maioria das vezes, financiados pelos próprios autores e/ou suas comunidades; outros, patrocinados pelo poder público ou pela iniciativa privada, não visado ao lucro, em sua maioria. Também referendamos um trabalho já realizado em que estão elencados significativo número de títulos já publicados, a saber: “Lista dos livros de memória regional”, escrito por “GP Literatura e História”, PPGL, UFSM, e elaborado por Égide Guareschi<sup>121</sup>.

Cumpra referir que nem todas as obras sobre as quais nos debruçamos são/estão tratadas aqui. Escolhemo-las, algumas, por se tratarem de obras sempre referidas quando de estudos relacionados a (principalmente as escritas pelos imigrantes), ou por serem obras quase que singulares em determinados momentos (aqui, especialmente, referimo-nos ao livro do Padre Pio José Busanello), ou por estarem em circulação na QC no momento deste estudo (as últimas, especificamente) e apresentarem questões que, mesmo trazendo aspectos de uma saturada memória, trazem singularidades que muito têm a contribuir com nosso estudo. Todos os autores têm relação com a Quarta Colônia; na maioria das vezes porque seus antepassados foram imigrantes e se assentaram nessa região.

As obras elencadas na sequência fazem parte de nosso arquivo, foram estudadas e delas saíram os recortes discursivos<sup>122</sup> trabalhados. Estão colocadas em uma sequência, em ordem cronológica de publicação. Seguimos essa sequência não como um critério a obedecer uma ordem linear do tempo, mas porque implica uma rede de memória, em ditos e reditos, tomadas e retomadas, em distintas, mas relacionadas, condições de produção.

---

<sup>121</sup> Disponível em: <w3.ufsm.br/literaturaehistoria/index.php/materiais-de-apoio.html?>. Acesso em: 2013.

<sup>122</sup> Especificamos como tomamos o “recorte”, seguindo a concepção de Orlandi (1984), já citada na introdução deste estudo: o recorte vai estabelecer uma relação com o todo de que é parte, ligado às mesmas condições de produção e situações discursivas; não segue o esquema sintático da segmentação da frase, em sintagmas, por exemplo; traz a ideia de polissemia e não de informação; a relação que estabelecem os recortes entre si não se embasa na linearidade e na prévia organização; suas retomadas e reformulações não seguem esquema de palavra por palavra, nem de formas paralelas. O proceder ao recorte, portanto, é atitude de análise que vai se construindo a partir das materialidades discursivas que o arquivo nos oferece.

Quadro 5 – Lista das obras consultadas e informações I

AUTOR	OBRA	ANO DA ESCRITURA	ANO DA PUBLICAÇÃO	LÍNGUA DOS ORIGINAIS/ LÍNGUA DA PUBLICAÇÃO
Júlio Lorenzoni	MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ITALIANO	Antes de 1925	1974: texto participante de Concurso de Monografias 1975: publicação	Italiano/Português  Tradução: Armida Lorenzoni Parreira (filha)
Andrea Pozzobon	UMA ODISSÉIA NA AMÉRICA	1906-1911 Crônicas: a partir de 1878	1997	Italiano/Português  Tradução: Zola Pozzobon
Severino Bellinaso	AS MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ITALIANO	1993-1995 (remonta a 1923: vinda ao Brasil)	1995	Português
	HERÓIS DE VAL DE BUIA	2000	2000	Português
Antônio Ceretta	HISTÓRIAS DE S. JOÃO DO POLÊSINE	Desde o início da colonização até 1936	2015	Português



Pe. Pio José Busanello	A HISTÓRIA DE NOSSA GENTE	1951	(há uma edição mimeo) 1999	Português
Humberto Didone	IVORÁ: MEU TORRÃO	Antes de 1994	1994	Português
Vários	SÍTIO DOS MELLOS: 70 ANOS DE HISTÓRIA		1995	Português
Cirilo Costa Beber	NA TERRA DOS SONHOS: A HISTÓRIA DA FAMÍLIA C.B.		1996	Português
Granadilia Foletto	RIBEIRÃO: SUA FUNDAÇÃO, SUA HISTÓRIA, SEU POVO, SUA MEMÓRIA		1996	Português
Terezinha Tessele Fenker	ADDIO CELESTE, ADDIO TRENTINO		2009	Bilíngue:  Introdução em português; primeiro capítulo em italiano e os demais em português
Jovita Brugnara	RECANTO DO VALE		2010	Português
Luiz A. L. Baggiotto	DAS BRUMAS DO VÊNETO AOS SERTÕES DA QC/E AS SEMENTES DO VÊNETO VINGARAM NA QC		2011/ 2015	Português

Rosita Coradini Silva	UM LUGAR NO CORAÇÃO – RETALHOS DE MEMÓRIA DO POVOADO DE MINHA INFÂNCIA: SANTOS ANJOS		2015	Português
Sérgio Venturini	IVORÁ – SANGUE ITALIANO NA QUARTA COLÔNIA		2015	Português

Fonte: Quadro de nossa autoria.

A primeira questão que nos propomos a discutir em relação à publicação desses livros de memória diz respeito às condições de produção primeiras, sustentadas na memória do dizer, quando intervém o contexto sócio-ideológico mais amplo. Perguntamo-nos – e isso fazemos em relação às quatro primeiras obras citadas – por que foram produzidas no início do século (até a década de 1930) e somente publicadas nas décadas de 1970, 1990 e, até mesmo, recentemente, na de 2010?

Arriscamo-nos a interpretações: o que valiam naquelas décadas, naquele início de colonização, aqueles homens senão por seus braços, assim como o metaforizado (e metonimizado, por seus símbolos) no monumento em homenagem ao Imigrante Italiano de Val de Buia, em que o imigrante (adulto, pai, avô, trabalhador) porta uma enxada/trabalho, olhando ao horizonte/futuro, enlaçado a uma criança/descendência que, por sua vez – este sim – porta/pode portar um livro, estabelecendo um diálogo via olhar com aquele que lhe serviria de referência? Tais obras foram, então, publicadas dentro de um contexto de rememoração da imigração e comemoração do seu centenário, conforme refere Itálico Marcon (1975, p. 9-10), no Prefácio à obra Memória de um imigrante italiano, de Júlio Lorenzoni (1975).

Imagem 13 – Reprodução do painel do Monumento ao Imigrante Italiano. Val de Buia, Silveira Martins, RS



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O que a história não registra, em seu tempo, é que esse sujeito não se significava somente pelo trabalho; suas mãos não apenas sulcavam a terra, senão arriscavam-se pelo sulcar, com a pena, papéis. E isso se apaga em seu tempo, sobrevive, mas no esquecimento, silencia por longo tempo, ganha espaço, fazendo(-se) sentido, por processos de rememoração e comemoração, segundo Venturini (2009).

O quadro disposto na sequência visa a embasar a afirmação que fizemos anteriormente e, de certa forma, contrapor a imagem do painel, referida na imagem 10. Há a necessidade de se considerar a justificativa da publicação, quem publica, o ano que a obra é publicada e as particularidades de cada uma que conseguimos rastrear. São elas memórias escritas pelo sujeito ítalo-brasileiro na posição-sujeito imigrante (já apresentadas no Quadro 5), junto às demais. A esse sujeito cabia o lugar da força do trabalho físico, não da leitura, da escritura, do pensar (questão ideologicamente posta em campos contrários), compreende-se. Não havia espaço para a palavra escrita, tanto é que somente a partir dos anos em que se iniciaram as

comemorações relativas ao centenário da Imigração italiana no Rio grande do Sul é que estas vieram à público. As novas informações que acrescentamos dão conta disso – e dizem das condições de produção, tanto da escritura quanto da publicação.

Quadro 6 – Lista de obras consultadas e informações II

OBRA/AUTOR	JUSTIFICATIVA DA PUBLICAÇÃO	QUEM PUBLICA/ ANO	PARTICULARIDADES
Memórias de um imigrante italiano  Julio Lorenzoni  (1925)	Elaboração/concretização da “Estante do Centenário da Imigração Italiana”, dirigida por Itálico Marcon e Antônio Mottin (Ir. Elvo Clemente), em colaboração com a PUC-RS	PUCRS  Sulina  1975	Alguns excertos foram encontrados (pelos organizadores da publicação) nos anos 1925 e 1928 em álbuns sobre a imigração, em Bento Gonçalves  (Conforme prefácio de Itálico Marcon)
			Obra traduzida
Uma Odisséia na América  Memórias de Andrea Pozzobon - Zola Pozzobon <sup>123</sup>  (até 1911)	Sob o título de “Homenagem”, Zola Pozzobon (quem assina a publicação) refere que o faz a “todos que se relacionam com o sobrenome Pozzobon, para que se mantenham acesa a chama da coragem e da sabedoria que André consigo trouxe da Itália”.	EDUCS  1997	Junto às memórias, há inserções do autor
			Obra traduzida

<sup>123</sup> POZZOBON, Zolá Franco. **Uma odisseia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997. Essa é a referência, em função da organização, mas as memórias são de Andrea Pozzobon.

<p>As Memórias de um Imigrante Italiano - 1913 à 1995</p> <p>e</p> <p>Heróis de Val de Buia</p> <p>Severino Bellinaso</p> <p>(2000)</p>	<p>Na apresentação feita pelo autor, este explicita que tomou a decisão de escrever suas memórias no dia que completava 80 anos.</p> <p>(Ou seja, retoma o tempo da imigração, mas de um outro momento de sua vida.)</p>	<p>Não há indicação de editora</p> <p>Obra patrocinada pelo autor</p> <p>[1995]</p>	<p>Redigidas em português, mas revistas</p>
<p>História do São João do Polêsine</p> <p>Antônio Ceretta</p> <p>(até 1936)</p>	<p>Em comemoração aos 60 anos da Festa Regional do Arroz, com vistas a “proporcionar a socialização, a compreensão e a valorização dos saberes da comunidade [...]”.</p>	<p>Prefeitura Municipal de São João do Polêsine/ UFSM-CTISM (Pelo programa EDUQCII)</p> <p>2015</p>	<p>A partir de manuscritos.</p> <p>Redigida em português; mantida a escrita original</p>

Fonte: Autora.

Podemos afirmar, portanto, que essas primeiras obras selecionadas trazem como autores imigrantes italianos na Quarta Colônia. São autores e são, entendemos, testemunhas de um real da história, e, por esse lugar, sem nos ocuparmos da opacidade a que os discursos estão submetidos, pensamo-los, dentro de cotidianas práticas sociais, como autoridades inequívocas de um dizer; aliás, colocam-se como donos desse dizer; no entanto, que lugar de linguagem toma esse sujeito que assim se coloca?

Para Mariani (2017, no prelo), essa posição diante do falar

está impregnada por uma impossibilidade do tudo dizer. O tempo presente da narrativa sobre o passado faz o sujeito defrontar-se com uma impotência das palavras para significar [...] o sujeito não tem como falar de tudo, não há palavras para esse desamparo (MARIANI, 2017, no prelo).

Para a autora, ainda,

o valor do testemunho para aquele que se dispõe a testemunhar não está nem do lado do narrar o que aconteceu, nem atrelado à impotência das palavras. É justamente no fracasso de um suposto voluntarismo consciente de querer dizer, ou do querer fazer algo, que se forja o bem dizer do testemunho, manifestação do sujeito do inconsciente, não de uma vontade, mas sim de uma verdade outra (MARIANI, 2017, no prelo).

Nesse confronto entre o real, o simbólico e o imaginário, o sujeito “se escapa”, mas não se furta a deixar em suspenso que o próprio ato de escrever-dizer atrela-o a uma necessidade de pertença. Talha-o o ser italiano e o não estar mais na Itália; o falar italiano e a injunção de entender e falar o português; o estar no Brasil, mas a reverência a heróis do velho mundo; a busca das Américas na fuga de antigos Haitis; o desconcerto da expropriação e a alegoria de um lugar. Entre tantos outros bens simbólicos que lhe constituem, dizer-se – por escrito – é um ato de inscrição (na história) e de permanência (na memória).

A quinta obra a que nos referimos trata-se de “História de nossa gente” de Pio José Busanello, um padre. Embora cada obra tenha sua singularidade, esta surge como que isolada no seu tempo, 1951, tem como autoria alguém a quem são dadas as letras (num tempo em que poucos estudam), em que, dentro de uma divisão social do trabalho de leitura e dentro de uma divisão social do trabalho de escritura (conforme nos referimos em 1.2.1), reteria autoridade de dizer, dizer esse que circula – o que também significa, pois está a gerir um “legado para o futuro”, dando-se a escolhas, a recortes, a silenciamentos, a ressignificações, dentro daquilo que não só pode, mas que, por seu lugar social, sua FD, dever ser dito.

Quadro 7 – Lista de obras consultadas e informações II (continuação)

OBRA/AUTOR	JUSTIFICATIVA DA PUBLICAÇÃO	QUEM PUBLICA/ ANO	PARTICULARIDADES
<p>A história de nossa gente</p> <p>Pe. Pio José Busanello</p> <p>(1951)</p>	<p>Entregar um trabalho aos irmãos, tios, sobrinhos e primos para ajudar a dar uma ideia “exata da força de vontade e da bravura de nossos avós”, com histórias de família e árvores genealógicas.</p>	<p>1951: edição mimeo, autorizada pelo Mons Frederico Didonet, Censor Diocesano;</p> <p>1999: uma reedição, pela Associação Cultural Italiana do RGS – ACIRS, pela Editora Palotti.</p>	<p>À edição da ACIRS, acrescentou-se uma apresentação do autor pelo Pe. Luiz Sponchiado (reponsável pelo Centro de Pesquisas Genealógicas-Nova Palma, RS)</p> <p>Traz como subtítulo: “A primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial – RS”</p>

Fonte: Autora.

As obras restantes de que trataremos, passam a ser colocadas na sequência, caracterizando um terceiro grupo. Embora a obra anteriormente referida também traga a questão de ser escrita por alguém que nasceu e saiu da Quarta Colônia, passando a residir em outra, as que serão apresentadas têm como autores sujeitos que foram exercer suas atividades profissionais em outros locais, mas mantêm ligações de ordem afetiva com a colônia em que nasceram, a ela retornando frequentemente ou tendo a ela retornado.

Quadro 8 – Lista de obras consultadas e informações II (continuação)

OBRA/AUTOR	JUSTIFICATIVA DA PUBLICAÇÃO	QUEM PUBLICA/ ANO	PARTICULARIDADES
Ivorá: meu torrão  Humberto Didonet	(não há)	Obra patrocinada pelo autor  (1994)	Edição patrocinada pelo autor; 45% da edição foi doada à Obra das Vocações e 45% ao Hospital de Ivorá
Na terra dos sonhos  Cirilo Costa Beber	“senti a necessidade de satisfazer a curiosidade [antepassados pouco souberam responder] pesquisando tudo o que fosse possível a respeito de meus antepassados daqui e da Itália, para, posteriormente, se possível, escrever algo sobre as informações colhidas” (p. 11)	O próprio autor  1996	(não há)
Ribeirão: sua fundação, sua história, seu povo, sua memória  Granadilia Foletto	“Toda pessoa tem sua história e sua memória, caso contrário, é uma pessoa perdida no tempo e no espaço. Parece que assim está destinado a Ribeirão! Precisamos fazer algo! Tomei a iniciativa [registrar histórias] com a esperança que outros Ribeiroenses me sigam” (s.p.)	Não há informações  1996	A maneira como a autora se apresenta: “Não sou escritora nem poetisa. Não tenho a pretensão de o ser. Sou uma simples professora aposentada, tentando resgatar a história e a memória de um povo, que esteve no topo da glória e com o passar dos anos foi definhando está praticamente, esquecido” [sic]
Addio Celeste, Addio trentino	Escrever sobre minhas raízes, é um sonho acalentado e, me acompanha de longa data. O amor que tenho por meus ancestrais, me levou a escrever esta obra e, acima de tudo, persiste o meu objetivo, de resgatar a odisseia	A própria autora	Bílingue: português e italiano.



Terezinha Tessele Fenkler	de nossa gênese Tessele (Tezzele), garantindo dessa forma, o conhecimento às gerações futuras” (p. 16)	2009	
Recanto do Vale Jovita Brugnara	“Devemos prestigiar a honradez e o trabalho desses valentes pioneiros italianos, que trouxeram a cultura e a força de seus braços. Seus costumes e tradições, identificados pelos seus valores humanos, marcados profundamente pela fé cristã, inspiraram e impulsionaram o progresso da região” (p. 11)	A própria autora  2010	(não há)
Das brumas do vêneto aos sertões da QC  Luiz A. L. Baggiotto	“Nosso objetivo é fornecer subsídios sobre a imigração italiana em solo rio-grandense e, complementarmente, sobre a genealogia de nossa família e a imigração em nível de Brasil” (p. 7)	O próprio autor  2011	(não há)
Um lugar no coração  Rosita Coradini	“São retalhos de memória, sem objetivo nem pretensão de valor documental”	A própria autora  2015	(não há)
Ivorá: sangue italiano na Quarta Colônia  Sérgio Venturini	“Oxalá os leitores encontrem, ao longo destas páginas, motivos para recordar, analisar, refletir, surpreender-se, trocar ideias ou, quem sabe, inspirar-se para também escrever, pois... [...]”, por outro autor.	O próprio autor  2015	Embora não nos determos nas capas, ela também significa: em primeiro plano, há a fotografia de uma família tradicional numerosa; em figura de tamanho maior, num segundo plano, um bispo e, no terceiro, a torre de uma igreja.

<p>Sítio dos Mellos: 70 anos de história</p> <p>Vários autores</p>	<p>“Através destes escritos, o leitor poderá avaliar e fazer uma ideia do espírito de religiosidade, heroísmo e sacrifício de nossos antepassados. Aqui o leitor pode, também, entrar em contato com os costumes de nossos ancestrais, o seu modo de vida, a religiosidade e a sua cultura,” (p. 7)</p>	<p>Escrito por vários colaboradores; publicação patrocinada.</p> <p>1995</p>	<p>Como se refere a uma comunidade, antes dos textos, há a reprodução da imagem do santo padroeiro da capela: santo Isidoro, camponês.</p>
--	---	--	--

Fonte: Autora.

Essas, portanto, são as obras que constituem parte de nosso arquivo, das quais advêm os recortes discursivos que tratam do imaginário do sujeito ítalo-brasileiro em relação à América, em relação a ele mesmo, em relação à língua. A forma como organizamos é de acordo com as temáticas, sendo pautadas pelas questões que nos colocamos inicialmente. Assim, para melhor sistematizarmos este estudo, colocaremos tais recortes em sequência, passando a denominá-los de recortes discursivos, de modo que visualizemos a relação de paráfrase que vai se estabelecendo entre os dizeres. Apresentaremos todos os recortes de palavra escrita antes de seguirmos por outras materialidades.

Necessário se faz dizer de nossa dificuldade em estabelecer um/o ponto de partida, seja pela quantidade de material encontrado, seja pelos distintos recursos discursivos apresentados; bem diz Rosa (1984, p. 144): “esta vida está cheia de ocultos caminhos. Se o senhor souber, sabe; não sabendo, não me entenderá”. Conforme fomos fazendo escolhas, entendíamos/entendemos que deixamos no vácuo do ler, do ver e do ouvir – já que tratamos de memória – muitas relíquias, preciosidades do tempo e dos espaços. Apesar disso, confortamos os dizeres sobre incompletude, sobretudo pela sua constitutividade, a qual intervém nos sujeitos e nos sentidos.

Para considerarmos o discurso do sujeito ítalo-brasileiro, seguimos os seguintes critérios linguístico-discursivos:

- 1 **para o tema território**, a demarcação se deu a partir da observação de que a palavra “fatura” se repetia constantemente, sendo que rastreamos as incidências e daí foram feitos os recortes; mas não nos detivemos apenas

nessa ocorrência, pois, para filtrarmos um pouco mais (eram exaustivas as ocorrências), recortamos enunciados com orações coordenadas adversativas – ou outras expressões de contrariedade, oposição, tolerância, inclusão, concessão -, assim como enunciados que continham negativas, pois eram construções recorrentes, o que consideramos pertinente em função de imaginários de utopia e de sua ruptura;

- 2 **para o tema sujeito**, a delimitação se construiu a partir da marca primeira da subjetividade, o uso da primeira pessoa do singular, forma como o sujeito entra no discurso como sujeito enunciador, deixando, assim, assinalada a sua intersubjetividade, ou atestando a sua ausência; depois, em função dos sentidos que vão se desencadeando, observamos também a presença da terceira pessoa, e, em decorrência disso, o uso de distintas designações (colono, imigrante etc.) ou a ausência de, apenas marcas de terceira pessoa (como forma de indeterminação?);
- 3 **para o tema língua**, a demarcação se efetivou na própria incidência da palavra língua e de outras que dão conta de referi-la, como idioma, dialeto entre outras, além de organizar os recortes em função de questões sócio-históricas; nesse tema, não nos detivemos, na sequência de como proceder em relação aos recortes, em construções sintáticas marcadas de uma maneira ou de outra, senão nas imagens (metáforas) construídas sobre ela, a língua, em função do que nos ofereceram os discursos.

Junto a isso, consideramos distintas condições de produção – desde recortes escritos por quem se designava de imigrante, quanto por aqueles que se dizem descendentes, entre outros. Justificamos que, por meio desse movimento, também se constroem os sentidos, e é possível ver como se mobilizam as posições-sujeito e o funcionamento da ideologia.

Ainda dentro dos procedimentos a que nos lançamos, cumpre destacar que:

- trataremos dos recortes discursivos dentro de cada uma das temáticas: “Recorte discursivos sobre o tema “território”, por exemplo;
- como trabalharemos dentro dos temas, os recortes sempre iniciarão com a referência de RD1;
- depois de apresentado um quadro com todos os recortes discursivos (dentro de cada tema, separadamente), reagruparemos os recortes em outros quadros, em função de análises, sempre referidos como “recortes discursivos e movimentos de sentido”, constituindo-se, então, retomadas de alguns recortes já apresentados no quadro inicial. A esses quadros, seguem-se análises parciais;

- nossos recortes têm como arquivo os livros anteriormente relacionados e estudados; no entanto, isso não significa que tenhamos contemplado, com a seleção dos recortes, todos os livros estudados. Além disso, nem todos os recortes que selecionamos, ao procedermos as análises, serão referidos. Justificamos: seguiremos alguns traçados, alguns fios aos quais de um recorte poderemos ir, em função de associações que poderão ser feitas, a outro. Tal procedimento, muitas vezes, se furtará a eleger algum, deixando-o, pois, em suspenso. Isso, entendemos, poderia sair... mas a margem, aquilo que também não participa em algum momento, pode estar/ ficar aí, dando vistas a outros possíveis trajetos.

Cumpra referir, também, que nossos recortes são muitos. Mas isso tem a ver com essa memória que se repete, que satura. Trazer isso, dessa forma, ajuda a compor o que consideramos como um efeito ideológico, o qual “não se relaciona à falta, mas ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito de evidência, que se assenta no mesmo, o já-lá” (ORLANDI, 2016, p. 14), o que, ainda, conforme a autora, estanca o movimento, direcionando o que se configuraria como uma interpretação como sendo a possibilidade única de interpretação. Nosso movimento de análise visa a pensar esse recobrimento, objetiva a tirar do dito, do como foi/é dito, coisas a interpretar.

#### 4.2.1.1 Sobre território

**Questão 1:** Que imaginários o sujeito ítalo-brasileiro tem em relação ao território que passa habitar/habita?

Quadro 9 – Recortes discursivos sobre o tema “território” (I)

RD1: Constatávamos ser verídico o que nos dizia Mário [...] dizendo-nos que, na América, a fartura e a caça era tanta, que se estendesse a rede na janela da própria casa, poderia se apanhar pássaros com toda a facilidade (LORENZONI, 1975, p. 52).

RD2: O terreno, em geral, é fertilíssimo e especialmente nos diversos vales [...]. O clima é salubérrimo e as águas, por onde se encontrem, são límpidas e cristalinas e de um sabor incomparável (LORENZONI, 1975, p. 61).

RD3: Não havia, é verdade, muitos contos de réis, mas vivia-se muito bem e nunca ouvi um colono queixar-se do Brasil. Sentíamos muito a falta de um médico, uma parteira e professores, mas, o que fazer? (LORENZONI, 1975, p. 102).

RD4: [chegamos a Porto Alegre] Entretanto, aquela terra não era a Itália, pátria dos maviosos sons, cantos e poemas. Era a terra de Tiradentes, de Dom Pedro II, da Casa de Bragança, terra mais que rica e hospitaleira, mas não era aquela... (POZZOBON, 1997, p. 50).

RD5: “Dio mio”, quanta fartura – carnes de gado bovino, suíno, ovino. De aves e peixes. Verduras e frutas, principalmente bananas e melancias. Ficamos impressionados com o tamanho destas, tanto que, ao partirmos uma, depois do almoço, comemos a valer e ainda sobrou um pedaço. “Il nono” soltou um tremendo arrotó e comentou: “Mi son rivato qua ghe gera il leon baio, i tigrí e o machachi. Adesso magno um bel cocomero...” [...] Faltava o vinho, todavia (POZZOBON, 1997, p. 50).

RD6: As terras eram férteis e planas, chamadas de várzeas, com abundantes aguadas. [...] Entretanto – e isso me entristeceu\* –, não havia escola na redondeza (POZZOBON, 1997, p. 50).

RD7: Tudo dava a entender que estávamos residindo num “Paese Italiano”. As conversas eram no dialeto italiano vêneto; o sermão do Pe. Antônio, também, enfim até a polenta tinha sabor italiano (BELLINASO, 1995, p. 27).

RD8: Para todos nós foi um dia triste deixar aquele povoado alegre e aconchegante e um grande círculo de amizades [...] deixando um ambiente semelhante àquele que nós deixamos lá na Itália, há poucos anos; enfim era necessário resignar-se com a realidade do momento (BELLINASO, 1995, p. 35).

RD9: Quando aqui cheguei, em 1930, todas as encostas dos morros eram ocupadas com plantações: milharais, trigais, feijão, batatinha, fumo, etc... Havia 3 grandes armazéns abarrotados de produtos coloniais e dezenas de carroças que, diariamente, conduziam os produtos para Val de Serra, onde eram embarcados no trem, rumo à Serra ou à Fronteira” (BELLINASO, 1995, p. 142).

RD10: que a [sic] quarenta anos atrás pertencia a uma só família e hoje está repartida em centenas de pequenas propriedades rurais, e finalmente enxerga um povoado com um majestoso colégio e uma modesta igreja rodeada de umas cincoetas casas (CERETTA, 2015, p. 11).

RD11: especialmente por alguns que conheciam os vales fertilíssimos do rio Pó na Itália, vendo abundante colheita de milho que deram as primeiras roças feitas pelos primeiros compradores, compararam esta terra, igual aquela em fertilidade, e por isso começaram chamar-lhe, ao lugar, Polêsine” (CERETTA, 2015, p. 12).

RD12: [...] e o velho Mateus, [...] atirou um olhar abismado, naquela fartura de carne vermelha que trazia amarrada com tentos por baixo da tolda, e fez mais um comentário: “Zêlo gnanca stata, na festa de Re magi? Questa quá si zê na Mérica...” (BUSANELLO, 1999, p. 32).

RD13: Progredindo em seu caminho os “Venturini” verificaram que tudo o quanto ouviram contar da América, em relação a abundância, era uma grandiosa e magnífica realidade. É verdade que logo ali, em Val de Buia, tiveram uma desagradabilíssima surpresa. Encontraram um cemitério cheio de cruzes, onde tinha sido enterrada grande quantidade de emigrantes recém chegados anos atrás, vitimados pelo tifo preto, febre amarela e varicela... (BUSANELLO, 1999, p. 34).

RD14: [...] O velho Mateus: “Nulli rosae deest spina” (BUSANELLO, 1999, p. 34).

RD15: [...] Se o aspecto das vivendas (coisa que impressionava muito mal) era rústico e primitivo, isto se devia exclusivamente à falta de material e de artífices [...]. Em compensação havia realmente fartura; nunca se dividia comida em porções, a quem quer que fosse. [...] A abundância é escandalosa. [...] Falar de carestia de vida aqui? É um insulto! Vagabundagem, isso sim! Até o vadio não passa fome! (BUSANELLO, 1999, p. 34).

RD16: [...] O leitor porém, devia ter visto a alegria e a festa que fez quando conseguiu tirar a primeira farinha, feita com milho da sua roça. Mandou que Ângela puxasse o pescoço de 2 ou 3 frangos, que estavam na “caponéra” há semanas, e fizesse uma polenta bem grande, na “caldiéra” que trouxeram da Itália, e convidou uma turma de amigos, e, quando todos estavam à mesa, - recitado o “Ângelus Domini” (acompanhado corretamente em latim, também pelos pequerruchos), - ele mesmo, com ar triunfador, buscou a panela de ferro na cozinha, e deitou toda aquela massa fumegante, cor de ouro e odorosa, no meio da mesa, por cima do “tagier”, perante todos e, depois, passando o utensílio para a esquerda, levantou dramaticamente a mão direita, que estava livre, e exclamou vitoriosamente: - Signori, eco la polenta! E vira’l Brasil!!! (BUSANELLO, 1999, p. 38).

RD17: [...] E voltando à nossa história, devemos ainda acrescentar que a vida, apesar de folgada pela abundância de mantimentos de toda a espécie, se ressentia da falta de certas comodidades e recursos. Não havia colégios, correio, farmácia, açougue. Outros melhoramentos de ordem material, também não eram conhecidos: fogões, camas de ferro, fechaduras e dobradiças, lampeões, ferros de engomar, o próprio calçado era deficiente, [...] (BUSANELLO, 1999, p. 34).

RD18: Ó Velha Querência, campo de trabalho e oração: fonte de vida para muitos filhos ilustres; depois, tapera a gerar saudades, e agora, paraíso ecológico, centro de fraternidade e até lugar sagrado. Velha Querência, símbolo e prova de um mundo rejuvenescido. [...] paraíso terrestre, numa Pasárgada [...] um santuário ecológico [...] (DIDONET, 1994, p. 28).

RD19: [...] levou o nome de Núcleo Norte. Algum tempo depois, esses moradores, vindos de Udine, Itália, mudaram o nome de Núcleo norte para Nova Udine. E em 1931, por imposição governamental, passou a ser chamada Ivorá. Na época, os vizinhos caçoavam com os ivorenses: “Cossa che i vorá quei lá?” (DIDONET, 1994, p. 34).

RD20: Foram as dificuldades do terreno acidentado da parte central para o cultivo, que motivaram a emigração de muitos colonos para o norte do Estado, como Frederico Westphalen, Tenente Portela e outros do Alto Uruguai (DIDONET, 1994, p. 35).

RD21 [...] Exaustos e praticamente perdidos, lamentavam-se: “Dio buono, che bruti posti, cosa faremo qua?”. Luigi tentou reanimar seus conterrâneos e respondeu-lhes: “Ve pare posti bruti, ma bisogna ricordare cha la terra lá zê nostra” (COSTA BEBER, 1996, p. 114).

RD22: “Esta terra, Polonia, la zê mostra. (COSTA BEBER, 1996, p. 146).



RD23: [...] Está em perfeita comunhão entre céu azul, e o verde das matas e dos morros. Oferece paisagens multicolores que, através dos raios do Sol multiplica a gama do verde misturando-se ao cantar dos pássaros. [...] Ali encontram silêncio, bem estar e paz interior. (FOLETTTO, 1996, p. 7).

RD24: A beleza do lugar faz com que o forasteiro fique seduzido pelo encanto de cada pedaço de chão, de verde e de um clima agradável (FOLETTTO, 1996, p. 7).

RD25: Olivia e Antônio mantinham correspondência com Nono Carlo e Nona Marianna, falando a respeito da nova terra, de sua natureza rica e exuberante, do lote colonial que haviam adquirido, coberto de mata, com água abundante e principalmente do preço e das condições de pagamento. Destacavam que o governo aceitaria que fizessem o pagamento com madeira extraída de sua propriedade (FENKER, 2009, p. 27).

RD26: Ressaltamos que a Colônia era nova e estava em organização, ao passo que o país de onde provinham era uma civilização milenar. Mas havia algo que na sua pátria não existia e que aqui no Brasil os T. encontraram: a liberdade (FENKER, 2009, p. 27).

RD27: Os primeiros tempos foram muito difíceis. Permaneceram no barracão de Val de Buia, até que finalmente adquiriam o seu lote e construíram a sua casa. Para tanto utilizaram a madeira de sua propriedade, que era abundante na época (FENKER, 2009, p. 36).

RD28: Lá, surgira conversas de que aqui, na América, tudo era maravilhoso, que havia muita fartura. Assim resolveram vender alguns pertences e providenciaram a viagem para a América (BRUGNARA, 2010, p. 47).

RD29: No início da colonização, foi tudo muito difícil. O que produziam não tinha para quem vender (BRUGNARA, 2010, p. 48).

RD30: No início do século XX até a década de cinquenta, os agricultores de Val Veronês viviam surpreendidos com invasões de gafanhotos, vindo em milhões, formando densas nuvens negras, provenientes da banda paraguaia e argentina. [...] aparecia na região como uma nuvem negra no céu do Rio Grande e por onde passava arrasavam... (BRUGNARA, 2010, p. 60).

RD32: Para os italianos, restaram somente as serranias do centro-nordeste, cobertas de matas virgens, sulcadas por gargantas profundas e infestadas por animais selvagens.

RD34: Graças ao trabalho insano e a fertilidade da terra as safras eram pródigas e o dinheiro começou a aparecer. E os filhos também. A cada dois anos uma boca nova surgia. (BAGGIOTTO, p. 84).

RD35: [...] aquele povoado da infância ressurgue sempre na memória para me lembrar que foi lá que tudo começou e me chama de volta. Ocasionalmente, lá retorno, levada por uma chama interior, um apelo inexplicável como se fosse uma missão (SILVA, 2015, p. 17).

RD36: [Eu gostava de Francês, mas me distraía imaginando] como uma deusa poderia existir de verdade e estar lá num fim de mundo (SILVA, 2015, p. 37).

RD37: Apesar da árdua e disciplinada vida que se levava, ninguém reclamava muito, porque a todos movia uma vontade férrea de vencer os obstáculos e conquistar, longe dali, uma vida mais confortável e a realização de até os mais íntimos sonhos (SILVA, 2015, p. 40).

RD38: Coxilha acima, rumo aos parreirais, dois pés de oliveira recordavam a Europa. Alguns pinheiros espalhados pelo potreiro lembravam que no passado toda a colônia fora coberta de mata nativa, a qual, a golpes de machado, foi dando lugar para roças e pastagens (VENTURINI, 20015, p. 13).

RD39: Quando eu era guri... eu acompanhava as conversas dos adultos durante as capinas e roçadas, em terrenos com fortes declives e muitas pedras. Naquela época, ouvia deles que os imigrantes italianos optaram pela região de terras montanhosas no sul do Brasil por ser essa geografia semelhante à da Itália, [...] Na verdade, os italianos não optaram pela área montanhosa do Rio Grande do Sul, mas foi o que sobrou para eles (VENTURINI, 2015, p. 49).

RD40: Pode parecer exagerado o que registro sobre a alimentação na QC, mas foi realidade até os anos 60. Portanto, a pretensa fartura no tempo de nossos avós não passa de idealização ou de um certo saudosismo (VENTURINI, 2015, p. 49).

Fonte: Autora.

Precisamos considerar, antes de avançarmos nas análises, duas outras questões que nos instigam ao tratar do discurso desse sujeito, não por ser desse sujeito, especificamente, mas por que é por este estudo que tal questão se apresenta: (1) a marca primeira da subjetividade no discurso é o uso da primeira pessoa do singular e de outras classes gramaticais que a ela se referem, a exemplo dos pronomes possessivos, dos pronomes oblíquos, entre outros, que mantêm a correlação de pessoa; (2) uma segunda marca de subjetividade é o uso da primeira pessoa do plural – e todas as que a ela se referem, como na situação da primeira pessoa. Essas questões estão postas, mas, além disso, e aqui incide nossa reflexão, há discursos do sujeito ítalo-brasileiro nos quais ele vai se referir aos seus antepassados, por exemplo, e, nessas situações, vai referir-se a um “ele”, que é o sujeito ítalo-brasileiro em uma posição-sujeito distinta da sua, mas que, por sua vez, com ele também se identifica. Nossa questão, então, consiste em refletir sobre o seguinte: mesmo se referindo ao imigrante, por exemplo, a um “ele”, poderia se

tratar de discurso de e não de discurso sobre? Afinal, entendemos haver uma relação de (efeito de) autorização/identificação - e como significar isso? Ainda nesta reflexão, podemos pensar da seguinte forma:

X discursiviza  
 Y discursiviza o que X discursiviza  
 Z discursiviza o que Y discursiviza do que X discursiviza

Avaliamos que há uma memória que se recobre, e o sujeito se desdobra em distintas posições (imigrante, descendente, colono, entre as tantas que já apontamos), contraditoriamente (ou não) convivendo, um sujeito que é dividido, é fragmentado e é também desencontrado, mas que, sob o imaginário de ser Um, apaga suas diferenças - apaga a incidência do político que divide e traz a luta por lugares – e encurta distâncias. Assim como numa imagem de um sujeito no meio de dois espelhos, colocados frente a frente, que se reproduzem “*ad infinitum*”, as imagens são semelhantes, mas não são as mesmas e vão tomando distâncias: há uma em cada uma das dimensões marcadas, sobre as quais podemos ainda referir com base em Foucault ([1973] 2008), de que não são “x” nada além da imagem (refletida/imaginada) de “x”. Assim é a imagem que fazemos desse sujeito que fala do outro como quem fala de si. Olha para o outro e descreve-se a si mesmo; projeta na imagem próxima a distante e, na distante, vê, pela cadeia de seres “um”, a imagem de si. Como já discutimos, este não é o imigrante, ao que acrescentamos, este não é o imigrante em seus desdobramentos, senão um efeito de ver-se, de dizer-se, de identificar-se; são, outrossim, efeitos desse imaginário que, pela memória que satura, projeta projetos de linhagem e de origem.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 155) desenvolve relevantes reflexões acerca disso, a que ele toma como uma identificação do sujeito consigo mesmo – “o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ [os quais] são, assim, rigorosamente contemporâneos e coextensivos”, em que, pelos fenômenos de paráfrase e/ou de reformulação, constitutivos de uma formação discursiva dada, na qual, segundo o autor, “os sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do ‘como se’” (PÊCHEUX,

[1975] 2009, p. 155, grifos do autor). Tal modalidade que se daria na incorporação dos elementos do interdiscurso em que, no efeito último, chegar-se-ia a um ponto de confundi-los, não havendo mais diferença entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito, ainda em explicação do autor (Ibidem), é a da ficção, que representa, para Pêcheux (Ibidem, destaques do autor): “a forma idealista pura da forma-sujeito sob suas diversas formas, da ‘reportagem’, à ‘literatura’ e ao ‘pensamento criador’”. Ainda em reflexões do autor, isso poderia ser considerado um prolongamento espontâneo do idealismo inerente à forma-sujeito, em que “o ponto de vista cria o objeto” (Ibidem, p. 157), apontando ao fato de que não há independência do mundo real como um mundo exterior ao sujeito.

Essas questões alinhavam teoricamente este estudo, pois, ao se referirem à forma-sujeito no discurso, abrem espaço para tratarmos das narrativas/narratividade do sujeito, ou seja, às suas “formas de ficção em memória” e, também, especificamente às formas como se estruturam essas memórias, ao que pensamos ser da ordem da saturação.

Isso posto, e dando sequência ao estudo sobre o discurso do sujeito ítalo-brasileiro em seu processo de subjetivação, é preciso nos colocarmos em suas linhas, rastreando seus imaginários. Para isso, fazemos as seguintes observações:

- há, na superfície linguística, alguns elementos que se mantêm, fazendo funcionar relações de paráfrases entre os ditos: aquelas que dão conta de que alguma coisa se mantêm. Assim, multiplicam-se (1) a presença de alguns termos, nem sempre pertencentes à mesma classe gramatical, mas que apresentam o mesmo radical – e, conseqüentemente, a mesma base semântica – acrescidos de terminações (desinências) que, por sua vez, também contribuem para a determinação e compreensão dos sentidos; (2) termos que pertencem a um mesmo campo semântico, também em distintas classes gramaticais, mas que compõem conjuntamente o tabuleiro dos sentidos. É pela observação da presença desses elementos que adentraremos nossas análises, pois estabelecem redes significantes. Assim, no próximo quadro (quadro 10), explicitaremos nossas observações anteriores dentro do que relacionaremos às “palavras-chave” dos recortes.

Quadro 10 – Relação de palavras-chave presentes nos recortes discursivos do Quadro 9

RDs 1, 2 e 3: fartura – <b>fertilíssimo</b> – salubérrimo – límpidas – cristalinas – incomparável
RDs 5 e 6: fartura – <b>férteis</b> e planas – abundantes
RDs 7 e 8: “paese italiano” – dialeto italiano vêneto – sabor italiano – semelhante – abarrotados
RDs 10 e 11: centenas – propriedades – <b>fertilíssimos</b> – abundante – <b>fertilidade</b>
RDs 12, 13, 14, 15: <b>fartura</b> – <b>abundância</b> – grande e magnífica – <b>fartura</b> – <b>abundância</b> escandalosa – alegria – festa
RDs 17: fonte de vida – paraíso ecológico – fraternidade – lugar sagrado – santuário – digno de
RD20: “nostra”
RDs 23 e 24: perfeita – comunhão – paisagens – multicores – silêncio – paz – beleza – bem estar

RDs 25 e 26: rica – exuberante – abundante – propriedade – liberdade
RD 28: maravilhosos – <b>fartura</b>
RDs 33 e 34: sonho – terra – <b>fertilidade</b> – pródigas
RD35: inexplicável

Fonte: Autora.

Ao selecionarmos, inicialmente, alguns termos, tomamo-los como um ponto de partida: consideramo-los por sua reincidência e pelos sentidos que mobilizam. Reiterar a palavra “fartura” e suas derivadas (as quais estão marcadas pelo recurso gráfico “em negrito”), associá-la com fertilidade e abundância, remetem a situações que tocam questões sociais, não somente pelo que dizem, mas pelo “não” que anda em paralelo a esse dizer: falar de fartura é não falar de falta; falar de abundância, vê-la, observá-la, presenciá-la, vivê-la, é não falar de carestia; falar de fertilidade, e tudo que a ela remete (semente, frutos, fecundação), é não falar de esterilidade. Enlaça-se aqui a primeira ideia de utopia, metonimicamente ancorada em “alimento”, em fartura de, pois a materialização de seu discurso se dá por essa “matriz” temática, é a essa interpelação ideológica que responde, é essa a interpelação ideológica que o faz tomar posição no discurso.

Nesse processo, superlativos também significam: tiram uma designação em status de comparação e passam-na, juntamente com o seu referente, à singularização; mas, mais: é uma singularização que suplanta a igualdade, coloca-se no âmbito do estar acima de qualquer outro, é único e é incomparavelmente superior (fertilíssimo, salubérrimo), o que é “incomparável” e “inexplicável”.

A adjetivação, por sua vez, perpassa sempre pelo elogio: límpidas, cristalinas, planas, abundantes, grande, magnífica, escandalosa, perfeita, rica, exuberante, maravilhoso, pródigas. É a relação com o utópico, mas, dentro de seu imaginário, não mais com o inalcançável, mas com aquilo que está ainda à espera do acreditável.

Tomando essas palavras, em suas redes de sentido, é possível identificar o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro com o novo território. No entanto, junto a esse tom de elogio e de elegia, há que se considerar que, em uma das sequências, dá-se o deslize: no movimento parafrástico em que se substituem fartura, fertilidade, saúde, limpidez, abundância para “paese italiano”, dialeto italiano vêneto, sabor italiano. Nessa outra forma de dizer, a relação velha/nova terra é de que esta seja a reprodução, a continuidade daquela – no que tange ao que dela há/havia? de melhor. É a medida, o ponto, é o imaginário no qual o sujeito se ancora, tomando-o como parâmetro para avaliar, para medir o segundo: só o é (paraíso, utopia encontrada) na medida em que se pode projetar neste as questões (prazerosas) daquele: pela boca, alimento e pela língua, sabor.

A formação discursiva religiosa também se atravessa nesse imaginário: fonte de vida, fraternidade, lugar sagrado, santuário, comunhão e paraíso: nesse imaginário, distancia-se o homem da terra, ligando-o aos céus; apagam-se diferenças, quaisquer que sejam, pois há a crença católica num único pai e de que todos são irmãos, vivendo em uma família (idealizada), sem qualquer tipo de revés. Esse conceito, no entanto, não é o conceito do sujeito imigrante, mas do sujeito que retorna, depois de fazer a vida na cidade grande, a esses lugares junto à natureza: bucólica e romântica visão burguesa em que junto à natureza está a pureza da alma, o reduto dos não corrompidos, uma vida para se dar ao *carpe diem*.

No entanto, a formação discursiva capitalista vai se delineando pelo uso de termos como: propriedade, “nostra”, entre outras, quando também em ideia de produção: planas (em relação a terras), abarrotados (sobre galpões cheios de produtos agrícolas então produzidos), rica, exuberante, liberdade e terra. Quando o sujeito ítalo-brasileiro se traz em discurso em que um dos personagens (sujeito ítalo-brasileiro) afirma “Esta terra, Polônia, la zê nostra!”<sup>124</sup>, em sua língua materna, em país (ainda) estrangeiro, responde pela língua à tal interpelação ideológica. Sem

---

<sup>124</sup> “Esta terra, Polônia, ela é nossa!” (Tradução nossa).



resistência alguma, o bom sujeito<sup>125</sup> atende à demanda de existir, de passar a deixar de estar no bloco da parcela dos sem parcela, pela real condição de ter, de possuir um título que lhe outorga a propriedade, privada. Aliás, isso vai ecoando, a ilustrar com: “do lote colonial que haviam adquirido”; “do preço e das condições de pagamento”; “adquiriam o seu lote e construíram a sua casa”; “o velho sonho de ser o seu próprio patrão”; “não era terra dada; era terra comprada e paga com muito suor e sacrifício”, em que, a observar por este último recorte, se atravessa não só a formação discursiva capitalista (comprada), mas também a religiosa (muito suor e sacrifício).

Há construções que reiteram os superlativos, estando elas dentro daquilo que naturalmente o novo mundo, o mundo ainda intocado oferece em sua/por sua natureza: a caça: era tanta que..., o terreno: é fertilíssimo; o clima: é salubérrimo; as águas: são límpidas e cristalinas, com sabor incomparável; as carnes: há fartura de; as verduras e frutas: fartas; algumas frutas: enormes; as terras: férteis e planas, com abundantes aguadas.

A relação da natureza com o homem (a cultura) também se mostra em harmonia, quando o sujeito ítalo-brasileiro assim (se) diz, a saber, as conversas são em dialeto italiano vêneto; a polenta tem *sabor italiano*; os armazéns são abarrotados de produtos coloniais; as encostas dos morros (todas), ocupadas com plantações, diversificadas; as terras são repartidas em centenas de pequenas propriedades; as colheitas eram abundantes; as terras, ainda, semelhantes às do vale do rio Pó (em que, novamente, o modelo é o da terra-mãe), em fertilidade. Todas essas formulações, reiterações metafóricas de “fartura”, de paraíso, correspondendo às suas demandas para utopia.

Tomando especificamente a questão do uso de uma determinada língua: não somente o sujeito ítalo-brasileiro refere que, nas práticas cotidianas, as conversas e os sermões são em “dialeto italiano vêneto<sup>126</sup>”, como em suas próprias escrituras a

<sup>125</sup> Conforme Pêcheux ([1975] 2009), a interpelação do sujeito pela formação discursiva que o domina supõe também desdobramentos, constitutivos do sujeito no discurso, distinguidos sob a forma de três modalidades: o “bom sujeito”, o sujeito que se identifica plenamente com a FD que o assujeita, sob a forma do livremente consentido; o “mau sujeito”, em que o sujeito luta contra, contesta tal evidência ideológica; e uma terceira, de desidentificação plena do sujeito com a formação discursiva que o toma – modalidade essa que Pêcheux ([1983] 2009) retifica, explicitando que o fechamento dessa identificação levaria o sujeito à identificação com outra FD; salienta também que as fronteiras entre uma FD e outra são porosas, pois não se sustenta, uma FD, como um espaço estrutural fechado, porquanto constantemente invadida por elementos que advêm de outra FD.

<sup>126</sup> Outra forma de referência ao *talian*.

memória dessa/nessa/por essa língua invade, atravessa a língua portuguesa dos relatos, trazendo aquilo que só pode ser dito – ou mantido, quando traduzido – em sua língua materna. Em outro modo de dizer, atravessa a língua portuguesa dos relatos a língua italiana/*talian* da memória na memória, sobre o que refletimos se não estaria somente nessa língua primeira o imaginário de completude de sentido, pois é ela que é convocada para dizer de seus contentamentos, de seus prazeres (tão na contramão do discurso – religioso - do sofrimento).

Quadro 11 – Recortes discursivos sobre o tema território – em *talian* 127 e movimentos de sentido

RECORTE DISCURSIVO	[TRADUÇÃO]
RD5: “Dio mio”, quanta fartura [...] (POZZOBON, 1997, p. 51)	<i>Meu Deus</i> <sup>128</sup> , quanta fartura [...].
RD5: “Il nono” soltou um tremendo arrote e comentou: “Mi son rivato qua ghe gera il leon baio, i tigri e o machachi. Adesso magno um bel cocomero...” [...] (POZZOBON, 1997, p. 51)	“O nono” [...] soltou um tremendo arrote e comentou: <i>Eu estou aqui que havia leão baio, tigres e macacos. Agora como uma bela melancia.</i>
RD12: “Zêlo gnanca stata, na festa de Re magi? Questa quá si zê na Mérica... (BUSANELLO, 1999, p. 38)	<i>Eu nunca estive na festa dos Reis Magos... Esta só existe na América.</i>
RD15: - Signori, eco la polenta! Evira'l Brasil!!! (BUSANELLO, 1999, p. 38)	<i>Senhores, eis a polenta” E vivia o Brasil!</i>

<sup>127</sup> Seleção que marca a presença do *talian*.

<sup>128</sup> Tradução nossa, em consulta sobre o *talian* com falantes dessa língua na região da QC.

<p>RD21: “Ve pare posti bruti, ma bisogna ricordare cha la terra lá zê nostra” (COSTA BEBER, 1996, p. 114)</p>	<p><i>Acho lugares brutos/feios, mas é necessário lembrar que a terra é nossa.</i></p>
<p>RD22: “Questa terra, Polonia, la zê nostra” (COSTA BEBER, 1996, p. 146)</p>	<p><i>Esta terra, Polônia, ela é nossa.</i></p>

Fonte: Autora.

Trazemos recortes discursivos das obras selecionadas em que a presença do talian mobiliza sentidos. Algumas dessas obras foram escritas em italiano (RDs 5 e 12), o que justifica que nos lancemos a pensar sobre o porquê de tais expressões, fragmentos, não terem sido também traduzidos. Outras (15, 21 e 22), mesmo escritas em português, resgatam ou apenas registram falares de memórias correntes (grãos perdidos e soltos em língua de areia) também buscam entendimentos. Considerando que tanto quem escreve quanto quem traduz compõem em si um leitor, que leitor é esse, o imaginado por eles? Poderiam ser leitores que entendem essa língua, podendo, ao dá-la ao personagem do relato, alcançar-lhe maior veracidade e, com isso, fazer reforço à identificação; outra questão a considerar é que só o que abarca a “plenitude” e a “profundidade” (imaginada) dos sentidos é a/pela língua materna: pelas palavras escolhidas, pela sonoridade que a ela se liga, pelo movimento de corpo e de voz (timbre, musicalidade) que confere familiaridade, aproximação, conforto, também dentro desse seu imaginário, e, por isso, em/por si, significa.

No movimento parafrástico, enlaçamos à fartura (do RD5), o comer uma bela melancia (quando nada disso se esperava) (do RD5 também), a festa dos Reis Magos (do RD12), a polenta então conquistada (do RD15), assim como o fato de possuir uma terra (dos RDs 21 e 22). Metafóricos, pelos deslizos, e metonímicos, pelo efeito, os sentidos.

Da formação discursiva religiosa católica, o sujeito, no RD5, toma a Deus em vocativo: é chamamento, é espanto, é admiração; no RD5, também as expectativas

se frustram, desarmando o sujeito que vinha/estava com medo do desconhecido, colocando-o num estado outro: surpresa, alívio e satisfação; no RD12, de uma impossibilidade (no tempo presente, o passado; do espaço mítico-religioso, o concreto), do inalcançável ao possível, tomar parte em um lugar, lugar de fartura; no RD 15, alimento é centro: símbolo de que tudo deu certo, ter terra e semente, plantar e colher e, finalmente, fechar o ciclo: alimentar-se de; alimento é centro e celebração - fruto do suor e do trabalho, conforme Salmo 128:2 e Gênesis 3:19, tensão do religioso que atravessa sempre esse sujeito. No RD 21 e no RD22, o que toma o sujeito ítalo-brasileiro é a posse da terra, a conquista da propriedade privada. Assim, que imaginários sobre a terra perpassam esses dizeres? Participam das suas cenas deus e os reis magos, o patriarca (que está acima, na figura do avô) e os convivas (os que se colocam ao lado, personificado em senhores e em nome próprio feminino. Nelas, o sujeito assim vai se projetando: da pobreza à fartura, do medo dos predadores à saciedade pelos alimentos, dos infortúnios do espaço à satisfação pela posse da terra, sujeito em movimentos, que sai e que chega: esse lugar é a América, é o Brasil, são os sertões-colônias. Narratividades em discurso que trazem elementos que podem ser considerados movimentos parafrásticos, metafóricos e metonímicos, pois todos dizem de coisas mesmas (podendo deslizar), relações em um mesmo espaço (o que esperavam/o que viram), o que funciona com base na substituição (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151), cujos elementos se equivalem, como atestam os paralelismos nas antíteses anteriormente referidas; ou, então, quando funciona na ordem da implicação (Ibidem, p. 151) e são relações que se estabelecem na linearização, num efeito de incidência explicativa <sup>129</sup> de uma

---

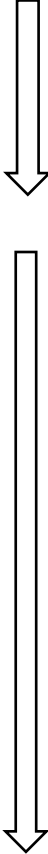
<sup>129</sup> Em reflexões de Lagazzi (2013, p. 106): “sobre a relação entre a metáfora e a metonímia, que sendo elas definidas em função da cadeia significante, a metáfora nos faz pensar a alteridade e a metonímia afirma a falta constitutiva da cadeia significante; [...] tanto a metáfora quanto a metonímia nos fazem pensar a alteridade: a alteridade pela deriva na metáfora e a alteridade no encadeamento, pela metonímia. No entrelaçamento desses pontos, entendo que a irrupção, numa cadeia significante dada, de um significante vindo de uma outra cadeia, que é o que define a metáfora, só é possível porque a falta constitui a cadeia significante, que é o que caracteriza a metonímia. Na contraparte, é porque o recalque é constitutivo do sentido que a falta é função essencial no interior da cadeia significante. Tomando a cadeia significante como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia estarão sempre juntas, em determinação mútua, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituindo em processos sempre em concomitância na realização da linguagem, a linguagem se produzindo no cruzamento desses processos. Metáfora e metonímia definindo o jogo da linguagem como um jogo significante e estruturando o discurso do inconsciente. Fonte: REDISCO Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 104-110, 2013 - A IMAGEM DO CORPO NO FOCO DA METÁFORA E DA

ocorrência sobre outra. Destacando, dos recortes discursivos colocados anteriormente, tais questões, podemos ilustrar ainda com “[...], eis a polenta!”: em gesto que retoma o evento da Santa Ceia, a compartilhar alimento e fé; *polenta*, de milho em grãos à farinha, a par de ser uma substituição metafórica de “pão”, do trigo em grãos também à farinha, ambos pelo trabalho, é também metonimicamente todos os alimentos: de corpo e de alma, quando está em funcionamento a formação discursiva religiosa, em memórias disponibilizadas. Junto a isso está que não se questione as relações de trabalho, de classes, de poder - já que se pode alguma coisa dizer.

No entanto, há, nessa aparente lógica que rege seu discurso, algo que falha, que estabelece uma ruptura, e isso está na ordem da língua: é na língua de “lá” e não na língua “daqui” que o sentido se completa. Se há um movimento entre a falta de um lado e o encobrimento de outro (alimento, essencialmente), isso não se repete com a língua, pois o sentido do dito só está na língua primeira, a ela não há como ser passível de substituição. É no *talian* que o efeito de completude se efetiva. Não há transferência. Eis algo que duplamente se estilhaça no lapso: pelo inconsciente, o deslize pela/na língua, pelo não dizer em outra língua; pelo ideológico, imaginário de completude na língua dessa língua.

Observamos, também, que um dos RDs dá-nos um “movimento de sentidos”, sustentado por um movimento parafrástico embasado em designações – porque essa língua, a portuguesa, “não consegue tudo dizer”, as palavras, as nomeações falham, estão em falta com os sentidos que se quer, que se tem de. Nesses recortes, há um referente, um dos lugares dentro da Quarta Colônia; é esse, especificamente: Núcleo Norte que vira Nova Udine que vira Ivorá, mas poderia ser qualquer um dos lugares que (con)formam a Quarta Colônia. Na sequência, o movimento de sentidos a partir do RD18.

Quadro 12 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RD18)

DESIGNAÇÕES	NOME	MOVIMENTO PARAFRÁSTICO
Ó Velha Querência		
campo de trabalho e oração	Núcleo Norte	
fonte de vida para muitos filhos ilustres	Núcleo Norte	
(depois)		
tapera a gerar saudades	Nova Udine	
(agora)		
paraíso ecológico	Ivorá	
centro de fraternidade	Ivorá	
<b>[e até]</b>		
lugar sagrado	Ivorá	
Velha Querência		
símbolo e prova de um mundo rejuvenescido	Ivorá	
paraíso terrestre	Ivorá	
Pasárgada	Ivorá	
um santuário ecológico animado de fraternidade	Ivorá	
[um santuário ecológico] digno de ser visitado	Ivorá	

Fonte: Autora.

Tal movimento de sentidos está relacionado a diferentes períodos da imigração e colonização italiana no Brasil – e na Quarta Colônia – e às transformações de ordem econômica e social num contexto mais amplo. Designar um dos núcleos de assentamento de imigrantes de “campo de trabalho e oração” e de “fonte de vida para muitos filhos ilustres” relaciona-se ao primeiros tempos,

chegada e assentamento; “tapera a gerar saudades” refere-se ao abandono e ao distanciamento do sujeito de seu “lugar de origem”, em tempos subsequentes; na atualidade da escritura, o campo de trabalho e oração, a fonte de vida, sendo que a tapera a gerar saudades é reencontrada, passando a ser, então, o “paraíso ecológico”, “centro de fraternidade”, acrescentando-se (por meio de conjunção aditiva), um “e”, e um “até” (advérbio, a incluir), a designação “lugar sagrado” – também símbolo, também paraíso, também Pasárgada, também santuário, em que a formação discursiva religiosa não deixa de se atravessar.

Em paralelo a isso, podemos associar um movimento nos nomes, com os distintos topônimos, de Núcleo Norte, passando por Nova Udine e para Ivorá, em que, por um onde e por um quando, vão se efetivando e também se estabelecendo, alocando, imaginários tão bem marcados que o sujeito ítalo-brasileiro traz da memória discursiva a pergunta: “Cossa che i vorá quei lá<sup>130</sup>?” Trabalho da língua – e da ideologia – na língua: português (Núcleo Norte, em marcação cartográfica) > português+italiano (Nova *Udine*, numa referência à “invenção” da velha morada – Udine - no novo lugar) > indígena (Ivorá<sup>131</sup>: apagamentos dessa historicidade sob as línguas brasileiras?); na ideologia que interpela, o estar sujeito a (quando mercadoria a enfrentar e fazer render a concessão), o ser sujeito de e o fazer-se sujeito com. Junto a isso, considera-se, conforme Petri (2010, p. 76) que nessa alteração de designação “haveria a instauração de outro nível de opacidade, tanto na língua quanto na imagem, enquanto prática social, e a sonhada transparência de sentidos continuaria como ilusão necessária ao sujeito que se constitui no e pelo discurso”.

Assim como esses, outros movimentos materializam-se: “dois pés de oliveira” (remissão à Itália) > pinheiros espalhados pelos poteiros (referência ao desbravamento) > roças e pastagens (cumprimento da “missão”).

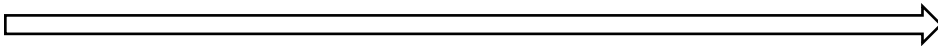
Isso pode ser considerado como uma relação metonímica: um dos lugares pelo lugar todo. Em uma vereda, o grande sertão. Elaboramos, portanto, outro quadro, a partir do RD38.

---

<sup>130</sup> Da obra consultada Ivorá: *Meu torrão*, de Humberto Didonet (1994). Segundo o autor, na referida obra (p. 35), a mudança do nome para Ivorá deu-se por imposição governamental, em 1931. “Que coisa querem aqueles lá?” – tradução do talian para o português por moradores da QC.

<sup>131</sup> Sentido que circula: “Rio da praia formosa”, segundo moradores.

Quadro 13 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RD38)

<b>MOVIMENTO PARAFRÁSTICO</b>		
		
<b>Núcleo Norte</b>	<b>Nova Udine<sup>132</sup></b>	<b>Ivorá</b>
pinheiros	dois pés de oliveira	Roças e pastagens
<p>campo de trabalho e oração</p> <p>fonte de vida para muitos filhos ilustres</p>	<p>tapera a gerar saudades</p>	<p>paraíso ecológico centro de fraternidade (e até) lugar sagrado</p> <p>Velha Querência símbolo e prova de um mundo rejuvenescido paraíso terrestre Pasárgada<sup>133</sup> um santuário ecológico animado de fraternidade digno de ser visitado</p>
<b>Passado remoto</b>	<b>passado</b>	<b>Presente</b>

Fonte: Autora.

Dessa forma, podemos visualizar os sentidos em cada período distinto de tempo, o que implica dizer que as condições de produção ao se dizer x são distintas de quando se diz y. Ao chegar, frente ao desamparo, como não ver a terra como

<sup>132</sup> Assim como há Nova Udine, outros nomes também jogam com os sentidos assim como os referidos neste recorte. Há Novo Treviso (relação com Treviso), São João do Polêsine (relação com o rio Pó), Vale Vêneto (relação com a região do Vêneto), Vale Veroneza (Verona e Veneza), Val Feltrina [...], entre outros.

<sup>133</sup> Referência ao poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”.



campo (de trabalho e oração, “*ora et labora*”, pela ideologia religiosa e capitalista), como fonte de vida? Em tempos seguintes, em que havia muita gente em pouca terra, quando muitos eram levados a sair, como não ter saudade do que ficou para trás? Na contemporaneidade, depois de muitos terem saído e não mais terem voltado, conseguindo, ainda, senão principalmente, “vencer na vida”, ter mais do que minifúndios e frágil sobrevivência, fazer-se pertencente à classe social econômica e juridicamente favorecida – a assentar-se em valores românticos e árcades (*cape diem, fugere urbem*, entre outros lemas) – e compartilhar, em tempos de discursos de mundialização e de globalização<sup>134</sup>, da valorização das pequenas culturas, como não ver aí o paraíso perdido, um *locus amenus* a ser resgatado?

No entanto, cumpre observar que, de uma das posições sujeito elencadas, vem a expressão também designativa do lugar como “Velha Querência<sup>135</sup>”. A formação discursiva à qual podemos remeter o uso do termo querência é a do gaúcho, do Rio Grande do Sul. Assim, somos levados a ver que, ao sujeito ítalo-brasileiro, atravessa-se o sujeito gaúcho: Quarta Colônia é também Rio Grande do Sul, as fronteiras não são estanques, e os limites nem sempre se efetivam e, se existem, podem mostrar, desencadear rupturas, o que se atesta pela língua. Querência lembra querer, o que não podemos desprezar pelo sentido que mobiliza, em que pensamos ser lugar que se quer bem, mas é, por Houaiss (2009): (1) lugar onde o animal foi criado ou onde se acostumou a pastar, e para o qual volta, por instinto, se dali for afastado; (2) derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Rio Grande do Sul, local onde se nasceu, criou ou se acostumou a viver; pago, pátria, rincão, torrão; (3) Regionalismo: Rio Grande do Sul: ponto de reunião habitual dos colegas de uma roda social. Sentidos todos pertinentes quando se designa de querência a velha terra anteriormente pertencente aos seus.

De toda forma, podemos afirmar, por um primeiro gesto, que, dentro dos recortes discursivos de que dispomos e dentro das descrições que vimos fazendo, o sujeito ítalo-brasileiro, pelas relações que estabelece, materializa, em seu discurso, processos imaginários: neles, a imagem transmutada em linguagem da nova terra,

<sup>134</sup> Discussões empreendidas na parte 2.2.1.

<sup>135</sup> Conforme o Dicionário Houaiss (2009), “querência”, verbete referido como regionalismo datado do século XVIII, tem como acepções: 1) Regionalismo: Minas gerais e Rio Grande do Sul - lugar onde o animal foi criado ou onde se acostumou a pastar, e para o qual volta, por instinto, se dali for afastado. 2) Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Rio Grande do Sul. Local onde se nasceu, criou ou se acostumou a viver; pago, pátria, rincão, torrão. 3) Regionalismo: Rio Grande do Sul. Ponto de reunião habitual dos colegas de uma roda social.

do novo território, é a imagem de consolidação de uma utopia. Nesse outro *topos*, à injunção da necessidade, responde a fartura; à precariedade do ter um lugar no mundo, envergonha o conforto das extensões de terra; à falta de perspectiva, grita a exuberância de uma natureza de oferendas; ao homem de mãos vazias, apresenta-se a possibilidade das ferramentas. Ressoa, numa nova descoberta das Américas, o dito de Caminha “em se plantando tudo dá”.

No entanto, reveses a esse imaginário primeiro vão se instalando: há um mundo de natureza; mas, e o outro mundo, aquele que é referido como sendo o mundo da cultura? Contraposições (e contradições) tomam a vez no discurso. Nesses mesmos recortes discursivos – em que à interpelação ideológica da propaganda e da política, à língua de vento, ele responde “sim”, eu vejo, sim, eu acredito, um ruído atrapalha o efeito esperado, no perpassar do tempo, ao que deixamos em suspenso: estaria em curso o desentendimento, conforme definição cunhada por Rancière ([1995] 1996)?

Pensamos que um caminho para uma possível resposta é, dentre outras situações, o RD36, o qual está no entrelaçamento dessa rede de sentidos. Tem como referência um outro lugar, mas poderia ser qualquer um dessa Colônia de que tratamos: “[...] como uma deusa poderia existir de verdade e estar lá num *fim de mundo*”. Fim de mundo é, primeiramente, “lá”, o que atesta que quem enuncia encontra-se no momento da escritura distanciado da região: é o mesmo lá que era a tapera a gerar saudades e se transformou, no recorte anterior, RD38, em paraíso ecológico, centro de fraternidade, lugar sagrado, paraíso terrestre, entre outros; mas é também, pelo RD35, o povoado ao qual se retorna levado por uma chama interior, etc.

Há paralelismos entre os recortes discursivos que precisam ser considerados:

Quadro 14 – Recortes discursivos e movimento de sentidos

<b>Movimento parafrástico</b>		
	<b>passado</b>	<b>presente</b>
RD35		[de lá]: chama interior apelo inexplicável uma missão [que faz retornar]
RD36	fim de mundo	
RD37	[lugar de/onde]: vida árdua e disciplinada vida ninguém reclamava muito a todos movia vontade férrea de vencer obstáculos e conquistar, longe dali, uma vida mais confortável e a realização de até os mais íntimos sonhos	[mesmo referencial do anterior]
RD38	tapera a gerar saudade	Paraíso terrestre, paraíso ecológico, centro de fraternidade, lugar sagrado, Velha Querência símbolo e prova de um mundo rejuvenescido, Pasárgada, um santuário ecológico animado de fraternidade/digno de ser visitado

Quanto ao presente, as considerações tecidas nos distintos recortes discursivos em questão coadunam-se: nesse movimento parafrástico, as metáforas alinhavam um mesmo gesto ao designar. No entanto, quanto ao passado, há um desarranjo, deslizes, sentidos que se tangenciam: a tapera a gerar saudade (RD38) não necessariamente corresponde ao fim de mundo (RD36) ou ao lugar do qual todos queriam sair (RD37). Tal correspondência só haveria se considerarmos apenas pela questão simbólica do referido espaço, mas enquanto “espaço vazio”, sem que o sujeito aí se faça presença, pois o seu corpo, heterotopia primeira, no dizer de Foucault ([1984] 2013), lança-se a outros espaços: fora daqueles então fronteiras. Compreendemos aí a necessidade de esse sujeito pertencer a um espaço maior, transpor a “ilha de utopia” de seus antepassados e lançar-se a outros desafios. Nesse caso, estamos nos referindo a discursos de décadas posteriores àquela em que, pela língua, haveríamos de ser uma só nação, um só país. O discurso de Vargas sobre a língua, conforme Orlandi (2005), ressoa no discurso do sujeito ítalo-brasileiro, pois materializa-se no discurso do sujeito ítalo-brasileiro a dificuldade de – e o problema que é – desvencilhar-se da memória da língua talian na língua portuguesa por ele falada, pois eram “pobres colonos com dificuldade até para falar português”, conforme recorte discursivo de que trataremos *a posteriori*, quando do imaginário de língua. Nessas formulações, testemunhos pela língua tanto dos imaginários de sujeito, de lugar e de língua quanto da imbricação desses elementos na constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Nas análises que vimos fazendo, os recortes discursivos dão conta de construções imaginárias em que não há a presença do discurso transversal. Na sequência, nossa próxima investida de análise incidirá a partir de outras bases linguísticas, caracterizando processos discursivos que constroem sentidos com base em contrapontos, oposições, adversidades e/ou concessões ao imaginário primeiro. Para tanto, o critério de seleção, foram as marcas linguísticas, características da língua, que disso dão conta. Referimos que os recortes discursivos apresentados nas próximas análises já estão elencados no Quadro 9.

Quadro 15 – Recortes discursivos e movimento de sentidos (RDs 3, 4, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 17 e 21)

RECORTE DISCURSIVO	[FATO]		APAGAMENTO DA IDEIA ANTERIOR, CONFORMIDADE, SUJEIÇÃO, LATÊNCIA, SUSPENSÃO
RD3	Não havia [...] muitos contos de réis	<b>mas</b>	- vivia-se bem - nunca ouvi um colono queixar-se do Brasil.
RD3	Sentíamos a falta de um médico, uma parteira, uma professora	<b>mas</b>	o que fazer?
RD4		<b>entretanto</b>	aquela terra não era a Itália, pátria dos maviosos sons, cantos e poemas. Era a terra de Tiradentes, de Dom Pedro II, da Casa de Bragança, terra mais que rica e hospitaleira, <b>mas</b> não era aquela...
RD5	Faltava o vinho	<b>todavia</b>	
RD6	não havia escola na redondeza	<b>entretanto</b>	e isso me entristeceu
RD8			[enfim] era necessário resignar-se com a realidade do momento

RD13	[...] tiveram uma desagradabilíssima surpresa. Encontraram um cemitério cheio de cruces, onde tinha sido enterrada grande quantidade de emigrantes recém chegados anos atrás, vitimados pelo tifo preto, febre amarela e varicela...		
RD14			“Nulli rosae deest spina”
RD15	[havia] falta de material e de artífices		
RD15			Até o vadio não passa fome!...
RD17	[apesar de]... não havia colégios, correio, farmácia, açougue. Outros melhoramentos de ordem material, também não eram conhecidos: fogões, camas de ferro, fechaduras e dobradiças, lampeões, ferros de engomar, o próprio calçado era deficiente [...]	<b>Apesar de</b> (x)	
RD21	<i>che bruti posti</i> [que lugar feio/bruto]		<i>cosa faremo qua?</i> [O que faremos aqui?]

No quadro 15, em seis recortes discursivos (RD3, RD4 e RD5, RD6, RD10 e RD17), as conjunções (mas, entretanto, todavia, apesar de) que ligam uma oração à outra, fazem-no explicitando situações de confronto, litígio a partir de um real – que se elabora em linguagem – que subverte expectativas. A questão é que, pela linguagem, elabora suportes para sustentar(-se), para compor-se, para compensar-se em face a atravessamentos que estariam de encontro à ideia de utopia.

No primeiro caso (RD3), em relação à falta de muitos contos de réis, enaltece-se o viver muito bem, justificado por um não ouvir colonos queixarem-se do Brasil, posicionando-se junto ao conformismo (um bom sujeito), ao mesmo tempo em que se distancia do sujeito considerando processos de identificação para com ele, o que traz a questão do porquê, em função de como se articula esse discurso. Esse processo continua: às faltas citadas, contrapõe-se o conformismo diante das adversidades, aceitando sem exatamente aceitar e, contraditoriamente, negando sua a condição de necessitado, não reconhecendo as privações, ou, dando-se a recalcar o que está sendo percebido e, de certa forma, desconsiderar a sua urgência, e, aliando-se à questão de serem imprescindíveis, seu recurso, sua estratégia consiste em denegar; assim, que lugar social toma esse sujeito? (É situar-se/suturar-se na parcela dos sem parcelas, estar no campo do desentendimento: em que terra e terra têm distintos sentidos, para quem chama o imigrante e para o imigrante que responde a); no RD4, a falta (metonímica, simbólica) está relacionada a elemento que liga o sujeito a questões culturais e identitárias de seu grupo: elo que se rompe, identidade que se interdita; no quinto RD6, reitera-se a lacuna no ensino (este, por sua vez, antes presentificado na figura de professores), pela falta de escola “na redondeza”, acrescido de sentimento de tristeza (não mais conformismo, unicamente), não mais denegando, mas em vistas de apagar um político que está instaurado. Questões essas que se repetem na posição sujeito em RD15 e em RD17.

É preciso, no entanto, determo-nos na forma como se estabelecem os sentidos no RD4. No referido recorte, o sujeito ítalo-brasileiro explicita seu descontentamento (contra-identifica-se), estabelecendo distinções: pelas designações que coloca em paralelo, enaltece os dois, mas se interdita quanto a um novo pertencer, resiste à sua própria condição de imigrante e denega as condições sócio-históricas do processo de exclusão ao não tratar disso e, sim, de se referir a uma língua que é antes arte que bandeira. Por essa construção, o que é a Itália e o

que é o Brasil? Que imaginários brigam pela palavra escrita? Além disso, o que se diz, ao que se remete, o que se elogia ao trazer algumas imagens (personagens) e não outros?

O que o Brasil é, afinal? O Brasil era “aquela terra”: mas de que espaço ele está falando? “Aquela” indica distanciamento do sujeito; se não for distanciamento físico, a ordem desse distanciamento tenderia ser a de um distanciamento emocional, afetivo, político, ideológico, entre tantas outras qualificações que pode ter, mas, de toda forma, ele não estaria/se sentiria próximo e, sim, distante/distanciado. Além disso, o que mais pode ser dito do referido país? Ele é o *não ser* a Itália, o *não ser* a pátria dos maviosos sons, cantos e poemas: dizendo isso, distancia o Brasil daquilo que circunscreve um país com tradição de língua e de “cultura”; mas “aquele país” é Terra de Tiradentes: Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira, homem-símbolo de luta pela independência e não-exploração; Terra de Dom Pedro II: Dom Pedro II, imperador, líder político, quem abriu as portas do país para imigrantes (quem pensou nos imigrantes para marcar a posse e as fronteiras); Terra da Casa de Bragança: Bragança, linhagem de homens nobres; Terra mais rica que hospitaleira, sendo, portanto, rica e hospitaleira. Da listagem de todas as designações elencadas, o “não”, como já referimos, instaura o discurso-outro; e as designações também trazem sentidos disponibilizados na memória discursiva. Nesse jogo de dizer – também não dizendo –, observamos que aquilo que o sujeito ítalo-brasileiro diz que o Brasil é contempla (pelas designações, pelas metonímias) a luta, a bravura, a liberdade, a liderança, a visão política, a nobreza (do sangue e do caráter), a riqueza, a hospitalidade de um lugar da história em que os reis ainda não estavam mortos como centro de força da história, conforme reflexões de Rancière ([1992], 1994). Queremos dizer que esse sujeito se identifica com a ideologia, que tenta apagar as diferenças sociais ao trazer uma pátria dos grandes nomes de sua história – com a qual ele não se identifica, à qual ele não se vê pertencer. Nesse seu fazer discursivo, essa diferença mesmo se apaga, posição essa que, a princípio, entraria em contradição com a força pela qual se refere à sua pátria; no caso, sua pátria não é uma pátria cujos sons, cantos e poemas pertençam a nomes próprios. No entanto, se essa pátria, essa terra desconhecida, essa terra tão distanciada da sua – em espaços que partem do físico e entram no ideológico – pertence (pela marca linguística de uma preposição, de, que estabelece uma relação de posse, de dependência) a grandes nomes da história e não só não é, como



também diferencia-se daquela sua, a dos maviosos sons, cantos e poemas (do idioma de Dante, referirá mais tarde – ao que retornaremos quando tratarmos do imaginário de língua), como entender: o jogo que se faz entre uma pátria que é a dos grandes nomes da história (e que o “acolhe” para poder explorar) e aquela que não é de grandes nomes da história, mas é dos maviosos sons, cantos e poemas, que podem ser de qualquer um e é igualmente de um grande nome, mas de um grande nome que é apresentado pelo poder da língua e da poesia (e que o descarta para não jogá-lo num ainda pior lugar)? Podemos observar que o sujeito ítalo-brasileiro, à deriva dos sentidos que dá para lá e cá<sup>136</sup>, em que este último é o exílio e o lá é o reino<sup>137</sup>, à deriva anda: entre-lugares de sentidos de um lado e outro, cujo espaço a si é exatamente este: um não-lugar porque a nada pertence.

No entanto, *aquilo que o Brasil não é* diz da língua materna desse sujeito: língua materna, corpo de mãe, ventre, ninho: pátria dos maviosos *sons, cantos e poemas*: a língua da pátria (embora de radical pater-, que forma também pai, que demarca o masculino, sendo que pátria é uma palavra feminina) é uma língua mátria. O Brasil não é a Itália, não há identificação possível de um país com o outro; porém, ao dizer isso, não estaria referindo-se a um re-fazer, a um re-construir, a re-significar sua terra natal num outro lugar – “restabelecer, reelaborar sua relação ‘solo e sangue’, trabalhar sua relação com os processos de identificação metaforizar-se”, conforme Orlandi (2011a, p. 25, já referido anteriormente) -, lugar esse passível de alocar todas as suas utopias, inclusive a do reencontro com a sua língua?

Esses recortes trazem como regularidade outra questão: são discursos de, discursos que carregam a voz do testemunho, não apenas de quem viu, de longe, de fora, como um observador, mas de quem viveu. É desse lugar a autoridade do falar. Vivem a história e produzem a matriz primeira de onde vai se ancorar a memória coletiva do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia.

Os recortes sobre os quais teceremos algumas considerações, na sequência, são RD13, RD14 e RD15. Agrupamo-los, pois não se apresentam com a mesma estrutura sintática dos recortes anteriores. A língua, sendo a base comum - que se oferece ao sujeito e à história em suas possibilidades de processos discursivos diferenciados, materialmente constituídos – consiste/insiste em ser aquele espaço em que o político e o ideológico tramitam suas lutas. Assim, colocando-nos à deriva

<sup>136</sup> Referência à Canção do exílio, de Gonçalves Dias.

<sup>137</sup> Referência à obra O exílio e o reino de Albert Camus.

dos sentidos, passamos ao gesto de compreender e de interpretar estas outras construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro sobre a terra.

Quadro 16 – Recortes discursivos e movimentos de sentido

RD13 [...] tiveram uma desagradabilíssima surpresa. Encontraram um cemitério cheio de cruzes, onde tinha sido enterrada grande quantidade de emigrantes recém chegados anos atrás, vitimados pelo tifo preto, febre amarela e varicela....		
RD14		“Nulli rosae deest spina”
RD14		Até o vadio não passa fome!...

Fonte: Autora.

O RD 13 refere-se ao encontro do sujeito com a terra, onde se depara com “desagradabilíssima surpresa”, designação para a morte, o que vem de encontro àquilo que o sujeito imigrante aguarda, espera. Podemos dizer que se instala aí a força do interdito acusada por um real da história: confronta-se real (morte, cruzes, doenças) e imaginário (vida e suas possibilidades): afinal, os que estavam sob as cruzes eram seus iguais, apenas haviam chegado um pouco antes. Não há como questionar, nessa “cena”, o estabelecimento ou não de um dano: porque, se ele é o que escapa à aritmética das trocas e reparações, o que seria a morte (por doença, por falta de condições, por abandono) senão isso<sup>138</sup>?

<sup>138</sup> Essa questão vai compor e recompor a memória da imigração, pois o sujeito ítalo-brasileiro retorna, repete, reinterpreta, re-diz esse fato.

A questão que nos toca, no entanto, é se tal sujeito se dá conta disso e se esse “dano” aparece pela língua e pelo seu discurso. Avaliamos que sim, e colocamos razões para isso: a primeira delas diz respeito ao fato de que o sujeito discursivo não nomeia a morte de “morte”, designa-a; por que não denominá-la, chamá-la pelo seu nome? Seria a paráfrase em forma de perífrase uma forma a contornar e negar o que deveria ser dito? Seria uma forma de tentar pular, saltitar por cima de uma incidência no dano, ou seja, de não vê-lo? E mais, ao lado de “desagradabilíssima surpresa”, é usado o termo “vitimados” por doenças – não mortos –, ou seja, novamente o sujeito dá voltas, faz contornos, e não se refere à morte pelo seu significante, que arremata sentidos. Assim, o sujeito se interdita ao dizer e reitera esse não dizer, o que é uma forma de negação, deixando sentidos também à deriva, ou à margem do que possa parecer. Todavia, a questão é que o sujeito traz o cenário da morte no bojo da imigração, traz sua tragicidade, e: tem ele se dado por conta disso que escapa à aritmética das trocas e reparações, conforme Rancière ([1995] 1996)? É possível que a palavra “enterrada” entre aí para brigar com os lugares de sentido que nesse RD prevalecem, assim como fica latente a questão de que utopias podem ser transformadas em coisas dis- ou atópicas. Ainda é preciso pensar quanto ao imaginário sobre o imaginário do sujeito outro: o de negar qualquer possibilidade de que a nova terra poderia significar/abarcara fim de sonho, fim de linha, fim de vida, morte. Trata-se, além disso, de “anônimos”, que assim vêm ao discurso, mas aqueles a quem Robin ([2003] 2016) diz estarem fadados ao esquecimento: “depois de várias gerações, quando a lembrança desvanece, quando as concessões ditas para perpetuidade chegam ao fim, não resta quase mais nada”, sendo que “essa imersão dos anônimos no nada é o destino comum da humanidade” (Ibidem).

O RD14 traz uma voz narrativa: nessa narratividade, em que o narrador/autor/sujeito discursivo é interpelado pela ideologia religiosa, traz, por uma terceira pessoa, que, não ao acaso, tem o nome próprio de Mateus – e Mateus é um dos apóstolos que escreveram evangelhos, componentes da Bíblia sagrada cristã e católica – um dito em latim: *Nulli rosae deest spina*<sup>139</sup> e o poder simbólico que a língua engendra: era a língua dos rituais católicos (missas, por exemplo), em que, muito mais do que entender, era preciso temer e, com isso, se submeter. O efeito do

---

<sup>139</sup> Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr. Evelyne P. Figueiredo de Sousa Costa (UFSM) o apoio na tradução do Latim ao Português.

dizer em Latim cala mais fundo os sentidos e, muito mais do que dizer que não há rosas sem espinhos – e que, sim, há rosas – é preferir que há espinhos. Suportá-los: eis o lugar para o sujeito ítalo-brasileiro.

O RD 14 “Até o vadio não passa fome”, em que o advérbio até inclui no grupo do imigrantes o vadio, novamente se atravessa a formação discursiva religiosa, em que para comer é necessário o trabalho e o suor. Mas essa posição-sujeito é um lugar de entremeio, há um intervalo: é possível que esteja relacionada ao sujeito ítalo-brasileiro, mas abre-se a outros sujeitos (os que até então no Brasil viveram e não precisaram, para sobreviver, trabalhar?). Todavia, quando abre espaço, no discurso, para o vadio, mesmo que à margem, podemos compreender que: a utopia representada por esse recorte da América e do Brasil e do Rio Grande do Sul é tão pródiga que até o vagabundo tem seu lugar; vadios existem – não há somente colonos, agricultores, enfim, braços e mãos que trabalham constituindo o sujeito ítalo-brasileiro - e, nesse sentido, também no discurso tem um seu lugar, mesmo que se contraponha (pelo “até”) ao imaginário do sujeito em questão. O que de certa forma rompe com aquilo que se espera de um discurso atravessado pela formação discursiva religiosa, que seria a de condenar o vadio, é o fato de que a vagabundagem – personificada por um sujeito vadio - ganha, de certa maneira, uma tolerância frente ao “*ora et labora*” no discurso desse sujeito. Consideramos esse recorte discursivo um dos poucos momentos em que o discurso se abre para aquilo que não poderia, tampouco deveria ser dito: irrupções que fogem à formação discursiva dominante e atravessam-se a domínios ideológicos sedimentados.

Os recortes discursivos que se seguem partem de obras produzidas em condições distintas das anteriores. Reportamo-nos à imagem do sujeito no meio de espelhos, que se projeta. É por essa forma que justificamos ser o discurso do sujeito ítalo-brasileiro e esse sujeito usar a terceira pessoa, um discurso sobre, mas autorizado por um discurso de: imagens refletidas e compartilhadas, que se veem mas não se tocam, que se fazem próximas, mesmo sabendo que há um “não sem fim” enlaçando a cada uma em seus diferentes tempos. Ao seguirmos em nossas reflexões, destacamos os verbos em terceira pessoa (singular ou plural), pelos quais se adentra a esse imaginário compartilhado – por sujeitos que se ligam por processos de identificação –, esse imaginário no/pelo qual (re)força-se uma memória, memória que satura e instaura uma linha ideológica que pouco dá espaço para deslizos, construindo, assim, uma unidade, que é imaginária.

Quadro 17 – Recortes discursivos e movimentos de sentido

RD21	che bruti posti [que lugar feio/bruto]	cosa faremo qua? [O que faremos aqui?]
RD26	Ressaltamos que a Colônia era nova e estava em organização, ao passo que o país de onde provinham era uma civilização milenar.	<b>Mas</b> havia algo que na sua pátria não existia e que aqui no Brasil os T. encontraram: a liberdade.

Fonte: Autora.

Quanto ao RD21, destacamos que, mais do que dizer do lugar do espanto, em seus sentidos de contrariedade, de cara a cara com o inesperado (sendo um lugar feio, “bruti posti”, o que se vai aí fazer?, “cosa faremo qua?”), dizendo do encontro com uma “não-utopia”, conformando-se, assim, o dano, diz de um lugar na língua: é pela língua materna, é na língua materna que tem o conforto do poder dizer.

Neste recorte, RD26 – “a Colônia era nova e estava em organização, ao passo que o país de onde provinham era uma civilização milenar” - há uma oposição entre terra nova e país de onde provinham, em que a designação “civilização milenar” compõe uma relação antitética, com um significante que remete, mas não diz de civilização: colônia nova. Ao dizer colônia nova, silencia-se um significante, mas que anda em paralelo pelo que se contrapõe a uma civilização milenar: uma civilização recente, sem história, sem feitos, sem heróis: por essa construção, apaga-se também o que se tem da cultura indígena, com a qual o sujeito imigrante manteve, sim, contato: há referência a ela em Lorenzoni (1975), citando uma ocorrência apenas.

Outra questão que aqui se explicita é que se usa o termo “Colônia”; nos recortes discursivos anteriores, tínhamos Brasil, América, Terra de Tiradentes, da

Casa de Bragança, entre outros. No movimento parafrástico, mudança de sentidos: compreendemos que, ao dizer América ou Brasil, a relação do sujeito é com um todo, um todo talvez desconhecido, distante ainda; ao dizer Colônia, reduz-se o espaço – como que situa mais o sujeito, como que o apreende, não mais o deixando à deriva no imensurável e/ou no desconhecido. Há uma apropriação do espaço: territorializar-se.

No entanto, essa colônia era uma colônia que estava em organização: quem sabe aqui o lugar desse sujeito que *provém de uma civilização milenar*. civilizar essa colônia, organizá-la, elevá-la à condição de poder compor o mesmo grupo da que serve como referência. Imaginários que se distanciam de utopia, que vão se diluindo.

Além disso, se essa colônia, nesse recorte, que é de um livro de memórias da década de 1990, era uma colônia que ainda estava em organização, compreendemos que a voz que aqui se pronuncia é uma voz de memória, é a repetição daquilo que se ouvia – e que agora se registra: papel da letra e letra no papel.

No que concerne aos próximos recortes discursivos, RD29 e RD30, julgamos ser possível aproximá-los em nossas análises. Em todos, há verbos em terceira pessoa, em pretéritos, relacionados, em seus sentidos, a questões ligadas a terra e à sobrevivência: produzir, viver (=ficar), enfrentar. Tais predicções referem-se aos imigrantes italianos, tomados como antepassados.

De uma maneira mais geral, no RD29, temos a tônica de como fora o início: tudo muito difícil, o que vai se desdobrando no mesmo e mesmo nos outros recortes, parafrasticamente, justificando e detalhando a/as dificuldade/s.

Quadro 18 – Recortes discursivos e movimentos de sentidos a partir do 15

RD29	No início da colonização, foi tudo muito difícil. O que <u>produziam</u> não tinha para quem vender.
RD30	<p><u>viviam</u> surpreendidos com invasões de gafanhotos, vindo em milhões, formando densas nuvens negras, provenientes da banda paraguaia e argentina.</p> <p>[...] aparecia na região como uma nuvem negra no céu do Rio Grande e por onde passava arrasavam [...]</p>
RD31	<p><u>o sonho dos italianos</u> de grandes áreas planas cultiváveis foi reduzido, devido ao relevo e às dificuldades dos plantios nas encostas das montanhas [...]</p> <p>Isolados na mata, sem recursos, <u>os imigrantes italianos</u> enfrentaram as florestas, o solo montanhoso, a escassez de ferramenta, a falta de meio de transporte, o sol forte, o suor, o sacrifício, o esforço físico inicial de preparar o terreno e lançar a semente na terra.</p>

Fonte: Autora.

“Dificuldades”, portanto, passa a ter os seguintes sentidos: é produzir e não ter para quem vender; é viver surpreendidos por nuvens de gafanhotos; ter o sonho de grandes áreas planas cultiváveis reduzido. O que tais recortes trazem-nos vai

estabelecendo esse elo identitário, que, ao mesmo tempo em que se firma e se afirma por esse poder dizer –, afrouxa-se, alarga-se por ir acrescentando o que sobra e se evidencia no largo espaço do tempo da memória: detalhamentos, especificidades - como invasão de gafanhotos, por exemplo.

No entanto, no RD 31, na base comum, o sujeito (sintático, não o discursivo), não mais é o migrante, os antepassados, ou outra das formas que encontramos, (discursivamente, o sujeito ítalo-brasileiro), senão “o sonho dos italianos”, em que “os italianos” é o termo regido pela preposição de. Ou seja, o sujeito discursivo ítalo-brasileiro, aqui, é apenas “termo regido” pelo termo regente: o sonho. A língua é base comum para processos discursivos e, nesse sentido, considerar que há uma relação de regência de um termo em relação a outro é considerar também que essa construção implica a mobilização de alguns sentidos (possíveis) e não de outros. Assim, tal sujeito é objeto de sonho e é também objeto de um Estado que pouco se importa com a sua condição, senão com o papel desse sujeito dentro das novas (e velhas) configurações do sistema em que está inserido: mão de obra para demarcar fronteiras e mão de obra para colonizar, o que tem sua continuidade também nos anos subsequentes, em que poderia contar somente com seu corpo em sua força: bruta. Além disso, salientamos do sujeito ítalo-brasileiro, outro momento dentro desses recortes, em que ele ainda é sujeito da oração e sujeito de sua ação, ou sujeito à sua ação: toma a si (assujeita-se a) a tarefa de “preparar o terreno e lançar a semente na terra”, ponto para o qual convergem a formação discursiva religiosa e a formação discursiva capitalista: a do comerás o pão com o suor do teu trabalho e a do teu trabalho terá que render. É assim que “vozes sem nome ressoam”.

Nesses recortes, avaliamos que o dano não se efetiva porque a ordem natural da dominação, em termos de Rancière ([1995] 1996), não é contestada, não é interrompida, e isso faz também com que o político esteja apagado (não que não exista). Ou, em outras palavras – aparentemente contraditório isso –, efetiva-se a instalação de uma política do consenso<sup>140</sup>, em uma de suas faces: falamos a mesma língua, sem que se perceba que se fala diferentemente, onde se instalam pontos – e sentidos possíveis – de desentendimentos.

Os recortes para os quais nos debruçamos na sequência de nossa leitura e interpretação (RDs 36, 37, 38, 39 e 40) estão todos sob as mesmas condições de

---

<sup>140</sup> Conforme nota 19, p. 34.



produção e voltam-se aos efeitos de sentido construídos com/pelo uso da primeira pessoa. São recortes de memórias de sujeitos que pegam a si, pela relação “solo e sangue” (ORLANDI, 2011a), o lugar dado ou o vácuo deixado pelo sujeito imigrante, porquanto são/se consideram suas continuidades. Faces do sujeito ítalo-brasileiro.

Quadro 19 – Recortes discursivos e movimentos de sentidos a partir do 15

RD36: como uma deusa poderia existir de verdade e estar lá num fim de mundo.

RD37: a todos movia uma vontade férrea de vencer os obstáculos e conquistar, longe dali, uma vida mais confortável e a realização de até os mais íntimos sonhos.

RD38: Coxilha acima, rumo aos parreirais, dois pés de oliveira recordavam a Europa. Alguns pinheiros espalhados (o que restou anos da nossa própria exploração) pelo potreiro lembravam que no passado toda a colônia fora coberta de mata nativa, a qual, a golpes de machado, foi dando lugar para roças e pastagens.

RD39: Na verdade, os italianos não optaram pela área montanhosa do Rio grande do Sul, mas foi o que sobrou para eles.

RD40: a pretensa fartura no tempo de nossos avós não passa de idealização ou de um certo saudosismo.

Fonte: Autora.

O sujeito ítalo-brasileiro do RD36 coloca em contraponto dois mundos distintos: o primeiro é o da deusa referida (conforme o que antecede o RD em estudo): trata-se uma professora de francês, tempo em que a escola pública há pouco tinha se instalado em um dos municípios da Quarta Colônia<sup>141</sup>, e, em vista disso, a presença da língua francesa também, o que enlaça um imaginário de cultura, fineza, beleza; o segundo, é o desse sujeito ítalo-brasileiro, representado,

<sup>141</sup> Era novidade a escola leiga e pública, pois quem quer que fosse/quisesse estudar, a primeira opção era sempre o Seminário dos Padres Palotinos, em Vale Vêneto ou os Colégios de Freiras, em Vale Vêneto ou em Silveira Martins.

neste recorte, por uma mulher, que traz, do feminino, memórias de luta, de sofrimento, de embrutecimento, de falta de cultura, de faltas então. Dois lugares para a mulher, um distanciado do outro: um, do pertencer; outro, do “denunciar”, pelo constructo que dele se faz, o lugar da mulher na Quarta Colônia (que não é o de deusa). Indagando-se em seu espanto, coloca em mundos distintos a deusa (que consistia em ser de verdade, pois deuses não o são, diz-nos por esse recorte), que está em outro mundo, portanto, e os comuns mortais, esses que habitam o mundo, esse mundo; mundo esse, por sua vez, dividido (divisão que não se explicita), mas em que há um último, um fim de mundo: é nesse lugar que esse sujeito se coloca, esse lugar que é o fim do mundo é a Quarta Colônia. Início de mundo para o sujeito ítalo-brasileiro das primeiras memórias; fim, para este das últimas. Movimento nos sentidos.

Liga-se ao RD36, sobre o qual nos debruçamos anteriormente, o RD37. Neste, o sujeito diz do desejo de “uma vida mais confortável e a realização de até os mais íntimos sonhos” num lugar, e esse não é a Colônia, a quarta. Esse lugar pode ser qualquer um, desde que não seja aquele em que se está, desde que seja longe, desde que esse longe seja longe de algum lugar: de “ali”. Longe – e não ali – é o lugar de uma vida mais confortável, onde se podem realizar até o que está nos sonhos mais íntimos e talvez ali sejam eles interditados, impossibilitados de. O sujeito ítalo-brasileiro desses recortes não mais se identifica/não mais quer se identificar com o sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia; não nega os laços identitários, mas tais laços o distinguem do resto do mundo. Além disso, a presença do pronome “todos” busca tratar dessa sua posição como uma posição de consenso, negando a divisão, o político: apagamentos, pois. E a questão de ter uma vontade férrea de vencer obstáculos, embora se ligue ao imaginário do sujeito ítalo-brasileiro enquanto imigrante, não necessariamente a eles se restrinja. É possível associar a isso, todas as questões que levam à desterritorialização e à nova territorialização, quando os minifúndios da colônia não mais comportaram as gentes (braços e mãos) que a igreja católica tanto promoveu.

No RD38, as substituições, as paráfrases são metafóricas e metonímicas. No recorte, a sequência assim está: pinheiros espalhados/potreiro> mata nativa> roças e pastagens. No decorrer da territorialização da Quarta Colônia, as mudanças que foram ocorrendo, sociais, econômicas e políticas, foram mudando sua paisagem, é isso que nos diz o sujeito ítalo-brasileiro, um sujeito que assiste ao que sobra/resiste

da sua própria “exploração”, quando dirige seu olhar para um pinheiro, recompõe-se, por esses elementos da natureza, a memória da imigração e colonização, quando a mata nativa se transforma em roças e pastagens e essas, atestando o abandono da agricultura sustentada na estrutura familiar (pois essa precisa de braços e mãos, e braços e mãos não mais existem – à disposição - como existiam), transforma-se em potreiro, no qual sobrevivem alguns pinheiros: assim como sobrevivem alguns que aí ficaram, na herança da terra e da história que ela simboliza, assim como o relevo, os parreirais e os dois pés de oliveira, referidos na primeira oração do recorte discursivo em questão, metaforizam o sujeito que faz de terra brasileira lugar (propício) para desenvolver suas raízes. Assim se simbolizam, metaforizam-se, formulam-se as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro em relação à Quarta Colônia.

Nos RDs 39 e 40 há uma desconstrução de alguns imaginários do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo: em relação a ter vindo para tal lugar<sup>142</sup> e em relação ao que tal lugar oportuniza. Está a dizer que tais ditos não correspondem à realidade. Marca aí o dissenso, pela divisão do pensamento, e o político, pela consciência da divisão social), trazendo para o jogo político do discurso, em sua materialidade, o atestamento da existência do dano, conforme noção que temos trabalhado.

Assim, com base no que vimos desenvolvendo, podemos elaborar algumas considerações acerca das formações imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro. Não as colocaremos “por ordem de importância”, pois isso não nos cabe e nem é esse nosso objetivo, senão colocá-las de acordo como as reflexões foram nos tomando.

#### 4.2.1.2 Sobre o sujeito ítalo-brasileiro: ele mesmo

**Questão 2:** Que imaginários o sujeito ítalo-brasileiro tem em relação a si mesmo?

De nossos arquivos, destacamos os seguintes recortes discursivos como sendo significativos do imaginário do discurso do sujeito ítalo-brasileiro para que entrem em nossas análises. Os delimitadores, conforme já citamos, são as marcas da primeira pessoa, inicialmente; as marcas de terceira pessoa, a ausência delas e

---

<sup>142</sup> Corroborando com o que estamos aqui desenvolvendo, nos RDs que atendem ao estudo na nossa próxima questão, no PS11, RD1, há outra construção que atesta isso: “o problema é que foram jogados na floresta sem a mínima infraestrutura”.

as designações atribuídas a ele por ele mesmo. É por esse funcionamento linguístico-discursivo que incursionaremos na sequência.

Quadro 20 – Recortes discursivos sobre o tema sujeito

<p>RD1: E onde imagina que nos tenham desembarcado? Em terreno raso, na campanha aberta, como soldado em manobras [...] (LORENZONI, 1975, p. 40).</p>
<p>RD2: Nesse andar, o colono dia a dia melhorava seu padrão de vida, satisfeito, feliz, sentindo-se um pequeno proprietário, livre e independente, esquecendo, assim, todos os sofrimentos e dificuldades passados depois de sua saída da Pátria (LORENZONI, 1975, p. 70).</p>
<p>RD3: O nosso colono não podia conformar-se com esse estado de coisas: ter que morrer sem ter um padre perto que lhe desse os confortos da religião, a extrema-unção, etc. [...] (LORENZONI, 1975, p. 77).</p>
<p>RD4: Eu receava, confesso, o dia em que fatalmente teria de enfrentar as feras das matas de [...]. Eram eles os “habitantes por direito” daquelas selvas. Eu, simplesmente, era um intruso (POZZOBON, 1997, p. 54).</p>
<p>RD5: Nada sei, sou um pobre colono que vive no meio do mato, no Brasil, junto com os índios, onde não há educação e, agora, aqui estou, envolvido pela força da cretinice, a qual equivale a todas as outras forças juntas. E se eu dissesse – e estou certo – que os cretinos são eles: falo da maior parte dos campônios, os quais, mais que bons leigos, entendem de ser padrecos e se deixam explorar (POZZOBON, 1997, p. 54).</p>
<p>RD6: Entra em vigor o alistamento militar, lei promulgada pela legislação federal brasileira... tumulto diabólico... Alguns não querem se inscrever porque são italianos, outros, por serem filhos de italianos... os inspetores, prepotentes, exigem submissão, o povo os vaia [...] (POZZOBON, 1997, p.186).</p>

RD7: [...] Um dia me contaram que alguém teria dito à futura sogra: - Júlia, tu estás deixando a A namorar aquele “gringuinho” pobre? A sogra respondeu prontamente: - Estou muito contente que a A namore o S, porque ele é um moço católico e trabalhador (BELLINASSO, 1995, p. 43).

RD8: A inveja criou logo a discórdia entre este novo povo, e mais, haviam entre eles diversos indiferentes; isto é, daqueles que querem ser católicos mas de vida cômoda, si fazem si façam si não fazem, tanto melhor: escusado de ser incomodado com peditórios (CERETTA, 2015, p. 23).

RD9: A gente era tão pobre naquele tempo (CERETTA, 2015, p. 32).

RD10: Vindo de tão longe, conquistaram o interior deserto do país, dum modo bem diferente, por exemplo, dos bandeirantes. Estes entraram no sertão com lanças e bacamartes a tiracolo, prendendo, matando, levando seres humanos ao cativeiro, por cima de rios de sangue. Enfim, espalhando a morte por toda parte. Os nossos empunhavam enxadas, o cabo do machado e a rabiça do arado rasgaram o ventre da terra; e, porejando rios de suor, fizeram brotar a vida por toda a parte (BUSANELLO, 1999, p. 6).

RD11: Nós vamos porventura ao Brasil, para sermos sustentados por D. Pedro? Nunca! [...] Podeis vós ficar sabendo que para onde nós formos assentar acampamento, não passarão 50 anos, e surgirão do solo cidades, com chaminés fumegando, como em Schio, e muito maiores. Do contrário, se formos para as cidades, formaremos um quisto, aumentaremos o pobrerio lá existente, viveremos à margem da sociedade, dependeremos da caridade do povo! [...] (BUSANELLO, 1999, p. 21).

RD12: Não se pense, porém, que possuam um trato social fino e delicado. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas nas coisas comuns e nem passar por experiências amargas. Grande máxima: mãos calejadas, mãos honradas. Grande princípio: Sem Deus não há religião, sem religião não há moral e sem moral não há patriotismo! (BUSANELLO, 1999, p. 113).

RD13: O que dá margem a contrastes muito pitorescos é o relacionamento entre citadinos e colonos. O citadino é supostamente a pessoa mais evoluída, mais fina, mais sabida, mais atualizada no trajar, mais endinheirada, melhor posicionada, mais criativa, enquanto que o colono é tido como o bronco, o atrasado, o “biturado”, o caipira, o lá do interior, faltando-lhe aquele polimento buscado ou reivindicado pelo citadino (DIDONET, 1994, p. 13).

RD14: Era por essas e outras que meu avô, meu pai e meu irmão me recomendavam a toda hora: Fate furbo. Seja esperto. Confie, desconfiando (DIDONET, 1994, p. 17-18).

RD15: Os colonos vinham, de perto e de longe, a pé ou a cavalo... A maioria do povo comungava e se confessava. Havia fé. [...] Além das celebrações litúrgicas, faziam-se retiros, pregavam-se missões, realizavam-se procissões para pedir chuva. Havia confrarias, filhas de Maria, Ordem Terceira, fabriqueiros. Praticava-se fraternidade de fato, no dia a dia. E dessa liturgia e vivência religiosa brotavam abundantes vocações religiosas (DIDONET, 1994, p. 32).

RD16: O imigrante italiano era um sofredor e, não raro, um revoltado. E o blasfemador culpava a Deus e Maria Santíssima por suas dificuldades. Aí, vinham as ofensas: “porco Dio”, “porca Madona” e outras expressões impúblicáveis (COSTA BEBER, 1996, p. 88).

RD17: Era comum ouvir-se a expressão: “L’omo che non gá religion zê uma bestia senza paron” (O homem que não tem religião é um animal sem dono) (COSTA BEBER, 1996, p. 90).

RD18: “Sou uma simples professora aposentada, tentando resgatar a história e a memória de um povo, que esteve no topo da glória e com o passar dos anos foi definhando e está praticamente, esquecido. DANO... VER (FOLETTTO, 1996, s.p.).

RD19: [...] em nossas veias corre o sangue herdado de nossos antepassados; aqueles imigrantes que, com muita coragem e bravura, desbravaram as matas virgens, deixando-nos o exemplo da personalidade heroica... (FOLETTTO, 1996, s.p.).

RD20: Enfim, me parece que agora, não estamos mais distanciados, ao contrário, entre nós existe o Oceano Atlântico, no entanto, apesar da grande distância física, nos sentimos bastante aproximados, porque o elo perdido foi reatado (FENKER, 2009, p. 18).

RD21: Logo eu respondi em italiano, falando da minha emoção e da minha vontade de conhecê-los (FENKER, 2009, p. 18).

RD22: Não tinham medo do trabalho, tinham coragem (FENKER, 2009, p. 94).

RD23: Viveram muitos anos na miséria, sem recursos. Muitos queriam voltar para a Itália, mas não tinham condições e, no alto do passaporte estava escrito “non si da ritorno” (não se dá retorno) (BRUGNARA, 2010, p. 48).

RD24: Mas eles vieram determinados a ter um pedaço de terra que pudessem dizer que era seu e, assim, se orgulharem de ser o seu próprio patrão. O problema é que foram jogados na floresta sem a mínima infraestrutura. Para não sucumbir, tiveram que improvisar (BAGGIOTTO, p. 30).

RD25: Nesse ambiente adverso o colono italiano abandonado no meio da floresta se apoiava nos valores trazidos de além-mar, o clássico tripé: família, trabalho, religião (BAGGIOTTO, p. 48).

RD 26: Para não serem presos iam à missa e voltavam calados (BAGGIOTTO, p. 48).

RD27: Lembro que, durante as aulas, ela caminhava pela sala nos ensinando (pobres colonos com dificuldade até para falar português) a fazer um biquinho com os lábios para pronunciar as vogais “i” e “u” (SILVA, 2015, p. 37).

RD28: Escrevo em homenagem a minha avó (materna) que veio do Vêneto, quando menina e aqui, logo, passou fome e frio, mas com a fé em Deus teve coragem, inclusive, quando esteve na prisão, porque não sabia falar português naqueles anos da II Guerra. Preciso dizer que ela deglutiou todos os desenganos que a vida lhe impingiu sem ter nunca a fisionomia embrutecida dos muitos que passaram trabalho com ela (SILVA, 2015, p. 111).

RD29: [...] Agora, tanto tempo faz, me apercebi que todos nós tínhamos um pouco de Naneto<sup>143</sup>: a ilusão, a fé, os sonhos, a ingenuidade e o medo de sermos enganados, mas também defeitos como a esperteza, o amor demasiado grande ao dinheiro que sempre precisava poupar. Ele, o Naneto, está já em nossas raízes (SILVA, 2015, p. 161).

RD30: e eu, guri, só “sentia” que o nonno era realmente italiano quando com seu irmão, tio-avô Chico, ao pé do fogo junto ao fogão à lenha, não falava no linguajar italiano comum aos imigrantes, mas num dialeto diferente: o Furlan (VENTURINI, 2015, p. 9).

RD 31: O Antônio, único filho homem do G. V. era disputado pelas moças da região por seu porte atlético, boa lábia, e, principalmente, por ter uma colônia de terra (VENTURINI, 2015, p. 43).

RD32: As comunidades de imigrantes viam como os maiores defeitos de um colono italiano: primeiro, não ser bom católico; segundo, ser preguiçoso e, terceiro, não ser “pão-duro”. Oração e trabalho eram essenciais: “Rezar como se fosse morrer hoje, trabalhar como se fosse viver sempre” (VENTURINI, 2015, p. 66).

RD33: Todos bebiam em canecas de alumínio até ficarem bem alegres. Antes do anoitecer, então, começavam os palavrões e as piadas contadas em italiano. Imaginavam que chamar Nossa Senhora de “porca Madona” e Jesus Cristo de “porco Dio” não seria pecado (VENTURINI, 2015, p. 175).

<sup>143</sup> Conforme explicado no APÊNDICE B, personagem de aventuras, personificaria um anti-herói.



RD34: Assim, filhos e netos de italianos que emigraram da Europa por serem explorados por trabalharem em terras alheias, aqui na América tornaram-se eles mesmos exploradores dos sem-terra (VENTURINI, 2015, p. 227).

RD35: Os imigrantes pioneiros [...]. Não partiram como degredados ou foragidos da justiça, nem perseguidos pela polícia e, menos ainda, não vieram amarrados com grilhões no fundo dos porões dos navios. Saíram da Itália com espírito patriótico, cristão, simples, mas nobres, como se fossem inspirados pela Divina Providência. Partiram com suas famílias e seus pertences, mas não esqueceram de levar junto o professor, para continuar o ensino da Itália, nas terras longínquas (BARATTO, 1995, p. 45).

RD36: Esses colonos que povoaram aquela planície fértil, traziam seus corações cheios de sonhos e esperanças, e os braços prontos para o trabalho árduo de concretizar cada um daqueles sonhos. [...] Os primeiros nomes eram Alfredo, Arcângelo, Omobom, Próspero, Jacó, Antônio..., e as mulheres chamavam-se Dolorata, Justina, Brasilina, Maria, Ana, Santina... Esses homens e mulheres, estando tão distante do seu povo, não deixavam de se encontrar, de conversar – primeiro em dialeto italiano, depois, aos poucos em um português um tanto rudimentar – e namoravam, não sem uma severa vigilância; casavam-se e vinham mais homens e mulheres, mais braços e sonhos” (BARATTO, 1995, p. 50).

RD37: O mundo ideológico destes imigrantes caracterizava-se pelo fascínio da posse da terra [...] a propriedade do solo como sinônimo de independência, dignidade e liberdade, proporcionando aos filhos alimentação farta e futuro; pela crença no trabalho manual como segredo do sucesso (BARATTO, 1995, p. 53).

Fonte: Autora.

Como uma primeira observação em relação à forma como estamos entrando nesses recortes – em paralelo ao nosso procedimento quando tratamos do tema território, em que rastreamos a palavra “fartura” e outras a ela relacionadas, quando elaboramos o Quadro 7 –, explicitamos que o faremos com base no Quadro 1, em que elencamos denominações e designações do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo. É por meio dessas palavras e expressões que adentraremos para procedermos aos recortes, para o que pensamos não se fazer necessário a

elaboração de um novo quadro, pois, as palavras são, entre outras, imigrante, colono, descendente, italiano, gringo.

Assim, agruparemos, para saber do imaginário do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo, recortes discursivos assim constituídos: **o primeiro grupo vai tratar dos recortes discursivos em que o sujeito usa a primeira pessoa do singular – ou a primeira do plural, ou a expressão “a gente” -, marcas de subjetividade;** depois, **no segundo grupo**, dentro do que consideramos uma memória que se dá pela imagem do espelho, conforme refletimos anteriormente, separaremos por formas de se nomear e designar: por colono, por imigrante, entre outros e também, no **terceiro grupo**, por expressões outras.

Quadro 21 – Recortes discursivos a partir do quadro 20: sobre o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo, em primeira pessoa

RD1	E onde imagina que <b>nos</b> tenham desembarcado? Em terreno raso, na campanha aberta, como soldado em manobras... [...]
RD4	[...] <b>Eu</b> receava, confesso, o dia em que fatalmente teria de enfrentar as feras das matas de [...]. Eram eles os “habitantes por direito” daquelas selvas. <b>Eu</b> , simplesmente, era um intruso.
RD5	Nada sei, <b>sou</b> um pobre colono que vive no meio do mato, no Brasil, junto com os índios, onde não há educação e, agora, aqui estou, envolvido pela força da cretinice, a qual equivale a todas as outras forças juntas. E se <b>eu</b> dissesse – e estou certo – que os cretinos são eles: falo da maior parte dos campônios, os quais, mais que bons leigos, entendem de ser padrecos e se deixam explorar.

RD7	<p>[...] Um dia <b>me</b> contaram que alguém teria dito à futura sogra:</p> <p>- Júlia, tu estás deixando a A namorar aquele “gringinho” pobre?</p> <p>A sogra respondeu prontamente: - Estou muito contente que a A namore o S, porque ele é um moço católico e trabalhador.</p>
RD9	<p><b>A gente</b> era tão pobre naquele tempo.</p>
RD14	<p>Era por essas e outras que <b>meu</b> avô, <b>meu</b> pai e <b>meu</b> irmão me recomendavam a toda hora: Fate furbo. Seja esperto. Confie, desconfiando.</p>
RD18	<p>“<b>Sou</b> uma simples professora aposentada, tentando resgatar a história e a memória de um povo, que esteve no topo da glória e com o passar dos anos foi definhando e está praticamente, esquecido. DANO... VER...”</p>
RD19	<p>[...] em <b>nossas</b> veias corre o sangue herdado de nossos antepassados; aqueles imigrantes que, com muita coragem e bravura, desbravaram as matas virgens, deixando-nos o exemplo da personalidade heroica...</p>
RD20	<p>Enfim, <b>me</b> parece que agora, não estamos mais distanciados, ao contrário, entre nós existe o Oceano Atlântico, no entanto, apesar da grande distância física, nos sentimos bastante aproximados, porque o elo perdido foi reatado.</p>

RD21	Logo <b>eu</b> respondi em italiano, falando da minha emoção e da minha vontade de conhecê-los.
RD27	<b>Lembro</b> que, durante as aulas, ela caminhava pela sala nos ensinando (pobres colonos com dificuldade até para falar português) a fazer um biquinho com os lábios para pronunciar as vogais “i” e “u”.
RD28	<b>Escrevo</b> em homenagem a minha avó (materna) que veio do Vêneto, quando menina e aqui, logo, passou fome e frio, mas com a fé em Deus teve coragem, inclusive, quando esteve na prisão, porque não sabia falar português naqueles anos da II Guerra. Preciso dizer que ela deglutiou todos os desenganos que a vida lhe impingiu sem ter nunca a fisionomia embrutecida dos muitos que passaram trabalho com ela [...].
RD29	[...] Agora, tanto tempo faz, <b>me</b> apercebi que todos <b>nós</b> tínhamos um pouco de Naneto: a ilusão, a fé, os sonhos, a ingenuidade e o medo de sermos enganados, mas também defeitos como a esperteza, o amor demasiado grande ao dinheiro que sempre precisava poupar. Ele, o Naneto, está já em nossas raízes.
RD30	e <b>eu</b> , guri, só “sentia” que o nonno era realmente italiano quando com seu irmão, tio-avô Chico, ao pé do fogo junto ao fogão à lenha, não falava no linguajar italiano comum aos imigrantes, mas num dialeto diferente: o Furlan.

Os RDs 1, 2, 3 e 4 e RD13 apresentam-nos o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo, conforme já mencionado, de um lugar de testemunho, por estar nesse lugar, por estar na cena da chegada. Assim, a comparação **“como soldados em manobra”** dá conta de uma construção em que se pressupõe uma necessidade de defesa e também de ataque, uma vez que tal imagem, de soldado em guerra, compreende um estar-se diante de inimigos, ao que podemos relacionar o porquê do dizer de si por tal alegoria. Estar fora de seus domínios, estar diante do desconhecido: sim, um lugar sem lugar. Estabelece-se o dano, mas há outro estranhamento que torna esse dano quase que *non sense*, no que tange à sua relação: com o que mesmo, já que está numa situação de apátrida? Situação diferente, não mais em campo aberto, como no RD1, mas diante das matas e de suas feras, em que se diz “intruso”, no RD4. Esse “intruso”, por sua vez, compete com os habitantes de direito que são as feras: receio diante da fatalidade e do enfrentamento. Ser intruso e sentir-se como soldado em manobra traduz o desconforto, o não-lugar. Movimentos de sentidos dentro de paráfrases em imagens distintas, mas que dizem muito do mesmo.

Já no RD5, há o político funcionando: descreve-se como um *pobre* colono que vive no meio do mato, no Brasil, junto com índios, onde não há educação: nem que seja pela letra, esse pobre colono dá conta de sua existência como pobre e como colono, num determinado lugar e em determinadas situações. Além disso, coloca-se em situação de “cretinice”, a qual, em seguida, estende-a a outros com quem se coloca em oposição: tal oposição é em relação aos campônios, a quem descreve como bons leigos e entendedores de serem “padrecos”, em que o sufixo aqui usado (-eco) traduz o valor depreciativo dado ao posto. Ironia, crítica, divisão, luta: questiona, esse sujeito, a “ordem natural da dominação”. Embora inscrito num lugar que se constitui enquanto tal numa relação que é a de luta de classes, a desigualdade observada não necessariamente se dá nessa relação vertical, senão em diferença com os seus, num olhar que apenas se estende horizontalmente. Há uma lacuna que não se preenche se buscarmos que tal sujeito saiba exatamente qual o seu papel, qual seu determinado lugar na reorganização do capitalismo mundial naquele início de século XX. A negação do início do recorte, “nada sei” talvez esteja aí para que esse sujeito, ao tomar um lugar político, possa, de certa forma, defender-se, proteger-se. Mas esse não é um bom sujeito, ao contrário do que se lê do como se diz o sujeito ítalo-brasileiro no RD7, em que o olhar do outro e

a fala do outro é matéria à sua própria identificação: ser católico e trabalhador é o que “se” (o Estado, a sociedade) espera, efetivamente, do sujeito que vem ao país para dar sua força de trabalho: assim interpelado pela ideologia, assim mesmo a ela responde, sem contestação. Apagamentos do político que se confirmam no RD13, em que se dizer “a gente era tão pobre naquele tempo” (e, então, já não se é mais) dá a dimensão do que dele mesmo se espera: com a força do trabalho (não do capital) é que se vai enriquecer.

No RD11, há um posicionamento do sujeito frente às condições sócio-históricas da Itália do final do século XIX e início do século XX (desenvolvimento industrial, movimento operário, exploração do trabalho, exclusão, emigração em massa), e o que podemos observar é a adesão à interpelação ideológica capitalista, com quem a igreja esteve junto quando da propaganda para emigrar: o sujeito contrapõe o ir aos centros industriais (em que “Schio” simboliza a grande indústria) ou ir para novas terras e fazer o seu progresso e desenvolvimento econômico, lugar onde não aceitariam ser sustentados. A ideologia que funciona aqui é que pelo trabalho – orgulhosamente pelo trabalho – vence-se, conquista-se e se enriquece. O que não se tem é a quem efetivamente chegará a riqueza produzida pelo trabalho. Compreendemos, também, que o sujeito que escreve tais considerações visa a alcançar aos descendentes o legado dos antepassados. E como trata, sendo de uma formação discursiva religiosa, senão pelo viés de serem, esses, heróis e vencedores, pelo sacrifício, pelo suor, pelo trabalho. Porque é preciso vencer: se não há o capital, há que se ter esperteza, fazer-se atento, deixar de ser “burro”: “fate furbo” – assim se afirmam e reafirmam as ideologias (de que é preciso ser um vencedor) – diz o avô, o pai e o irmão ao mais jovem, na língua que lhes significa, conforme o RD14.

Mas o sujeito ítalo-brasileiro nem sempre se diz como um vencedor, embora, ao retomar-se a memória, retoma-se o heroísmo dos antepassados, justificado pelo sangue herdado, em que com a coragem e a bravura deixaram seu legado (RD19). No RD18, apresenta-se como “uma simples professora aposentada, tentando resgatar a história e a memória de um povo, que esteve no topo da glória e, com o passar dos anos, foi definhando e está praticamente esquecido”. Essa sequência que diz da glória, do definhamento e do esquecimento de um povo (em que a própria palavra “povo” já traz apagamentos, ao mesmo tempo em que enlaça outros sentidos) vem esvaziada das contingências históricas, sociais e econômicas, de

onde entendemos efetivar-se o dano, dano esse que se recobre com um outro: o da necessidade de fazer uma *tentativa de resgate dessa história e dessa memória*. Sim, são histórias que serão resgatadas e recontadas, mas estarão perdidas, deixadas ao acaso, em pequeníssimo volume de edições, assim como se perde na paisagem a própria localidade – em sua beleza –, de onde surgem os personagens que, por palavras, ilustram um breve calendário do tempo. Língua de areia a qual já nos referimos. Imaginários que se refletem na sequência de palavras citadas: história, memória e sujeito em glória, definhamento e esquecimento. Danos que não se reparam.

Todavia, como que em contraponto aos recortes anteriormente trabalhados, há imaginários desse sujeito que o colocam não no esquecimento, mas dentro de um círculo – porque trazem a ideia de fechamento - ou de um ciclo – porque são etapas que se cumprem, ou de um circo – porque, diante de uma estrutura que se monta e desmonta, em ferro e lona, há personagens envoltos em maquiagem se fazendo, pelo desejo, atores de todas as utopias, conforme Foucault, ([1984] 2013), ou apenas das suas. Compreendemos, assim, o imaginário pelo qual circula o sujeito ítalo-brasileiro no dito do RD20: “Enfim, me parece que agora, não estamos mais distanciados, ao contrário, entre nós existe o Oceano Atlântico, no entanto, apesar da grande distância física, nos sentimos bastante aproximados, porque o elo perdido foi reatado.” Elo que também se completa com a língua<sup>144</sup>, conforme o RD21: “Logo eu respondi em italiano, falando da minha emoção e da minha vontade de conhecê-los”. Faz-se necessário considerar aqui que a língua pela qual se dá o elo identitário é com a língua italiana oficial, não é com a língua da imigração, o talian. Seria esse o simbólico efeito de pertencimento à Itália? Dilui-se toda a historicidade do sujeito na e pela língua, na e pelas línguas (talian e português), na e pela história no imaginário de se ser “italiano”.

Do RD27, o sujeito ítalo-brasileiro coloca-se em falha diante das línguas que o interpelam – o português de suas práticas sociais e o francês da escola –, colocando-se como sujeitos plenos de dificuldades diante de um pertencer à língua. Para ele, a marca da língua italiana é marca de um pertencer do qual se quer afastar, distanciar-se. (Outras duas questões marcam o lugar desse sujeito: não participar de protestos durante a ditadura militar no Brasil, iniciada em 1964, e

---

<sup>144</sup> Embora para fins metodológicos tenhamos organizado tratar de sujeito e língua separadamente, a análise que fazemos aqui atesta que não há como tratar de sujeito sem tratar da língua e vice-versa.

querer, a todo custo – traduzido como um consenso dos jovens daquele local – vencer obstáculos e conquistar longe dali vida confortável e realização de sonhos. Nesse movimento, compreendemos o papel destinado aos AIE<sup>145</sup>, conforme abordado por Althusser, assim como podem ser observados em outros recortes aqui presentes.) A escola referida, pública, exerce seu papel de reproduzir a ideologia do Estado, então em mãos de ditadores. Bons sujeitos, que, no exercício da contradição, voltam-se para o passado e, especificamente, trazem-nos singularidades da memória que se compartilha:

RD28: Escrevo em homenagem a minha avó (materna) que veio do Vêneto, quando menina e aqui, logo, passou fome e frio, mas com a fé em Deus teve coragem, inclusive, quando esteve na prisão, porque não sabia falar português naqueles anos da II Guerra. Preciso dizer que ela deglutiou todos os desenganos que a vida lhe impingiu sem ter nunca a fisionomia embrutecida dos muitos que passaram trabalho com ela [...].

Não se trata aqui somente de rememorar, conforme Venturini (2009), mas, nas palavras do sujeito ítalo-brasileiro, pela memória - trazendo-a à luz da palavra escrita - fazer uma homenagem a características que não surpreendem, porque se repetem: coragem e fé. O fato singular referido aqui é que se trata de uma mulher (avó) e, mais singular ainda, o fato de que uma mulher esteve presa em função de falar o italiano durante a II Guerra, o que corresponde ao período de Vargas e à interdição das línguas de imigrantes. Observamos aqui duas questões que são, como já o dissemos, bastante específicas quando se trata da memória: falar da mulher em posições outras que não a da mãe ou doméstica – comuns práticas sociais do período - e falar da interdição da língua não por histórias que se repetem, apenas mudando-se o cenário, mas por intermédio de uma história única: entendemos a marca do político nessas instâncias de memória. Esburacada, com falhas, cheia de interditos, mas que se recompõe por remendos, preenchendo vazios que jamais seriam significados. A marca do político aqui se mostra de várias formas: desde quem escreve (do lugar do feminino, marcado), sobre quem escreve (de um feminino, apagado, negado) e sobre o que escreve (a inscrição do feminino, no político e na língua, no fazer-se sujeito de discurso) e porque escreve (uma memória

---

<sup>145</sup> Aparelhos ideológicos do Estado, conforme Althusser ([1969] 1985).



que, ainda em tempo, se registra). Não sem que esteja presentificado um atravessamento da formação discursiva religiosa – o que também instaura o político.

Há ainda dois recortes que tratam desse retomar a memória, escrevendo-a: no RD29, há, estabelecendo um efeito de consenso, um lugar-comum a todos os que continuam no processo de identificação com o imigrante, metonimizado em Naneto Pipeta<sup>146</sup>. E que consenso é esse? Ilusão, fé, sonhos, ingenuidade e medo de ser enganado, além de características outras denominadas de defeitos, esperteza, amor demasiado grande ao dinheiro, o qual sempre se precisava poupar. Apagamento de um político que instaura a diferença, apagamento de uma ideologia que segue funcionando, reforçando o lugar do sujeito imigrante: fazer-se esperto, progredir, valorizar o símbolo maior de poder de troca e crer em deus. O sujeito ítalo-brasileiro marca isso como sendo suas raízes. Nesse recorte, as imagens refletidas no espelho se alcançam, reproduzem-se fielmente, autorizam-se umas em outras.

Mas não é isso que acontece no RD29, em que o sujeito só vai sentir a questão de o avô ser italiano – ao que não se alinha, ao que não se filia – na imagem do avô junto aos seus, em situações em que se falava “no linguajar italiano comum aos imigrantes, mas num dialeto diferente: o Furlan”. Ou seja, na relação desta posição-sujeito com a dos outros que entram em sua narrativa, há distinções, e essas passam pela língua que uns falam. Marca de uma historicidade e de uma (dupla) inscrição na língua portuguesa (pelo observar do falar em outra língua que não a sua – estranhamento – e pela prática de escrever nessa sua língua).

Na sequência, em que há referência ao colono, observa-se a resposta (positiva) à interpelação ideológica a que se dá: forte e trabalhador, dando provas de sobriedade, de economia, de perseverança, bases à sua independência, além de sentir-se satisfeito e feliz em função de ser um pequeno proprietário (e, pela questão de deter a propriedade, mesmo que pequena, ser livre e independente...). Avaliamos que esse sujeito, que não incomoda e responde às expectativas de um Estado, deseja, por tais inserções, pertencer – “pertencências”, em termos de Rosa (1994, p. 392). Acresce-se a isso, ainda, que, com a propriedade, ele vai se dar ao efeito de esquecimento dos sofrimentos e das dificuldades passadas: isso reafirma o bom sujeito. E mais: seu único desconforto constitui-se na morte destituída de acompanhamento religioso (católico, apostólico, romano): sabendo-se que igreja e

---

<sup>146</sup> Conforme consta no APÊNDICE B.

estado andam juntos, nada mais para esse sujeito corresponder ao que dele se espera: um sujeito alienado da sua condição.

Quadro 22 – Recortes discursivos sobre o sujeito ele-mesmo, a partir do quadro 20: imaginário de sujeito por ele mesmo, em terceira pessoa, sob a designação “colono”

RD2: Nesse andar, **o colono** dia a dia melhorava seu padrão de vida, satisfeito, feliz, sentindo-se um pequeno proprietário, livre e independente, esquecendo, assim, todos os sofrimentos e dificuldades passados depois de sua saída da Pátria.

RD3: O **nosso colono** não podia conformar-se com esse estado de coisas: ter que morrer sem ter um padre perto que lhe desse os confortos da religião, a extrema-unção, etc. [...].

RD13: O que dá margem a contrastes muito pitorescos é o relacionamento entre cidadãos e **colonos**. O cidadão é supostamente a pessoa mais evoluída, mais fina, mais sabida, mais atualizada no trajar, mais endinheirada, melhor posicionada, mais criativa, enquanto que o colono é tido como o bronco, o atrasado, o “biturado”, o caipira, o lá do interior, faltando-lhe aquele polimento buscado ou reivindicado pelo cidadão.

RD15: Os **colonos** vinham, de perto e de longe, a pé ou a cavalo... A maioria do **povo** comungava e se confessava. Havia fé. [...] Além das celebrações litúrgicas, faziam-se retiros, pregavam-se missões, realizavam-se procissões para pedir chuva. Havia confrarias, filhas de Maria, Ordem Terceira, fabriqueiros. Praticava-se fraternidade de fato, no dia a dia. E dessa liturgia e vivência religiosa brotavam abundantes vocações religiosas.

RD25: Nesse ambiente adverso o **colono italiano** abandonado no meio da floresta se apoiava nos valores trazidos de além-mar, o clássico tripé: família, trabalho, religião.

RD27: Lembro que, durante as aulas, ela caminhava pela sala nos ensinando (pobres **colonos** com dificuldade até para falar português) a fazer um biquinho com os lábios para pronunciar as vogais “i” e “u”.

RD32: As comunidades de imigrantes viam como os maiores defeitos de um **colono italiano**: primeiro, não ser bom católico; segundo, ser preguiçoso e, terceiro, não ser “pão-duro”. Oração e trabalho eram essenciais: “Rezar como se fosse morrer hoje, trabalhar como se fosse viver sempre”.

RD36: Esses **colonos** que povoaram aquela planície fértil, traziam seus corações cheios de sonhos e esperanças, e os braços prontos para o trabalho árduo de concretizar cada um daqueles sonhos. [...] Os nomes eram Alfredo, Arcângelo, Omobom, Próspero, Jacó, Antônio..., e as mulheres chamavam-se Dolorata, Justina, Brasilina, Maria, Ana, Santana... Esses homens e mulheres, estando tão distante do seu povo, não deixavam de se encontrar, de conversar – primeiro em dialeto italiano, depois, aos poucos em um português um tanto rudimentar – e namoravam, não sem uma severa vigilância; casavam-se e vinham mais homens e mulheres, mais braços e sonhos.

Fonte: Autora.

Nossa primeira recorrência para pensarmos os sentidos – e os sentidos aqui mobilizados na/para a construção do imaginário do sujeito ítalo-brasileiro por ele mesmo – é ao Quadro 1, em que apresentamos resultados de algumas discussões, além dos sentidos registrados no Dicionário Houaiss(2009). Com base nisso e no processo sócio-histórico, entendemos que colono advém de colonização, sendo que, em relação à imigração italiana, Zanini (2006, p. 51) traz que “em São Paulo, colono designava o engajamento de mão de obra livre para as fazendas de café, o operário agrícola; e, no sul, colono designava o pequeno proprietário, habitante das colônias, que tinha o seu sustentáculo no trabalho do grupo doméstico”. Designação essa, ainda segundo a autora, que equivaleria a camponês, em contraposição ao estancieiro ou ao fazendeiro, os quais não se valiam dessa mão de obra, senão a

assalariada. Com base nessas considerações, entraremos nos sentidos tomados nesses recortes discursivos.

Quadro 23 – Recortes discursivos e movimento de sentidos

	<b>DESIGNAÇÕES</b>	<b>[O QUE DELE SE DIZ]</b>
RD2	O colono	Satisfeito, feliz, sentindo-se um pequeno proprietário, livre e independente, esquecendo-se dos sofrimentos e dificuldades depois da saída da sua Pátria.
RD3	Nosso colono	Não podia se conformar em ter de morrer sem ter um padre que lhe confortasse
RD13	Colono	Em oposição a cidadão: bronco, o atrasado, o “biturado”, o caipira, o lá do interior, faltando-lhe aquele polimento buscado ou reivindicado pelo cidadão
RD15	Os colonos [a maioria do povo]	Os que não moravam na “sede”, onde havia igrejas;-deslocavam-se em função da religião. “vinham, de perto e de longe, a pé ou a cavalo... A maioria do povo comungava e se confessava. Havia fé.” (= crentes em deus)
RD25	O colono italiano	apoiado em valores de além-mar, o clássico tripé: família, trabalho, religião.
RD27	Pobres colonos	dificuldade até para falar português – e francês, então?

RD32	Colono italiano	(defeitos): não ser bom católico; ser preguiçoso não ser “pão-duro”; questões essenciais a ele: oração e trabalho
------	-----------------	---

Fonte: Autora.

Nesses recortes, atentamos para algumas questões que, tratadas no Quadro 1, conformam-se. Do dicionário Houaiss, não se confirma a acepção 3, no que tange à questão do sujeito ítalo-brasileiro da Quarta Colônia: em nenhum dos recortes há referência à modalidade de trabalho assalariado; também em relação à acepção 2, nem sempre coincide (por exemplo, no RD 27, o colono não é o imigrante (dadas as informações de ensino da língua francesa em escolas públicas); o que se confirma e perpassa é o sentido da acepção 1. Dos sentidos refletidos, então, verificamos que o sentido daquele que não se adapta; que não se urbaniza, que não se atualiza; “tosco”, “tacanho”, “grosseiro”, que não é escolarizado, que é do interior, alheio às coisas da cidade se presentifica no RD13, no RD27, fragmentos do RD15 e do RD 25. E há sentidos – em seu imaginário – que dão conta de esse sujeito ser forte, trabalhador, sóbrio, econômico, perseverante, batalhador por sua liberdade (RD2), um sujeito que se sustenta em valores de família, trabalho e religião (RD25), sendo que a questão da religião calca o imaginário do sujeito também no RD 3, quando não poderia faltar um padre na hora da morte, no RD15, quando se moviam pelos efeitos da fé, o que se reforça no RD32, designados de defeitos – o que dá a dimensão do que a ele não do que é permitido, mas do que lhe é exigido: ser católico, trabalhador e pão-duro.

Que formações discursivas atravessam-se nesses discursos senão as que já referimos como presentes e que, o tempo todo mostram sua força ideológica. Pelos caminhos da fé, da família, do trabalho e da propriedade, irrompem efeitos da formação discursiva religiosa e também jurídico-capitalista. Questionamo-nos, porém, se não há um viés fascista atravessado/atravessando tais imaginários.

Quanto ao último recorte discursivo, o RD36:

Esses **colonos** que povoaram aquela planície fértil, traziam seus corações cheios de sonhos e esperanças, e os braços prontos para o trabalho árduo de concretizar cada um daqueles sonhos. [...] Os nomes eram Alfredo, Arcângelo, Omobom, Próspero, Jacó, Antônio..., e as mulheres chamavam-se Dolorata, Justina, Brasilina, Maria, Ana, Santana... Esses homens e mulheres, estando tão distante do seu povo, não deixavam de se encontrar, de conversar – primeiro em dialeto italiano, depois, aos poucos em um português um tanto rudimentar – e namoravam, não sem uma severa vigilância; casavam-se e vinham mais homens e mulheres, mais braços e sonhos.

O sujeito imigrante italiano, nesse recorte discursivo, é referido pelo termo **colono**, hiperônimo de, depois, homens e mulheres; e, em referência aos descendentes: braços e sonhos, numa construção metonímica. Há um lirismo perpassando os nomes selecionados pela autora, não há como não encontrarmos sentidos em cada um deles: Alfredo lembra fredo: frio em *talian*; Arcângelo, arcanjo, do reino dos céus; Omobom remete a homem bom; Próspero, prosperidade; Jacó é nome retirado da Bíblia, do Antigo Testamento; Antônio é nome mais do que comum. Quanto aos nomes das mulheres, Dolorata vem de *dolor*, do Latim, dor; Justina remete à justiça; Brasilina, uma homenagem ao Brasil?; Maria e Ana são nomes bíblicos e Santana, santa, no diminutivo, pelo sacrifício, pelo seu *calvário* de sofrimento e lutas; santa e, por isso, merecedora do paraíso, aquela que vai para o céu. Ora, não há como não ver a formação discursiva religiosa perpassando nomes e sentidos.

Mas outra questão que este recorte traz é a questão da língua falada por esses *colonos*: do dialeto italiano (que, aqui, não remete a uma língua, mas sim, um simulacro de língua) ao *português um tanto rudimentar*. quais os sentidos que podem advir dessa designação?

Segundo Houaiss (2009), as acepções de *rudimentar* são:

- adjetivo de dois gêneros
- 1 relativo aos rudimentos, aos primeiros elementos, noções ou princípios de algo; elementar, básico, fundamental  
Ex.: *conhecimentos r.*
  - 2 falta de desenvolvimento, de profundidade; que contém apenas o essencial; resumido  
Exs.: *aulas r.*  
*um artigo r. acerca do Romantismo*  
*pesquisa r.*
  - 3 sem arte; grosseiro, tosco  
Ex.: *bancos r., de três pés, eram muito usados pelos caipiras*
  - 4 sem sofisticação; simples, modesto

- Ex.: *rapidamente adaptou-se à vida r. do alojamento*
- 5 pouco desenvolvido, limitado quanto a valores morais, intelectuais, psicológicos  
Exs.: *sociedade r.*  
*inteligência r.*  
*ideias r.*
- 6 que tem caráter de rudimento (diz-se de órgão)
- 7 Derivação: por extensão de sentido.  
que tem um órgão cujo desenvolvimento é incompleto

No espaço que abarca nossa compreensão, entendemos que há, no imaginário do sujeito, que a língua apreendida pelos imigrantes não chegou a uma língua em sua completude; mais, esse rudimentar está no âmbito do sem arte, do grosseiro, do tosco, talvez do que contenha apenas o essencial, assim, sem sofisticação, simples, modesto, limitado, incompleto (almejando-se uma completude). Entretanto, associamos que pela língua o sujeito se significa – e esse sujeito não fala o italiano oficial, nem o português, tal como o fundamentado por Orlandi como uma língua imaginária (ORLANDI, 2002). Assim, esse sujeito, pela língua, não é o cidadão italiano, tampouco o cidadão brasileiro, pois pouco está nessas línguas. Mas não é só a língua que está/é-lhe incompleta: se antepassados, homens e mulheres, chegaram **com** braços e sonhos, nesta última geração, gerados foram mais homens e mulheres, mais braços e sonhos: braços e sonhos não compõem homens e mulheres; braços e sonhos são as únicas partes que os compõem, braços e sonhos são a parte pelo todo, e isso não deixa de ser, em outro sentido, um todo que se reduz. A esses homens e essas mulheres, que não falam uma língua, o lugar é o do sonho e o do trabalho e um não estar (por completo) na língua (completa, elaborada, plena).

Continuamos nesse mesmo recorte, especificamente nas reflexões desencadeadas por “conversar – primeiro em dialeto italiano, depois, aos poucos em um português um tanto rudimentar”. Para isso, tomamos, de Mariani (2007) algumas considerações sobre colonização. Para a autora:

A noção de colonização remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato assimétrico entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos. Deve-se, então, dizer que tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador ou no do colonizado. No período das descobertas do Novo Mundo, observa-se que o discurso da História proveniente do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas

pela imposição e/ou preservação das identidades locais (MARIANI, 2007, p. 85).

Essas reflexões de Mariani fazem com que pensemos que se instaura uma contradição, um movimento dentro da questão entre colonizar, ser colonizador, ser colonizado, ser colono... Concordamos com Mariani (2007) quando se refere a mais de um sentido. Inicialmente, há sentidos uns para o colonizador (português) quando do domínio português do Brasil, assim como o que se dá também nas colônias hispano-americanas, onde povos têm história e línguas distintas, em que o contato é assimétrico, dando-se pelo uso da força, entre tensões e confrontos. E isso vai se dando também com relação à língua. Há uma colonização linguística, em que a língua colonizadora visa a se impor diante das línguas colonizadas. Mas esse colono (a que se faz referência nos recortes discursivos como o colono, o nosso colono, o colono italiano e pobre colono, atestando as diferentes posições do sujeito) não é aquele que está num processo colonizador – e aqui não queremos comparar distintos períodos históricos, apenas estabelecer paralelos para melhor compreender diferenças: – quando se trata de língua, pois o sujeito ítalo-brasileiro, embora vá colonizar terras brasileiras, não o fará com relação à sua língua; ao contrário, terá de se submeter à língua daquele que lhe chamou para a tarefa de ocupar terras e delimitar fronteiras nacionais – e aí recuperamos o sentido etimológico da palavra “colono”, conforme o Dicionário etimológico da língua portuguesa, de Cunha (2010): “membro de uma colônia” – também parte de um todo; “povoador” – em uma de suas “funções” e, o que nos fornece pertinentes caminhos à compreensão, “cultivador da terra pertencente a outrem”. Terra e língua pertencentes aos portugueses. E isso ressoa nos recortes discursivos de duas formas: A primeira pode ser observada no RD27, em que ao colono é difícil até para falar português – que dirá aprender a pronunciar as vogais i e u do francês, língua a ser aprendida na escola de então; nesse caso, reforça-se a ideia do colono como aquele sujeito que, mesmo, não se adapta: colono, aquele que não impõe a sua língua (por não poder ou não querer), mas que, também, não consegue “se” colonizar ou ser colonizado. Contradição e resistência na/pela língua.

Para observarmos a segunda, trazemos o RD 10 (antecipando um recorte que se encontra no próximo Quadro), mesmo que haja um apagamento da palavra colono (antecipando o que já entra em outra das formas com que o sujeito ítalo-brasileiro refere-se a si, mas cuja relação com o que estamos aqui tratando dá-se de



modo significativo) –, há um confronto nessa relação colonizador-colonizado-colono, e o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro ganha uma força dramática e épica.

[reprodução do RD10 do Quadro 22, para fins de acompanhamento]

Vindo de tão longe, **conquistaram** o interior deserto do país, dum modo bem diferente, por exemplo, dos bandeirantes

Estes entraram no sertão com lanças e bacamartes a tiracolo, prendendo, matando, levando seres humanos ao cativo, por cima de rios de sangue. Enfim, espalhando a morte por toda parte.

**Os nossos** empunhavam enxadas, o cabo do machado e a rabiça do arado rasgaram o ventre da terra; e, porejando rios de suor, fizeram brotar a vida por toda a parte.

[ - **Bravos! Vossa** memória será sempre abençoada!...]

A quem (sujeito) se refere “vindo” (que está no singular) e a quem (sujeito) se refere “conquistaram”: quem, afinal, fala de quem? (não temos o dado explícito do sujeito: imigrantes, antepassados, italianos? Só se tem a referência “avós”, o que configuraria um apagamento). Equívocos que enredam esse sujeito e cujos sentidos escapam às ilusões do sujeito leitor também.

A elaboração de um paralelo entre o sujeito imigrante italiano (cuja referência é/está lacunar) e o sujeito bandeirante estabelece dois tipos de relação: uma de aproximação, comparação: ambos se lançam ao interior do país, também não determinado qual é, nem a que tempo – distinto – em que isso acontece; outra, uma relação antitética entre, de um lado, os que trouxeram a morte e, de outro, os que promoveram a vida, e também maniqueísta: uns são os bons, outros são os maus (uns irão para o céu; outros, para o inferno); além da relação desses uns e desses outros com os instrumentos que portavam e utilizavam.

Nesse recorte, em que se observa que os dois se detêm em processos de colonização há um confronto em que, conforme Orlandi (2007c, p. 121), “o colonizador, por definição, é o que, em termos de memória, exerce sua memória tradicional, impondo-a (e impondo-se) ao colonizado”, nessa prática de linguagem, estabelece-se um confronto em meio a uma contradição por parte do sujeito ítalo-brasileiro. O confronto se dá quando observamos a diferença entre o ser colono e o ser colonizador, cujas práticas sociais, conforme descreve – comparativamente, como dois iguais - são distintas e distanciadas; mesmo que a ambos tenha sido conferida a tarefa de “colonizar”. Assim, a uma memória do colonizador que se

impõe (que o traz como herói) confronta-se a memória de um colono (em um imaginário no qual a igualdade de condições distingue-se da “nobreza” das ações, também adquire uma postura de heroísmo, desfazendo o lugar do primeiro) que também tenta um lugar. No entanto, é pela língua que se dá a falha: ainda que confronte, e que resista (tomando a si um lugar na história), e que se discursivize, e que se subjetive – e aqui está a contradição – isso se dá pela língua do colonizador, e não pela sua, de colono. Diante disso, desse processo de “colonização linguística”, tal “igualdade” de condições perante a história e a construção de sua memória é ilusória.

Na sequência, incidiremos nossas análises sobre recortes discursivos que trazem outras formas de designar o sujeito ítalo-brasileiro e os sentidos aí mobilizados.

Quadro 24 – Recortes discursivos e movimento dos sentidos imaginário do sujeito por ele mesmo sob outras designações

RD6: Entra em vigor o alistamento militar, lei promulgada pela legislação federal brasileira... tumulto diabólico... Alguns não querem se inscrever porque são italianos, outros, por serem filhos de italianos... os inspetores, prepotentes, exigem submissão, o povo os vaia

RD7: [...] Um dia me contaram que alguém teria dito à futura sogra:

- Júlia, tu estás deixando a A namorar aquele “gringinho” pobre?

A sogra respondeu prontamente:

- Estou muito contente que a A namore o S, porque ele é um moço católico e trabalhador.

RD8 A inveja criou logo a discórdia entre este novo povo, e mais, haviam entre eles diversos indiferentes; isto é, daqueles que querem ser católicos mas de vida cômoda, si fazem si façam si não fazem, tanto melhor: escusado de ser incomodado com peditórios

RD9: A gente era tão pobre naquele tempo

RD10: Vindo de tão longe, conquistaram o interior deserto do país, dum modo bem diferente, por exemplo, dos bandeirantes. Estes entraram no sertão com lanças e bacarmates a tiracolo, prendendo, matando, levando seres humanos ao cativeiro, por cima de rios de sangue. Enfim, espalhando a morte por toda parte. Os nossos empunhavam enxadas, o cabo do machado e a rabiça do arado rasgaram o ventre da terra; e, porejando rios de suor, fizeram brotar a vida por toda a parte. [- Bravos! Vossa memória será sempre abençoada!]

RD12: Não se pense, porém, que possuam um trato social fino e delicado. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas nas coisas comuns e nem passar por experiências amargas. Grande máxima: mãos calejadas, mãos honradas. Grande princípio: Sem Deus não há religião, sem religião não há moral e sem moral não há patriotismo!

RD16: O imigrante italiano era um sofredor e, não raro, um revoltado. E o blasfemador culpava a Deus e Maria Santíssima por suas dificuldades. Aí, vinham as ofensas: “porco Dio”, “porca Madona” e outras expressões impublicáveis.

RD22: Não tinham medo do trabalho, tinham coragem.

RD23: Viveram muitos anos na miséria, sem recursos. Muitos queriam voltar para a Itália, mas não tinham condições e, no alto do passaporte estava escrito “non si da ritorno” (não se dá retorno).

RD24: Mas eles vieram determinados a ter um pedaço de terra que pudessem dizer que era seu e, assim, se orgulharem de ser o seu próprio patrão. O problema é que foram jogados na floresta sem a mínima infraestrutura. Para não sucumbir, tiveram que improvisar.

RD 26: Para não serem presos iam à missa e voltavam calados.

RD33: Todos bebiam em canecas de alumínio até ficarem bem alegres. Antes do anoitecer, então, começavam os palavrões e as piadas contadas em italiano. Imaginavam que chamar Nossa Senhora de “porca Madona” e Jesus Cristo de “porco Dio” não seria pecado.

RD34: Assim, filhos e netos de italianos que emigraram da Europa por serem explorados por trabalharem em terras alheias, aqui na América tornaram-se eles mesmos exploradores dos sem-terra.

RD35: Os imigrantes pioneiros [...]. Não partiram como degredados ou foragidos da justiça, nem perseguidos pela polícia e, menos ainda, não vieram amarrados com grilhões no fundo dos porões dos navios. Saíram da Itália com espírito patriótico, cristão, simples, mas nobres, como se fossem inspirados pela Divina Providência. Partiram com suas famílias e seus pertences, mas não esqueceram de levar junto o professor, para continuar o ensino da Itália, nas terras longínquas.

RD37: O mundo ideológico destes imigrantes caracterizava-se pelo fascínio da posse da terra [...] a propriedade do solo como sinônimo de independência, dignidade e liberdade, proporcionando aos filhos alimentação farta e futuro; pela crença no trabalho manual como segredo do sucesso.

Fonte: Autora.

Referiremo-nos, primeiramente, à designação “italiano”. Elas estão presentes em várias situações em que são tomadas como sinônimo de colono, de agricultor, de imigrante. No entanto, detemo-nos em recortes discursivos que trazem o dizer diferente, nos RDs 16 e 34. Assim, perguntamo-nos quanto aos sentidos mobilizados e aos imaginários aí compreendidos. A par de que a referência a italianos seja a imigrantes advindos da Itália, o imaginário é de que eram submetidos a determinadas condições, em que lugar mesmo se inscreve esse sujeito ao ser

assim interpelado? Personificaria a própria possibilidade de “ousar se revoltar”, conforme nos explicita Pêcheux ([1975] 2009, p. 281)?

E é esse ousar se revoltar a que nos referimos anteriormente que observamos na posição-sujeito tomada pelo sujeito ítalo-brasileiro no RD16: dois lugares se cruzam, se atravessam, o de ser um sofredor e o de ser um revoltado. No entanto, há um deslize, em que o revoltado adquire uma singularidade: é ele o blasfemador, agente de blasfêmia, cujos sentidos foram já tratados anteriormente, tanto ao em que consiste a blasfêmia quanto ao em que língua se dá esse blasfemar<sup>147</sup>, ou seja, pelo seu caráter de estar dentro de uma formação discursiva católica e de que tal efeito se dá pela língua talian. Tal movimento, ainda, traz, a partir dessa posição sujeito – ele não é um imigrante italiano –, apesar do jogo dos espelhos, uma desidentificação com o ser revoltado e blasfemador, porquanto outras expressões são “impublicáveis”. Questionamo-nos: dizíveis sim; publicáveis, não: que imagem esse sujeito está a construir de si para si, para os outros, dos seus para si e para os outros? O que pode e o que não pode dizer-se desse sujeito? Tais interditos, pensamos, estão dentro de um querer reger a memória.

Nossa reflexão incide quanto ao uso de “italianos”, mesmo que o sujeito ítalo-brasileiro já esteja inscrito em outra nacionalidade. O que estaria, então, em funcionamento, dentro de um processo de identificação em que não se diz brasileiro, mas sim italiano? Poderíamos considerar, nesse processo de identificação implicado nesse designar-se como, que poderia haver um apagamento do processo sócio-histórico concernente aos fatos da imigração em que contraditoriamente se apaga “um pedaço” de memória ao mesmo tempo que se liga a um passado distante e depositório de um imaginário de pertença; que poderia, também, haver uma resistência a um determinado pertencimento. No entanto – sem desconsiderar o que colocamos anteriormente –, atentamos ao que Zandwais (2011) traz em relação tanto aos aspectos simbólicos envolvidos no conceito de nação quanto aos domínios da prática política implicados na relação de dominação, a saber: território, etnia e língua, categorias necessárias para que os sujeitos sejam interpelados como sujeito deste ou daquele Estado-Nação, sendo que é “a língua [que] adquire papel vital para o preenchimento de um espaço imaginário ‘universal’ e ‘catalisador’, na medida em que é ela que dá ao Estado a resposta de maior expressão simbólica”

---

<sup>147</sup> Na parte 2.2 e na parte 3.1.

(Ibidem, p. 130), entendemos que, o sujeito ítalo-brasileiro, ao suplantar a questão territorial e linguística (embora, também contraditoriamente, use a língua portuguesa para dizê-lo) e dizer-se pertencente a uma nacionalidade pela questão étnica, visualizamos um ponto de contato frágil com as ideologias que sustentam práticas (estatais) de totalitarismo.

Nesses recortes, ainda, os imaginários que circulam – nesse sujeito que fala de si ao falar do outro – reincidentem a valorização do trabalho (no trabalho na agricultura) em detrimento à valorização dos estudos e ao aprendizado da língua portuguesa e reitera-se o imaginário de “prezar finanças”, hábito herdado, “espírito empreendedor” e “sonho de ser seu próprio patrão” – o que também aparece no RD24 como desejo a ser objeto de orgulho, embora a referência seja a um “eles”. Sobre esses recortes, incomoda-nos dizer que a língua não dá conta de qualquer resistência à dominação; interpelado ideologicamente por um sujeito de direito e capitalista, ainda que produto desse dano, sucumbe às suas injunções: tornar-se um patrão, posição essa corroborada no RD37.

Quanto ao RD34, no entanto, o sujeito dá-se à contradição, a qual consiste em perceber que o sujeito explorado é o mesmo que passa a explorar; ao distanciar-se (ver-se, compreender-se, mas não identificar-se), vê as marcas da contradição de classes do sujeito por ele mesmo. Ao trazer isso à linguagem pela memória, rompe com uma cadeia de significantes ao inversamente ligar os “sem-terra” do Brasil da contemporaneidade aos italianos que emigraram no passado e ao associar os algozes de seus avós de ontem (os donos de terra na Europa) com os seus próprios netos, exploradores desses sem-terra de hoje. Depreendemos que nessa posição-sujeito há duas formas de dano: a do perceber que se está no lugar dos incontados, dos que a nada têm direito, conforme os apontamentos que retomamos de Rancière ([1995] 1996) e o de observar do que foi capaz este, quando se torna parte desse todo: reproduzir e não transformar as condições de produção.

No RD35, em que nossa ancoragem se dá na designação “imigrantes pioneiros” – em que o sujeito se identifica com o que se diz desses imigrantes – observamos uma gradação de negações: não>nem>menos ainda:

RD35: Os imigrantes pioneiros [...]. Não partiram como degredados ou foragidos da justiça, nem perseguidos pela polícia e, menos ainda, não vieram amarrados com grilhões no fundo dos porões dos navios. Saíram da Itália com espírito patriótico, cristão, simples mas nobres, como se fossem inspirados pela Divina Providência.

Pelo recurso das negativas, o sujeito ítalo-brasileiro afirma o que não se é (degredado, foragido, perseguido ou amarrado, significando escravizado), em outras palavras, traz no bojo de seu imaginário que “ele” não é um “errado”. Nesse recorte, observa-se que o que preside o discurso do sujeito descendente de imigrantes é a necessidade de dizer que a história dos imigrantes é diferente da história de outros que aqui chegaram. Há a memória discursiva que refere aos portugueses que aqui ficaram quando do “descobrimento” (homens que não eram desejados pela pátria de origem porque não obedeciam à ordem vigente) e dos africanos que vieram na condição de escravos. Distanciados estão esses imigrantes, porque identificados plenamente com o único lugar que lhe é determinado na estrutura e na formação social: assujeitados pelo amor à pátria, pelo espírito nobre e simples de um cristão – ao que nos perguntamos sobre esse imaginário: que pátria? Além disso, é possível observar que, por estarem nessa condição, não perpassa a esse sujeito a necessidade de humilhação – e aí mais um distanciamento do lugar ocupado pelos outros estrangeiros. Partícipes de um outro momento histórico, no qual não cabem degredados, foragidos ou escravizados, consideram-se “convidados” – pelo governo brasileiro, a contribuir com seu trabalho, sua presença e sua raça (vide objetivos da imigração, referido no Apêndice A).

Nosso próximo passo, neste itinerário errante pelas construções e incursões imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro, é tratar das construções imaginárias do sujeito deste estudo quando não designado por colono, nem imigrante, nem italiano. Tratamos de apagamentos dessas designações, ou de substituições que, muitas vezes, esvaziam de historicidade o próprio sujeito que se discursiviza.

## Quadro 25 – Recortes discursivos e movimento dos sentidos

<p>RD7: [...] Um dia me contaram que alguém teria dito à futura sogra:</p> <p>- Júlia, tu estás deixando a A namorar aquele “gringinho” pobre?</p> <p>A sogra respondeu prontamente:</p> <p>- Estou muito contente que a A namore o S, porque ele é um moço católico e trabalhador.</p>
<p>RD8 A inveja criou logo a discórdia entre este novo povo, e mais, haviam entre eles diversos indiferentes; isto é, daqueles que querem ser católicos mas de vida cômoda, si fazem si façam si não fazem, tanto melhor: escusado de ser incomodado com peditórios</p>
<p>RD9: A gente era tão pobre naquele tempo</p>
<p>RD10: Vindo de tão longe, conquistaram o interior deserto do país, dum modo bem diferente, por exemplo, dos bandeirantes. Estes entraram no sertão com lanças e bacamartes a tiracolo, prendendo, matando, levando seres humanos ao cativo, por cima de rios de sangue. Enfim, espalhando a morte por toda parte. Os nossos empunhavam enxadas, o cabo do machado e a rabiça do arado rasgaram o ventre da terra; e, porejando rios de suor, fizeram brotar a vida por toda a parte. - Bravos! Vossa memória será sempre abençoada!...</p>
<p>RD12: Não se pense, porém, que possuam um trato social fino e delicado. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas nas coisas comuns e nem passar por experiências amargas. Grande máxima: mãos calejadas, mãos honradas. Grande princípio: Sem Deus não há religião, sem religião não há moral e sem moral não há patriotismo!</p>

Fonte: Autora.

O RD7 nos traz o recorte de uma das narrativas, em que se instalam, no discurso de/da memória, prosaicos cotidianos, afeitos ao colorido das reminiscências trazidas em pedaços a serem colados num tabuleiro, qual quebra-cabeças, no imaginário objetivo de completude e de permanência pela escrita. São imigrantes



testemunhas da sua e de outras histórias, em fragmentos nas/das construções de uma memória coletiva. Assim, nesse recorte, temos a designação gringinho, o que remete a estrangeiro, residente ou de passagem pelo país, conforme Houaiss (2009). Nesse caso, em diminutivo, significando afeto ou mesmo remetendo a desprezo do sujeito em relação a. Há um imaginário que se projeta na fala de outros “personagens de sua própria ficção”: ao gringinho pobre contrapõe-se, no jogo do diálogo em que duas formações discursivas discutem entre si, o moço católico e trabalhador. Novamente, embora dizendo do conflito de uma interpelação ideológica em que o pertencer socialmente é mais pertencer pelo capital, orar e trabalhar são os recursos para quem é pobre e estrangeiro também poder aí se inscrever.

No RD8, também do lugar do testemunho, traz-se a designação “novo povo”, em que se esvazia muito dos sentidos sócio-históricos. Novo povo, perpassando as ilusões do sujeito, não se limita a uma colonização italiana, o que instala a possibilidade de outros grupos. No entanto, ao lado disso, em que hegemonicamente se tem católicos, vai haver, também, via “mas”, aqueles “católicos que querem ter vida mais cômoda”, questão que, se é possível, não é tolerável, uma vez que, a essa formação discursiva, essas duas posturas não se coadunam.

Além da designação anterior, no RD13 também se tem esvaziamentos de sentidos: “a gente”. Quem é a gente? Pode ser alguém específico ou qualquer um, está em aberto. A relevância de se trazer, para estas reflexões, tais expressões são para tomá-las em caráter de comparação – e de construção de paráfrases: vai se dizendo, mas, a cada repetição, o distanciamento faz desconhecer o referencial primeiro. Se pudéssemos colocar em uma cadeia, poderíamos ter: italiano/gringo/sem-terra> migrante/ novo povo >colono>descendente/próprio patrão> a gente. Mas, não necessariamente isso configura uma cadeia (algo da ordem de uma certa linearidade, regularidade, rigidez), visto que certamente pode ser explicitado pela imagem de uma rede, conforme já referido, em que se tem nós, esburacamentos, espaços vazios e fios, muitos fios, a dar conta dos entrelaçamentos das distintas formações discursivas, posições-sujeito e formações ideológicas que tecem os discursos.

Instiga-nos igualmente – e esse é o último dos delimitadores neste item – a ausência de um referente, designado de A ou de B, em que a terceira pessoa dá a indeterminação do sujeito – retomando que tal indeterminação é da ordem do não saber dizer ou do não querer dizer: recursos de linguagem, momento em que o

ideológico e o linguístico em negrito: uso de relativa, ver Pêcheux ([1981] 2011, p. 131), em que há o efeito discursivo: “ponto de contato entre o linguístico e o ideológico: o discursivo representa no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica, e inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia” (p. 136), em efeitos no discurso.

Na sequência, trataremos do RD 12 – aqui reproduzido.

RD12: “Não se pense, porém, que possuam um trato social fino e delicado”. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas nas coisas comuns e nem passar por experiências margas. Grande máxima: mãos calejadas, mãos honradas. Grande princípio: Sem Deus não há religião, sem religião não há moral, e sem moral não há patriotismo!

A primeira relação que gostaríamos de estabelecer deste texto é com o texto que será apresentado na sequência, em uma relação que poderíamos chamar de parafrástica, entendendo que esses processos “são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, quando “há um retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2009a, p. 36), conforme Brust (2014).

Estão nos domínios de nossa memória, memória discursiva, as palavras de Pêro de Magalhães Gândavo sobre a língua desses “nativos”, no capítulo sétimo, intitulado “Da condição e costumes dos índios da terra”, do seu “Tratado da terra do Brasil”:

*A língua deste gentio toda pela Costa he huma: carece de três letras – scilicet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente<sup>148</sup>.*

Ressoam em nosso pensar essas letras e essas palavras, porque a memória discursiva é aquela que não nos deixa esquecer e que as instituições todas “praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental”, segundo Orlandi (2010, p. 9), e que, por isso, contribuem na individualização dos sujeitos pelo Estado, mantendo-os em certa

---

<sup>148</sup> Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b341.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

circularidade. Torna-se difícil fugir desse já-lá, construído por um sujeito, sedimentado por outro, que nos coloca a todos em uma mesma origem.

Esse primeiro sujeito referido pelo texto da Literatura Informativa, na/pela linguagem, traz em/pelo seu (paradoxal) processo de subjetivação, em sua forma-sujeito-histórica, a forma-sujeito-histórica-medieval: porque tomado está em sua cultura, pela sua língua, pelo ideológico da nem tão distante Idade Média (já que, muitas vezes, na contemporaneidade, ainda se percebem sujeitos tomados e/ou divididos pelo religioso), assujeitado pela fé, pela lei e pelo rei, os quais, em última instância, se fundiam num único e inquestionável poder. Esse é o sujeito presente nos atos dos construídos descobrimentos de mares e de terras. Passados alguns séculos, cá estamos, em um *mix* de etnias e de culturas, adentrados em territórios, construídos em nação/nações, falados em/fadados ao português, pronunciando tais letras e vivendo na contradição do que havia sido projetado, “com justiça e ordenadamente”, quando a fé não costumava falhar. Nesse entremeio, outros estrangeiros, outras línguas, outros processos. Dentre eles, aquele a quem daremos ênfase: ao sujeito da imigração italiana no sul do Brasil, cuja data oficial é 20 de maio de 1875 (DE BONI; COSTA, 1979), sendo que é de 1877 a chegada de imigrantes ao centro do estado do Rio Grande do Sul, no espaço denominado Quarta Colônia, depois de três outras colônias, situadas na região serrana.

Ancorando-se em “máximas” e “princípios”, os quais podem ser entendidos como “regra de conduta ou pensamento expresso sem qualquer conotação de valor” ou “fórmula breve que enuncia uma observação de valor geral; provérbio; anexim” a primeira palavra, e como “ditame moral; regra, lei, preceito” a segunda, de acordo com Houaiss (2009), assim constrói seu discurso, imerso nessa rede de memórias, no qual observamos as seguintes relações (em R2b):

- |          |   |
|----------|---|
| <b>1</b> | “Grande máxima: mãos calejadas, mãos honradas” = TRABALHO |
| <b>2</b> | “Sem Deus não há religião” = FÉ                           |
| <b>3</b> | “Sem religião não há moral” = LEI                         |
| <b>4</b> | “Sem moral não há patriotismo” = REI                      |

Para pensarmos nesse discurso, precisamos recuperar que a língua do imigrante (línguas italianas<sup>149</sup>) também era língua de civilização e já continha as tais três letras, com as quais se formam as palavras que constroem o tripé da cultura medieval europeia. Entende-se, com isso, que nesse discurso está o ideológico e o imaginário de um sujeito também assim constituído: é dessa forma que também se dá o seu processo de assujeitamento. Entendemos que nesse sujeito imigrante ressoa um processo de assujeitamento pelo ideológico religioso, é deus e a religião que pautam a sua conduta, associado (e não contraposto) ao processo de assujeitamento pelo estado moderno capitalista, liberal, quando entram as noções de trabalho (e aí a relação trabalho x capital e a luta de classes) e de patriotismo, pátria, nação, amor à pátria e novamente a questão da língua.

Recuperamos o dito de Pêcheux ([1988] 2008, p. 53), o qual considera que sempre haveria um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: ora um jogo de força que visa a manter uma regularização pré-existente com os implícitos que veicula, trabalhando com a estabilização e a integração do acontecimento até a sua eventual dissolução, ora o jogo de força de uma “desregulação” que perturbaria a rede dos “implícitos”. Novamente, temos aqui o jogo de forças de que ele nos fala: o encontro de uma atualidade e de uma memória (domínio da memória, segundo Courtine, ao que já citamos).

Queremos fazer um parêntese aqui e nos referirmos à questão linguística que envolve o imigrante italiano no seu processo de inclusão/aceitação como cidadão pelo Estado brasileiro. Salientamos isso tendo em vista a data em que o livro que nos serve de referência foi escrito: 1951, portanto, pouco tempo depois da ditadura Vargas (1937-1945), a qual interdito a língua dos imigrantes por considerá-la um perigo à nação, tendo em vista o contexto das duas grandes guerras e o perigo do nazi-fascismo, lembrando que a II Guerra Mundial também termina em 1945. Tal livro é escrito em português, por um sujeito cuja formação discursiva é predominantemente religiosa e, em função disso, deve dominar a língua (portuguesa) falada e escrita, para existir e pregar o evangelho nessa terra. Isso acontece logo após Getúlio Vargas (1951-1954) ter empreendido políticas linguísticas que atingiram fortemente as colônias de imigrantes (incluindo-se os italianos), quando estes “falavam suas línguas maternas e sua alfabetização se dava nessas línguas.

---

<sup>149</sup> Usaremos no plural, por não ser uma língua única a falada pelos imigrantes, os quais vieram de regiões diversas.

[...] Isso lhes dava uma identidade étnica e cultural muito forte frente ao resto do país. O estado forte de Getúlio Vargas logo reage a esse estado de coisas” (ORLANDI, 2005, p. 28). Pelo decreto-lei n. 1,545/1939, impõe a obrigatoriedade de adaptação, ao contexto brasileiro, de todos os cidadãos nascidos neste país, descendentes de estrangeiros. Dentro disso, coloca-nos Zandwais (2007, p. 253-254) que esses imigrantes abdicam, pelo menos oficialmente, de sua cultura, de sua língua e, também, de sua memória histórica, sendo que é “dessa forma que se constrói, através da ‘letra da lei’, uma política de silenciamento, o antídoto contra da ‘desnacionalização’, ou em outras palavras, a materialização da violência simbólica [...]” (Ibidem). Com isso, “desposui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos, obrigando-o a assumir uma nova relação de pertencimento tanto cartorial (nacionalidade) como histórico-simbólica (identidade)” (Ibidem). Tal política de silenciamento, porém, coloca ao imigrante (e seus descendentes) a necessidade de estar em consonância com as práticas territoriais do Estado, através da qual, segundo Payer (2001), regulamentam-se as condições de sua permanência no interior da nação brasileira, sendo que este deve/precisa se inscrever em posições discursivas que devam estar em consonância com a memória discursiva da nacionalidade. Nesse ideal de língua, “é preciso ver a incidência do político”, vendo a língua “como um objeto simbólico afetado pelo político e pelo social intrinsecamente” (ORLANDI, 2005, p. 32), donde salientamos também que “toda essa censura teve enorme repercussão sobre a língua: língua e Estado, língua e Religião, língua e Identidade” (Ibidem, p. 31).

Na observação que fazemos em/por tal recorte discursivo, o sujeito imigrante italiano, além de ver-se/construir-se/constituir-se em total consonância com o Estado com relação à religião, à moral, ao patriotismo e ao trabalho, também atesta o seu lugar com a questão linguística: fala – e escreve – em português. Nesse sentido, também o vemos como um porta-voz, alguém que está autorizado a falar em nome dos demais.

Neste outro momento de nosso estudo, destacamos o RD12, quando vemos, pela opacidade da linguagem, a construção do imaginário desse sujeito imigrante italiano:

RD12: Não se pense, porém, que possuam um trato social fino e delicado. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas nas cousas comuns e nem passar por experiências amargas.

Como ele constrói esse seu dizer, tendo como interlocutor um outro, que, pelo como está dito, não é um imigrante italiano?

Destacaremos alguns aspectos observados nessa construção que nos parecem mais relevantes em detrimento de outros, pelos limites que temos. Assim, destacamos as formas linguísticas com as quais é/são referido(s) o sujeito imigrante italiano: “eles”, “um habitante daquela zona”, “ele”. Embora se trate do imigrante, dos seus descendentes ou dos colonos, nos parágrafos anteriores deste capítulo, temos ainda os termos “emigrantes italianos”, “povo”, “daquela gente”. Nessas escolhas, o sujeito descendente, embora no título e na apresentação se refira “a nossa gente”, “nossos antepassados”, não se coloca no mesmo lugar, pois faz o uso da terceira pessoa, o que provoca certo distanciamento (colocando-se numa outra FD?). Mas o que mais nos detém é o uso das negativas, tanto pelos advérbios quanto pelas conjunções adversativas. Isso está na materialização do imaginário do sujeito imigrante italiano sobre o que o outro, seu interlocutor, que não o é, estaria pensando.

Através do exame de como se constrói a negação, pode-se “investigar a presença do *pré-construído como vestígio* mais ou menos evidente do interdiscurso [...] evidenciando a presença do *discurso-outro*”, afirma Indursky (1997, p. 213, grifos da autora). Assim, interessa-nos olhar como a negação trabalha no discurso desse sujeito, pois há diversos/diversificados funcionamentos discursivos através dela. Segundo a autora (Ibidem, p. 215), o sujeito pode ancorar o seu dizer em uma predicação afirmativa ou em uma predicação negativa. Quando o faz pela primeira, é porque o seu dizer, do seu lugar social, está identificado com o saber da FD que o afeta (ele só diz o que pode e deve ser dito dentro dessa FD) – essa afirmação está em consonância com a sequência 6 do quadro acima. Quando o faz pela segunda, três podem ser as operações, ou seja: a negação externa, incidindo sobre o que não pode ser dito no interior da FD com a qual se identifica; a negação interna, incidindo sobre aquilo que pode, mas não convém que seja dito em tal domínio de saber; negação mista, mobilizando as duas anteriores numa única operação.

Entendemos que, em nosso recorte, há a presença de uma negação externa, pois é “a negação que incide sobre um discurso que provém de uma formação discursiva adversa” (INDURSKY, 1997, p. 216), considerando, ainda, que “essa modalidade estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos” (Ibidem). Porém, não é uma negação que incide diretamente sobre o discurso do outro, mas incide sobre o pré-construído do discurso do outro, ou seja, aquilo que lhe subjaz, o que lhe dá sustentação; trata-se de negar não enunciados pré-construídos provenientes de discursos outros, mas enunciados pré-construídos provenientes do interdiscurso específico (recortado) para esse outro (Ibidem, p. 219). O sujeito não pensa que o imigrante possua um trato social fino e delicado, além de que também não compactua com a ideia de que seja um inexperiente da vida.

Além da negação, o outro, ou sujeito a quem se atribui o discurso outro, atravessa-se, observável no recurso linguístico que atesta um sujeito (linguístico, não discursivo) indeterminado: “não **se pense**” (ainda com verbo na forma imperativa, como se fosse possível interditar-lhe e delimitar o espaço dentro do qual se pode mover..., fazendo disso não uma possibilidade, talvez uma ordem, evidenciando-se, assim, um traço autoritário de tal FD...), trazendo, por essa construção, que o outro poderia ser qualquer um, e que, em contrapartida, pode ser, ao mesmo tempo, ninguém em específico – ou até ninguém exterior; assim, questionamo-nos a que sujeito interlocutor imaginário ele estaria respondendo, uma vez que o discurso transversal desse outro, que aí se faz presente, nada mais seria do que uma pretensa oposição à imagem ideologicamente naturalizada que ele tem de si próprio – porque também sujeito imigrante italiano.

Exatamente por esse motivo estaria no campo do domínio da memória, ou seja, no espaço do interdiscurso – recuperado ora por uma ora por outra formação discursiva. Pois bem, a essa FD não cabe imaginar/ter/consentir um imigrante, agora colono, tendo um trato social *fino* e *delicado*. Isso vem de encontro àquilo que se pode dizer de. Ao mesmo tempo, não pertence a essa FD concebê-lo como inexperiente, tendo em sua memória a saga da imigração. Se tal imagem, estereotipada, estava à deriva nos domínios da memória, agora ela se particulariza, reforçada, resignificada no discurso de um sujeito cuja formação discursiva (ideológica e imaginária) responde à necessidade de se posicionar favoravelmente, porque assujeitado enquanto indivíduo e individualizado enquanto sujeito: se não

podia mais se dizer porque se dizia em outra língua, em certo momento interdita, e, por isso, não acessando com/por ela a questão da cidadania, da brasilidade, do ser aceito, agora, em língua portuguesa, aprendida/apreendida, pode e deve, mas ocupando o lugar ao qual é destinado. Assim, nas predicções afirmativas, o contra-argumento ao imaginário outro e a regionalização do interdiscurso, do que compõe um imaginário sedimentado sobre imigrante.

#### 4.2.1.3 Sobre a língua

*“Para não serem presos iam à missa e voltavam calados”*

#### **Questão 3:** Que imaginários o sujeito ítalo-brasileiro tem em relação à língua?

Para incursionarmos ao imaginário de língua, consideramos, para procedermos aos recortes discursivos, as palavras língua, idioma, dialeto, entre outras, as quais, muitas vezes, são tomadas como sinônimas nos discursos do sujeito ítalo-brasileiro. Relacionam-se três línguas nesse processo: o italiano, o português e o talian e as colocar em categorias, tais como a de língua materna, língua nacional, entre outros, implica considerar as diferentes posições sujeito do sujeito ítalo-brasileiro. Com base nisso, embasamo-nos nas condições sócio-históricas como forma de delimitar e, posteriormente, sistematizar nossas análises. Assim, distinguiremos os recortes discursivos de livros de memória, na seguinte organização: como pertencentes a um primeiro grupo, aquilo que foi produzido até o final da década de 1930; em um segundo grupo, o que foi produzido do final da década de 1930 até 1960, aproximadamente; e a um terceiro grupo, o que caracterizaremos como produções contemporâneas, as quais se estendem até o presente momento. Nossa justificativa se ancora na Lei n. 1545/1939, “acontecimento histórico-discursivo”, conforme Zandwais, 2207, p. 253), uma vez que esta vai instituir uma outra relação do Estado brasileiro com a língua de imigrantes – o que vai determinar, portanto, uma outra relação do sujeito ítalo-brasileiro com as línguas que o interpelam.

Assim, temos:



Quadro 26 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo-brasileiro (Grupo 1)

RD1: Começava de novo a mesma vida em comum, debaixo do mesmo teto, reunidas pessoas de diversas províncias da Itália, cujos **dialetos** particulares ainda não compreendíamos bem. Algumas, boas e atenciosas pessoas, outras, impertinentes e mal-educadas, enfim, aquela Babel! (LORENZONI, 1975, p. 52).

RD2: O **idioma** português, que ouvíamos sem entender, anasalado por natureza, não soava bem em meus ouvidos. Queria eu, por acaso, que no Brasil se falasse o idioma de Dante? (POZZOBON, 1997, p. 50).

RD3: Hoje, na igreja de São Pedro, tomou posse o novo pároco. A prédica foi pronunciada em português. Seguiram-se vários discursos, nenhum em italiano. Que vergonha! Abaixo o **idioma** dos gringos!?!? (POZZOBON, 1997, p. 253).

RD4: Nós estávamos nos adaptando bastante bem na nova pátria, já entendíamos o **português**, junto a um grande círculo de amigos que sempre se prontificava a nos ajudar (BELLINASO, 1995, p. 18).

RD5: Tudo dava a entender que estávamos residindo num “Paese Italiano”. As conversas eram no **dialeto** italiano vêneto; o sermão do Pe. Antônio, também, enfim até a polenta tinha sabor italiano (BELLINASO, 1995, p. 27).

RD6: [...] era um homem bem apessoado, de um **linguajar** cantante, falando fluentemente, com **sotaque** ítalo-toscano aportuguesado, o que chamava a atenção de todos os ouvintes. Assim que chegou em nossa casa, cumprimentou o papai e a família, chamando-os de “patrícios”, dizendo [...] (BELLINASO, 1995, p. 31).

RD 7: O ensino era dado em italiano, pois ninguém pesavam<sup>150</sup> [...] em mandar seus filhos aprender portuguez, e o mesmo mestre-escola, naquele tempo, mal o sabia ler. (p. 34) [...] Até o ano de 1909 continuou-se lecionar em italiano; mas por sesse tempo as autoridades locais, começaram a estimular que se ensinasse portuguez. Então o mestre do Polesine, se poz estudar e tomar conhecimento do portuguez [...] e obteve alguns segundo livro e assim deu inicio a ensinar portuguez que lhe roubou também o repouso noturno [...] Em 1910, o intendente decretou o auxilio de 20.000 reis mensais ás escolas particulares que ensinasse portuguez, com o titulo de aula subvencionada, com a obrigação de remeter mapas e ser fiscalizada pelas autoridades locais. [...] Diversas páginas se poderia escrever sobre este assunto, mas preferimos extender sobre estes fatos um véo bem escuro e passar deante (CERETTA, 2015, p. 34).

Fonte: Autora.

É pela imagem de Babel que vamos traçar um imaginário encontro entre dois sujeitos: de um lado, o sujeito ítalo-brasileiro, objeto deste estudo, quando trata do seu imaginário de língua, pela língua e pelo discurso, dentro de sua prática social; de outro, o sujeito da ciência, da ciência linguística, da análise de discurso, aporte teórico deste mesmo estudo, quando trata da língua, também pela língua, e do discurso como objeto, dentro de sua prática [filosófico-científica].

Em sua prática científica, Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 21) expõem sua crítica a uma suposta “Babel reencontrada”, assim pensada numa imagem que alia finalidades últimas da linguística que, antes de buscar uma solução teórica a suas questões, mantém um desejo político de terminar com entraves na comunicação entre os homens ao procurarem por uma suposta língua universal. Scherer (2012), por sua vez, toma essa imagem no que se refere à elaboração de instrumentos linguísticos em sua constituição, institucionalização e circulação de políticas linguísticas, refletindo, por suas análises, que tais instrumentos funcionam na tentativa de traçar uma política contra a babelização do mundo, pelo “velho mito imaginário da possibilidade de uma língua opaca, limpa, clara, objetiva, sem problemas de compreensão, sem falhas, absoluta, única” (Ibidem, p. 164). Essas duas reflexões nos interessam, seja porque tratam do “desejo político de terminar

---

<sup>150</sup> Os recortes discursivos cuja autoria é de Antonio Ceretta advêm do livro *História do São João do Polésine* (2015). A referida publicação manteve a grafia original dos manuscritos do autor; é dessa forma que a transcrevemos.

com entraves na comunicação entre os homens”, o que vai se refletir nas políticas linguísticas empreendidas pelos estados nacionais, seja porque tratam do imaginário de língua em sua transparência, por instrumentos linguísticos, no caso, mas que nos interessam também em termos mais gerais.

Em sua prática social, temos o discurso do sujeito ítalo-brasileiro no que tange à língua. E a subjetividade, como nos afirma Orlandi (2012b, p. 99), interessa “pelo fato de compreender como a língua acontece no homem”, sendo, ainda, que “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”.

Assim, no RD1, o referido sujeito traz-nos a imagem de Babel, contextualizada no momento da confluência de imigrantes de distintas regiões – e línguas – da Itália ainda não unificada. E que sentidos pode arregimentar a imagem de uma Babel em pleno Barracão de Val de Buia, no final do século XIX, senão o da diversidade, dos particularismos históricos, e de uma convivência entre diferentes, sem que a força e o poder do Estado brasileiro tenham se atravessado na questão linguística? “Ainda não compreendíamos bem” enlaça um imaginário de que a convivência entre diferentes é possível. Seu imaginário não acata a ideia do dano, embora se presentifique o lugar do político: zonas de litígio dentro do próprio sujeito.

No RD 2, a relação que se estabelece entre o sujeito ítalo-brasileiro não é com a língua que trouxeram; é, outrossim, com o idioma (aqui, no sentido mesmo de língua) português, em duas impossibilidades: a da compreensão (que se alia a um estranhamento) e a da comparação, sendo que se trava um embate entre a língua que se fala lá (Itália) e língua que se fala aqui (Brasil), ou seja, entre língua de um povo civilizado e a língua de um outro povo, menos ou pouco civilizado, o que é atestado pela referência a Dante e ao que este simboliza: poder de arte, poder de língua, poder de expressão. Haveria, na simbólica – e também metonímica - rejeição da língua do Brasil, da sua parte, uma rejeição à sua condição de emigrado/imigrante e, por sequência, uma rejeição ou desconsideração ao Brasil? Por outro lado, no RD3, o lugar em que o sujeito “se” coloca é um tanto diferente do anterior: ao não ver contemplada a sua língua nas prédicas religiosas, observa/sente uma perda de lugar; ao invés de rejeitar, sente-se rejeitado, metonimicamente, por nada ser em sua língua materna. A instauração do político aqui implica uma correlação de forças não “dentro” do corpo desse sujeito, senão do corpo do sujeito com o corpo-nação, representado pela instituição igreja. Na indignação, a revolta do

sujeito: afinal, rejeitando-se a língua, rejeita-se o sujeito. Nesses recortes, um embate entre a língua de imigrantes e a língua nacional.

Nos RDs 4, 5 e 6, não se observa a presença de qualquer conflito, com base na opacidade da língua. O imaginário do sujeito ítalo-brasileiro transita por ideias de completude, de harmonia, em que as duas línguas em relação não brigam entre si. No primeiro, a adaptação à nova pátria se associa ao entendimento da sua língua: entra-se na nova pátria como se entra na nova língua. Ao mesmo tempo, sem que entrem em disputa as línguas entre si e sem que entre em disputa a língua do imigrante com o novo território, com a nova nação e também com a nova língua, o sujeito é tomado por um imaginário de reconstrução da terra natal (“paese italiano”). Nesses recortes, o sujeito ítalo-brasileiro se diz em harmonia, embora as palavras possam dar conta de algumas falhas nesse processo: ao dizer que “tudo dava a entender que” instaura-se um espaço de litígio: dava-se a entender que x, e era mesmo isso? Ao se tentar apagar o político, prova-se que ele está aí, funcionando, assim como funciona a ideologia. É no interstício das linhas que se materializam as disputas pelo lugar de palavra. No RD6, a expressão “sotaque ítalo-toscano aportuguesado” traz, juntamente com “linguajar cantante” e “falando fluentemente” uma outra dimensão da relação sujeito e língua, o que se reforça no uso da expressão “patrícios”, tão ao molde dos usos gauchescos de/na saudações, (embora a palavra patrício tenha datação do século XIV e refere-se a membro da mesma classe nobre da Antiga Roma, ou natural da mesma pátria, sentido este que perpassa a saudação do gaúcho): que esse sujeito ítalo-brasileiro é *também* atravessado por uma cultura telúrica do Rio Grande do Sul.

No RD7, o sujeito que enuncia é um professor<sup>151</sup>, e o que primeiro precisa ser destacado é que ele não se refere a ele mesmo em primeira pessoa: diferencia-se entre quem escreve e sobre aquele sobre o qual se escreve: consideramos isso um efeito da memória, em função do distanciamento entre o momento da escritura e o tempo em que se deu o fato narrado. Por suas considerações, atentamos ao imaginário do sujeito ítalo-brasileiro na não necessidade de aprender a língua da nova pátria, o que é dos imigrantes, mas/e remetido aos seus filhos, o que logo se

---

<sup>151</sup> Ao que trazemos a questão da rememoração e comemoração: Antonio Ceretta é o nome da avenida principal da cidade, e os recortes são do livro citado na nota anterior. As condições de produção relativas a esta publicação são a comemoração dos 60 anos da Festa Regional do Arroz, evento tradicional do município, e consiste em ser um trabalho coletivo desenvolvido pela UFSM (programa EDUQCII-NEaD/CTISM) e pela Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, conforme consta nas referências.

conflita com o posicionamento das autoridades no que se refere a um estímulo para que se ensinasse nessa língua (e se aprendesse a língua), quando aparecem, no relato, instrumentos linguísticos disponibilizado pelo Estado. Compreendemos o dano na extensão dos sentidos alicerçados metonimicamente: a figura do professor (que só ensinava em italiano e tinha dificuldades com o português), mas escreve em português suas memórias: ele, portanto, cumpre o sair da língua italiana; ele também “representa” o sujeito ítalo-brasileiro em seu não querer sair da língua italiana diante da convocação para que entre na língua portuguesa - em/e em suas dificuldades; ou seja, há o embate entre duas FDs. Além disso, aprender essa língua é ter roubado o descanso noturno – a coisificação do homem - e é também “se” interditar ao se “estender” sobre os fatos “um véu bem escuro”. Interdita-se pelo equívoco na língua a entrada nesse português (confrontando-se a grafia das palavras com as normas ortográficas vigentes em 1910, observam-se equívocos), forma também de resistência, e interdita-se a sua memória, silencia-se o sujeito, não sem antes, contraditoriamente, dizer do seu não dizer: pela metáfora do que pode significar a noite (quando, antes, se rouba o descanso de se estar numa língua) e a escuridão (efeito pelo qual se obscurece a memória do dizer).

Esses recortes discursivos sobre os quais tecemos considerações anteriormente têm, como condições de produção, um Brasil da Velha República. Um Brasil que ainda estava aberto à imigração (que só se encerraria em 1914, conforme Iotti (2010)). Na sequência, os recortes discursivos já trazem como constitutivos do discurso do sujeito ítalo-brasileiro outras condições de produção.

Os recortes discursivos 8, 9, 10, 11 e 12, 13 e 14, por sua vez, pertencem ao grupo 2. Cumpre referir que, deste período de tempo, há somente uma publicação e são dela, correspondendo a um único autor, portanto, os recortes selecionados.

Quadro 27 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo-brasileiro (Grupo 2)

RD8: [...] Estes anos não eram promissores. [1927 a 1947] >> Heróis de val de buia

Os anos passaram-se. Em 1939 explodia a 2ª guerra mundial. Alguns dos nossos pracinhas foram convocados para combater ao lado dos aliados [...]. Daí em diante, começou a perseguição aos italianos. Foram taxados de 5ª coluna e também perseguidos, foi proibido falar o italiano e cantar. Aqui no Ivorá, na Linha Sete, seu Antonio Botega, Francisco nardi e Romano Clemente, reunidos, cantaram em italiano “Il massolin di Fiori che vien d’alla montanha”, etc, traduzido, “o buque de flores que vem da montanha”. Uma pessoa que passava por esse rincão interpretou diferente: “o Mussolini vinha das montanhas”. Mussolini era o ditador da Itália, aliando de Hitler, também ditador. A dita professora não gostou da cantoria e deu parte às autoridades. Prenderam os três e os castigaram com uma semana de serviço arrumando estradas e de noite, dormiam na cadeia. Nesta ocasião, prenderam também em Vale Vêneto o Sr. Serafim Moro, que o apanharam na praça, falando em italiano com um amigo. As autoridades de Dona Francisca o levaram a Cachoeira e o fincaram na cadeia. No dia seguinte, amanheceu morto, provocando grande consternação em toda colônia... (BELLINASO, 2000, p. 89).

RD9: [em continuação ao RD7] [...] escutava todas as noites notícias da rádio Berlin, Londres e Belgrano (Buenos Aires). [...] O meu rádio Telephunchen [sic], alemão, era uma potência, me custou 2 contos de réis, 2.000,00, uma fortuna [...].[...] Não tardou muitos dias a aparecer na minha casa o subprefeito com o seu ordenança, todos trajados como manda o figurino, a intimar-me: “temos ordens superiores de confiscar o seu rádio” [...] (BELLINASO, 2000, p. 91).

RD10: Apresentação, p. 6: [...] Nem o aspecto ele tem daquilo que imagináveis, quando tratávamos do assunto, **chimarreando** naquelas noites do último inverno.

RD11: Não pude arranjar mais nada, além do “anagráfico”, a não ser isso, que eu dizia: uma espécie de informação, e muito imperfeita. Faltam muitos nomes, inúmeras datas, dados mais ou menos importantes e pormenores interessantíssimos. **Nem tudo, às vezes, pode-se dizer...** (BUSANELLO, 1999, p. 6).

RD12: Durante muito tempo, a língua falada pelos colonos, não resta dúvida, era o dialeto vêneto. [...] De nada adiantou uma organização europeia, denominada “Itálica Gens”, interessar-se pela conservação e incentivação da língua de Dante, enviando livros escolares e publicações aos colonos. [...] até esse material de propaganda que o chefe do governo italiano tinha mandado, não chegou ao seu destino, porque homens esclarecidos como [nomes], muito embora todos orgulhosos de serem italianos ou descendentes daquela grande nação, encafuaram todos aqueles livros e publicações no forro das casas, longe do alcance e das mãos de crianças, como se faz com artigos ilícitos (BUSANELLO, 1999, p. 109).

RD13: Por outro lado, a língua portuguesa ia se impondo por si mesma, tanto por força do ambiente como por falta de palavras na língua dos imigrantes para exprimirem nomes de objetos ou ofícios agrícolas [...]. também as bravatas e os dichotes eram em português. Num jogo de “bocias”, por exemplo, após um tiro certo [...] era coisa mais banal o jogador vangloriar-se gritando: “oigaletê bisso véio!...” E quando um cavaleiro cruzava na frente de uma bodega e o cavalo empacava [...], os de dentro lhe gritavam: “bamu vé... bisso véio!...” [...] Na falta de nomes, que fazer? Italianizava-se tudo. Assim se dizia com sotaque forte: rabisso, cargueiro, azôzo, sirigóto, soitéra, zunta de boi, cangaia, sicóto, atáio, siquéro, etc. Também se diziam: Portoégro, Cassuéra, Zulio de Castilio, Silvéra Martins, etc. (BUSANELLO, 1999, p. 109).

RD14: Mandou que Ângela puxasse o pescoço de 2 ou 3 frangos, que estavam na “caponéra” há semanas, e fizesse uma polenta bem grande, na “caldiéra” que trouxe da Itália, e convidou uma turma de amigos, e, quando todos estavam à mesa, - recitando o “Ângelus Domini” [...], e deitou toda aquela massa fumegante, cor de ouro e odorosa, no meio da mesa, por cima do “tagier” [...] e exclamou [...] (BUSANELLO, 1999, p. 54).

Fonte: Autora.

Quanto ao RD8 – embora tenha sido escrito por um imigrante, tal escritura se dá não concomitantemente ao tempo dos acontecimentos referidos, como acontece com recortes discursivos outros. Este livro é escrito em 2000, mas seu autor testemunha os fatos ocorridos.

A primeira questão que aqui se evidencia – antes de tratarmos da questão (específica) da língua – perpassa a noção de dano, quando da II Guerra Mundial: está-se em guerra e “alguns dos nossos pracinhas foram convocados para combater

ao lado dos aliados”: imigrantes italianos (no apoio do Brasil aos aliados) deveriam lutar contra os italianos (a Itália era um dos países do Eixo): interpelado por formações ideológicas distintas a tomar posição num corpo social em que o sujeito se vê numa situação de *non-sense*, que é a de enfrentar-se e confrontar-se a si/consigo, diante de duas situações de dano, a de não estar mais em determinado lugar, por exclusão, e a de ainda não ter entrado (ter se identificado) com uma nova, porquanto juridicamente já está; a segunda é o fato de serem designados de “quinta coluna”: traidores: no caso, no sentido de se colocarem a favor do Eixo e contra o Brasil, que estava ao lado dos Aliados. Tal designação pode ser considerada uma forma de violência simbólica, porque, senão o deixa à deriva à sua própria necessidade de pertencer, evidencia o ser estrangeiro, estranho, intruso, não desejado, visto às avessas num outro/novo meio social. Mas, principalmente, - em decorrência da Lei n. 1545/1939 – “[foram] perseguidos, foi proibido de falar o italiano e cantar!” Violência, também simbólica, pelo sentido que adquire ser imigrante italiano – ao falar uma língua que poucos entendiam, sendo esta também uma língua das línguas de um fascismo que se encorpava naquele momento histórico. Assim, a narrativa aqui reproduzida traz outra questão – que se distingue do que se explicita nos recortes discursivos citados anteriormente: as línguas não mais con-vivem entre si: elas se opõem, elas dão o espaço do equívoco e abrem-se à contradição. Equívoco na/pela língua que coloca em disputa dois sujeitos: o ítalo-brasileiro contra o brasileiro que, no caso, via AIE, representa esse Estado; contradição, porque a língua da fala e da cantoria é destinada ao silêncio. Entender que Mussolini vinha das montanhas, quando se falava em maço/ramalhete de flores, ser isso objeto de denúncia, de confronto e de violência policial – e morte/silenciamento - está na ordem equívoco, questão que não se fecha, ordem do dano, porque não se repara. Ainda, cabe referir à repetição dessas narrativas, de mesmo matiz, assim como outras... e mais outras ainda (lidas em outros livros de memória, que não reproduzimos aqui), configurando uma memória que cumpre a si mesma um papel: de (tentar, em efeito de) reparar o dano, de oferecer resistência, de se registrarem fatos políticos da língua na e pela própria língua.

O RD 9 traz em si narrativas-memórias de um mesmo – são memórias que se repetem, são reincidentes, em que o enredo é sempre o mesmo, embora os personagens não o sejam (em seus nomes próprios), assim como o espaço dessas narrativas, apesar de todos estarem na Quarta Colônia. Aconteceu em Ivorá,



aconteceu em Dona Francisca, assim como em outros tantos locais. Espaços de litígio, em que “escutar rádio” vai ter sentidos distintos para uns (o Estado Brasileiro e(m) seus aparelhos) e para os imigrantes: de um lado, entendido como comprometimento com estados fascistas, estreitamento de vínculos, posição política de alguns imigrantes que atentam contra o Estado – mas não comprovados, e, pelo narrado, infundados; de outro, o saber notícias da guerra, o estar informado, o ainda estar preocupado com os seus familiares na Itália, também a contradição em função de “pertencências” (ROSA, 1984). Nesse entremeio, as práticas de violência pelo Estado Novo também confirmam tal caráter, como referem Orlandi (2005) e Zandwais (2007), por exemplo. Assim, nesse recorte, em que não necessariamente se pode observar o que pensa (como funciona o imaginário de) o sujeito ítalo-brasileiro sobre a língua, pode-se ver como ficam sendo evidenciados os conflitos do sujeito pelo que pode (e pelo que se quer por) “a” Língua por “uma” língua, em que a luta ideológica encontra seu campo: censura e resistência, em que as línguas de ferro, de madeira, de vento e de areia se colocam em tensão. (Outra Babel?)

Quanto ao RD10, (de livro de 1951, o que é significativo, em função de ter sido depois da Ditadura Vargas e seus decretos), queremos destacar a expressão “chimarreando”, a qual nos leva à reflexão de como esse sujeito se inscreve na língua – o que também dá conta de sua inscrição nas práticas sociais. Esse sujeito não somente se abrasileira, como se abre aos costumes sul-rio-grandenses e ao que eles implicam. Para o sujeito ítalo-brasileiro, o tomar chimarrão pode estar associado à convivência entre amigos, quando em uma roda, a cuiá passa de um para o outro, para que cada um sorva a infusão feita de erva-mate enquanto se dialoga, trocam-se ideias, conversa-se; ou a um ato solitário, quando se quer lançar-se à reflexão em que o chimarrão é a companhia para a solidão. É nesta versão que temos o ato de tomar chimarrão, “em acontecendo”, enquanto escreve um legado às próximas gerações. Nesse imaginário, a língua (portuguesa, em seu estado fluido) é o instrumento pelo qual se registra a história de uma família e as memórias de um grupo. Mas ainda poderíamos adentrar em/por sentidos outros da palavra chimarrão: segundo Houaiss (2009), em paráfrase, (1) diz-se da rês que foge ao costeiro e se torna bravia; (2) por extensão, diz-se do animal doméstico que foge e que passa a estado selvagem e também pode ser sinônimo de “desgarrado”. Quem sabe se por aí não estaria transitando o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro, ao escrever a “História de nossa gente”: nos vaivéns das reflexões nas noites de inverno, sorvendo

um mate amargo para esquentá-lo, fugindo em imaginário àquilo que pode e deve ser dito, desgarra-se, desfilia-se (mesmo que por poucos instantes, de seus atravessamentos da ideologia religiosa, católica), lança-se a estados selvagens, nos espaços não domesticados dos pensamentos e dos sentidos – e precisa voltar: dizer dos limites do sujeito, da incompletude, da falta, dizer dos interditos, conforme o RD11, que reescrevemos: “Não pude arranjar mais nada, além do “anagráfico”, a não ser isso, que eu dizia: uma espécie de informação, e muito *imperfeita*. *Faltam* muitos nomes, inúmeras datas, dados mais ou menos importantes e pormenores interessantíssimos. *Nem tudo, às vezes, pode-se dizer...*”.

Em relação aos RDs 12 e 13, consideramos a análise em conjunto: fala-se da língua dos colonos, do dialeto vêneto – em circulação – e dos poderes dos Estados: italiano, de enviar material didático e ideológico, e do brasileiro, de ter seus representantes (oficiais ou não) a interditar a língua italiana. É relevante observar a forma como isso é dito, em relação a “esses homens” – o que seriam esclarecidos? -, e o que é dito pela concessão “embora” e aí todos serem orgulhosos de sua origem italiana? Interditada-se a língua italiana – está-se no tempo de interdição, então, antes de que esta seja feita pelo Estado brasileiro, faz-se por aqueles que “sabem” da sua submissão político-jurídica. Se o dano, portanto, aí está, na interdição da língua materna dos imigrantes, como poderíamos considerar o dito: “a língua portuguesa ia se impondo por si mesma (...)?”.

Apesar de o processo de nacionalização dos imigrantes ter começado muito antes do período em que se deu a Ditadura Vargas (1937-1945), conforme Payer (2006), o que se pode observar no RD7, ao efeito de “estar se impondo por si mesma”, conforme o RD13 – em que pese o sujeito estar sendo interpelado a -, há um apagamento da sua língua materna que emerge sob a forma de aparecimentos de “*traços de memória da língua apagada*”, conforme Payer (2007, p. 115). E disso, o sujeito ítalo-brasileiro se dá conta, não nessas palavras, mas por seus exemplos, conforme o RD13. Ou seja, usa a língua portuguesa, mas acompanhada de sons (e de gestos, e de musicalidade) da língua desses imigrantes.

Entretanto, se a esse sujeito, no RD13, ficam evidentes os acentos da língua dos imigrantes na língua portuguesa ao se buscar a palavra nessa língua, ao fato de o sujeito ítalo-brasileiro projetar-se para dentro dela, a escritura diz outra coisa, mesmo que o uso de aspas também signifique, mesmo que o uso de algumas palavras entre aspas esteja dentro de uma sintaxe de língua portuguesa, matriz

desse dizer. Ao narrar uma pequena cena, no RD14, os objetos referidos entram na língua materna dos imigrantes: atravessa a língua, marcadamente entre aspas, marcadamente na língua da qual não quer se despedir porquanto o sentido só está nela. Como traduzir “caponéra”, “caldiéra”, “tagier”? É preciso, dentro desse imaginário, na língua que se aprende, dar espaço à língua até então apreendida, pois é uma história que não se apaga. Além disso, outra língua se faz presente, por meio da qual se posiciona a formação discursiva religiosa, ou seja, nas narrativas de práticas culturais, ao recitar-se em latim o “Angelus Domini”, excluindo-se, assim, imaginários de sujeitos que com ela não se identificam, práticas da religião em suas formas de captar/cooptar os sujeitos.

Os RDs seguintes pertencem ao terceiro grupo, referidos no Quadro 8.

Quadro 28 – Recortes discursivos sobre o tema língua pelo sujeito ítalo-brasileiro (Grupo 3)

RD15: Meus avós e minha mãe eram os que mais falavam o dialeto. Meu pai como escrivão e meu irmão Eliseu como professor, me ensinaram o português. De 1944 em diante, raramente falei ou ouvi falar ou li algo em vêneto. Hoje, com 70 anos de idade, comecei a relembrar como se falava em casa, no dia a dia. A ferramenta básica para a comunicação naquele pequenino mundo encantado. E foi um nunca acabar (DIDONET, 1994, p. 35).

RD16: Em junho de 1943, aconteceu um incidente lamentável. No salão do avô Lino, num domingo à noite, estavam cantando em italiano e tomando vinho uma turma de descendentes. [...] Naquela noite de junho de 1943, Augusto Baish, que era autoridade local, com seus soldados, entrou no salão e deu voz de prisão a todo grupo.

[...] Tio Pim esteve naquele grupo de dezenove pessoas que em junho de 1943 foram presas por estarem cantando em italiano. Era ... [...] Tio Pim sofreu muito e não gostava de falar nesse assunto (FENKER, 2009, p. 132).

RD17: p. 88: As expressões blasfêmicas eram variadíssimas. Muitas impublicáveis, tendo em vista serem ordinárias, indecorosas e ofensivas. O imigrante italiano era um sofredor e, não raro, um revoltado. E o blasfemador culpava a Deus e Maria Santíssima por suas dificuldades. Aí, vinham as ofensas: “porco Dio”, “porca Madona” e outras expressões impublicáveis. Muitos “bestemavam” por simples vício, sem intenção de ofender a Deus. Outros procuravam desabafar com palavras derivativas, menos cruas, que não fossem consideradas blasfêmias. Eis algumas: “orco Dio”, “orca Madona”, “óstia”, “ospia”, “ostrega”, “ostregon”, “ostregueta”, “sacramenha”, “cramento”, “sacranon”, “sacramento”, etc. (COSTA BEBER, 1996, p. 88)

RD18: Não tinha nunca pensado em escrever sobre as coisas de tempos distantes exatamente na língua talian que se falava naquele povoadinho onde cresci com a graça de Deus (ao menos algumas vezes também com as bestemas do diabo). Já estava me esquecendo do talian, porque precisei fazer uma lavagem cerebral quando vim morar na cidade onde era feio falar português com acento vêneto. Não se encontrava nem namorado com estudo (SILVA, 2015, p. 111).

RD19: [...] e eu, guri, só “sentia” que o nonno era realmente italiano quando com seu irmão, tio-avô Chico, ao pé do fogo junto ao fogão à lenha, não falava no linguajar italiano comum aos imigrantes, mas num dialeto diferente: o Furlan (VENTURINI, 2015, p. 21).

RD20: Escrevo em homenagem a minha avó (materna) que veio do Vêneto, quando menina e aqui, logo, passou fome e frio, mas com a fé em Deus teve coragem, inclusive, quando esteve na prisão, porque não sabia falar português naqueles anos da II Guerra. Preciso dizer que ela deglutiou todos os desenganos que a vida lhe impingiu sem ter nunca a fisionomia embrutecida dos muitos que passaram trabalho com ela [...] (SILVA, 2015, s.p.).

Fonte: Autora.

Para este terceiro grupo, os recortes discursivos advêm de obras produzidas na atualidade, conforme explicitado no Quadro 8. São outras condições de produção. Do Brasil, podemos pensar as condições sócio-históricas em que se produziram tais discursos a partir dos slogans de governos ou de designações outras dadas aos seus líderes, pelo que dizem e/ou pelo que não dizem. Conforme

Brust (2014), há o Brasil da Ditadura Vargas (1939-1945), em que o mandatário dirigia-se ao povo pelo vocativo “Trabalhadores do Brasil” e era conhecido como “o pai dos pobres”, frase bíblica (Livro de Jó – 29:16), e título criado pelo seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para manipular as massas numa atitude populista; depois, houve os “50 anos em 5” do Governo JK (1956-1961), passou-se pela destituição de João Goulart e por (tentativas de) um apagamento do político (e das resistências) do “Eu te amo, meu Brasil” e às palavras de ordem “Ame-o ou deixe-o” do autoritarismo e da força dos governos ditatoriais, reforçados por um “Plante, que o João garante” do “milagre econômico” ainda de governos militares. Depois das “Diretas, já!”, instituiu-se um “Tudo pelo social” de José Sarney (1985-1990), quando, ironicamente, a inflação chegou a níveis insuportáveis para a população e preconizou-se, em Itamar Franco (1992-1995), num vácuo pós-*impeachment* (que, na verdade foi uma renúncia) de Fernando Collor, o “Caçador de marajás”, um “Brasil, união de todos”. Atravessando o século, “Avança, Brasil!”, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu a tônica das privatizações de empresas públicas, e chegou-se ao “Brasil, país de todos”, de Lula (2003-2010), significativo pela chegada da esquerda no poder e almejou-se o que se definia como “País rico é país sem pobreza”, de Dilma Rousseff, de seu primeiro mandato, assim como ao “Brasil: pátria educadora, do segundo, iniciado em 2015, interrompido, em 2016, pelo “Governo Federal da ordem e do progresso”<sup>152</sup> de Michel Temer. Assim passeou a história brasileira: por distintos períodos, entre democráticos e ditatoriais. Internacionalmente, as mudanças atentam para problemas que, principalmente, confrontam com os princípios elencados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU/1948), desencadeados por globalização e mundialização, em seus “efeitos nas políticas dos estados nacionais, e pela noção de consenso, que é base da mitificação democrática”, conforme Orlandi (2012a, p. 24). Ainda segundo a autora (Ibidem), tem-se competitividade exacerbada, segregação e, contraditoriamente, reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo, fragmentação do mundo. É dentro desse quadro nacional que as memórias desses “pequenos” sujeitos da história vão se inscrever. É nesse quadro que se inserem os discursos do sujeito ítalo-brasileiro.

---

<sup>152</sup> Conforme notícia de 12. Maio de 2016: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-ordem-e-progresso-sera-o-slogan-do-governo-temer,10000050764>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

Dentro disso, no RD15, avaliamos estar o imaginário desse sujeito na língua em distintos momentos, em suas formas de interpelar o sujeito. Mas de que língua estamos falando/escrevendo, em português, senão da língua desses imigrantes? De uma língua que atravessa a história (e a geografia dos mares e dos territórios), assim como atravessa o sujeito e a história desse sujeito, formando um imaginário elo identitário, construindo um imaginário ponto de ancoragem de todos aqueles que zarparam rumo a um mundo desconhecido: da Europa, para a América, da América continente para uma Quarta Colônia nele contida; de uma Quarta Colônia, reduto, a uma Quarta Colônia cidade e, desta, para lugares mais e maiores e, novamente, desse mundo mais e maior para um retorno – em reparação – a um lugar “de origem”.

É isto que temos: dos avós à mãe, o dialeto; pela autoridade do pai-Estado, o português, que datado, apaga (apaga?) a língua da mãe-mátria; que depois se recupera, juntando seus grânulos esquecidos nos cantos das memórias para dar-se ao direito da poesia: entrar num encantado mundo (da infância perdida a ser recuperada, de uma utopia que ficou para trás) e ser “um nunca acabar”, por suas possibilidades, até então relegadas. Ao que nos interroga Caetano Veloso, sobre o que quer, o que pode essa língua, deslizamos: afinal, o que quer, o que pode essa outra língua?

No RD16, em narrativa em português – em livro que também se apresenta em versão em italiano, em algumas partes, mas não no talian –, a língua dos imigrantes é a língua do encontro, da festa, da cantoria regada a vinho, mas é também a língua que vai desencadear o medo, em função da violência. É a língua silenciada e é a língua que silencia. E, quem sabe, respondendo à questão que participa de nossas reflexões anteriores, é a língua da memória, de uma memória que já se satura: reincidências do mesmo. Entretanto, é uma língua de memória e, pelos remendos que faz, preenchendo vazios que foram ficando, é também resistência (sutura).

No RD17, em que sujeito discursivo é atravessado pela formação discursiva religiosa, circula um imaginário de que, pela língua, pode-se errar, pecar, cometer deslizos, pode-se deixar escapar o que não é devido, tampouco lhe é de direito dizer, afinal, por ela se canta, reza-se – e também se blasfema/bestema<sup>153</sup> (conforme na parte 2.2) – e isso é a contraidentificação, é o mau sujeito, é dar-se ao

---

<sup>153</sup> Entendemos que “bestemar”, no talian como sinônimo de blasfemar, advém de besta, o diabo, símbolo do mal na eligião católica.

deslize. Essa língua pode dar-se a isso, a “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’” (PÊCHEUX [1975] 2009), atestando o sujeito que resiste.

E como pensar nesse recurso de apagamentos de algumas letras ou substituição de algumas por outras, para que se construam significantes de vazios significados? Para isso, tomamos Robain ([2003] 2016, p. 81) quando discorre sobre “a cor do esquecimento”. Entre o demolir, o anistiar e o apagar a memória ou aquilo que a faz, instiga-nos as reflexões que traz sobre o romance “La Disparitions<sup>154</sup>” de George Perec. Segundo a autora (Ibidem), ao recusar o desaparecimento de sua mãe em Auschwitz e ao receber, em 1959, o certificado de seu desaparecimento, o autor fica assombrado pelo aniquilamento. A partir disso, trabalha esse desaparecimento, a volatilização (das informações sobre) e a ausência de rastros de forma tardiamente compreendida (e vista) pela crítica de então, quando, nas 312 páginas, há a ausência da letra e: nas palavras, o vazio, “o buraco, o ‘sem deixar vestígios’” (Ibidem, p. 86). Com base nisso, que sentidos estariam sendo mobilizados pelo sujeito ítalo-brasileiro: (1) ao descaracterizar (pela ausência de uma letra) uma palavra que corresponderia a uma blasfêmia?; (2) ao trazer, pela memória (escrita) da língua essa questão? Pensamos, inicialmente, que, nesse apagamento de uma letra, nesse esvaziamento do sentido de blasfemar, esse sujeito “se” interdita, arranjando subterfúgios (na língua) para não se desinscrever de uma interpelação ideológica pela religião e poder “ousar se revoltar”. É da ordem da trapaça: dizer, sem dizer, dizendo, recurso que o blasfemador (assumido) não usa. Dizer “orca Madona”, omitindo-se o “p” não é escapar de uma ideologia religiosa: dizer “porca Madona”, não pode, mas “orca Madona” não é pecado. Assim, por esse apagamento, a resistência do sujeito à interpelação religiosa se dá não ao não dizer, mas ao dizer. Mas isso não é um comum: quanto ao trazer pela memória (escrita) da língua tais formas, mais uma vez há o registro do – e, de certa forma, o elogio ao – bom sujeito – até porque algumas expressões são, por ele, consideradas impúblicáveis. Assim, a língua pode, mas o sujeito não quer. Nessa língua, em efeito parafrástico, há a metáfora, o deslize, a mudança de sentidos; e o dano consiste em exatamente não poder se revoltar. São lacunas pela língua/na língua, atestando que

---

<sup>154</sup> Trata-se da obra: G. Perec. **La Disparition**. Paris. Denoël, 1969.

o funcionamento do sujeito dentro de uma língua e do domínio ideológico pode se dar ao “direito”, ao efeito, de esvair-se de.

No RD18, em paráfrase ao RD15, os movimentos são de distanciamento e, depois, de aproximação à língua talian; distanciamento por justificativas diferentes: enquanto um se dá pela interdição da língua de imigrantes (em 1944, rarefaz-se o contato do sujeito com a língua), questão de ordem política, outro se dá pela relação de identificação que se tem entre falar talian e ser colono, agricultor, camponês, gringo, toscano, relação essa que se explicita na/pela alteridade numa associação com o espaço urbano, questão em que se visa a apagar o político. Todavia, essa relação sujeito/língua, se estava no jogo entre a permanência e o esquecimento/apagamento, passa a um outro status: reaparecimento e reapropriação: questão que se inscreve na valorização das pequenas culturas, em que o retorno a antigos lugares – heterotopias outras que sustentam outros imaginários.

Nossos dois últimos recortes, que falam de língua, trazem a relação netos/avós. Neles, observa-se um distanciamento na identificação do sujeito consigo pela/na língua da imigração e uma aproximação/identificação do sujeito com a língua que lhe fora exigida. O sujeito ítalo-brasileiro dos RDs 18 e 19 estabelece uma relação com os avós: “nonno”, no primeiro, e avó, no segundo. Em ambos os recortes, observa-se que, quando a língua portuguesa já está “sedimentada” enquanto ideologia dominante, o neto e a neta atentam para essa alteridade, para essa diferença: distanciamento e desidentificação: era o avô o italiano, era a avó a imigrante. No primeiro, uma língua que causava estranhamento em si, mas identidade entre os que a usavam ao falar, língua da nostalgia, do afeto. No segundo, a língua que a mantinha estranha/estrangeira, sem “mas”. Era o avô o italiano – quando falava. Era a avó a italiana – quando calava. Jogos na língua que marcam a memória, jogos pela língua que demarcam a resistência. É isso que pode e que quer a língua de imigrantes. É isso que faz e que a faz.

Com base no que trabalhamos em termos de “livros de memória” até aqui, em que o sujeito ítalo-brasileiro é múltiplo – são diferentes posições-sujeito, são distintas as tomadas ideológicas –, em que o sujeito ítalo-brasileiro é dividido e também fragmentado (porosidades das formações discursivas), de que modo podemos analisá-lo em/por seus imaginários? Avaliamos que, em cada “vereda” em que entramos, podemos ter tido fragmentos de um quebra-cabeças que talvez não possa



ser montado em uma paisagem maior, podendo ser vista/visualizada do alto, ou de cima, senão apreciado pelo mistério de pensar onde aquela determinada peça se encaixa.

Podemos considerar, no entanto, que todos esses dizeres, em letra, em papel, em folhas multiplicadas que saem de um anonimato, cumprem um papel de sair do esquecimento. Inspiradas em Robain ([2003] 2016), podemos afirmar que pelas narrativas, devolve-se a vida às famílias e às suas pequenas histórias; recupera-se o que o tempo – e o político – tentaram apagar e, por pouco, não fadaram ao esquecimento. São, na verdade, memórias frágeis. São, entre paráfrases que se recobrem ou que deslizam, que preenchem ou que saturam, discursos: fazer-se em palavra escrita a voz dos anônimos, aquela que ressoa na noite dos ventos<sup>155</sup>...

#### 4.2.2 Segunda paragem: discursos em imagens

*os imigrantes construíram mais monumentos à fé, do que escolas;  
procuraram com maior interesse pelos sacerdotes, do que por professores;  
confiaram mais nas orações e nas bênçãos  
(mesmo de benzedeiras e de padres leigos), do que nas ciências;  
esperaram mais de Deus do que nos homens do governo  
(SANTIN, 1986, p. 18)*

Embasamo-nos em Orlandi (2011a), quando esta reconhece que qualquer objeto simbólico, quando tomado como um discurso, não significa apenas em si e, citando Canguilhem (1990), afirma que todo sentido sempre se dá em relação a, ou seja, significa pela rede que constitui, alinhando-se, formando-lhe os nós ou dando a ver os seus vazios espaços. E como consideramos, então, as imagens nessa trama de sentidos? A imagem é um operador de memória social, porquanto representa uma realidade, mas por conservar a força das relações sociais e, também, é uma atividade de produção de significação, composta por um programa de leitura, conforme Davallon ([1983] 2010).

Faz-se necessário distinguir a imagem fotográfica, que reproduz um determinado objeto em duas dimensões, da imagem em cimento, que representa, em três dimensões, também um determinado objeto, ou seja, trataremos de fotografias e de monumentos pelas imagens/discursos que trazem/produzem e que dizem do imaginário do sujeito ítalo-brasileiro. Afinal, o que é um monumento? É um

---

<sup>155</sup> Em referência à fala de Bibiana, personagem de O Tempo e o Vento de Érico veríssimo: “Noite dos ventos, noite dos mortos”.

objeto material-simbólico cuja existência é calcada em dadas práticas sociais, as quais lhe conferem um estatuto muito particular no interior de um dado grupo social.

Mas como proceder, portanto, em função de que é preciso visualizá-los? Dois funcionamentos têm, neste trabalho, as fotografias. Um deles é o status de alcançar um impossível: (1) dar a ver um objeto que ficou preso nos limites de um tempo pretérito, funciona como uma memória social e/ou coletiva, sendo a memória de um monumento; não mais nos chega senão por esse suporte; designaremos **monumento pela fotografia**; o outro tem o status de alçar um distante: (2) dar a ver um objeto que está preso à situação de sua própria existência, funciona como um instrumento, um suporte para visualizar um monumento que têm a própria matéria no presente; designaremos de **fotografia pelo monumento**. Em ambas as situações, chegaremos a objetos simbólicos, monumentos, e, em/por suas imagens, o imaginário do sujeito em questão.

Como tomamos a fotografia como nosso ponto de partida, consideramos como Barthes ([1980] 2015) relaciona as justificativas para dizer que a fotografia é inclassificável e aponta para aquilo a que se deve tal desordem. Dentre essas desordens, está o fato de ela, que repete mecanicamente o que jamais se repetirá existencialmente, reduzindo o acontecimento àquilo que mostra sobre ele, possui uma dualidade: ela jamais se distingue de seu referente (para fazê-lo, é necessário saber ou reflexão), o qual tem algo de tautológico (um cachimbo será sempre um cachimbo); possui uma fatalidade, pois não há foto sem alguma coisa ou alguém, o que a leva a outra desordem: por que tal objeto ou acontecimento e não outro? A isso que ele designou de desconforto, respondeu em sua busca por um “saber” fotográfico.

Nesse sentido, Barthes (Ibidem) observa que uma foto pode ser objeto de três práticas: as de fazer, suportar e olhar, assim relacionadas: ao *operador*, que é o fotógrafo, ao *spectador*, que somos todos nós, e àquele que é fotografado, o *spectrum*. Detemo-nos na questão de sermos espectadores e dos saberes que isso implica. Para o autor, algumas fotos “existem”, e essa existência tem a ver com dois elementos: o “studium” e o “punctum”. O primeiro é considerado como uma espécie de investimento, de gosto, de estudo por alguma coisa, pois “é pelo ‘studium’ que me interessa por muitas fotografias, quer as receba como testemunhos políticos, quer as aprecie como bons quadros históricos” (Ibidem, p. 29, grifos do autor), uma vez que é culturalmente que participo do que elas trazem; o segundo – que quebra,

que escande, que contraria o primeiro – é o *punctum*: “o *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge, mas também me mortifica, me fere”. São esses os caminhos pensados pelo autor para referir à sua necessidade de aprofundar seu lugar de espectador, não como uma questão, um tema, “mas como uma ferida: vejo, sinto, portanto, noto, olho e penso” (BARTHES [1980] 2015, p. 26, grifos do autor).

É por esse viés que também consideramos Smain ([2012] 2014) em sua abordagem sobre o como a imagem não só nos provoca como nos convoca a pensar, uma vez que ela alimenta relações entre o que mostra, o que dá a pensar e o que se recusa a revelar, o trabalho que faz ao se associar com outras imagens e outras memórias. Assim, são suas possibilidades: (1) toda a imagem oferece algo para pensar (do real ou do imaginário), sendo que a questão é a de como nos faz pensar; (2) toda imagem é portadora de um pensamento/veicula pensamentos – de quem produziu, de um lado, e de todos que olharam para tal figura, de outro –, o que conduz a outros pensares sobre memória: “toda imagem é uma *memória de memórias*” (Ibidem, p. 23); (3) ser uma forma que pensa, independente do autor ou do espectador: “toda imagem, ao combinar nela um conjunto de dados sígnicos (traços, cores, movimentos, vazios, relevos e outras tantas pontuações sensíveis ou sensoriais), ou ao associar-se com outra(s) imagem(ns), seria ‘uma forma que pensa’” (Ibidem, p. 23), pois, mais do que pôr em forma uma ideologia, coloca-nos em relação com ela. Destacamos, ainda, que, se a imagem é uma forma que pensa, é porque as ideias então veiculadas e nascidas são ideias que se tornaram possíveis porque a imagem “participa de histórias e de memórias que a precedem, das quais se alimenta antes de renascer um dia, de reaparecer agora no meu *hic et nunc* e, provavelmente, num tempo futuro, ao (re)formular-se ainda em outras singulares direções e formas” (SAMAIN, 2012, p. 33). O fato é, também, ainda segundo o autor, que uma imagem pertence a um tempo quase que imemorial e pode desaparecer momentaneamente, podendo dissolver-se ou ser esquecida dentro do seu tempo histórico, mas jamais se perderá, produzindo, ao reaparecer, novas significações.

Tais considerações contribuem para que possamos “entrar” nas fotografias e, por elas, pensar as imagens-discursos e o imaginário de um sujeito. Efeito de sentido entre locutores, relação operador-spectrum-espectador, em que se insere um outro espectador, aquele que dispõe de um olhar de analista e que visa a compreender os efeitos, a relação entre as partes implicadas, os sentidos em suas

redes de memória – como memória de memórias. Fios de discurso que enlaçam e entrelaçam modos de dizer em processos simbólicos de territorialização e de urbanização, lugar de sujeitos e sentidos.

Selecionamos, para nossas análises, alguns dos monumentos dispostos pela Quarta Colônia, de diferentes momentos históricos - e que atendem, portanto, a diferentes condições de produção –, que vimos estudando. Recortamos aqueles que tratam do sujeito ítalo-brasileiro, sendo que se tornou um tanto difícil poder separá-los por temática, tal como o fizemos quando analisamos escritos. No entanto, ao mesmo tempo em que desejávamos proceder tal divisão, em função de que pensávamos poder traçar um paralelo entre diferentes materialidades significantes/diferentes materialidades discursivas, observamos que tais temas se sobrepunham (assim como nos escritos, embora nestes pudemos “separar” para fins de análises). Assim, vamos nos dar aos temas, sem traçarmos delimitações e, por eles, trataremos dos imaginários.

Sobre eles, teceremos considerações acerca das condições de produção para, pelas análises, buscarmos respostas para nossa questão de tese, a qual, perpassando diferentes materialidades, quer entender como se subjetiva o sujeito imigrante italiano e o sujeito descendente em relação às construções imaginárias suas na/da/sobre a Quarta Colônia, se tais construções formam zonas de litígio, confrontam-se com em meio a desentendimentos, rompendo ou transformando utopias; além disso, que discursividades entram em funcionamento. De toda forma, reiteramos que o que nos interessa (o nosso “studium”) são os monumentos reproduzidos pelas fotografias.

Como ponto de partida, entrelaçam-se as noções tratadas por Barthes ([1980] 2015): por sermos espectadores, “studium”, pelo nosso interesse de estudo uma vez que as tomamos como testemunhos políticos de um tempo, de uma “situação de palavra”, de algo que participa de um discurso e de uma memória; “punctum” porque sentimos – algo nos acerta – e vemos; assim, notamos, olhamos e pensamos, para, nas palavras de Smain (2012), questionarmo-nos, diante dela, sobre o que dá a pensar, o que mostra (o que é, nela, o spectrum?), o que não revela, o que traz de memória e de memória de memórias; ou, em termos discursivos, como entra no fio do discurso, na rede da memória, na construção dos sentidos, na relação entre os sujeitos.

Trataremos a foto 14, 15 e 16 conjuntamente, com o objetivo de análise.

Imagem 14 – Monumento pela fotografia (I) – Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia – Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno – RS



Fonte: Arquivos da comunidade de Santos Anjos, Faxinal do Soturno, Quarta Colônia, RS<sup>156</sup>.

A fotografia reproduzida na Imagem 14 tem, como condições de produção, a comemoração dos primeiros tempos da imigração, o cinquentenário, que se deu na década de 1930 – esse é o acontecimento, registrado em imagem, que jamais se repetirá. Reproduz um monumento, ao centro (marco dessa comemoração/rememoração, em termos de Venturini (2009), e, em torno dele, homens em roupa de festa, em pé ou sentados (com seus ternos, gravatas, sapatos e chapéus) seguram bandeiras (não identificáveis), portam jornais, expõem, em mesas, suas bebidas e seus copos. Mas, retornemos ao centro e foco dessa imagem: o monumento em homenagem ao imigrante italiano, que, no trabalho do tempo, é a imagem que está mais apagada. Não ao acaso, o lugar desse monumento é ao lado da igreja da comunidade (lugar público e de público); ao fundo, um dos morros que antecederam a planície onde foram se estabelecer. Só temos a memória desse monumento hoje por essa fotografia (por isso a ela nos remetemos como **fotografia pelo monumento**). E o que nos mostra esse monumento: escadas, suportes para a imagem acima e uma placa na frente de um

<sup>156</sup> Fotografia gentilmente cedida por Vera Lúcia Chelotti.

dos lados. Quanto à imagem (já entramos no momento fotografado), um homem e, na frente, uma placa. Pela fotografia, não temos mais como descrevê-lo, assim como não temos possibilidade nenhuma de leitura do que diz a placa. Temos lacunas, esburacamentos, coisas que não se revelam (não por um não querer dizer, mas pelo não mais poder dizer). Podemos falar que é uma memória de memórias, pelo motivo do evento: cinquenta anos da imigração. Imigração que se territorializa; imigração que ganha espaços públicos para marcar sua presença e se urbaniza: fazendo-se ver, aos passantes, como quer que seja vista; fazendo-se ler, como determinam os sentidos das palavras escritas. Mas acerca disso, nada podemos afirmar.

Imagem 15 – Monumento pela fotografia (II)



Fonte: Arquivos da Comunidade de Santos Anjos, Faxinal do Soturno, Quarta Colônia, RS<sup>157</sup>.

---

157 Fotografia gentilmente cedida por Vera Lúcia Chelotti.

Imagem 16 – Monumento com uma cruz, em substituição à imagem do imigrante italiano retirada (cfme.monumento anterior). Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno - RS



Fonte: Museu Fotográfico Irmão Ademar Rocha, de Faxinal do Soturno.

As fotografias reproduzidas nas imagens 15 e 16, por sua vez, podem ser assim descritas: flagram um momento em que há um padre em sua prática/préдика religiosa, o que pode ser explicado pelas roupas que veste, pela posição que se encontra e pelos que lhe ouvem (pois em gestos, compreende-se o momento de fala). Prosaicos dias de domingo em práticas sociais das comunidades interioranas. Não fossem testemunhos outros, poderíamos afirmar que se trata de um evento em um lugar qualquer. Mas há indícios entre uma foto e outra que ajudam a compor a relação entre as imagens, tais como paredes de igrejas, bases dos monumentos. E há uma imagem, que, embora em segundo plano, na foto da Imagem 16, centraliza nossa atenção: é uma cruz e, nela, há a inscrição: Salva tua alma.

No entanto, como todo sentido é sempre em relação a (conforme já referido), podemos compor um painel do tempo, colocando a imagem 14 ao lado das imagens

15 e 16. E aí vemos em um movimento de paráfrase, o deslize. No monumento, onde estava a placa, não há mais nada; onde estava “o homem em cimento”, habita uma cruz em madeira; havia algo que não se conseguia ler, há algo que se pode ler (acazos, no caso); no entorno, substitui-se o protagonismo de homens em festa por um outro em oração. Há rupturas, redirecionamento dos sentidos, posições ideológicas distintas, imaginários que se desconstroem. Lacunas que se formatam no tempo.

“Não há ritual sem falhas”, afirma Pêcheux ([1975] 2009, p. 277). E as falhas aqui se dão na fragmentação da memória e no funcionamento da ideologia. No entremeio dessas fotografias – não querendo completar itinerários, mas trazer questões pertinentes ao funcionamento da memória por distintas materialidades – sopram vozes. E elas nos dizem de acontecimentos não registrados – aqueles de que Pêcheux nos fala: aqueles que escapam à inscrição, que não chegam a se inscrever ([2007] 2010).

#### Quadro 29 – Recorte Discursivo sobre imagem 14 (voz 1)

Voz 1: *Do monumento... É. Eles fizeram aquele monumento e colocaram um homenzinho em cima. Representava o agricultor, não é? E, depois, então, quando veio as missão os padres deram essa ideia de tirar e botar a cruz em cima. Creio que foi. Antes a placa que tinha ido – acho eu – foi nesse tempo que levaram o homenzinho, levaram a placa era em 1942, 1943, acho, tempo do Getúlio, e nós era guri era nesse tempo – eu era guri. Quando tiraramo homenzinho botaram no lixo lá, e nós ia lá atirar pedra em cima e veio um homem ali que era o Heitor Rapachi e disse que não era pra abusar, que era bento aquilo aí, puseram a cruz em cima depois [...] Vieram uns homens de Cachoeira do Sul e tiraram a placa e levaram para Cachoeira e não se sabe que fim levou. Falava [a placa] da imigração, tudo em italiano e em 1900 e pouco e botaram a cruz e na cruz tava escrito “Salva tua alma”, que foi o lema do retiro que os padres fizeram (M. C., 84 anos).*

Fonte: Autora.



## Quadro 30 – Recorte Discursivo sobre imagem 14 (voz 2)

*Voz 2: Sim. Me lembro. Ele era um monumento. Em cima tinha um agricultor com a pá e embaixo tinha uma placa que... o agricultor ... um nome (não me lembro mais agora, sabe) falava assim do agricultor que era uma homenagem assim para o agricultor. É. Na placa era escrito em italiano... é. Depois, então, porque tinha escrito em italiano, desmancharam tudo e levaram embora. Desmancharam tudo. Não me lembro daquele tempo. Acho que foi o tempo que o governo obrigava por causa dos italiano, no é ... desmancharam tudo, tudo. Pode ser que tiraram o homem que tava trabalhando e botaram uma cruz. Eu sentava sempre lá nos degraus, eu era pequena... (M. C., 92 anos).*

Fonte: Autora.

Por essas vozes, coletadas na atualidade, preenche-se uma lacuna sobre o **como** se deu tal movimento, movimento dado a ver pelas fotografias, mas, essencialmente, pelos monumentos trazidos pelas fotografias.

Em sua fala, por suas vozes em discurso, o sujeito ítalo-brasileiro preenche lacunas de/da memória. Por essas materialidades discursivas – que dialogam entre si - temos os imaginários do sujeito ítalo-brasileiro sobre a terra, sobre o sujeito, sobre a língua, em movimentos dados por construir e destruir, por movimentos parafrásticos que instituem o deslize, a metáfora, que, por sua vez, encontra recursos em metonímias.

## Quadro 31 – Movimentos de sentido

Movimentos parafrásticos		
Homenzinho que representava o agricultor/ um agricultor com a pá	[lixo]	Uma cruz
Placa da imigração em italiano	[Cachoeira <sup>158</sup> ]	Placa da religião em português “Salva tua alma”

<sup>158</sup> Referência à Cachoeira do Sul, sede do município naquele período.

1942, 1943: tempo do Getúlio/tempo que o governo obrigava por causa dos italianos		[Padres em missões]
---	--	---------------------

Fonte: Autora.

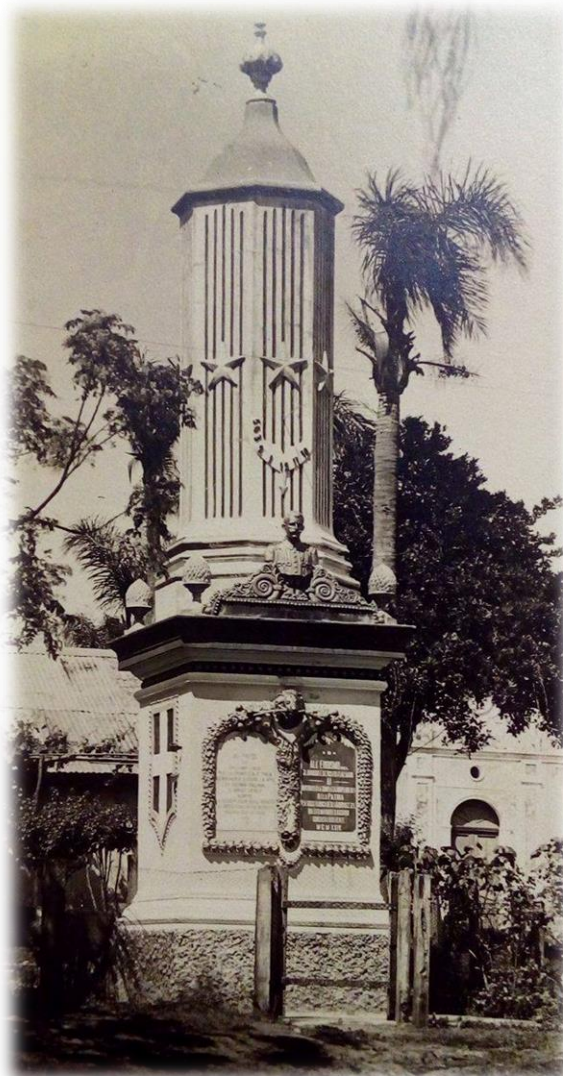
A lacuna que preenche o vazio entre um monumento e outro diz das condições de produção em que fora destruído o monumento erigido em homenagem aos cinquenta anos de imigração, na figura de “um homenzinho”, “um agricultor”, que se mune de uma pá. O imaginário do sujeito ítalo-brasileiro reside na questão do trabalho, figurado metonimicamente numa “pá”, que revira a terra, daí a função do agricultor: é assim que se projeta, é assim que se dá a ver, é assim que diz do seu pertencimento a determinado território e se movimenta como discurso numa colônia-cidade-sertão. A língua pela qual se diz é a que oferece a completude pela qual se pode dizer – é a língua de sua terra natal, o italiano, aqui feito *talian*. É por ela e com ela que perpassa um imaginário de terra: lugar de continuidade de uma terra preterida no tempo e no espaço. No deslize, na substituição, homem (sujeito ítalo-brasileiro, imigrante, agricultor, um homenzinho) é substituído por uma cruz. A homenagem ao imigrante, em italiano, é substituída por um imperativo “Salva tua alma”. Como já referido em Brust (2013):

Não mais o homem trabalhador, mas o mártir, o sofrimento, a cruz. Não mais o homem da terra, o real, mas o do céu, ideal. Ou seja, duas formas de poder exercendo seu poder: Estado e igreja articulados (cumplicidade, aliás, que continua): pelo Latim das missas, pela passagem do italiano para o português (língua neutra?); ao lado, no monumento, sobreposições e substituições: ao homem endeusado (idealizado), um deus humanizado; o trabalho pelo sofrimento; a vida pela morte; o trabalho pela fé; olhar para cima/olhar para baixo; a pá pelos cravos; a terra pelo céu; um igual por um diferente; o homem enaltecido pelo deus rebaixado (BRUST, 2013, p. 143).

E, nesse entremeio, o poder do Estado na interdição: da língua e dos sujeitos; em sua forma de pertencer, em sua maneira de dizer. No/pelo poder, a consolidação do dano, Estado e Religião atuando juntos. Nos relatos, nas vozes, na memória que se efetiva pela língua (oral), um ato de resistência, reduplicada: dar a ver interstícios que ficaram vagos, à deriva, e fazer permanecer, junto ao “monumento da fotografia” uma história e uma memória que se quis/se fez apagada.

Além disso, junto à força bruta da interdição (homem no lixo, placa em Cachoeira), que sentidos (e mensagens) mais teria o símbolo de uma cruz, que, na memória discursiva religiosa católica, remete a Jesus Cristo crucificado, um homem que, no seu tempo, ousou se revoltar contra o poder, que não a da salvação da alma.

Imagem 17 – Monumento pela fotografia (III): em homenagem aos heróis italianos tombados na Guerra contra a Líbia, construído em 27 de julho de 1913. Dizeres: “Ai probi che sui campi libici diedero la vita per la grandezza dela Patria, la colônia, áuspice, la Societá Duca degli Abruzzi posero.” São Marcos, Município de Santa Maria, RS”



Fonte: Reprodução de fotografia original gentilmente cedida por André Pozzobon (neto de Andrea Pozzobon).

Essa foto nos chega, primeiramente, pela reprodução que dela se faz na obra “Uma odisseia na América”, organizada por Zola Pozzobon a partir das memórias de seu pai, Andrea Pozzobon. É de um monumento que não mais tem existência real – e esta foto cumpre a função: monumento pela foto.

Como afirmamos anteriormente, nas reflexões dentro das análises, há um diálogo entre as diferentes materialidades discursivas. Além da fotografia, reproduzida na página 307, há, na mesma página, uma referência a ela:

*“Monumento inaugurado em São Marcos (município de Santa Maria), em 27.07.1913, em homenagem aos heróis italianos tombados na Guerra contra a Líbia (África do Norte). Foi demolido por ordem do governo, durante a II Guerra Mundial. Dizeres: “Ai probi che sui campi libici diedero la vita per la grandezza de la Patria, la colônia, áuspice, la Societá Duca degli Abruzzi posero” 159.*

Além dessas informações, no livro de Severino Bellinaso, Heróis de Val de Buia, na página 91, consta:

*“O monumento de São Marcos, erguido pelos nossos pais, em memória dos caídos nos campos de batalha da Líbia, foi arrasado, não restando pedra sobre pedra. Este clima de medo e repressão criou medo e insegurança em toda a Colônia.”*

Assim, perguntamo-nos sobre os imaginários do sujeito ítalo-brasileiro que transitam nesses discursos; observamos que as materialidades discursivas conversam entre si – perpassam-se, atravessam-se, sobrepõem-se. Há movimentos de sentido, o que está escrito visa a conter possibilidades outras de interpretação.

Mesmo assim, arriscamo-nos a pensar por tal imagem. Esse monumento, dos primeiros tempos da imigração, quando ainda havia imigrantes e italianos – mas em terras brasileiras, vindos como descarte populacional da Itália do final do século XIX – diz da forma como o sujeito ítalo-brasileiro inscreve-se em seu território: como ele se faz pertencer. A língua é a italiana. O homem é um herói. A terra, essa é para ser a colônia – da Itália. Não temos informações sobre se constam ou não outras placas nos outros lados da base do monumento. Materialidade simbólica que, de certa forma, desafia o Estado brasileiro – e o lugar do imigrante, no período – que era de trabalhar, orar, colonizar. O acontecimento que rompe com algumas de suas utopias – refazer seu território, materializando em fatura as suas faltas – instaura-lhe o dano,

---

<sup>159</sup> Homenagem da “Società Duca degli Abruzzi” aos soldados que, nos campos da Líbia (então colônia da Itália) deram a vida pela grandeza da pátria.

pelo simbólico da língua. Destruição que quer apagamentos; destruição que instaura uma interdição no dizer, no dizer-se em língua do inimigo de guerra do país que lhe acolhera; interdição que visa ao silenciamento; interdição da forma como se subjetiva e com quem se identifica. Discurso que, se, em 1913, passa ao largo, nos anos 1940 (II Guerra e Vargas) é ressignificado, instaurando-se uma zona de litígio, fazendo com que o político se manifeste, juntamente à injunção/determinação de se fazer 'pertencer a' (e despertencer-se de), em tempos de conclamação de uma unidade nacional.

Podemos compreender esses funcionamentos – destruição, apagamentos, demolição, entre outros – a partir de Robain ([2003] 2016). São destruições (e aqui inserimos também o monumento da primeira análise) puras e simples, porquanto se não respondem a fenômenos naturais, a atos de renovações urbanas, respondem por serem atos de vandalismo - esses ataques a estátuas, monumentos e edifícios simbólicos -, assim como são apagamentos de memória, como o exemplificado com o que aconteceu na RDA, em que mudaram-se nomes de ruas, demoliram-se edifícios, entre outros. Violências simbólicas.

Porém, é preciso considerar o que consta na imagem 15, a seguir, em que consideramos a **foto pelo monumento**:

Imagem 18 – Fotografia pelo monumento (I): Monumento em homenagem ao imigrante italiano, construído pela Associação Italiana de Santa Maria em 24 de maio de 1998, em São Marcos, Município de Santa Maria, RS



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em cada um dos lados da base desse monumento, encontram-se uma dessas placas:

Imagem 19 – Detalhes das placas



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

É possível observar certa similaridade entre um monumento e outro, sendo que poderíamos pensar que se trata de uma reconstrução. Mas corroboramos com Robain ([2003] 2016), por acreditarmos que continua sendo/havendo destruição. Mesmo que se quisesse restaurar ou reconfigurar um monumento, ou uma estátua, enfim – em sua completude, o que vai se dar é que se vai reestabelecê-lo(a) a um estado completo que poderá nunca ter existido ou lança-lo a nostalgias ou ilusões de autenticidade. Ou seja, pensar em reconstruir é fugir à possibilidade. Mas não é isso,

exatamente, que está a acontecer com tais monumentos. Poderíamos pensar que são, as substituições, “escudos contra o nada, contra a dissolução” (Ibidem, p. 92). Mas não é assim o entendimento da autora, com o qual concordamos: uma substituição, “o fato de colocar uma coisa no lugar da outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de um antigo nome” (Ibidem, p. 93) – e não o vazio – é o verdadeiro esquecimento.

Está, assim pensamos, instituído um jogo de forças entre passado e presente, em disfunção, pois há distintos e distanciados objetivos entre um e outro. Diferentes condições de produção determinam tais posições: um monumento é de 1913 (idealizado em 1897, conforme a placa no monumento de 1998); o outro, de 1998. O primeiro, como já foi referido, homenageava heróis italianos tombados quando em guerra da Itália contra a Líbia – era essa a imagem a ser projetada, de homens e homens heróis; o segundo, conforme os dizeres de uma de suas placas, os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil. Nessa placa, o imaginário que se projeta refere-se a um “eles” (o que, de certa forma, esvazia o referente, pois “eles” podem ser uns ou outros): e esse eles é significado (metonimicamente) por coração (de onde a vontade e a persistência), por alma (de onde a coragem e a fé), por sangue (de onde a fibra e a raça) e por mãos (de onde a força e o trabalho). Nesse funcionamento ideológico (em que o sujeito é fragmentado), ausente está a mente (de onde poderia advir a inteligência, a consciência, os saberes, por exemplo). Falhas que significam por não dizer: afinal, qual o lugar determinado ao sujeito ítalo-brasileiro que não o da força para o trabalho bruto, associada à fé, ao sangue e à raça? Reinscrição de uma imagem forjada para o discurso do próprio sujeito ítalo-brasileiro, projetado (conforme já nos referimos como um “efeito espelho”) em Associações italianas<sup>160</sup>. Dentro disso, esvazia-se a questão política em que esteve inserido o monumento primeiro.

O próximo estudo incidirá sobre o Monumento ao Imigrante, construído em val de Buia, lugar do acampamento dos imigrantes chegados à Quarta Colônia – denominado barracão – de onde seguiriam para seus lotes coloniais.

---

<sup>160</sup> Não entraremos na questão da Associações Italianas em função de não ser esse o escopo de nosso estudo.

Imagem 20 – Fotografia pelo monumento (II): Monumento em homenagem ao imigrante italiano, pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Localizado em Val de Buia, Município de Silveira Martins, “berço” da imigração italiana da Quarta Colônia. Primeira década do séc. XXI



Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Imagem 21 – Fotografia pelo monumento (III): detalhes



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A construção desse monumento ao imigrante evidencia as questões relativas às noções de rememoração e comemoração, conforme já referimos, de Venturini (2009). Como reflete a autora (p. 55), “pelo processo de comemoração o passado legitima o presente, por meio da institucionalização de práticas simbólicas que sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo lugar de memória”. Assim, nesse lugar simbólico, Barracão, tem-se a marca da comemoração do centenário da imigração italiana na Quarta Colônia. Partindo-se de um olhar para o todo, visualiza-se, inscrita em um espaço amplo, que permite ver ao longe, uma cruz cuja dimensão supera a do painel em que se reproduz a imagem de duas pessoas, a que interpretamos, por suas evidências, como um avô e seu neto. O avô,

sentado, segura, com sua mão direita, uma enxada; com a esquerda, enlaça a imagem de um menino (seu neto), que, por sua vez, segura um livro aberto. Detalhe importante é o direcionamento dos olhares. Enquanto o avô olha ao longe, ao horizonte, enlaçando, com o braço esquerdo o neto, este dirige a ele seu olhar, em tom de ref/verência.

Observamos que todo o jogo aí inscrito é da ordem de uma certa evidência, metonimicamente referindo: a enxada significa trabalho, trabalho na terra, enquanto ao livro imprime-se a ideia de estudo, de conhecimento. São as gerações que se sucedem, sendo que, se a primeira se valeu do trabalho árduo e pesado, às subsequentes destina-se/espera-se uma vida de menores sacrifícios, imagens que habitam o imaginário de todos aqueles que dependem de sua força de trabalho para sobreviver. Isso funciona igualmente para o sujeito ítalo-brasileiro, em que, se ao avô não foi dada a sorte de encontrar a fortuna, quem sabe, pela esperança de um olhar ao longe, o futuro não lhe alcance – mudança de direção naquilo que o move: sentidos para utopia, lacuna pela qual se entrevê o dano.

Mas se comemora, e Venturini (2009, p. 55) afirma que “o ponto nodal da comemoração de um nome ou evento do passado são as filiações e as relações identitárias, constituídas no presente”. Assim, temos, em função do centenário da imigração, identidade e representação, enlaçadas institucionalmente, significadas nas bandeiras, que são dos municípios da Quarta Colônia, do Estado, do país. Representa o sujeito em suas relações (harmônicas) com o Estado, além da relação entre gerações e as utopias que os movem; apaga-se, nessa imagem para o outro, a sobredeterminação do dano e destaca-se a presença do corte ideológico pela religião. O monumento cruz é maior que o monumento que refere a avô e neto. A cruz evidencia a religiosidade desses que aí estão sendo homenageados: sentidos determinados. Sabendo-se que cruz é sofrimento, mas é também salvação, não estaria aí atravessado o imaginário de que sofredores e crentes (os imigrantes) alcançariam o reino dos céus?

Tal monumento, no entanto, instiga a outras reflexões: a placa tem como assinatura “o povo do 4ª distrito” – quem é esse povo, assim, tão esvaziado de sentido, tão descontextualizado, que diz de tantos e de ninguém? – em outras palavras, quem determina os dizeres “do povo” para o povo? “Aos valorosos pioneiros peninsulares”, em sentidos à deriva, agradecem-se os exemplos e sacrifícios; além disso, também a fé e a esperança na “nova pátria brasileira”: a data

é 1977 e, certamente, falar-se de nova pátria brasileira em tempos de língua de ferro em suas tiranias – a ser signatária de fé e de esperança, adquire contornos políticos alheios aos desejos de todo um povo.

Entretanto, consideramos outro funcionamento discursivo da memória: “o verdadeiro desaparecimento é aquele da massa dos anônimos” (Robin [2003] 2016, p. 96). Os mais de 400 imigrantes que aí morreram por doenças infecto-contagiosas têm naquele lugar o seu destino que suplanta qualquer imagem de utopia (daquelas que enlaçam fartura, floresta virgem, um mundo de possibilidades proporcionadas pelo orar e trabalhar, por exemplo), e têm, no esquecimento de seus nomes e no apagamento de suas histórias, o verdadeiro desaparecimento, pois não seriam eles, com base em De Certeau ([1990] 1998), conforme já citado, anônimos heróis, verdadeiros heróis? (Ou caberia pensar aqui – a respeito desses anônimos que se perderam – que teriam alcançado uma outra espécie de utopia que não a dos sentidos até então mobilizados, mas aquela referida como um “lugar fora de todos os lugares” (FOUCAULT, [1984] 2013, p. 8), o lugar feito para *apagar* os corpos, ou seja, o país dos mortos e, por ele, o estar, pela ausência de qualquer marca, definitivamente entregue ao silêncio, ausente a toda forma de referência e interpretação?)

Podemos considerar, quanto a esse monumento, que se caracteriza não como um discurso de, mas como um discurso sobre, mas com efeito de discurso de: é o discurso do poder público que, a par do que consideramos um apagamento do político e uma busca de consenso, faz seu o discurso do sujeito ítalo-brasileiro como uma forma de reparação ao dano, conforme já explicitado.

Os dois monumentos sobre os quais trabalharemos estão, a seguir, reproduzidos: fotografia pelos monumentos.

Imagem 22 – Fotografia pelo monumento (IV). Monumento em homenagem à imigração italiana na Quarta Colônia, em função do seu centenário. Final dos anos 1970 do século XX. Praça Vicente Palotti de Faxinal do Soturno. Execução: Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno – RS



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 23 – Fotografia pelo monumento (V): Monumento ao Imigrante, localizado em Arroio Grande, Mun. de Santa maria (Estrada Municipal Norberto José Kiper com Rua Luís Colpo). Projeto de Juan Amoretti. Execução: Prefeitura Municipal de Santa Maria – RS



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Tomam, esses monumentos, lugares no meio dos caminhos. O primeiro, no meio de uma praça; o segundo, no meio de uma estrada asfaltada. Os dois reproduzem navios, referindo-se à imigração italiana ao Brasil, dando a saber que aqui pode ser um dos locais a que chegaram aqueles pelos quais eles vieram. O primeiro é do final do século XX o segundo, do início do século XXI. Outro ponto em comum – e aqui há um distanciamento dos monumentos anteriores: não configuram discursos de, mas discursos sobre, e são assinados pelo poder público. Nesse sentido, pensando na questão de que tratamos das construções imaginárias do sujeito (e não sobre o sujeito), poderiam eles não estar dentro dos critérios de nossos recortes. Mas há justificativas outras para isso. Compreendemos que os poderes públicos são aqueles que tratam das políticas públicas urbanas – e, discursivamente, como refere Orlandi (2010c), o espaço significa, lá estão as práticas públicas enquanto afetadas pelo simbólico, pela historicidade, pelo real, pelo imaginário. Aí é que se produz o consenso (ou o efeito de), noção “que tem sustentado todo um processo discursivo quando se trata de *políticas públicas urbanas*” (ORLANDI, 2010c, p. 6). Assim, quando se aprova um projeto,

democraticamente (via Câmara de Vereadores, por exemplo), busca-se atender demandas de uma maioria, ter um maior nível de participação dos cidadãos, quando há um “nós” coletivo que se diz então pensar e fazer. Representatividade. Busca-se a coesão do grupo social, trabalha-se com a identidade desse grupo (e territorialidade, no sentido não somente de demarcação de linhas em mapas, senão por marcar, com imaginários de sujeito, de língua e de terra, o lugar de um, de uns, do Um, corroborando com a fabricação do consenso, conforme já referido, porque, sabemos, tanto sujeitos, corpo-indivíduo e corpo-social, quanto sentidos são sempre divididos). Com base nisso, avaliamos que, quando se constrói um monumento, ao lado de um gesto (político) de sobrepujar diferenças pelo consenso, de buscar almagamar um grupo em função de uma identidade “comUm”, e, portanto, de buscar-se o efeito de pertencimento, de demarcar um território (que vai ser ressignificado dentro de um processo de mundialização), de dar-se a ver enquanto um sujeito de direito no discurso de um urbano (aqui cidade-colônia-sertão), de tratar de uma memória (via esse acontecimento) – fabricando-se um consenso -, produz-se um **discurso sobre sob um efeito de discurso de:** é o discurso da comunidade essa para a comunidade outra, de UM mundo, particular, delimitado simbolicamente, para O mundo: tudo aquilo que está além de suas fronteiras. E nesse discurso, portanto, do sujeito que se autoriza, o imaginário (consensual) do sujeito, da língua, da terra.

No gesto de descrição nossa do primeiro monumento, observamos se tratar do navio “Columbus”, o que já atualiza uma memória, porquanto um dos navios tinha mesmo esse nome; na representada água dos mares, a designação, em italiano, – ao barco – de “la veloce navigazione italiana”. E uma placa, assinada pelo poder público, alusiva ao centenário da imigração. Tal imagem, congelada em cimento, faz referência à travessia; tal imagem, busca, na memória, o sujeito que discursiviza sobre onde será essa América (“ ‘sta Mérica”), é o sujeito que está em alto-mar – não mais pertencente à Itália, embora ainda não pertencente ao Brasil.

Em nosso gesto de interpretação, lançamo-nos a algumas questões: a primeira, sobre a imagem do sujeito sobre ele mesmo. Onde está esse sujeito? Não há representação sua no monumento. Poderíamos pensar que seria, em cimento, de difícil construção, mas isso não nos cabe. O discurso está aí, posto, ele é. E nesse seu ato de ser, ele não diz do sujeito, a não ser que imaginemos, que o coloquemos em relação a. Navios estão à deriva em nossa memória discursiva, e o

(imaginariamente) mais habitado deles é o que tem em sua carga os negros então transformados em escravos, vindos de continente outro. Navio também em alto-mar. Estão esses homens imortalizados na obra de Castro Alves como os desgraçados que não encontram em vós mais que o rir calmo da turba que excita a fúria do algoz. Frequentam porões, esses negros. Não aparecem em janelas, em convés, tampouco estão na proa, na popa... Na lacuna deixada pela ausência de homens neste navio, o que poderíamos pensar: estariam eles também submetidos aos porões, em substituição ao lugar daqueles na história da mão de obra no Brasil? Isso talvez não tenha sido pensado na construção deste navio, mas poderia estar sendo dito: errantes sentidos a uma errante nave, ancorada num território público para o qual se projetou.

No centenário da imigração, imigração que marca um território como seu, enaltece-se, portanto, não o homem, não o sujeito imigrante. O destaque é para a veloz imigração italiana, em língua italiana, em que Columbus remete ao descobridor dos mares, aquele mesmo a quem Castro Alves, em seu eu-poético, pediu para que se fechassem as suas portas. Mas os mares não se fecharam, e esta terra é o lugar aonde se quis e se conseguiu chegar.

O segundo monumento, por sua vez, sendo também um navio, mas em nome próprio, entra em relação parafrástica com o primeiro. Não há como não colocá-los lado a lado, porque ambos refletem o mito da travessia – em termos de Zanini (2006). Quase tudo que referimos na análise anterior pode ser reiterado. Mas, como dissemos, quase tudo. Não repetiremos, mas extraímos tudo que se disse do sujeito imigrante e de seu lugar no navio e de sua condição histórica de substituir a mão de obra escrava em outro momento sócio-histórico, entre outras questões. Neste monumento, é dado destaque ao homem. Homem que se agiganta na proa, na popa, no bombordo e a estibordo e que, mesmo em cimento, se dá ao movimento (de estar na própria margem do navio). Mas esse processo parafrástico – em paráfrase também com a história, com a mesma história, sempre e sempre reiterada, na qual a palavra “mão de obra” e “braços” recuperam a todo momento a função, o destino e o lugar a que foram endereçados os imigrantes, do trabalho e da força, negando-lhes a mente e a capacidade – humana, política, simbólica – de pensar. Formula-se, nas entrelinhas, o deslize, a metáfora – em negações na imagem, de dar-se a esse homem os braços e as mãos e os pés. Nesse imaginário de sujeito, um homem – e aí o imigrante, e aí, também o imigrante – não é só trabalho, não é

só o produto da coisificação implementada por um sistema que se designa por capital. Movimentos de sentido que se colocam na contramão do que se espera de um discurso em que se apagam as diferenças, porque mostra que as relações sociais, políticas e econômicas são relações dissimétricas e que, se não há mãos e se não há braços, não há trabalho, não poderá haver exploração do trabalho, tampouco a propaganda da autoexploração do trabalho para se conseguir o capital – e que as utopias, por fim, podem ser outras.

#### 4.2.2 Terceira paragem: discursos em vozes

*“Mas o senhor releve eu estar glosando assim a seco  
essas coisas de se calar no preceito devido.  
Agora: o tudo que eu conto, é porque acho que é sério, preciso”  
(ROSA, 1984, p. 162)*

*...era a voz. Uma voz sem pingo de d'vida, nem tristeza.  
Uma voz que continuava  
(ROSA, 1984, p. 232)*

Pensar o “discurso em vozes”, da forma como estando nos referindo é pensar o discurso como oralidade, que se distingue do discurso da escrita e do discurso das imagens por seus efeitos de sentido e pela necessidade de distintos gestos de interpretação, embora possamos rastrear, em quaisquer dessas materialidades discursivas, sentidos sobre uma mesma questão. Orlandi (2012a), em reflexões sobre o discurso da oralidade e o discurso da escrita, traz-nos importantes reflexões: se o discurso da escrita produz um artefato, nessa produção intervém um imaginário de autoria, precisa ter autoria atestada e isso vai produzir um efeito pragmático de unidade e precisão; já no discurso da oralidade, além dessa autoria não se fazer necessária, há uma particularidade: “quem conta um conto aumenta um ponto. Ou diminui” (ORLANDI, 2012a, p. 174). Com isso, a autora vai mostrar que essas diferentes materialidades implicam funcionamentos diferentes, o que vai produzir também diferentes efeitos: um, entrelaça-se numa rede de memória; outro, embora tenha a força de um funcionamento de memória, alarga-se. Seu funcionamento incide, num efeito ideológico, de verdade irrecusável, mostrando-se como verdade imemorial. Além disso, não se trata de distingui-los, mas de compreender “como, nesses entremeios de suas relações, os sentidos se fazem, produzindo efeitos” (ORLANDI, 2012a, p. 176).



Para nós, o funcionamento do discurso oral vai incidir, do ponto de vista empírico, no desdobramento de uma espontaneidade do falar e, nessa espontaneidade – onde não passa o revisor de texto, por exemplo, que higieniza a superfície linguística –, no caso do sujeito ítalo-brasileiro, vai deixar que se “veja” a memória da língua italiana ou da língua dos imigrantes na língua portuguesa. Embora não seja o “acento” que procuramos, isso consiste numa materialidade simbólica que vai ressoar na memória desse sujeito. Podemos nos remeter, para ilustrar, ao recorte discursivo “Já estava me esquecendo do *talian*, porque precisei fazer uma lavagem cerebral quando vim morar na cidade onde era feio falar português com acento vêneto”, conforme Silva (2015, p. 111), em que o sujeito ítalo-brasileiro vai referir sobre o imaginário de língua – ter de apagar as marcas da língua de imigrantes na sua língua portuguesa para ter melhor aceitação social.

Nesse sentido, compreendemos as colocações de Scherer (2006) sobre a voz. Considerada como “a materialização do som formado pelo ritmo do dizer” (SCHERER, nota 2, p. 13), seria a voz “essa cicatriz [que] carrega consigo algo como uma espécie de fronteira física, aquilo que constitui o sujeito que somos” (Ibidem, p. 2). Com base nisso, a autora propõe que se comece a pensar as marcas discursivas de regionalismos como uma realidade de linguagem, pronúncia como lugar discursivo do sujeito, em que entra o político, porque “não se pode separar a pronúncia dessa língua no discurso que a realiza” (Ibidem, p. 18).

Assim, em meio a esses pontos – os diferentes efeitos do dizer com base no como se diz, o como se marca (politicamente) esse dizer e o que se diz por esse modo de dizer (sobre o sujeito, a língua, o território) – partimos para os recortes discursivos dos discursos em vozes do sujeito ítalo-brasileiro, a fim de pensar os imaginários em torno das temáticas que temos considerado. Refletimos, também, sobre os efeitos, os processos e os funcionamentos do discurso por essas materialidades discursivas, já que é por essa voz que nos chegam os ditos, pelo dito e também pelos silêncios, pelas reticências, pelas lacunas, pelo suspirar, pelo efetivo calar: modos de dizer, modos de se construir sentidos.

Conforme já foi explicitado anteriormente, algumas das entrevistas das quais fizemos alguns recortes discursivos fazem parte de pesquisa anterior e se encontram no arquivo do Laboratório Corpus. Não marcaremos a autoria, mas deixaremos a transcrição fonética de alguns desses recortes, pois consideramos, por esse viés, uma forma de ouvir as marcas do político (e da política) na língua.

Salientamos, ainda, que, embora em alguns recortes se configurem um diálogo, pautamo-nos pela busca de recortes discursivos pelos quais se possam ver as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro; portanto, não reproduziremos a entrada do entrevistador, no caso das entrevistas consultadas.

Consideramos, portanto, pelas vozes, pela oralidade, pelas marcas de uma língua em outra língua, o discurso do sujeito ítalo-brasileiro. Mas foi preciso sustentá-lo, para aqui trazê-lo, na materialidade da língua escrita. Assim, transpusemos e recortamos aquilo que era pertinente a este estudo. No entanto, algumas questões se interpõem e, muitas vezes, não podemos seguir o que tínhamos definido como percurso metodológico. Nesses recortes, também visávamos a separar por temáticas (território, sujeito, língua) para observarmos como se efetivam as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro, tal como o fizemos em discursos por escrito. Mas a oralidade é de outra ordem: além de não conseguir, por sinais gráficos, dar conta do que fica sub-repticiamente às linhas e nas entrelinhas, a questão que então se interpunha era a de que separar frases em função da temática, levava a desconsiderar ditos e sentidos que estavam, por exemplo, em frases não terminadas, em questões interpostas, ligadas, em vazios na língua pelo tempo do lembrar, em paradas abruptas pelo poder “do que não pode e não deve ser dito”, em esvaimento do que se estava a dizer, em silêncios, em repetições, entre outros. Como romper com esse fio do discurso, em função do limite do dito sobre “x”, uma vez que isso está se dando à significação?

Com base nessas considerações, escolhemos trazer recortes discursivos por posições-sujeito e, pelo que evocam, com base nas temáticas, adentrar à leitura, à análise e, depois, seguir para a interpretação. Reiteramos que não objetivamos comparar, alinhar o que uma materialidade discursiva traz diante de outra: intentamos, sim, ver como dialogam, como, enfim, funcionam. Das entrevistas, são 3 CDs, sendo eles divididos em 5 áudios. Para cada áudio, (não vamos mais nos referir aos CDs), indicaremos como PS1, PS2, PS3, PS4, PS5. Quanto às gravações por nós realizadas, indicaremos PS6, PS7 e, assim, sucessivamente. As análises se seguem a cada grupo de recortes discursivos correspondente às PSs.

## Quadro 32 – Recortes Discursivos: PS1 (entrevistas)

RD1:

LOC: é... morava tudo pra esse lado... (aqui na terra) [DOC: hum...] (*inaudível*) [LOC2: trabalhava na terra fazia vinho] e... fazia VINTE PIPA de vinho... não tinha comprador de (gale...)

LOC2: (fazia o vinho de noite ) e não tinha quem comprasse daí...

(...)

LOC2: os amigo tomav/u/m... tudo... FESTA E FESTA... tomav/u/m

LOC: um [VINHO... LOC 2: tudo de graça...] precisava ver que vinho...

RD2: [estudar e estudo, língua]

LOC 2: se vocês foram depois de VELHO...

LOC: ele dizia siempre pra mi... que ele {fuí...} no primeiro ano... [ LOC 2: ãh... ] ele já... ganhou um manuscrito... que é... manuscrito... **não sei português como se diria...**

RD3:

LOC2: ela ía na aula... ficava {FORIOSA...} que era geada...

LOC: de pé no chão... às vez...

LOC 2: de pé no chão... as vez ( diz que ) a pobreza era tanta...

LOC: geada... nós tinha aquela geada que...

LOC 2: que... que... (mas... tem que vare... também )

LOC: TAMANCO... i... eu ía de tamanco sempre tamanco...

RD4:

LOC: lá em casa se comia batata... {pon...} acho que nós fazia {una} fornada de {pon} uma vez... POR mês...

(...)

LOC: mas que vontade de come o {pon...} {mai} que VONTADE de come o {pon...} i... i... um dia sabe... eu sempre com batata na aula...(um vez... sei... por amor de Deus que) [DOC: ãh....]imagina tudo a gente que se tinha...

RD5: [sobre aprender português]

LOC: sim... não... aprendi... eu sabia um pouquinho em casa... (sabia aqui em casa se falava) quando precisava que vinha alguém... aqui dentro de casa nós (falemo) italiano...

(...)

LOC: minha mãe o... acho que minha mãe nem falava {protuguês... }

LOC 2: não falava e nós {piquininha} também... as três mais velha só italiano... aí o tal de quinta coluna aqui.... (o pai) e a mãe teve que esconder nós...

((risos))

LOC 3: tu é do ibge?

RD6:

LOC: depois que aconteceu isso que a turma pegaram (e foram) pra lá... AH! terminou depois essa aula... depois o outro oh... [DOC: se mandou... ele sumiu daqui?] aquele que fez tudo...

(...)

LOC: Barcelo... ele fugiu o Barcelo... (OUtra que ) perseguia a gent/e/ de /r/evólver e {facon}

RD7:

LOC: sim... (depois ) os velho começaram a fala tudo português... que agora eu vou em alguma casa eu falo português... italiano falam em português..

(...)

LOC: já todo mundo falava português... depois outro que dO aula em português mesmo... né... [a gente aprende... DOC: ali então...] português mesmo...

DOC: foi pra lá da quinta coluna...

LOC: é foi lá na quinta coluna...

RD8

LOC 2: fala (que faltari de::: ) da gente te... continuação que meus guri lá em casa... o Mauro fala uma dez vez pra mim... MÃE... fala tudo italiano aqui tá... não fala em português...

RD 9:

LOC: ma... eles já tinha o c/u/stume de sairem e não falarem...

LOC 2: meu pai (falava em discussão) italiano... bastante...

LOC: nós falava... nós falava... nós xingava vocês... porque não ensina (pros piazada)

LOC 2: um dia desses a minha irmã... que aprendeu italiano foi pra Itália... e o marido dela também fala italiano... né...

(...)

Fonte: Autora.

A primeira questão que precisa ser mencionada é como age a memória da língua do sujeito ítalo-brasileiro, o *talian*, na língua portuguesa hoje por ele falada: ao “-ão”, ao “rr”, aos “gês” e jotas que não chegam a ocupar seu lugar, intervêm - on, -r- e zês, trocam-se vogais (a por u, u por o, entre outras), acentos de tonicidade; a sintaxe não segue a lógica da ordem direta senão entrecortada, incompleta, afeita a repetições, a trocas de objetos por sujeitos, presença de pronomes oblíquos “onde não caberia”; os tons das vozes alteiam e abaixam, soando uma particular musicalidade, destacam-se algumas palavras, no ritmo (mais lento) e na intensidade

do como se pronuncia (mais forte). Contudo, tais questões, como já referimos anteriormente, interessam-nos não pelas questões fonéticas que implicam. Conforme Scherer (2006), isso significa pelo sentido político que têm as fronteiras que ali se manifestam. E aí se manifesta (em forma de ruído?) uma parcela que, se for pela língua, não se conta, pois não toma parte no todo, aquela parte que pensa e prega a língua higienizada, a língua perfeita, a língua imaginária, em função de uma outra relação que envolve “colono” e colonização, mas colonização linguística, cujo falar diferente é matéria para discriminar e excluir. Por outro lado, como refere Pêcheux ([1982] 1990, p. 17), aí se incubam, sob a dominação ideológica, pontos de resistência e de revolta: “falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal”, entre outras formas de resistência, é uma das tomadas de posição desse sujeito.

Por essa língua, portanto, marcada politicamente pelo que traz a voz do sujeito ítalo-brasileiro, que imaginários se mostram, sabendo que nos interessam os discursos que por ela advém)? Por essa língua, faz-se uma presentificação de uma memória discursiva recortada, paráfrases vão se sucedendo e vão se sobrepondo. Entretanto, como afirma Robin ([2003] 2016, p. 40), “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas”. Assim, diferentemente do percurso no tempo que os livros nos ofereceram (que, embora a cada tomada de palavra também estão a gerir um passado lacunar e a fazer ser presente um presente que não é homogêneo), distinto do que nos dão a ver os monumentos em suas destruições e substituições ou apagamentos, as vozes, que são deste presente, elegem o que trazer e o que deixar em suspenso dentro do que já é lacunar. Ao mesmo tempo em que pensamos que essas vozes podem estar aí a preencher lacunas deixadas para trás pelos escritos – e mesmo pelos monumentos (e elas fazem isso) –, elas se dão à repetições, reiteraões de imaginários que se sedimentam e que servem de suporte a um sujeito que só o é por poder dizer de si, dessa forma e não de outra, para, exatamente, por esse gesto singular, poder dizer de si.

No RD1, o imaginário do sujeito ítalo-brasileiro **sobre ele mesmo** reporta à questão do trabalho, à autoexploração do seu trabalho (trabalhar na terra – de dia – e fazer vinho *de noite*) – e seu produto: é isso que precisa referir de si. O que se rompe no fato de que o que faz não o inscreve (mesmo querendo) na cadeia produção>consumo>lucro: é essa a representação imaginária **do território** a que

“pertence”. Estabelece-se aí o dano, cuja saída, em uma sua ação (simulacro de reparação) é dada por uma outra forma de resistência: desconstruir essa cadeia, sabotá-la, mesmo que permaneça no lugar que lhe fora determinado na estrutura e formação social; é esse o lugar que o sujeito, forjando uma saída, outorga a si, já que não pode contar com aquilo que, econômica e socialmente, lhe é exterior. De acordo com Rancière ([1995] 1996), dano não é nenhum erro pedindo reparação; é o enfrentamento, são as contradições de dois mundos alojados num só. O sujeito, quem sabe, sem ter essa consciência, institui uma outra ordem, que, nesse caso não se manifesta nem em sofrimento, nem em furor, mas por meio de uma voz de inteligência, estabelecendo, a si, um lugar (alheio ao determinado) na comunidade dos seres falantes.

Representação imaginária de si mesmo aparece no RD3, em que as condições sócioeconômicas não permitem calçados que abriguem do frio, da geada: pé no chão e tamancos (coloniais, cujo solado é de madeira) – “tamanco sempre tamanco”, como uma condição sem saída – simbolizam, metonimicamente, a pobreza – onde está a terra prometida, a fartura, a abundância, referenciadas naquela memória escrita dos primeiros anos da colonização? Assim como se dá, no RD4, referências de que a alimentação se restringia àquilo que era produzido na própria terra – batatas – distanciando-se daquele pão feito com farinha de trigo, que precisava ser adquirida, comprada. Paráfrases, pois, em outros recortes, tal imagem é dada pela “polenta” (nas memórias escritas, em referência ao RD16, do quadro 9); mas, se essa última, no entanto, é simbolizada como troféu, conquista, isso não se ratifica nestes recortes: aqui, é resignação, aceitação da condição da falta de, de estar esquecido, confinado ao seu reduto. Mas aqui, não se dá causa a esse dano.

Os RSD 2, 5, 6, 7, 8 e 9 tratam de língua. Mas tratam das línguas e das línguas uma em relação à outra, da italiana em relação à portuguesa. No RD2, a reflexão se dá em torno da escolarização (pouca e precária), em que o então aluno “ganha” um “manuscrito”<sup>161</sup>, cujo “ganhar” é ganhar também destaque como aluno. Embora tal fato seja significativo, pelo papel da escola, atendendo às políticas previstas no Decreto-Lei n.1545/1939, conforme Campos (2006); Zandwais (2007);

---

<sup>161</sup> Pensamos que essa referência seja em relação aos paleógrafos, livros de leitura que foram “ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um tipo de livro bastante difundido na instrução elementar, no Brasil e em Portugal, assim como em outros países. [...] um dos livros cujo envio as diretorias de instrução fazem “às crianças pobres” das escolas em que querem implantar o ensino simultâneo.”, conforme Batista. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Batista/batista.htm>>. Acesso em: dez. 2016.

Orlandi (2009b), nossa reflexão incide sobre a forma como o sujeito se coloca dentro na língua, ao estar falando em português e usar o termo “manuscrito” (*manoscritto*, em italiano), mas, “corrigindo-se”, policiando-se, e indo em busca de seu equivalente exatamente em português, justificando seu não saber. Estaria ali implicada uma memória de que não se pode falar em italiano?

No RD5, de certa forma – em/por uma língua portuguesa pela qual, juntando-se as “peças” dadas por uma sintaxe entremeada de pausas, de cortes, de silêncios, recompõe-se a história - reitera-se o que está exemplificado no RD anterior: diz-se desse policiamento, de falar-se em português somente quando em relação com outros; em casa, dá-se continuidade ao falar-se em italiano/*talian*. No relato, irrompe a memória da interdição dessa língua, quando se efetivava a política linguística do Governo Vargas, conforme já referido. O próprio “aí” que dá início à frase, que vem depois de reticências (espaços/lacunas do pensar, do fugir, do organizar o como se dizer – policiar-se?), recupera isso na figura do interventor referido como “o tal de quinta coluna aqui...” (em sentidos de traidor, alcaguete) e as consequências: pais terem de esconder as filhas em função de elas falarem italiano. Para esse recorte, deixamos a pergunta que se atravessa: “tu é do IBGE?” porque, de um aparente *non sense*, pode-se buscar sentidos outros, dando a entrever que um entrevistador pode, quando a fazer perguntas, ser associado a/confundido com aqueles que interrogam, que averiguam, que são do Estado, que podem ser da polícia, na função de rastrear seus comportamentos, numa ordem dos corpos a definir as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, conforme reflexões de Rancière ([1995] 1996).

Essas violências são da ordem de um não esquecimento, pois são reiteradas no RD6 e RD7: no RD6, retorna uma mesma narrativa, à qual já nos referimos, alterando-se apenas o lugar onde o fato se deu (configurando uma memória já saturada), acrescida, esta, de detalhamentos; no caso, há a personificação daquele que representa o Estado em seu aparelho repressor por seu nome próprio (“Barcelos”), mas que não é identificado como tal: nesse caso, pensamos que, embora se faça sentir o dano na força da prisão (de pegarem a turma e levarem “pra lá”, de perseguirem com revólver e facão), há um agente implicado – mas esse a nada parece estar ligado, e sua saída, apenas um ato (in)voluntário de fuga diante de uma não declarada revolta. No RD7, evidencia-se onde se podia falar em italiano: nas casas, quando em contato uns com os outros, nas visitas - no exercício da

liberdade de usar a língua pela/na qual se identifica – prática que passa a atender a ordem da proibição/interdição, ou seja, ser italiano e passar a falar em português – posturas de um bom sujeito, já que “todo mundo falava português”, “português mesmo”. E que sentido passa a ter “quinta coluna” aqui? Certamente, esse sentido escapa à figura de um traidor, sendo, quem sabe, aquilo que vem ou que está num distante lugar, que não se entende, tampouco se apreende: derivas de sentido que não logramos saber.

No RD9, há mais uma repetição, a da cena em que aqueles imigrantes ou colonos que só falavam em italiano/*talian* permanecem calados quando em espaço público, reprimem-se, silenciam-se. Todavia, tal cena ajuda a atestar que aquilo que é recalcado sempre volta: a língua essa, que é silenciada, explode quando em discussão (assim como em “blasfêmias”). Ou seja, essa língua escapa, assim como o sujeito escapa, foge, transgride, enfim, resiste, na e pela língua à dominação que, assim, por ela se dá.

Os recortes anteriormente trabalhados recuperam/atualizam a memória das décadas de 1940 e anos subsequentes. Já o RD8 atualiza o lugar da língua italiana/*talian*: estamos nos referindo a um tempo em que não há mais a proibição, um tempo em que a língua, simbólico das minorias, das culturas oprimidas, entre outras situações, precisa ser resgatada como *bem*, como *valor* simbólico de seu *capital humano*, de seus cidadãos, pelo Estado. Poderíamos pensar no paradoxo – ou na vivência de uma contradição – do sujeito ítalo-brasileiro que presencia a história do século XX a partir da II Guerra Mundial, entre o não poder falar (sendo objeto) e o dever falar (sendo sujeito) – forças de uma determinação sócio-histórica que o leva a diferentes tomadas de posição frente à língua que, por sua vez, também vai sofrer mudança de status.

Outra inscrição do sujeito ítalo-brasileiro na língua portuguesa



## Quadro 33 – Recortes Discursivos: PS2 (entrevistas)

RD1:

LOC: não tinha carreta... não tem caminhão... não tem nada que levava... tu fazia um pouco de saco de alguma coisa... só pro gasto... então o dinheiro fazia alguma coisinha... então ia compra... ia compra aquela roupa... as coisa... assim sabe... café... café era só de domingo que tomava... né... não é como agora café toda hora...

RD2:

LOC: são tudo... ah... como eles criaram tudo SÃO... tudo esses filhos né... e pouco recurso... porque não é como agora... que a gente pode ver uma batata grande e vende... faZE dinheiro... antigamente não era assim... lá prantava milho... prantava muitas coisa... pra vende... pra vende pra QUEM... levava o milho só... (*inaudível*) vai vende o quê né... Santa Maria só levava (carteiro)...

RD3:

LOC: não é como agora é diferente as coisas... né... ele e ele moia as de farinha... então o que que fazia... quando que era pra fazê o pão... eu me lembro... a minha mãe... uma senhora... e também não se via farinha... eles eram pra compra... eles botavam... faziam batata doce... mandioca... cozinhava... depois fazia aquele fermento... e (botava tudo na mesa e botava) com BOLACHA né... que hoje dia (diz se) cuca... antigamente não se sabia nem o nome...

Fonte: Autora.

Os Recortes Discursivos que trazemos das entrevistas do PS2 cumprem aqui o papel de evidenciar o quanto essa memória em que o sujeito, em sua representação e na representação/construção imaginária que faz de si e do território, reitera a falta de condições, a falta de dinheiro, a questão de apenas poder contar consigo, com o seu trabalho e com o que consegue produzir para poder subsistir, evidenciando que, apesar de tudo, *era-se são, tinha-se saúde*. Evidencia, o sujeito ítalo-brasileiro, como a sociedade se organizava, sempre em família. Há uma comparação entre passado e presente, coincidindo com os imaginários de que, em tempos passados, a fartura era um mito. Movimentos de paráfrases, em restritos

deslizes. Destacamos, no entanto, a consciência da lacuna na língua, o que se materializa no fragmento “antigamente não se sabia nem o nome”, e as reticências em seu sentido de indignação, de inconformismo, de progressão, de enumeração. Reticências – que não aparecem só aqui – são silêncios que deixam em suspenso um vasculhar as lembranças, um buscar em imagens – que não são só suas - aquilo que se transportará por palavras e se transformará em sentidos: com base em Pêcheux ([1983] 2010), a passagem de um visível (advindo de outras instâncias) para um nomeado: entrâncias.

#### Quadro 34 – Recortes Discursivos: PS3 (entrevistas)

RD1:

LOC: quando deu... enton veio com aquele carreton... sabe coberto de [coisinho... LOC 2: uhum.... ]de capim... batido com moira... quando chegaram eles lá... largaram eles ali como largava uma tropa de pinto... eles era oito ou dez família parece que era... e a noite? veio um pouco de comida lá... mas pouco... que lá família tinha muita gente... então não vira uma fartura de comida... enton eles vie-... então minha vó disse... bom... bom... vamo reza... ela contava sempre... que tinha uns que rezavam... tinha um que ficava quieto...

RD2:

LOC: diz que faleceram mais de quatrocentas pessoas... mulheres... mulheres... (*inaudível*) só não vale túmulo... ela contava... diz que fizeram um valo assim... usaram pá... começaram a tapar com ferramenta... botava dentro esses morto aí... que nem enterra bicho... enterraram ali... daquele jeito... tinha um rio... depois levavam lá pra baixo... (*inaudível*) e assim se fazia no... e depois foi indo... quando viemos... quando eu vi pessoa mais grande... começaram a fazer igreja... porque as mulheres diziam se eles não fazia... uma capela... uma igreja... pra reza e diz que ela davam volta... não ficava mais...

RD3:

LOC: enton minha vó contava que... diz que toda mulher queria volta toda... diz que voltava de novo... se os homem não dava o jeito de fazê o a igreja... como se vê ali todas as casas fizeram igreja... muita fé...hoje em dia também...

RD4:

LOC: comecei a fala italiano... quando vocês falam português... com vinte anos... que eu falava italiano... eu sempre nasci italiano... que eu aprendi com meu avô... que não sabia nem dizer bom dia... ele dizia {bon jorno} né... e o pai também a mãe... e naquele tempo as irmã dava aula italiana...

RD5:

LOC:

o padre da igreja que dava o sermão em italiano... tudo era italiano... tudo falava também...

RD6:

LOC: tem hora que às vez falo... ma... eu com ele... depois que eu comecei que... ele começo a crescer né... e eu falo com ele tudo... porque posso... e eu muitas palavra não sou capaz de DIZE... foi... foi... até vinte e oito anos sou italiano... como é que eu sei até agora em português... eu vejo uma palavra que... precisa dizer aquela língua non vai... já não sou capaz de pronunciar aquela palavra bem... já fica meia... meia enrolada... meia enrolada... as palavra... ((risos))

RD7:

LOC: comecei em PORTUGUÊS... quando no quartel...

LOC: ah... fui obrigado porque haviam... havia::... era no tempo que veio o guarda né...

LOC: sabe que a eu jamais fala italiano... português... só em português... italiano... e alemão também... era em português não podia fala em outra língua... e eu fui pro quartel... foi no quartel no primeiro dia ficava firme... ficava até::... comparação eu peguei o português... que muitos da minha casa não eram capaz de fala português... (eu sou capaz) fala um pouco mas non fala... falava mais leigo... português... né... e daí fui obrigado... porque se non... ah... eu ía pra cadeia... até se teimava... não tinha... aquela vez que veio... aquele Marcelo... (que se tava... me contaram né... ) e as avó... a minha vó quase não ía mais a missa... é como eu disse... era uma velha devota como eu contei... ma:: ela não ía mais a missa porque não sabia dizer bom dia... só bon jorno... tututo italiano né... e ele quando saia da missa... ele morava lá onde mora as colina... né... aquele sobrado lá... com... ele morava lá... ele morava lá nos ( prefeito) era o inspetor... era inspetor... porque era uma pessoa que... incomodava a gente... como era um ... um desaforo assim sabe... era um inspetor né... e ele... ele quando terminava a missa... ele caminhava... vinha pela beira... (*inaudível*) era proibido italiano... né... sabia que a filha (*inaudível*) era italiana... ele disse... cala essa tua boca merda... ma também não sabia que... nem escuto o que ele falava... né... não sabia como era... não sabia... e ele pegava... e ele levava um homem daqui... foram pra cachoeira e morreu no caminho... morreu... morreu... até morava nesta casa aqui... (*inaudível*) e outro foi pra defenDE... defendeu o... Leonardo Hermes... que era um alemão... ele tinha raiva da vida com alemão né... tava lá vizinho né... defendeu o alemão né... (*inaudível*) o Leonardo era... sabia as palavra... e foi lá em cima pra defende o alemão... e tudo pegaram... levaram ele (...)

RD8:

LOC: era era... proibido também as missa... paro também as missa... aquele homem... quando veio aquela coisa... só podia fala em português... enton mandou... suspende tudo essa missa aí... coisa mais linda de se fala... e nas festas não podia mais canta esses canto italiano... (;;;)

RD9

LOC: mas quando veio aquela ordem que não podia mais cantar italiano... todo véio tapo a boca... ele ía nas festa cantava a missa ... depois nem mais missa ele ía canta...nós tivemo que pega... uma remessa de novo... uma remessa de novo... né... se não ía deixa morrer tudo... porque era só aquilo né... enton começamo pega e canta... ainda a missa eles deixavam um pouco... a missa que se cantava na igreja eles deixavam ... porque não ía convence ali... por fora não podia fala... (inaudível) enton começamo a canta os canto em português... cantinho vago... esses canto... BRASILEIRO... e tudo essas coisa... tudo...

Fonte: Autora.

Nestes recortes, cumpre referir que o RD1, RD2 e o RD3 mostram o que já estamos observando: essa memória que se recobre, diz diferente, mas diz do mesmo. Essa memória que chega pela oralidade traz as passagens que são mais significativas para o sujeito ítalo-brasileiro. A saga da imigração, em suas inserções sobre o imaginário de território, dão a ver que as utopias não se confirmaram – o dano foi se efetivando paulatinamente; **sucumbe o sujeito à própria ideologia**: ela, que já o faz objeto de seus contornos e determinações, leva-o a uma resistência administrada. Mulheres tomam o seu lugar nessa memória, são elas, muitas vezes, que cumprem, na memória, o papel de contrapor uma massa de trabalhadores. É isso que está sendo referido no RD1: na memória que se satura em reticências, o contar é o elo presente-passado; neste, o lugar do sujeito é o de rezar e o de calar; jamais falar. Essa resignação se transpõe, em outro tempo, em resistência, pelo contar. No início, porém, uma outra forma, em que a fuga do real se dá pela religiosidade - quando a religião cumprirá o seu papel de, aliada do Estado jurídico-capitalista, assujeita-o, fazendo com que não sobre espaço para o mau sujeito. Não é esse o sujeito, o mau, aquele que tem lugar nos relatos, nas narrativas, na memória que se repete.

A partir do RD4 até o RD9, adentramos os imaginários de língua e do sujeito na/pela língua. Transcrevemos na íntegra o que está no RD7, pelo seu depoimento,

cujo lugar é de testemunha, conforme já referido. É testemunha da história a entrar na rede da memória, pela forma como a oralidade apresenta a língua e a memória da língua (*italiana/talian*) na língua portuguesa.

No RD4, há o sujeito por ele mesmo: “eu sempre nasci italiano” – assim como o RD6, “até vinte e oito anos sou italiano”. Compreendemos que a identidade desse sujeito se dá pela língua: fala-se italiano/*talian*, é-se italiano, deixando de sê-lo quando se sente um falante de outra língua. No RD4 aparece bem a diferença entre o eu (italiano) e o outro (os que falam o português), o que diz dos limites, das fronteiras; fala-se da língua, fala-se do sujeito em sua diferença. No RD6, ainda, há um choque entre sujeitos e suas (diferentes) línguas e entre as línguas no sujeito ítalo-brasileiro: fala-se em italiano/*talian*, com um outro (possivelmente neto, em que temos a posição-sujeito avô), porque (agora), pode-se falar; mas há, nesse sujeito, um choque entre as línguas português-italiano/*talian*: poder dizer, conseguir dizer, qual o limite, até onde é uma e onde é a outra língua? Assim, tem-se, pelo sujeito, a relação de uma geração para com a outra, tratando-se de um outro lugar para a língua da imigração, dos imigrantes, o italiano/*talian*. Se anteriormente era proibido falar, abre-se o espaço para que, na atualidade, seja preciso ensinar, deixar o legado da língua aos descendentes, mesmo que, algumas vezes, a língua esteja sujeita a falhas. Lugares imaginários na estrutura e formação social, refere-nos Pêcheux ([1969] 2010), nem sempre discerníveis e interpretáveis, mas sempre carregados de sentido, em que, mais uma vez, se compreende a constituição do sujeito pela língua, ideologia, inconsciente e, igualmente, compreende-se a articulação entre língua, sujeito e história.

No RD7, em que há o confronto entre as duas línguas, observa-se a questão da obrigatoriedade da língua portuguesa, conforme já referido, conforme Decreto-Lei durante o Estado Novo (1937-1945). Neste recorte, pelo quartel e pela militarização, uma injunção à língua, em que não se podia “deixar de ser firme” e não falar a sua língua materna e, assim, incorrer nela/errar por ela, ir preso por ela, ao que se associa as práticas dos interventores na comunidade (em que a referência a Barcelo/Marcelo reaparece, assim como as narrativas de prisão). No entanto, há um predomínio da língua portuguesa sobre a italiana/*talian*.

Pelo RD7, mesmo que sair à rua implique não poder se pronunciar em italiano, ter de ir à missa e dela voltar, calado, ainda lá, na igreja, pode-se rezar em italiano. No entanto, se não se podia mais falar em italiano entre o ir e o voltar da

igreja, sendo a igreja um lugar ainda de um possível para a língua materna, a partir do RD8, temos que não mais: “era era... proibido também as missa” e, nela/por ela todo o imaginário de uma beleza no falar. Isso também vai se refletir em outra prática social: não se podia mais cantar os cantos italianos.

No RD9, tudo isso é retomado: ordens de proibição, o que se fazia, foi-se deixando de poder fazer: falar, rezar, cantar. Neste recorte, constitui o sujeito um imaginário de que tal proibição não poderia adentrar o espaço sagrado das igrejas, em que as litanias, as prédicas e as cantorias perderiam sentido se não fossem em sua língua materna. Apesar de certa tolerância por parte do Estado, dizer que “todo veio tapo a boca” é dizer da interdição, é dizer dessa violência que não permite falar. No imaginário de língua, a língua materna, o italiano/*talian* guardava em si o poder de poder significar. Ao referir que se passa a cantar em português, isso passa a “cantinho vago”, “esses canto... BRASILEIRO... e tudo essas coisa...”, resumido em “língua brasileira”. O que se pode observar é que há uma divisão entre o sujeito na língua italiana/*talian* e o sujeito na língua portuguesa. E o que seria o brasileiro aqui, seria uma terceira via, mesmo sendo o que se dá ao “vago”, ao incompleto, ao que não consegue dizer de tudo que se quer?

Outra questão que nos instiga é que, ao buscarmos a língua, encontramos o sujeito e, ao referirmo-nos ao sujeito, apresenta-se a língua. Por isso, tomamos as palavras do sujeito ítalo-brasileiro de um dos recortes discursivos – (RD15, quadro 28), mesmo que tal sujeito esteja se referindo ao seu (re)encontro com o *talian* – para podemos afirmar que a relação sujeito-língua, pelo que nos oferece, é uma relação de “nunca acabar”.

A partir do próximo quadro, passamos à compreensão dos recortes discursivos que fazem parte de entrevistas. As análises seguem-se aos recortes.

Quadro 35 – Recortes Discursivos: PS4 (entrevistas)

RD1:

LOC 3: éh... o pai sempre diz... óh... nós não ensinava pra vocês porque era feio vocês falarem com sotaque... ah [(e não sei que lá... que era árduo) era difícil LOC 2: (falavam tudo errado)] e era feio fala italiano e agora vocês vão estudar pra aprender... [o italiano... LOC: italiano... éh...]

RD2:

LOC 2: como é que a vó dizia... iludiram nós... dizia ela que mandarem carta lá... que era fartura...

Fonte: Autora.

Por esse recorte, o RD1 e o RD2, trazemos somente o que se diferencia e se distancia do que já vínhamos trazendo e sobre o qual já nos referimos como sendo paráfrases que pouco se dão a deslizes, assegurando-se em uma memória que, já cristalizada, engessa-se. Tais recortes não necessariamente trazem o novo e o diferente, mas trazem um imaginário de língua que reflete outra forma de dano: a de se ter vergonha de atestar uma historicidade enquanto sujeitos, diante de um outro imaginário: há um ideal de língua. Esse ideal de língua, no qual é preciso se inscrever, é o português “limpo”, “livre” de qualquer marca. Falar português com sotaque é feio (não se arrumava nem namorado com estudo, atestam memórias em escrito), é falar tudo errado. Sob a tensão de não ser discriminado/rejeitado pelas marcas na língua, a tomada de posição é não passar adiante, não transmitir, não ensinar a língua dos pais e dos avós (a imagem no monumento de Val de Buia estabelece uma relação parafrástica com o que se diz aqui: aos netos, os livros). A contradição reaparece aqui, refletindo, em função das mudanças sócio-históricas/condições de produção distintas, os diferentes lugares da língua, tomado, o de agora, da contemporaneidade, como surpresa: “e agora vão estudar ora aprender ... o italiano”.

## Quadro 36 – Recortes Discursivos: PS5 (entrevistas)

RD1:

LOC: Porque...veja como que é... vocês sabem.... eu por exemplo até me sinto um italiano... né...eu tenho orgulho de de até mais pela descendência...

RD2:

LOC:Mas Garibaldi por exemplo... eu teria paixão por uma pesquisa... já li bastante e guardei escritos de Garibaldi... esse homem foi FANÁSTICO... mas vocês sabem que os padres da nossa religião eram contrários né... porque eram maçon... mas Garibaldi foi um BAITA de um justiceiro... qual é o (dante) que ia deixar a Itália pra vir aqui... né... (...) por isso que eu digo... esse monumento de Garibaldi a gente teria que cuida (até) um pouQUUI::NHO mais...

RD3:

LOC: (...) pena que eu também sinto...vocês chegam aqui pra pedir alguma coisa e a gente tem pouco de história pra contar... né...

Fonte: Autora.

Quanto ao que consta no quadro 38, os RDs 1, 2 e 3 dão conta de nos apresentar o imaginário de um sujeito que se inscreve num imaginário de *até* se sentir um italiano, justificado por sua descendência. Mas o que seria “ser italiano” para esse sujeito? Em seu discurso, Garibaldi personifica a justiça, personifica o heroísmo, personifica o conflito entre posições ideológicas que se deram a conflitos no passado: história de heróis que precisam ser ainda cultuados. Compreendemos haver aí desencontros de lugares e de sujeitos: um dos grandes nomes da história, que têm História; o outro (ele): o sujeito que é “a gente”, gente que “tem pouco de história para contar”. Neste imaginário de sujeito, o “dano” estaria instalado no não se ter uma história por ser a sua história uma história de homens comuns. Brasileiros?



Quadro 37 – Recortes Discursivo: PS6 (arquivo de vozes)

RD1:: Do monumento... É. Eles fizeram aquele monumento e colocaram um homenzinho em cima. Representava o agricultor, não é? E, depois, então, quando veio as missão os padres deram essa ideia de tirar e botar a cruz em cima. Creio que foi. Antes a placa que tinha ido – acho eu – foi nesse tempo que levaram o homenzinho, levaram a placa era em 1942, 1943, acho, tempo do Getúlio, e nós era guri era nesse tempo – eu era guri. Quando tiraram o homenzinho botaram no lixo lá, e nós ia lá atirar pedra em cima e veio um homem ali que era o Heitor Rapachi e disse que não era pra abusar, que era bento aquilo aí, puseram a cruz em cima depois... [...] Vieram uns homens de Cachoeira do Sul e tiraram a placa e levaram para Cachoeira e não se sabe que fim levou. Falava [a placa] da imigração, tudo em italiano e em 1900 e pouco e botaram a cruz e na cruz tava escrito “Salva tua alma”, que foi o lema do retiro que os padres fizeram (M. C., 84 anos).

Fonte: Autora.

Quadro 38 – Recortes Discursivo: PS7 (arquivo de vozes)

RD1: Sim. Me lembro. Ele era um monumento. Em cima tinha um agricultor com a pá e embaixo tinha uma placa que... o agricultor ... um nome (não me lembro mais agora, sabe) falava assim do agricultor que era uma homenagem assim para o agricultor. É. Na placa era escrito em italiano... é. Depois, então, porque tinha escrito em italiano, desmancharam tudo e levaram embora. Desmancharam tudo. Não me lembro daquele tempo. Acho que foi o tempo que o governo obrigava por causa dos italiano, no é ... desmancharam tudo, tudo. Pode ser que tiraram o homem que tava trabalhando e botaram uma cruz. Eu sentava sempre lá nos degraus, eu era pequena... (M. C., 92 anos).

Fonte: Autora.

Nestes recortes, as paráfrases mostram-se e, por elas, no imaginário de sujeito (e de território, e de língua) compõe-se o dano. Em outras palavras, ao homem, substitui-lhe a cruz; não mais o homem, senão o símbolo de um deus pelo seu sofrimento; não mais a língua italiana, o português; não mais o corpo, a alma; não mais o trabalho, a salvação. Compreendemos, nesse imaginário de sujeito dado às imposições da política e da religião, um apagamento do político, em que o homem (em/por seu trabalho, em sua forma de territorializar-se e de urbanizar-se e de discursivizar-se), não o imigrante, nem o colono, mas o agricultor sucumbe a um deus; sujeito não mais da terra, mas dos céus. É o momento em que se destroem monumentos – e fazem-se outros, buscando outros sentidos. Mas, nessas referências, observa-se, no discurso pela oralidade, que este compõe o tecido da memória em um efeito de amarrar os fios que foram dados a rupturas. O que

saberíamos da lacuna entre uma fotografia e outra, conforme o referido nas imagens 14, 15 e 16, senão por essa memória, autorizada por sujeitos que viveram a história? São esses relatos que ajudam a consertar as lacunas deixadas pela história e pela memória. Eles significam, sobrepondo-se a apagamentos. Se à língua italiana/talian, ao sujeito imigrante – e agricultor – impuseram apagamentos (e essa terceira pessoa não é indeterminada, é o Estado brasileiro), é, contraditoriamente, pela língua imposta que essa memória retorna. Nada, a ela, é impossível, o que é atestado por esses recortes.

#### Quadro 39 – Recortes Discursivo: PS8 (arquivo de vozes)

RD1: não me lembro... nada, nada... eu ouvi tudo isso ali que aconteceu, né... mas eu não me lembro.

RD2: Naquela guerra... sabe... que se deu no ano 30 é... eu tava em Restinga Seca... ah, vio, me esqueci de te dizer que assumi em RS, município de RS e lá eu fiquei vários anos né... mas depois eu pedi transferência... que ficava meio longe dos meus pais né que a gente acostumada sempre sempre com eles...

Fonte: Autora.

Por essa voz, vêm-nos uma posição-sujeito pela qual podemos observar a força da interdição, compondo, no dizer do sujeito, a contradição. No RD1, há um ouvir “tudo isso ali” (o que se refere às violências em relação à língua dos imigrantes), mas há um “não me lembro”. Compreendemos estar aí a defesa, a proteção, a resistência à força do Estado. O “não me lembro” protege o sujeito do dano, faz-se resistência frente à coerção externa: há o saber, mas há o não poder e não dever dizer. No RD2, por sua vez, o inconsciente funciona pela fuga do assunto e a entrada em outro, dentro do que pode se falar. Nada de conflitos, o sujeito quer se dar ao consenso.

Com base nesse percurso de ouvir as vozes, e compreender os discursos, como “capturar” as sutilezas, as falhas, as faltas, as sobreposições/saturações, os lapsos, as elipses de um discurso? Nesses recortes, observamos trajetos sedimentados, memórias já saturadas que se reinscrevem e se reinventam, dentro não só do que pode, mas daquilo que, dentro do discurso dominante, deve ser dito,

reiterado, enaltecido, e que se dá em voz alta. Mas, ao mesmo tempo, fomos convidados a ver/ouvir como irrompem singularidades, mostrando que há superfícies que pouco são significadas/ouvidas e que derivam sentidos em sutis, delicadas e quase que incógnitas vozes perdidas nos vales.

Por essas vozes, não temos o acesso direto às materialidades que poderiam corresponder aos primeiros livros de memórias (então guardados) e aos primeiros monumentos (então destruídos) pelo impossível que se apresenta. Mas temos uma ponte, pelo testemunho vivo, entre um passado vivido e um passado anteriormente narrado e um presente, o qual os (a)colhe, antes de se perderem na efemeridade – e na fragilidade – de sua própria constituição. Essas vozes que trazem, em sua memória, desde o pouco significar até o precisar calar, dizem, no hoje, muito mais do que se pode aqui linearizar, atestando limites entre as materialidades significantes, pela musicalidade que lhe é própria, pelas reticências, pelos pontos, pelos cortes, pelas inserções, pelos lapsos, por fluxos livres que não se atêm ao domínio de um imaginário consciente dizer. E, dentro do que se pode capturar, entrevemos, mais uma vez, mas de diversa forma, o sujeito do entre-línguas e do entre-lugar. À deriva, mas sempre procurando (e encontrando), em suas travessias, nas margens, nas veredas, nos descaminhos, o que pode e o que quer a língua e o discurso: sentidos.



## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mas, tem horas em que me pergunto: se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão” (ROSA, 1984, p. 267), reflete Riobaldo, sobre o que também refletimos sobre o nosso percurso pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro da/na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul e ao que acrescentamos, sem discordar do personagem: faz-se necessária uma investidura para esse sair. Processos que se constroem. Para isso, lançamos um olhar para trás, recuperando o que foi lido, o que restou do (re)escrito e o que se fez analisado. Damo-nos ao momento formal de finalização deste estudo, considerando que a conclusão é um efeito, uma vez que os resultados do trabalho de pesquisa foram sendo apresentados no decorrer do texto (e também terão sua continuidade no processo que ultrapassa este espaço e tempo). Por isso, optamos por recuperar as questões iniciais e apontar o que pensamos daquilo que de mais relevante as distintas materialidades discursivas foram nos oferecendo à leitura e à interpretação. Para compreender o funcionamento da subjetividade desse sujeito e como se dá o funcionamento das discursividades produzidas na Quarta Colônia que remetem às suas construções imaginárias em relação ao espaço de imigração, a si mesmo, à língua e na/pela língua, adentramos assim à sua/às suas subjetivação/ões, perguntamo-nos sobre seus imaginários: sobre o território que passa a ocupar, sobre o outro para o qual fala/escreve/edifica, sobre sua própria história, sobre o outro que fala sobre esse sujeito, sobre sua relação à língua, além dos processos discursivos aí implicados.

Iniciamos nosso percurso – a travessia pelo imaginário de um sujeito, do sujeito ítalo-brasileiro em suas múltiplas posições-sujeito – refletindo sobre utopias, imaginários e ilusões do sujeito na história e no simbólico, considerando que a língua é essa materialidade que rege tanto sujeitos quanto sentidos. As ilusões estão no cerne da forma sujeito no discurso, tramando e tecendo as redes de evidências nas quais o sujeito se suporta e pelas quais se transporta/transborda; os imaginários consistem em ser aparatos desse sujeito na constituição de sua relação identidade-alteridade pelas maneiras todas pelas quais se lança – pelo discurso – para (se) significar.

E as utopias, tal como investimos neste estudo, em relação ao sujeito pesquisado, o que são senão amostras de funcionamentos da ideologia – tal como o

pensado por Pêcheux na sustentação da teoria discursiva –, quando ambas se cruzam, atestando que o que está em jogo, tanto numa como outra, é o poder? Tentam, as duas, conforme Ricoeur ([1986] 2015, p. 348), “mostrar como é possível ser governado de outro modo que não pelo Estado”, considerando-se a utopia como aquilo que “tenta substituí-lo”, seu efeito é exatamente o questionamento do que existe num presente, fazendo, com isso, com que o mundo pareça estranho. Se não é o pensar e o saber, é o sentir os efeitos do desentendimento, o peso do dano.

Por esse jogo, conforme o referido, podemos nos debruçar especificamente sobre o que nos propusemos desenvolver neste estudo, ou seja, pensar, pelo viés utopia/ideologia, um outro jogo, que é o funcionamento das discursividades e da subjetividade do referido sujeito. Portanto, queremos discorrer sobre como isso foi sendo observado, estudado, em seu funcionamento, por um recorte que traz em sua sustentação um olhar materialista, que vê na/pela linguagem (em seus suportes) espelhos desse sujeito. Por isso sabemos que esta tese, apesar de tantas páginas, recobre apenas uma parte, aquela que conseguimos acessar (algumas veredas, em parágrafos, pelo sertão, o grande).

Ancoramo-nos, para pensar tal sujeito, em três suportes: o constituir-se pelo processo de territorialização, o de significar-se pelo processo de dar-se a ver pelo urbanizar-se, e o de como fazê-lo, pelo processo pelo qual se discursiviza, simboliza-se, significa-se (construindo-se, contradizendo-se, reinterpretando-se, refazendo-se, alinhavando-se, fragmentando-se e, mesmo, multiplicando-se num efeito *ad infinitum*). Poder de/da metáfora, pois “o sertão está movimentante todo-tempo – salvo que o senhor não vê” (ROSA, 1984, p. 483). As materialidades discursivas: a elas, por elas, o dito, o desdito, o não dito, o sempre dito, em suportes materiais de tinta, de cimento e de som, que nada seriam, se não fosse a língua, o sujeito e a história.

Assim, podemos dizer, a partir da primeira paragem, na qual nos detivemos em ler os escritos, que o sujeito constrói sua subjetividade significando-se pelo dizer de si através do processo de escritura em si – mesmo quando em guardados, num processo de resistência à determinação social, política e ideológica, de resistência à alienação de si enquanto sujeito histórico. Constitui-se em separado, sem apoio do Estado, que o restringia ao papel de demarcar espaço, produzir, colonizar, caldear/branquear a “raça” e reproduzir a ideologia religiosa. A existência de tais materialidades – apesar de os discursos reproduzirem ou pouco contestarem as

ideologias dominantes – constituem resistências a silenciamentos. Ganham essas memórias outros contornos, que se ressignificam quando da publicação – em língua portuguesa – em tempos de comemoração/rememoração, abrindo espaço, por esse viés, mas atendendo a outras demandas do sujeito, a outras produções contemporâneas. Sobre tais publicações, podemos afirmar que se abrem a pequenos deslizes, que dão espaços a outras narrativas, de outras ordens, mas permanecem na “tarefa” de, pela memória, resistir.

Nesse seu percurso de dizer, a sua construção utópica desmorona, mas ele, o sujeito, ergue-se, reinventa a língua e reinventa-se em línguas e em entre-línguas, porque, mesmo em desarranjos, foi preciso significar. Nessas materialidades, o sujeito ítalo-brasileiro – assim referido por contraditório processo na língua – é múltiplo e dá-se a um complexo jogo de imagens especulares, sujeitas às ações da história, da ideologia, do inconsciente e da língua. Não pensamos tais espelhos como perfeitos, dados ao brilho e à exata reflexão em seus efeitos. Eles estão, algumas vezes, embaçados, outras, trincados, quebrados e por vezes, ainda, até esfacelados. Mas, pela memória, resistem.

No contínuo processo de discursivização, tratamos da segunda paragem. As imagens (em papel e tintas, em cimento e areia) dizem de um territorializar-se e de um urbanizar-se. Todavia, se os escritos ficaram, inicialmente, restritos a espaços familiares, protegidos, silenciosamente, em ação de resistência, sem saber que aguardavam visibilidade, os monumentos, em seu dizer, foram vitrines. Paradoxalmente à sua concretude, simbólica e real, dos ditos de seu imaginário, expôs-se à fragilidade diante do poder do Estado: destruição e apagamento, quebrados pela palavra (em língua de areia) que teima em recuperar fragmentos espalhados pelos cantos da história. Materialidade discursiva que se reinventa e traz outros imaginários, outros sentidos, outra relação com o Estado, que, agora, em gesto político, rememora e comemora tal sujeito, entregando-se à tarefa-efeito de reparar o dano. De colar os cacos, de juntar os grãos.

Quando prosseguimos e lançamos nosso olhar para a terceira paragem, “ouvimos” a imagem que o sujeito tem de si, do território, da língua. Tal imagem escapa às vestes de um herói e vem a configurar-se como um sujeito à deriva, no entre-lugar, na entre-língua. A aparente resignação pelo silêncio e a (a)guardada manifestação pela palavra andam juntas, fortemente marcadas pela interdição do falar. Ao lado do imaginário que temos de que o sujeito ítalo-brasileiro tem de

“tagarela”, contraditoriamente, não tivemos palavras em excesso e sentidos em falta. Colhemos sentidos múltiplos, em movimentos de ditos, interditos, silenciamentos, fugas, esquecimentos, paráfrases e polissemias: feridas e pulsadas, contidas e contadas.

O dano, nos imaginários de sujeito, de língua e de território acaba por ser não o “erro”, mas o constitutivo; a reparação, não o conserto, mas a instauração de um político, que não corrige/suplanta/repõe a relação de pertencimento “como” um igual ao sujeito, apenas estabelece um meio para que seu lugar esteja aí, em permanente estado de negociação. Em nossas observações, não coincidem história e utopia. A partilha do sensível produz danos; as chamadas políticas afirmativas visam a repará-los, e é exatamente o sujeito constituído pelo dano que busca reparar esse dano.

Compreendemos, por essas andanças teóricas e analíticas, que há processos. Paralelismos, inicialmente, pareciam-nos. Paráfrases, nos contradisseram. Deslizes, mostraram-se-nos. O que se dá com os escritos muito se repete com as imagens e com as vozes. Aquelas que voltamos a escutar: em seus rumores, em suas risadas ruidosas das reuniões e das festas da Quarta Colônia, em que ecoam canções, de Méricas, Méricas a tantas outras, acompanhadas de rezas e de risos, testemunhos e lamentos, ditados e desditos, em histórias que não terminaram nunca mais, por línguas que se entrecortam, se contorcem, se amalgamam, se auxiliam, se refugiam, se imbricam e brincam entre si. E há os silêncios. Desafinados, porque não no mesmo lugar, nem com os mesmos sentidos. De silêncios constitutivos, à injunção ao calar seguida de tudo, mesmos e diferentes dizeres. A significar e ressignificar – assim como nós nos ressignificamos: não somos mais a menina que viveu na Quarta Colônia, senão a pesquisadora, adulta, que faz da Quarta Colônia seus itinerários de estudos do discurso, pela língua, pelo sujeito e pela história.

Assim pensamos o sujeito ítalo-brasileiro em seus discursos, em processos pelos quais se estruturam e em suas materialidades pelas quais significam: o que um não diz, o outro repete; o que um ecoa, o outro nega; o que um quer, o outro... até aceita; o que um desmonta, às vezes, o outro diz não ver; o que um cala, os outros multiplicam. O que em um machuca, não faz com que os outros fiquem silentes: na falta, na falha, o excesso tenta compensar, sutura e satura. Funcionam assim: não há paralelismos, há desencontros; não simetria, há desequilíbrio, mas não há *um* sentido, há sentidos.



No jogo do significar-se, apreendemos três movimentos parafrásticos, em que a história intervém e sobredetermina. Há o primeiro tempo, em que os imaginários de território, de língua e de sujeito andam juntos. É o tempo da chegada e do assentamento; da busca por sobrevivência e por “pertencência”, à vida só. Não mais. Em que o sujeito é observado em sua força física e simbólica de, pós-imigrar, seu lugar ser o de colonizar. Há um segundo tempo, em que, dono do seu dizer em língua mátria, incomoda a pátria que não é sua, mas o quer. Há um terceiro, em que todos são qualquer um, há espaço de e espaço para, desde que.

Nesse primeiro momento, o sujeito ítalo-brasileiro constrói seus primeiros discursos, atestando territorialidade e urbanidade. Nos monumentos, diz-se homem e trabalho, escreve em talian e (in)significa tais escritos dados ao guardar; fala na entrelíngua do entrelugar. Rasga-lhe, no entanto, a história, o dano pelas utopias que não se realizaram, aliviadas por sobrevivências que sustentam outros patamares de existir – e sonhar.

Num segundo momento, assusta-lhe a barbárie da violência do não poder dizer; do perder as forças de pensar utopias, pelas misérias, pelos esquecimentos. Nos monumentos, em que se diz homem e trabalho, em língua e imagem, o poder do Estado a formalizar-lhe o dano, em efeitos do político e do simbólico. Hora de repensar o território, de sair - mas de calar. Instaure-se uma vergonha de ser não mais imigrante, talvez colono, agricultor: um habitante daquela zona, a apagar as marcas de uma língua na língua. Recorrências.

Num terceiro, um reconstruir-se. Como um igual em campo de todos iguais mostrando pequenas e insignificantes diferenças. Tempos de direitos humanos, de globalização, de democracias, de luta por lugares. Apagamentos na língua, na história, na memória. Diz-se de reconstruir monumentos, mas constroem-se outros; diz-se de recuperar suas memórias, mas em sua língua apagada; diz-se de ouvir suas falas, mas seus ouvidos só escutam ruídos. Danos em outras instâncias. Em que a reparação do dano é efeito; em que o político transforma-se de disputa em consenso. Rasuras, de rasos sentidos e de apagadas escrituras.

Dos escritos: de insignificados, a escondidos e a editados, em campos de comemoração; dos monumentos: de construídos, a destruídos e a “repaginados”, em línguas de inauguração; de vozes: de misturadas e caladas, a resgatadas, junto à legislação. E também: no confronto entre a expectativa que tínhamos sobre como se constroem os imaginários do sujeito ítalo-brasileiro em relação à língua

relacionada à questão histórica da interdição da língua dos imigrantes e o que deles compreendemos, fomos surpreendidos, pois onde supúnhamos haver silenciamento ou interdição, havia saturação. Testemunhos – se é que se pode dizer assim – que “a língua sempre vai aonde o dente dói”, palavras de Lênin, citadas por Pêcheux ([1975] 2009, p. 77).

Assim parece-nos ser a forma com que têm trabalhado todas essas materialidades, num movimento tenso entre o dano e a tentativa de reparação: efeitos. Hoje, esse sujeito, que é ítalo e que é brasileiro, que é todos os que elencamos, mais os que não conseguimos trazer, volta a se reinscrever em outros lugares: nos programas de rádio, no reconhecimento da língua, nos monumentos e nos discursos do poder público como se fossem seus, na publicação de livros (do ontem no hoje e do hoje), com suas histórias e memórias, na valorização de sua culinária, nas marcas de produtos em que ser “colonial” da Quarta Colônia é ter sabor e qualidade, nas comemorações de seus centenários...

Nesses espaços, há lugar para o sujeito ítalo-brasileiro que se desdobra em ser um vencedor. No entanto, pouco-nenhum espaço para aqueles que não tiveram as mãos calejadas, àqueles que não as honraram...; que não elegeram Deus, tampouco a religião (e daí a fé e daí a moral e daí o patriotismo).

Como aponta Foucault ([1966] 2013, p. 19), sobre utopias, que há lugares que não pertencem efetivamente a espaço algum, nascido na cabeça dos homens: “no interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar dos seus sonhos”. Ou seja, pequenas ilhas, em que, por qualquer língua, mas pela Língua, a efetiva resistência: pela memória de ser, de querer e de poder dizer.

Em tempo I: esta tese tem como objeto de estudo o sujeito. Tratamos do sujeito ítalo-brasileiro, de seus imaginários, de suas subjetivações, de seu constituir-se historicamente com relação à ideologia do Estado, da nação, da língua. Tal fato nos expôs a um ponto crítico: ter de fazer um recorte de como designá-lo e de só conseguir fazê-lo inscrevendo-o na ideologia do Estado nacional, que é, exatamente, por onde se institui o dano: contradições de quem está submetido à língua.

Em tempo II: esta tese tem como objeto de estudo o sujeito. Tratamos também da posição do sujeito pesquisador: da sua relação com seu objeto de estudo e da relação que teve/tem com a Literatura, que é, no caso, estruturante da própria tese. Tratamos de como o sujeito pesquisador vai se constituindo: na e pela

língua; e, se o sujeito não pode sair da língua, recuperamos que “nada da poesia é estranho à língua” e “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia”<sup>162</sup>.

Em tempo de escrituras sobre o sujeito, precisamos do poder da metáfora, pois “a metáfora também merece que se lute por ela”, conforme Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 27).

Por fim:

“Rasgamos o sertão. (...) Se passou como se passou,  
nem refiro que fosse difícil-ah; essa vez não podia ser!

Sobrerelégios?

Tudo ajudou a gente,  
o caminho mesmo se economizava.  
As estrelas pareciam muito quentes.

Nos nove dias atravessamos.

Todos.

Bem, todos,  
tirante um”

(ROSA, 1984, p. 474).

---

<sup>162</sup> Com base na nota 106 e em Pêcheux ([1983] 2008, p. 51).



## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Traduzido por Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, [1969] 1985.

\_\_\_\_\_. Resposta a Jonh Lewis. In: \_\_\_\_\_. Posições-1. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 13-71.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão sobre o nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Paleógrafos ou Livros de Leitura Manuscrita: Elementos para o Estudo do Gênero. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Batista/batista.htm>. Acesso em: dez. 2016.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de fevereiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, [1978] 2013.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. [ed. Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BLOG DO SANTIN. Disponível em: <<http://silvinosantin.wordpress.com/>>. Acesso em: set. 2014.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2. 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a20v57n2.pdf>>. Acesso em: jan. 2012. p. 42-46.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia**: da fragmentação à integração. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2011.

BRUST, Viviane T. B. De língua e de línguas: slogans políticos e ideologias de governo. **Revista Escrita**. n. 19. p. 48-58. 2014.

\_\_\_\_\_. **O efeito “chapéu de Clementis”**: imagens do sujeito imigrante italiano na Quarta Colônia. 171p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 2013.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta**. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=2003](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=2003)>. Acesso em: mai. 2014.

CAMPOS BORGES, Julie Kellen. **As denominações do imigrante nas políticas de imigração no Estado de São Paulo**: a produção da diferença. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: UNICAMP, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000919626>>. Acesso em: mar. 2015.

CAMPOS, Cyntia Machado. **A política da língua na Era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. Editora Brasiliense: São Paulo, SP, [1979] 1983.

\_\_\_\_\_. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 1982.

CORRÊA, Marcia Cristina. **Características fonético-fonológicas da Língua Portuguesa falada na comunidade de Vale Vêneto – RS**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 1995.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da Memória**. Tradução e Introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2010. p. 23-37.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Ed. Vozes: Petrópolis, [1990] 1998.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, [1952] 1991.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Unicamp, 2013.

FERREIRA, Leandro M.C. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. Revista Letras, espaço de circulação de Linguagem. Universidade Federal de Santa Maria, n. 27, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, [1984] 2013.

\_\_\_\_\_. **Isto não é um cachimbo**. 5. ed. Traduzido por Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1973] 2008.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber**. 6. ed. Traduzido por Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2000.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Loyola, [1970] 2012.

FROZI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2. ed. Caxias do Sul: EdUCS, 2009.

GADET, F. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, [1990] 2010. p. 7-10.

\_\_\_\_\_; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível [Entrevista]. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso - Michel Pêcheux**: textos escolhidos. Campinas: Pontes Editores, [1991] 2011a. p. 93-106.

\_\_\_\_\_; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas: Pontes, [1981] 2004.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIÉ, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010a. p. 161-189.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Enunciação e política de línguas no Brasil. In: **Revista Letras**. UFSM. n. 27. jul-dez. 2003. p. 47-53.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, [1968] 2009.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Traduzido por Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, [1984] 1992.

HENRY, Paul. A história não existe? Traduzido por José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1984] 2010. p. 23-48.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, [1969] 2010. p. 11-38.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IMIGRANTES ITALIANOS (Blog). **La Mérica**. Disponível em: <[http://www.imigrantesitalianos.com.br/LA\\_MERICA.html](http://www.imigrantesitalianos.com.br/LA_MERICA.html)>. Acesso em: jun. 2014.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2013 [1999].

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: \_\_\_\_\_; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.) **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

\_\_\_\_\_. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 173-185.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

LA HISTORIA NARRADA A TRAVÉS DEL ARTE (Blog). Cronología Artística del Renacimiento Siglo XVI (Cuarta Parte). 7 mai. 2014. Disponível em: <<http://lahistorianarradaatravesdelarte.blogspot.com.br/2014/05/cronologia-artistica-del-renacimiento.html>>. Acesso em: ago. 2014.

LAGAZZI, Suzy. **A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia**. In: REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo - Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 104-110, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/1999/1721>>. Acesso em: dez. 2016

LE GOFF, Jacques. (1988) **História e Memória**. Traduzido por Bernardo Leitão [et al]. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LUZZATTO, Darcy L. **Talian (vêneto brasileiro)**: noções de gramática, história, cultura. Porto Alegre: Sagra; D. C. Luzzatto, 1994.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, [1989] 2003.



MARCON, Itálico. Prefácio. In: LORENZONI, Júlio. **Memória de um imigrante italiano**. 1975. p. 9-10.

MARIANI, Bethania. **Ainda sobre testemunho, ainda sobre as noções de sujeito**. Uma escuta para memórias do subsolo. Texto apresentado no VI GTDIS – UNIOESTE, Cascavel, PR, em dez. 2015. Livro no prelo.

\_\_\_\_\_. **Quando as línguas eram corpos**: sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campina, SP: Pontes Editores, 2007. p. 83-112.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e imaginário linguístico**. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, Número Especial, 2003, p. 55-72.

MILNER, Jean-Claude. A Roman Jakobson, ou le bonheur pal la symétrie. In: **Ordres et raisons de langue**. Paris: Seuil, 1982. p. 329-336.

\_\_\_\_\_. **O amor da língua**. Tradução e notas de Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELO NETO, João Cabral. **Morte e vida Severina**. Disponível em: <[http://www.releituras.com/joaocabral\\_morte.asp](http://www.releituras.com/joaocabral_morte.asp)>. Acesso em: set. 2014.

MORE, Thomas. **Utopia**. Prefácio: João Almino; Tradução: Anah de Melo Franco. Brasília: Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

NORA, Piere. **Entre memória e história**: A problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. [1984] 1993.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**: história de uma palavra. Disponível em: <[www.Pgletras.uerj.br/matraga/9ao6.pdf](http://www.Pgletras.uerj.br/matraga/9ao6.pdf)>. Acesso: mai. 2015.

ORLANDI, Eni. **Ciência da Linguagem e Política**: anotações ao pé das Letras. Campinas: Pontes Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 34, jul-dez., p. 75-87. 2014b. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo4.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2012b.

\_\_\_\_\_. Os sentidos de uma estátua: fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso, Espaço, Memória**: Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: RG, 2011a.

\_\_\_\_\_. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos.** Campinas, SP: Pontes, 2011b.

\_\_\_\_\_. A Casa e a Rua: uma relação política e social. In: Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez.2011 – 2011c  
Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18491>>. Acesso em: nov. 2016.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Gestos de Leitura.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010a.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: \_\_\_\_\_; RODRIGUES; Suzy Lagazzi.(Orgs.). **Discurso e Textualidade.** Pontes: 2010b. p.11-30.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso.** Campinas: Editora RG, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009a.

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre a língua no período Vargas** (Estado Novo – 1937/1945). In: Orlandi, Eni. **Língua Brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil.** Campinas, Editora RG, 2009b, p. 113-120.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista:** discurso do confronto, velho e novo mundo. 2. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007a. p. 11-20.

\_\_\_\_\_. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais (Apresentação). In: \_\_\_\_\_. **Política Linguística no Brasil.** Campinas: Pontes, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Interpretação.** Autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2007c.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007d.

\_\_\_\_\_. Educação em direitos humanos: um discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas: Pontes, 2003a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Discurso fundador.** Campinas: Pontes, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Historia das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.

\_\_\_\_\_. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, Campinas, n. 4, 1999. [s.p.]

\_\_\_\_\_.; DE SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, ENI Pulcinelli (Org.). **Política lingüística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1998. p. 27-40.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e autoria**: leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Terra à Vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Apresentação In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Linguística: questões e controvérsias**. Serie Estudos, n. 10. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu funcionamento**. Brasiliense, São Paulo, 1983.

PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/língua. In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 113-123.

\_\_\_\_\_. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

\_\_\_\_\_. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Historia das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001. p. 235-255.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2008.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2010. p. 49-59.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória**. 2. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1983] 2010. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 19. Campinas: Unicamp, [1982] 1990. p. 7-24.

\_\_\_\_\_. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1981] 2011. p. 131-140.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 1983-2009.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, [1975] 2009.

\_\_\_\_\_. Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse? In: ORLANDI, Eni (Org.) **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1979] 2011. p. 73-92.

\_\_\_\_\_. Língua, “linguagens”, discurso. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1971] 2011. p. 121-129.

\_\_\_\_\_.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, [1975] 2010. p. 159-249.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, [1969] 2010. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani [et al]. Campinas: Unicamp, [1969] 2010. p. 307-315.

PERTILE, Marley Terezinha. **O *talian* entre o italiano padrão e o português brasileiro**: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

PETRI, Verli; GUASSO, Kelly. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 37. jan-jun., p. 9-27. 2016a.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda. Memória e subjetividade: de um tempo para lembrar. In: Revista Desenredo. V. 12, n. 1, p. 21-29. Jan./jun. 2016a.

PETRI, Verli. Do funcionamento do “sabe-se que” às possibilidades de interpretação no discurso sobre museu. 2016b (no prelo).

\_\_\_\_\_. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 39-48.

\_\_\_\_\_. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, 23/24; p. 25-35. 2010a.

\_\_\_\_\_. De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”> reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **RUA**. v. 1, n. 16. 2010b. p. 66-83.

\_\_\_\_\_. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: UFSM, PPGLEditores, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60**. Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins**. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM**, Santa Maria, n. 21, p. 121-125. 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. 1989. p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. 1992. p. 208-212.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. 2 ed. São Paulo: EXO experimental org.; 34, [2000] 2009.

\_\_\_\_\_. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, [1996] 1995.

\_\_\_\_\_. **Os nomes da história: Ensaio de Poética do Saber**. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias e Graciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RODRIGUES-ALCALÁ, Carolina. Entre o espaço e seus habitantes. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes; Labeurb/Unicamp, 2003. p. 65-83.

ROSA. João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 16 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAMAIN, Etienne. **As imagens não são bolas de sinuca**. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne (org.). Como pensam as imagens. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTIN, Santin. **Os falares dialetais como expressão da vida pessoal**. I Confini dei Dialetti. 2002. Disponível em: <[http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col\\_italiana/3\\_Falares\\_Dialetais\\_como\\_express%C3%A3o\\_da\\_vida%20pessoal\\_familiar.pdf](http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/3_Falares_Dialetais_como_express%C3%A3o_da_vida%20pessoal_familiar.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

\_\_\_\_\_. **A imigração esquecida**. Porto Alegre, RS: EST; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os falares dialetais como expressão da vida pessoal e familiar**: relato de uma experiência pessoal, apresentado em Cima Sapade, Itália, no Convegno: I Confini dei Dialetti. Agosto de 2002. Disponível em: <[http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col\\_italiana/3\\_Falares\\_Dialetais\\_como\\_express%C3%A3o\\_da\\_vida%20pessoal\\_familiar.pdf](http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/3_Falares_Dialetais_como_express%C3%A3o_da_vida%20pessoal_familiar.pdf)>. Acesso em: mar. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SCHALLER, Jean-Jacques. Construir um viver junto na democracia renovada. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, jul./dez., p. 147-164. 2002.

SCHERER, Amanda E.; DIAS, Cristiane; PETRI, Verli. Dialectiques: uma contribuição para a história da produção do conhecimento sobre a linguagem nos anos 60, 70 e 80. In: BALDINI, Lauro (Org.). **Análise de Discurso e Materialismo Histórico**: língua, sujeito e ideologia. No prelo, 2014.

SCHERER, Amanda. **A casa miticamente comum**. In: PETRI, Verli e DIAS, Cristiane. (Orgs.) **Análise de Discurso em Perspectiva: Teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

\_\_\_\_\_. À procura da língua universal: entre a memória e a história. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 157-174.

\_\_\_\_\_. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice e GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraliz, 2008.

\_\_\_\_\_. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, Bethania (Org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 13-20.

\_\_\_\_\_.; TASCHETO, Tânia Regina. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. **Estudos da Lingua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, junho, p. 119-123. 2005.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma. Santa Maria: UFSM, 1996.

SOUZA SANTOS. Boaventura de. Identidades: por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (Orgs.). **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

VENDRAME, Maira Inês. “**Lá éramos servos, aqui somos senhores**”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia de Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: UFSM, 2007.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009.

ZANDWAISS, Ana. Ler o acontecimento. Memória nacional e construção identitária no Estado Novo: formas de significar o sujeito migrante através de dispositivos jurídico-políticos. In: BERTI-SANTOS, Sônia Sueli. **Teorias e práticas de leitura: olhares e percepções**. São Paulo: Terracota, 2012. p. 47-65.

\_\_\_\_\_. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Souza (Orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 127-141.

\_\_\_\_\_. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 251-263.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

ZOPPI-FONTANA, Móni. **Camelôs e o direito à cidade**. Anais dos Encontros Nacionais da Anpur. 1997. Disponível em:  
<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1733/1704>>. Acesso em: nov. 2016.





**OBRAS ANALISADAS**

BAGGIOTTO, Luiz Al. L. **E as sementes do Vêneto vingaram na Quarta Colônia**. Porto Alegre: Ed. Do Autor, 2015.

\_\_\_\_\_. **Das brumas do Vêneto aos sertões da QC**. Porto Alegre: Ed. Do Autor, 2015.

\_\_\_\_\_. **E as sementes do Vêneto vingaram na QC**. Porto Alegre: Ed. Do Autor, 2015.

BARATTO, Jonas (Org.) **Sítio dos Mellos**. 70 anos de história 1925-1995. [s. n.], 1995.

BELLINASSO, Severino. **As memórias de um imigrante italiano**: 1913 a 1995. [s. n.], 1995.

BELLINASSO, Severino. **Os heróis de Val de Buia**. [s. n.], 2000.

BRUGNARA, Jovita. **Recanto do vale**: imigração de Val Veronês. Santa Maria: [s. n.], 2010.

BUSANELLO, Pe. Pio José. **A História da Nossa Gente** (A primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial – RS). Editora Palotti: Santa Maria, 1999.

CERETTA, Antônio. **História do São João do Polêsine**: desde o início de sua colonização até o ano de 1936. Escrita pelo professor Antônio Ceretta; org. Roselene Pommer, Ricardo Kemmerich; [Manoel Santos Jacques, ilustração]. – São João do Polêsine: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine; Santa Maria: Universidade federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2015.

COSTA BEBER, Cirilo. **Na terra dos sonhos**: a história da família Costa Beber. Editora Palotti: Santa Maria, 1996.

DIDONET, Humberto. **Ivorá**: meu torrão. Crônicas – II Volume. [s. n.], 1994.

FENKER, Terezinha Tessele. **Addio Celeste, addio trentino**. EST Edições; Letra e Vida editora: Porto Alegre: 2009.

FOLETTTO, Granadilia. **Ribeirão**: sua fundação, sua história, seu povo e sua memória. [s. n.], 1996.

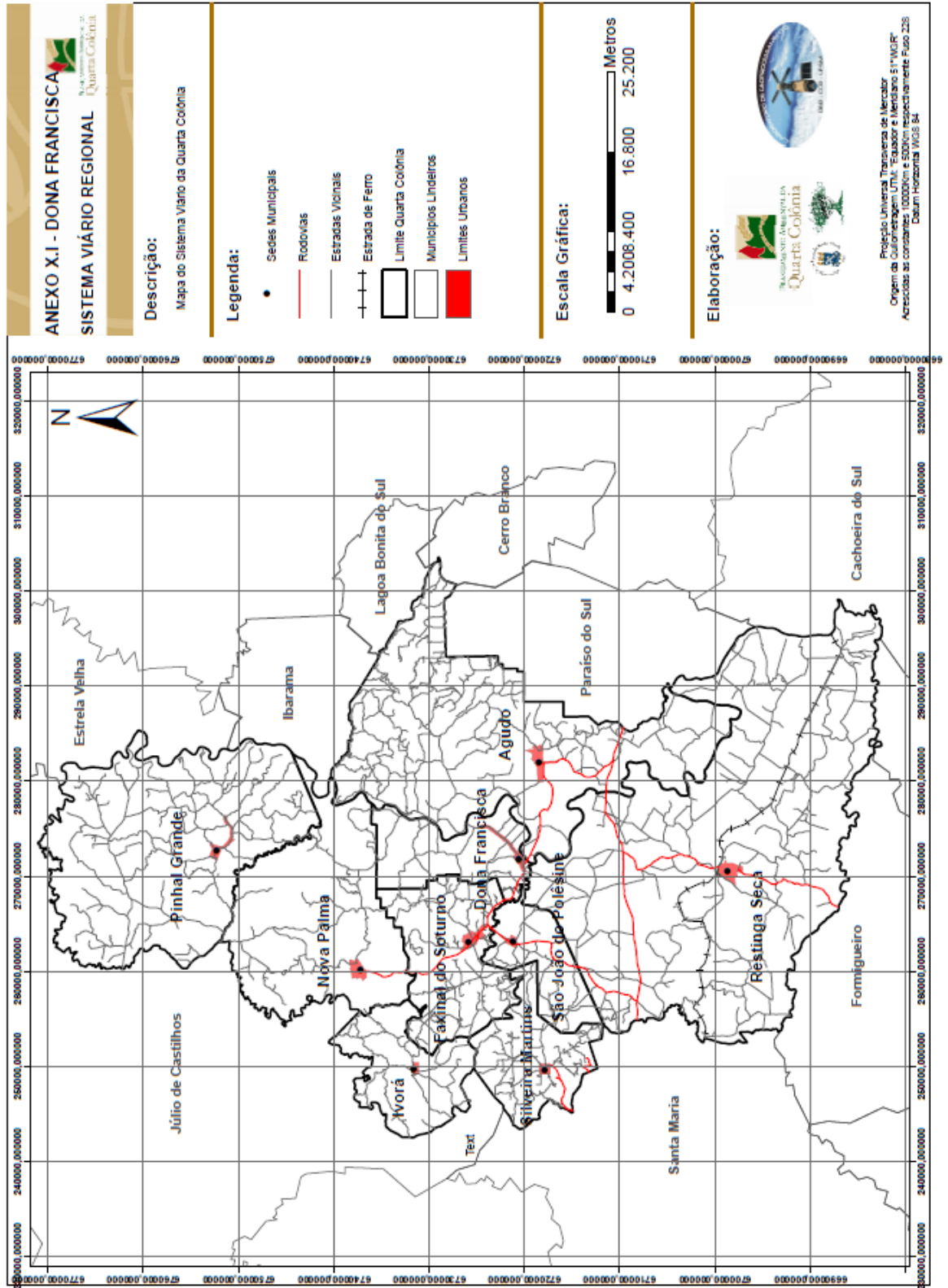
LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Trad. de Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre, Sulina, 1975.

POZZOBON, Zolá Franco. **Uma odisseia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

SILVA, Rosita Coradini. **Um lugar no coração**: retalhos de memória de santos Anjos, o povoado de minha infância. Santa Maria: [s. n.], 2015.

VENTURINI, Sergio. **Ivorá**: sangue italiano na Quarta Colônia. Porto Alegre: Edigal, Exclamação, 2015.

# ANEXO A – Mapa Quarta Colônia





## APÊNDICE A – De uma colônia de imigração: a Quarta

Sobre as condições sócio-político-econômicas da Itália, do final do século XIX, quando do início do processo de imigração, assim explicita-nos Zanini (2006): país recém-unificado territorialmente, que almejava a unificação política e social; as relações capitalistas de produção ganhavam espaço em determinadas regiões e, em outras, estas conviviam com relações de tipo feudal, gerando confrontos. Além disso, havia o quadro de mudanças advindos da Revolução Industrial (nos campos científico e tecnológico); tensões clericais e liberais, com a perda de poder e de fiéis; riqueza desproporcionalmente distribuída, quadro demográfico em expansão ao mesmo tempo em que os recursos naturais eram limitados. Nesse contexto, o Estado italiano passou a ver, na imigração, uma forma de amenizar os seus males sociais, quando “os italianos pobres daquele período, de certa forma, foram transformados em mercadoria, eram um produto de exportação que possuía um determinado valor no mercado de trabalho que se internacionalizava pela expansão do capital” (ZANINI, 2006, p. 38).

Para Bolognini e Payer (2005), o grande movimento imigratório no Brasil estendeu-se de 1887, pouco antes do estabelecimento da República, até 1930, tendo sido um fenômeno em massa de grandes proporções, decorrentes de condições sócio-históricas propícias nos dois lados do Atlântico e que fora intermediada pelas Companhias de Navegação e Imigração. Tal processo era favorecido pelo início da industrialização e o conseqüente empobrecimento da população e escassez de terras para a agricultura na Europa e pelas necessidades de substituição de mão de obra escrava nas lavouras de café, de povoamento de áreas fronteiriças territoriais e habitadas por indígenas e do chamado caldeamento da raça no Brasil. A partir da década de 1920, a imigração começou a ser coibida e, a partir de 1930, deu-se em menor escala, em decorrência de problemas econômicos e políticos, a exemplo da segunda Guerra Mundial.

Iotti (2010) analisa que esse movimento migratório não foi fato isolado ou exclusivamente italiano, foi, outrossim, “fenômeno que esteve no bojo das grandes transformações históricas ocasionadas pelo capitalismo comandado pela Inglaterra”<sup>163</sup>. Nessas condições, o sistema capitalista não incluía as camadas

---

<sup>163</sup> IANNI, Constantino. Homens sem paz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 12. Em citação de Iotti (2010).

populares: os camponeses foram expulsos da terra, o pequeno artesanato foi parcialmente destruído, e a indústria foi incapaz de absorver a mão de obra disponível, fato que fez com que significativa parcela da população italiana fosse buscar, em outros países, as condições de vida que a pátria lhes negava. A Itália “foi um dos maiores exportadores de mão de obra barata no século XIX” (IOTTI, 2010, p. 20). Nesse processo, segundo a pesquisadora, 24 milhões de peninsulares partiram da Itália entre os anos de 1869 e 1962, o que foi visto como um empreendimento; além disso, para garantir seus interesses, os dois governos acompanharam e controlaram as atividades dos imigrantes. Tal acompanhamento, pelo governo italiano, deu-se através dos representantes diplomáticos e adidos do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália; pelo brasileiro, efetivou-se a partir da promulgação da Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, garantindo ao Estado o controle de todo o processo, legalização, legitimação da terra e aplicação de recursos para a introdução desses imigrantes.

Do lado de cá, a política de atrair imigrantes também não foi homogênea. No complexo quadro brasileiro, muitas foram as contradições, entre elas, a de que a entrada de imigrantes visava à colonização, destinando-lhes núcleos de pequena propriedade, ou tal ingresso destinava-se à substituição do braço escravo, principalmente das lavouras de café. Porém, a criação de núcleos coloniais em São Paulo foi realizada com objetivos diversos do sul do país. De maneira geral, os imigrantes eram atraídos para o sul pela ideia de formar colônias para produzir gêneros necessários ao mercado interno (IOTTI, 2010).

Assim, a imigração italiana para o território gaúcho foi “uma iniciativa do governo imperial brasileiro, que tinha como objetivo importar mão de obra europeia e vender as terras devolutas do Império, visando a aumentar tanto a população quanto a produção agrícola” (IOTTI, 2010, p. 73). Em números, há constatação, segundo Iotti (2010), de que, de 1875 a 1889, o Rio Grande do Sul recebeu aproximadamente 40 mil imigrantes, provenientes, principalmente, da Lombardia, do Vêneto e do Tirol, atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. As três primeiras colônias foram, então, Conde D’Eu, atual Garibaldi, Dona Isabel, atual Bento Gonçalves e Caxias do Sul, e a Quarta Colônia, Silveira Martins, que foi organizada em 1877, em terras no centro do estado, próximas a Santa Maria. As colônias eram divididas em léguas, travessões e lotes, feitas por engenheiros agrimensores, sob a Lei de Terras, de 1854. Não por acaso, o nome das localidades são simbólicos: Vale Vêneto, Vale

Veronês, Nova Treviso e atestam as identidades advindas de uma paradoxal “pátria-mãe”.

Cumprido dizer, também, que houve algumas alterações quanto ao espaço compreendido inicialmente, o espaço que passou a ocupar e o que corresponde hoje. Essas mudanças são acompanhadas por legislações específicas. Assim, sabemos que a Quarta Colônia foi criada em 1877, uma vez que é a data em que se registra a chegada da primeira leva de imigrantes. Além dessa data, há outras, as quais julgamos pertinente relacionar, pois estão no percurso histórico e, por suas intrínsecas relações com o sujeito ítalo-brasileiro, determinam as condições de produção de seu discurso. Assim, a sua emancipação, segundo Sponchiado (1996, p. 60), é de 1º de agosto de 1882; é pelo **Decreto n. 8.644 de 19/08/1882**, que concede a emancipação do regime colonial do Império para a responsabilidade da Província, conforme Bolzan (2011)<sup>164</sup>. Em relação à Quarta Colônia, encontramos ainda a seguinte documentação: a **Lei n. 1.455 de 26 de abril de 1884**, a qual eleva à categoria de freguesia os complexos coloniais de Caseias, Conde d’Eu, D. Isabel e Silveira Martins, mantendo-se os mesmos limites, sendo que isso corresponde a unidades administrativas mínimas. Pelo **Decreto n. 9.183 de 12 de abril de 1884**, temos um documento rubricado pelo Imperador, assinado pelo seu Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, determinando que as colônias Conde d’Eu e D. Isabel, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passem ao regime comum às outras povoações do Império; nesse, nenhuma referência à Quarta Colônia, embora deduzamos que o mesmo tenha ocorrido em relação a essa última.

Além disso, Silveira Martins, pelo **Decreto n. 1.570, de 21/04/1886**, terá seu território dividido entre três municípios vizinhos, a saber: Santa Maria (a parte considerada mais importante, incluindo aí a sede), Cachoeira do Sul e São Martinho (mais tarde, quando da emancipação de São Martinho, passou a pertencer ao Município de Vila Real, atual Júlio de Castilhos), conforme Bolzan (2011).

O que se faz necessário referir é que hoje conhecemos a “Quarta Colônia” como a região que compreende, além dos municípios “dentro do antigo território”, a

---

<sup>164</sup> Observamos que não acessamos diretamente esse documento, compreendendo que nem sempre conseguimos chegar aos arquivos no momento necessário, sendo que ficam lacunas a serem preenchidas *a posteriori* a esta escritura. Em pesquisa à Biblioteca Nacional e, depois, por ela encaminhados aos arquivos do Congresso Nacional, obtivemos como resposta que não foram encontrados documentos que respondem à questão da criação da Quarta Colônia.

saber, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande e São João do Polêsine, outros municípios, que não restritos à colonização italiana: Agudo, marcadamente colonizado pelos imigrantes de origem alemã (constituía a Colônia de Santo Ângelo) e Restinga Seca, onde as culturas afro e portuguesa têm maior presença. Tal organização e instituição da referida denominação têm relação com a criação do PRODESUS e do CONDESUS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia; este último, uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado com o objetivo de abrir caminhos alternativos para executar ações, programas e projetos de interesse regional, fundamentados em princípios de sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia (BOLZAN, 2011).

Assim, entendemos que estamos diante de algumas fronteiras, delimitadas por processos históricos e, porquanto, também políticos: historicamente, uma Quarta Colônia Imperial, uma Quarta Colônia já da República, uma ex-Quarta Colônia de Imigração, uma nova Quarta Colônia não mais/não só de imigração italiana. Geograficamente, constituindo-se, primeiramente, de terras devolutas, pertencentes, então, ao Império e de propriedades privadas, divididas em lotes coloniais e, depois, organizadas em barracões, em pequenos povoados, em vilas, em cidades, dividida em outros municípios; etnicamente, território de índios, portugueses e negros (quase sempre apagados dessa/nessa história) e de imigrantes russos e alemães (que deixaram para trás essas terras) e, então, também de imigrantes italianos; linguísticas, em que se efetivou a convivência/a confluência de várias línguas.



## APÊNDICE B – De uma língua: o talian

Cumpramos colocar, neste espaço de reflexão, a questão da língua da imigração/de imigrantes, o talian, uma vez que, como já enfatizamos, é essa uma língua que, conforme Orlandi (2012a), vai funcionar como uma mediação necessária entre o sujeito e a realidade natural e social, sendo ela, então, um trabalho, uma prática; é por ela a relação e a inscrição do sujeito com o simbólico, com o histórico e com o ideológico. É por ela também que se processam os sentidos. É nesse espaço que buscamos as condições de produção dessa língua, porque é a língua esse corpo simbólico político com que o sujeito subjetiva-se e significa-se.

Iotti (2010), lembrando que a unificação, quando do processo migratório, era um fato recente, explica-nos que na Itália viviam populações diferentes e que falavam línguas também diferentes, sendo que, por isso, o processo de formação da nação italiana e da consciência nacional fora lento. Embora o governo italiano tenha elegido uma dentre as tantas línguas faladas na península como a língua oficial -, valendo antes um sentimento que era regional, os imigrantes vieram com as suas línguas de origem. Para a autora (2010, p. 30), “os imigrantes não se consideravam italianos, mas sim vênnetos, trentinos, lombardos, friulanos, etc.”, o que atesta que não formavam um grupo homogêneo. Frozi e Mioranza (2009, p. 89) consideram diferentes etapas da relação entre os imigrantes e seus dialetos - para nós, suas línguas, plurais -, sendo que houve a necessidade de uma “organização interna da comunidade como meio de sobrevivência e de inter-relacionamento”; posteriormente, “a reorganização interna em função de uma integração total do imigrante com a nova pátria”. Além disso,

quando aqui chegaram foram instalados em colônias, sem respeitar a origem de cada família. Assim, uma família trentina de Valsogana, por exemplo, passa a ser vizinha de uma friulana, de Pordenone, de um lado, e de outra lombarda, de Bérgamo, com várias famílias vênnetas ao seu redor. Evidentemente era preciso *entender-se* (LUZZATTO, 1994, p. 21).

Com base nisso, associando a história/memória dos imigrantes italianos na/da região central do Rio Grande do Sul, remetemo-nos a Orlandi (2001), quando pensa sobre a construção dos sentidos, a respeito da assentada história do Brasil: “como, de um lado, a partir da certeza do já-dito, e, de outro, do nunca experimentado, sentidos chegam e se transformam em outros, abrindo um lugar para a

especificidade de uma história particular, na sua forma plural [...]” (ORLANDI, 2001, p. 11)? Assim, pensamos: como se significam os sentidos para esse que é o mesmo, mas é também outro sujeito?

Diante disso, interessa-nos trazer pensares sobre estas questões, para podermos, com isso, trabalhar com as construções imaginárias do sujeito ítalo-brasileiro, levando em consideração esta que se presentifica como sua língua: *Talian*<sup>165</sup>, *che parola zela? Cossa volela dir? Una idea sospeta? Una proclamassion d'onore? O la saria un semplice sbàlio?*<sup>166</sup>

Segundo Orlandi (2009a, p. 12), para a teoria do discurso, “a língua tem a sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude”, assim como seu sujeito. Diante disso, tomamos a questão da língua desses imigrantes. Sem visar a responder o que era a língua para eles, dirigimo-nos para o como era/é essa língua. Considerando o que temos denominado anteriormente como condições de produção de seu discurso, entendemos que há condições de produção dessa uma sua língua.

Para isso, há discursos que justificam nossa tomada de posição. Retomamos a questão do sujeito ítalo-brasileiro, para aqueles que pensam sobre o *talian*; assim, sobre os descendentes de imigrantes italianos na primeira metade do século passado (século XX), Santin (2002) entende que:

[...] não se é nem brasileiro, nem italiano. Diria, trata-se de um italiano de sangue, cultura e língua – ainda que dialetal<sup>167</sup> – mas sem a Itália como pátria; e, ao mesmo tempo, um brasileiro de nascimento, mas sem a cultura e sem a língua e tendo o Brasil como sua pátria. Dito de maneira simplificadora, estamos diante de um italiano cultural e de um brasileiro geográfico. Literalmente: estar no Brasil e ser italiano. Devo ressaltar que esse “estar no Brasil” e esse “ser italiano” não podem ser entendidos no sentido atual dos que imigram de um país para outro. Os imigrantes do último quarto do século XIX viveram uma situação muito diferente [...] (SANTIN, 2002, s.p.).

<sup>165</sup> A língua da imigração ganha essa nomeação, em português e em talian; ganha também designações, que apresentaremos na sequência.

<sup>166</sup> Palavras em *talian* do Prof. Silvino Santin, em participação no III Fórum Nacional da Língua Talian XIV Encontro dos difusores do Talian Serafina Correa, de 12 a 14 de novembro de 2010. Disponível em: Blog do Santin. <<http://silvinosantin.wordpress.com>>. Acesso em: set. 2014. Em tradução nossa: *Talian*, que palavra será? O que ela quer dizer? Uma ideia suspeita? Uma declaração de honra? Ou seria um simples engano/erro/equívoco?

<sup>167</sup> O autor usa a designação dialeto; porém, ressaltamos que não consideramos as línguas de imigrantes como tal.

Essa questão de compreender como se constitui o sujeito cujas discursividades estamos estudando ajuda-nos a construir as condições de produção não só de seu discurso, mas também de sua língua. Para Santin (2002), foi aqui, no Brasil, que se formou essa “nova língua”<sup>168</sup>, dada a superar as diferenças de falares “originários”<sup>169</sup> das especificidades societárias de cada grupo, provenientes de uma ordem social existente anteriormente à unificação e formação do Estado italiano, que se organizava em torno das cidades ou dos vilarejos. Para o autor, ainda,

a formação desta língua, certamente e no dizer do Frei Rovílio Costa<sup>170</sup>, começou no Porto de Gênova. Durante os transtornos da espera, por vezes, longa até o embarque, aconteceu, provavelmente, o primeiro contacto de pessoas com costumes e falares diferenciados, ainda que bastante próximos, dado seu parentesco linguístico. [...] Seja como for, dava-se o primeiro passo, sem projeto e sem previsão, a não ser a preocupação com a sobrevivência, no caminho da formação de uma língua comum (SANTIN, 2010, s.p.).

Assim, a par de questões relacionadas às ideias linguísticas, Orlandi (2001) considera necessário referir-se não só à definição de língua, mas também à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos a ela ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala. Diante dessa questão, ter-se-ia assegurado o seu lugar como língua, uma vez que, sobre ele, se constrói um saber metalinguístico, pois há “as gramáticas, os dicionários e os manuais de ensino do Talian<sup>171</sup>” (SANTIN, 2002, s.p.), dos quais cita o trabalho elaborado e publicado por Alberto Stawinski (1909-1991)<sup>172</sup>, frei polonês capuchinho em trabalho no Rio Grande do Sul e também de Darcy Loss Luzzatto<sup>173</sup>, autor do

<sup>168</sup> Grifos nossos; palavras do autor então referido.

<sup>169</sup> Também grifos nossos, palavras do autor referido.

<sup>170</sup> Frei Rovílio Costa (1034-2009): Responsável por boa parte do registro e do resgate da história da imigração no Rio Grande do Sul, fundou (1973) e dirigiu a EST Edições, pela qual se produziram 2.600 edições, com 2.400 títulos, envolvendo mais de três mil autores de textos e/ou livros versando sobre famílias, escravidão negra, e imigração judaica, polonesa, italiana, alemã, açoriana e portuguesa [...]. Muitas obras em dialetos italianos e alemães, resgatando línguas originárias, e propiciando alicerces ao resgate de identidades étnico-culturais. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo – RS, da Academia Rio-Grandense de Letras e da Academia Brasileira de Jornalismo. [...] Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/galeria-socios/rovilio-costa/>>. Acesso em: nov. 2014.

<sup>171</sup> Disponível em:

<[http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col\\_italiana/3\\_Falares\\_Dialetais\\_como\\_express%C3%A3o\\_da\\_vida%20pessoal\\_familiar.pdf](http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/3_Falares_Dialetais_como_express%C3%A3o_da_vida%20pessoal_familiar.pdf)>. Acesso em: nov. 2014.

<sup>172</sup> Autor da primeira “Gramática e Vocabulário do Dialeto Italiano Riograndense” (1977); em 1988, fez a versão para o português da obra “Nanetto Pipetta”, em colaboração com Maria Adami Tcacenco.

<sup>173</sup> Dentre outras obras concernentes à imigração italiana no RS, o “Dissionario talian-portughese=Dicionário talian-português”; primeira edição em 2000 e segunda em 2010, pela Sagra Luzzatto.

dicionário considerado o mais completo. A isso, somamos o trabalho de Pertile (2009), o qual apresenta o ofício de Paulo Massolin, presidente da FIBRA – Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul – dirigido à comunidade italiana, em 14 de julho de 2009. Nele, além de explicitar o histórico da origem da escrita e da denominação *talian*, apresenta datas representativas da afirmação deste como língua escrita. Desses eventos, destacamos alguns, a saber: em 1924-1925, Aquiles Bernardi (Frei Paulino de Caxias), no Stafetta Riograndense, hoje Correio Riograndense, escreve e publica, em capítulos, a história de Nanetto Pipetta, sendo que a primeira edição do livro se dá em 1937; nessa obra, as aventuras desse herói às avessas são narradas em *talian*; em 1965-1967, além de Aquiles Bernardi, no Correio Riograndense, escrever e publicar a Stória de Nino – Fratelo de Nanetto Pipetta, cuja versão em livro sai em 1976, Alberto Vitor Stawinski (Frei Alberto) lança a Gramática e o Vocabulário Vêneto-Português, editado pelo EST – UCS, suplemento da obra de Nanetto Pipetta; em 1987, novamente Frei Alberto escreve a obra Dicionário-Vêneto-Riograndense-Português, publicado pela EST-UCS-Correio Riograndense; em 1989, acontece o Primeiro Encontro dos Escritores do *talian*, promovido pela Società Taliana Massolin Dei Fiori em Porto Alegre, quando foi criada a proposta de se ter uma escrita padronizada da referida língua, a qual foi adotada pelo Clube dos editores do Rio Grande do Sul; em 1993, houve o Primeiro Encontro da Imprensa Vêneto do Brasil, na cidade de Serafina Corrêa, RS, a qual contou com palestrantes de todo o Estado; nesse evento, foi criada a Comissão de Estudo para a unificação gráfica do Talian; em 1994, realiza-se a terceira reunião de unificação da grafia do *talian*, em Caxias do Sul, RS, quando houve um consenso ortográfico sobre a escolha do nome da nova língua, a saber, *Talian* ou Vêneto-Brasileiro e o lançamento do livro Canti Rusteghi, de José Clemente Pozenato; em 1994, dá-se o Segundo Encontro da Imprensa Italiana no Brasil, na cidade de Serafina Corrêa, RS, agora com palestrantes de Santa Catarina e do Paraná, além de palestrante de Veneza, Itália, quando, então, é oficializada a grafia do *talian* e é lançado o livro “Talian (Vêneto Brasileiro): noções de gramática, história e cultura”, de Darcy Loss Luzzatto, com revisão de Rovílio Costa; em 1995, é lançado o livro “Adesso Imparemo – Abecedário do Talian”, de Honório Tonial, cuja coordenação é de Darcy Loss Luzzatto e revisão de Rovílio Costa e José Clemente Pozenato; em 1997, publicação de “Talian (Vêneto Brasileiro) sem mestre”, livro para “estudo e ensino”, de Darcy Loss Luzzatto; ainda em 1997, lançamento de

“Dicionário Português-Talian”, de Honório Tonial; e, em 2000, “Dissionário Talian (Vêneto Brazilian)-Português, de Darcy Loss Luzzatto (já referido). Conforme Pertille (2009, p. 164), “o talian é resultado de um projeto mais amplo de política de gestão da língua de imigração pela comunidade de fala, e que inclui medidas de normatização, como dicionário e gramática”. Esse, portanto, é o lugar que essa língua de imigrantes tem hoje, constituindo-se como um elo identitário entre aqueles que também se organizam por meio do que dela permanece na/pela memória e pelo que, por ela, se fez história. Mas, nem sempre foi essa a relação do Estado com o sujeito ítalo-brasileiro e, conseqüentemente, com sua língua.